



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO- UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS- CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

ANDRÉA BIANCA GONÇALVES FERREIRA

**“TCHAU, QUERIDA!”: A articulação do impeachment de Dilma Rousseff pelo
Movimento Brasil Livre no Facebook**

Recife
2023

ANDRÉA BIANCA GONÇALVES FERREIRA

**“TCHAU, QUERIDA!” A articulação do impeachment de Dilma Rousseff pelo
Movimento Brasil Livre no Facebook**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de Doutora em Sociologia.

Área de Concentração: Mudança Social

Orientador: Prof. Dr. Jonatas Ferreira

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

F383t Ferreira, Andréa Bianca Gonçalves.
 “Tchau, querida!” : a articulação do impeachment de Dilma Rousseff
 pelo Movimento Brasil Livre no Facebook / Andréa Bianca Gonçalves
 Ferreira. – 2023.
 186 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

 Orientador : Jonas Ferreira.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2023.

 Inclui referências.

 1. Sociologia. 2. Movimento Brasil Livre (MBL). 3. Impeachment. 4.
 Rousseff, Dilma, 1947-. 5. Teoria do discurso. 6. Pós-verdade. I. Ferreira,
 Jonas (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-124)

ANDRÉA BIANCA GONÇALVES FERREIRA

**“TCHAU, QUERIDA!” A Articulação do impeachment de Dilma Rousseff pelo
Movimento Brasil Livre no Facebook**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção do grau de Doutora
em Sociologia.

Área de Concentração: Mudança Social

Aprovada em: 14/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonatas Ferreira (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Silke Weber (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Josias Vicente de Paula Júnior (Suplente)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

À minha amada filha, Maria Clara, que escreveu comigo páginas de uma vida ao longo desses anos de doutorado não anexadas a esta tese, mas que ficaram impressas em meu coração.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido até aqui não foi feito sozinho, muitos se juntaram a essa jornada que teve um ponto fora da curva, afinal no meio do caminho teve uma pandemia, que impôs novos desafios. Os reveses podem ter atrasado o percurso, mas não impediram a viagem. Ao fim desse trajeto desafiador olhar para trás, não é só uma forma de relembrar os esforços empenhados, mas de reconhecer a importância daqueles que se fizeram presentes e, principalmente, dos que não soltaram a minha mão ao longo do caminho.

Assim, agradeço de modo especial ao meu orientador, Prof. Dr. Jonatas Ferreira. Para além do aprendizado e leitura assídua deste trabalho, sou grata por sua orientação empática, incentivo, apoio e, principalmente, toda atenção dedicada à minha filha sempre que ela precisou estar em nossas reuniões.

Não poderia deixar de agradecer as valiosas contribuições recebidas, logo no início desta jornada, elas me deram ânimo para seguir em frente. Desse modo, agradeço:

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPE), especialmente, ao Prof. Dr. Remo Mutzenberg e ao Prof. Dr. Breno Fontes que acompanharam as etapas iniciais deste trabalho.

À FACEPE pela concessão de bolsa de estudo. Em tempos de negacionismo científico e autoritarismo, o fomento a pesquisa e a valorização do trabalho docente são passos necessários para a superação.

Não posso deixar de reconhecer também a importância de quem me colocou nesse caminho e tem sido cúmplice desta jornada, a Profa. Dra. Arleth Borges. Mais do que uma relação acadêmica, ela é uma amiga e fonte de inspiração para mim.

Dedico um agradecimento afetuoso à Nathielly Darcy Ribeiro, sua amizade me leva a pensar que um caminho pode ser apenas um caminho, mas quando se cruza ao de pessoas que andam ao nosso lado vibrando por cada conquista elas fazem o trajeto valer à pena.

Ao longo dessa jornada também encontrei sorrisos, abraços e braços dispostos a me ajudar. Por isso sou grata à Bárbara Hazin e à Daiana Carvalho, além de amigas, são uma rede de apoio importantíssima para mim, em diversas ocasiões só pude cumprir meus compromissos acadêmicos porque elas cuidaram da minha filha.

Há também pessoas que vem caminhando junto a mim ao longo dos anos, com as quais construí uma trajetória de amor e companheirismo. Obrigada Joseanne Gaioso e Aline Mendes, amigas-irmãs que torcem por mim e acreditam mais do que eu nas minhas potencialidades.

Nenhum passo nessa jornada seria possível sem o apoio que recebi da minha família. O amor que sinto por cada um deles me impulsionou a ir mais longe, com a certeza de que estavam sempre junto a mim. Por isso, agradeço:

À minha mãe, Maria José Gonçalves, seu amor incondicional sempre foi o principal combustível para a minha jornada.

À minha irmã, Patrícia Gonçalves, com quem divido sonhos e conquistas.

Ao meu irmão, Luís Miguel, a quem espero inspirar.

Ao meu marido, Joaquim Neto, por segurar a minha mão ao longo desses anos sem nunca soltar.

À minha amada filha, Maria Clara, pois sua existência exige de mim o melhor que eu posso ser.

RESUMO

A presente tese se propõe a analisar a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL) no Facebook, no contexto das mobilizações que, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, resultaram no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Examina-se os sentidos articulados ao discurso do MBL no esforço de construir uma hegemonia em defesa da cassação da presidenta. Observa-se a importância da estrutura de redes do Facebook para o compartilhamento de informações e a visibilidade que o movimento alcançou nacionalmente ao longo desse processo. Problematisa-se a atuação do MBL no Facebook a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe tendo em vista que se trata de uma luta por hegemonia, uma relação de representação na qual uma força política, a partir de condições específicas, consegue articular diferentes demandas por meio de uma relação de disputa. Considera-se que, embora as lutas por hegemonia envolvam disputas por apropriação de significados, no presente caso ela assumiu contornos específicos, pois não se tratava de convencer racionalmente, mas de uma confirmação de expectativas através da disseminação de conteúdos com base em crenças compartilhadas. Em função disso, esta análise também foi conduzida à luz das teorias sobre pós-verdade, um fenômeno complexo que explora crenças e preconceitos que o destinatário cultiva fazendo com que elas se sobreponham à fatualidade dos acontecimentos.

Palavras-chaves: Movimento Brasil Livre (MBL); impeachment; Dilma Rousseff; teoria do discurso; pós-verdade.

ABSTRACT

This thesis proposes to analyze the performance of Movimento Brasil Livre (MBL) on Facebook, in the context of the mobilizations that, between December 2015 and August 2016, resulted in the impeachment of ex-president Dilma Rousseff (PT). The meanings articulated to the MBL's discourse in the effort to build a hegemony in defense of the president's impeachment are examined. It is observed the importance of Facebook's network structure for the sharing of information and the visibility that the movement achieved nationally throughout this process. The performance of the MBL on Facebook is problematized based on the theory of discourse by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, bearing in mind that it is a struggle for hegemony, a relationship of representation in which a political force, based on specific conditions, manages to articulate different demands through a relationship of dispute. It is considered that, although struggles for hegemony involve disputes over the appropriation of meanings, in the present case it took on specific contours, as it was not about rationally convincing, but a confirmation of expectations through the dissemination of content based on shared beliefs. As a result, this analysis was also conducted in the light of post-truth theories, a complex phenomenon that explores beliefs and prejudices that the addressee cultivates, making them overlap with the factuality of events.

Keywords: Free Brazil Movement (MBL); impeachment; Dilma Rousseff; discourse theory; post-truth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Protocolo do Pedido de Impeachment	18
Figura 02- Linha do tempo	20
Figura 03- Impeachment como solução	24
Figura 04- Diferentes demandas	30
Figura 05- Quadro de buscas do Facebook	89
Figura 06- Quadro de classificação das postagens	92
Figura 07- Quadro de buscas do Microsoft	93
Figura 08- Manifestações 2015 e 2016	106
Figura 09- Comentários sobre Eduardo Cunha	111
Figura 10- Comentários sobre a postagem do MBL	112
Figura 11- Comentários sobre a postagem do MBL	120
Figura 12- Modos discursivos do MBL	130
Figura 13- Discurso de apoio à intervenção militar	132
Figura 14- Cards em defesa da intervenção militar	133
Figura 15- Discurso religioso	135
Figura 16- Discurso de apoio à Operação Lava Jato	137
Figura 17- Discurso liberal	138
Figura 18- Apoiadores de Jair Bolsonaro (1)	140
Figura 19- Apoiadores de Jair Bolsonaro (2)	141
Figura 20- Comentários no post do MBL sobre a fala de Kim Katagiri nas manifestações (13/12/2015)	150
Figura 21- Palavras que o MBL aciona para representar Dilma Rousseff e suas ações	153
Figura 22- Palavras que os seguidores do MBL usam para caracterizar Dilma Rousseff	154
Figura 23- Apresentação de Dilma Rousseff como desarticulada	155
Figura 24- Representações de Dilma Rousseff pelo MBL	156
Figura 25- Post do MBL que sugere vínculo entre a Folha de São Paulo e o governo Dilma Rousseff	160
Figura 26- Comentários sobre a postagem do MBL a respeito do vínculo entre a Folha de São Paulo e o governo Dilma Rousseff	160

Figura 27- Comentários sobre a postagem do MBL a respeito dos cortes nos programas sociais do governo	164
Figura 28- Destaque internacional da crise econômica no governo Dilma Rousseff	165
Figura 29- MBL associa Dilma Rousseff à corrupção	167
Figura 30- MBL divulga foto das mobilizações para invalidar a ideia de golpe da narrativa de Dilma Rousseff	172
Figura 31- Golpista é	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de postagens coletadas na página do MBL (dez. 2015 - ago. 2016)	90
Tabela 2- Número de postagens coletadas na página do MBL (jan-dez 2015)	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPPSP	Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo
BRICS	Brasil, China, Rússia e África do Sul
DEM	Democratas
EPL	Estudantes pela liberdade
IA	Inteligência Artificial
ITS Rio	Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MBL	Movimento Brasil Livre
MRL	Movimento Renovação Liberal
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PGR	Procuradora-Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático
PP	Partido Progressistas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
ROL	Revoltados On-line
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VPR	Vem Pra Rua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	BIG DATA.....	33
2.1	“A ASCENSÃO DOS DADOS”	35
2.2	BIG TECH.....	40
2.3	GOVERNANÇA ALGORÍTMICA.....	43
2.4	FACEBOOK.COM.....	49
2.4.1	Ativismo de Plataforma.....	57
3	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	61
3.1	A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE.....	63
3.1.1	Discurso.....	64
3.1.2	Antagonismo e Deslocamento.....	68
3.1.3	Equivalência e Diferença.....	71
3.1.4	Hegemonia.....	73
3.2	PÓS-VERDADE.....	78
3.2.1	(Pós) Verdade: Um Olhar Pós-moderno.....	80
3.2.2	A Pós-verdade No Contexto Das Mídias Sociais.....	83
4	METODOLOGIA.....	88
4.1	A COLETA E A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS.....	88
5	A ARTICULAÇÃO DO IMPEACHMENT PELO MBL NO FACEBOOK.....	94
5.1	DESLOCAMENTOS: O CONTEXTO POLÍTICO.....	94
5.2	O MOVIMENTO BRASIL LIVRE.....	114
5.2.1	Os Sentidos Que Constituem O MBL.....	118
5.3	“ESSE IMPEACHMENT É MEU”: OS SENTIDOS ARTICULADOS PELO MBL PARA DEFENDER A SAÍDA DE DILMA ROUSSEFF DA PRESIDÊNCIA.....	131
5.3.1	Um Perigo Ronda O Brasil: Retratos Da Esquerda.....	142
5.3.2	Um “Projeto Criminoso De Poder”: O PT.....	147
5.3.3	“Não É Porque Você É Presidenta, É Porque Você É Incompetente!”: Dilma Rousseff.....	151

5.3.4	“A Imprensa Já Começou A Fazer O Trabalho Sujo Do Governo”: O Confronto Com A Mídia.....	156
5.3.5	“Crise Dilma”: Os Indicadores Econômicos Como Referência Para O Impeachment.....	162
5.3.6	“Um Governo Que Usa A Corrupção Como Método De Governo”: Os Sentidos Mobilizados A Partir Da Noção De Corrupção.....	166
5.3.7	“Não Vai Ter Golpe, Vai Ter Impeachment”: A Invalidação Da Narrativa De Golpe.....	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
	REFERÊNCIAS.....	180

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL) no Facebook, no contexto das mobilizações que, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, resultaram no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). Procuramos identificar os sentidos articulados pelo discurso do MBL na busca por hegemonia em torno da necessidade de cassação da presidenta. Nesse processo a estrutura de redes do Facebook serviu como espaço de organização, mobilização e divulgação das ideias do movimento ampliando sua visibilidade nacionalmente.

O interesse por essa temática partiu de uma observação mais sistemática dos eventos relativos ao rito desse processo, a mobilização para além das esferas institucionais e a repercussão dos acontecimentos nas mídias sociais, particularmente, o Facebook. A despeito dos aspectos legais referentes à condução formal do processo, iniciado em dezembro de 2015, é importante ressaltar que as mobilizações pró-impeachment tiveram início antes mesmo de Dilma Rousseff assumir o segundo mandato em 2014.

Nessas eleições ela foi reeleita no segundo turno com 51, 64% dos votos válidos, uma margem pequena de votos em relação ao segundo colocado, Aécio Neves (PSDB). Por esse motivo, essa eleição foi considerada a mais acirrada do Brasil após a redemocratização. A pequena diferença de votos entre os candidatos deu margem a boatos de fraude eleitoral que tomaram conta de sites de notícias e mídias sociais servindo de base para os protestos iniciais e movimentações em instâncias legais. Apesar do pedido de auditoria da votação pelo PSDB, a solicitação não foi aceita por falta de apresentação de uma denúncia concreta ao TSE¹. O que levou o partido a realizar uma auditoria independente, a partir dos dados fornecidos pelo TSE, mas que não encontrou fraude no processo².

Soma-se a esses eventos uma série de protestos ocorridos, entre 2014 e 2015, em várias regiões do país como resposta à crise político-econômica pela qual o governo Dilma Rousseff passava. As dificuldades relacionadas à crise econômica internacional, decorrente da perda de força das economias emergentes integrantes do BRICS (Brasil, China, Rússia e África do Sul) bem como a desaceleração econômica dos Estados Unidos e a consequente baixa dos preços e demandas dos principais ativos econômicos do Brasil, associada às

¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-psdb-conclui-que-nao-houve-fraude-na-eleicao--imp,1777811> Acesso: 26/04/2022.

² Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/tse-rejeita-comissao-de-auditoria-mas-libera-dados-da-eleicao-para-o-psdb.html> Acesso: 26/04/2022.

estratégias de gestão interna implementadas pelo governo como a elevação tributária, privatizações, antecipação de gastos públicos e a emissão de créditos suplementares abalaram a relativa estabilidade econômica e os avanços sociais que o país vinha experimentando, particularmente, ao longo dos dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, 2003-2010 (BORGES, 2016; ROSSI; MELO, 2016). Durante a gestão do ex-presidente houve a implementação de políticas distributivistas e reformistas que beneficiaram camadas sociais e regiões menos favorecidas do país (BORGES, 2016).

Os desafios impostos pela desaceleração da economia foram politizados por setores oposicionistas ao governo Dilma Rousseff levando, também, a uma crise na esfera política. Associado a isso o protagonismo do judiciário na condução da Operação Lava Jato, considerada a maior investigação sobre corrupção da história do Brasil, conforme o Ministério Público Federal³, acentuou a crise política que culminou no impeachment de Dilma Rousseff. Isto porque ela expôs um esquema de lavagem de dinheiro que envolveu membros administrativos da Petrobras, empresa petrolífera estatal, partidos políticos e empresários de grandes companhias do país. Dentre estes havia figuras políticas ligadas ao governo de Dilma Rousseff e lideranças do PT, partido da presidenta. O que colaborou para a fragilização da sua gestão e divisão das elites políticas, inclusive, a própria base do governo.

Esses eventos se traduziram na intensificação dos protestos e mobilizações de rua contra a administração da petista. Nesse período, muitos movimentos sociais ampliaram sua atuação, sobretudo, os situados à direita do espectro político. Tais movimentos vinham imprimindo novos contornos aos protestos de rua no país, desde 2007, com performances de cunho nacionalista, expresso nas roupas verde-amarelas, no uso da bandeira, entonação do hino nacional, além de contar com a participação de artistas, empresários e representantes de correntes religiosas. Em 2015, esses movimentos foram os protagonistas das mobilizações favoráveis ao impeachment da presidenta (TATAGIBA et al., 2015).

Entre essas organizações, destacaram-se o Vem Pra Rua (VPR), o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On-Line (ROL), criados entre 2014 e 2015 (TATAGIBA et al., 2015). Os protestos conduzidos por esses grupos contaram com a utilização das novas tecnologias digitais que permitiram diferentes formas de agência com dinâmica, alcance e impacto próprios. Além disso, os protestos trouxeram em seu repertório discursivo a ideia da não política como virtude contra a corrupção; reforçaram teses liberais antiestatais na

³ Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/03/saiba-porque-lava-jato-e-considerada-maior-investigacao-sobre-corrupcao-da> Acesso: 26/04/2022.

economia; e no plano moral preconizaram uma atuação em bases conservadoras (GOHN, 2017).

O MBL, em particular, constituiu-se em bases neoliberais atuando em defesa do livre comércio e do Estado mínimo, além de apresentar traços conservadores em relação a pautas sociais e culturais recentes, a exemplo de sua resistência a propostas de descriminalização do aborto⁴ e da sua oposição ao movimento negro. A campanha pela aprovação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff foi a principal articulação desse movimento, entre 2014 e 2015. Vale ressaltar que ele foi criado em 2014 no estado de São Paulo e se expandiu rapidamente pelo Brasil. Nesse processo contou com a infraestrutura de redes do Facebook o que lhe permitiu desenvolver uma significativa estratégia político- midiática e direcioná-la para públicos ideologicamente alinhados aos seus princípios.

A atuação ostensiva desse movimento em defesa da cassação de Dilma Rousseff o levou a assumir protagonismo na luta extra institucional através das mobilizações de rua, marchas e campanhas pela internet para pressionar parlamentares. Esse protagonismo fez do MBL símbolo da ideia de renovação na política, porta-voz da “luta por um Brasil Livre”⁵ (do PT), que buscava se dissociar das formas tradicionais associadas à política institucional.

A apresentação de uma estética moderna contribuiu para que o movimento fosse identificado como “símbolo do novo”, mas na prática as suas ações reproduziam os mesmos arranjos tradicionais associados à “velha política”. O apoio financeiro que recebeu do PMDB e outros partidos durante a campanha pelo impeachment⁶, bem como a aproximação com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), investigado pela Operação Lava Jato, atestam isso.

A foto a seguir é significativa porque ilustra como a base dessa renovação associada ao movimento ficou no âmbito das ideias e não veio acompanhada de novas práticas políticas. Pelo contrário, envolveu a relação entre lideranças do MBL e antigos representantes da ordem que o movimento supostamente buscava superar. Destacam-se na imagem Kim Kataguirí, uma das principais lideranças do MBL, ao lado de Eduardo Cunha que recebe o pedido de impeachment, além de figuras como então deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e seu filho, também deputado federal, Eduardo Bolsonaro (PTB-RJ) entre outros parlamentares conhecidos por sua longa inserção na política nacional.

⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-vezes-em-que-o-mbl-esqueceu-a-politica-para-falar-de-costumes/>. Acesso: 09/03/2022.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblive/photos/a.204296283027856/338028232987993/?type=3&theater>. Acesso: 30/04/2020.

⁶ Disponível em: <https://theintercept.com/2016/09/18/a-cassacao-de-cunha-e-o-apartidarismo-de-fachada-do-mbl/>. Acesso: 29/07/2021.

Figura 01- Protocolo do Pedido de Impeachment



Fonte: MBL⁷

O tráfego pela esfera institucional associado às demais iniciativas do movimento respaldavam suas ações na luta pela destituição da presidenta. Assim, em dezembro de 2015, após o acolhimento do pedido de impeachment pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), elaborado por Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, os esforços políticos do MBL se concentraram numa busca intensiva por apoio parlamentar em defesa da cassação de Dilma Rousseff.

Vale ressaltar que, embora o cenário político nacional fornecesse a base para o apoio social do pedido de impeachment, sobretudo, com os desdobramentos da Operação Lava Jato que foi amplamente divulgada por diversos canais de mídia, é preciso destacar que a fundamentação do processo foi questionada por vários juristas que alegavam falta de dolo na conduta da presidenta⁸. As acusações que compunham o pedido aludiam a crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais”, operação orçamentária que consiste em atrasar o repasse de pagamentos da União a bancos públicos e privados para execução das despesas, e a autorização de créditos suplementares sem autorização legislativa. Contudo, essas práticas foram recorrentes na gestão de todos os ex-presidentes e governadores após a redemocratização (BORGES, 2016).

Ainda assim a denúncia foi aceita dando início a uma série de procedimentos na Câmara dos Deputados, incluindo disputas internas, para formação da comissão especial, responsável pelo prosseguimento, ou não, do processo. A comissão foi composta

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/lembra-dessa-foto-ela-foi-tirada-no-dia-27-de-maio-data-da-chegada-da-marcha-pel/328785553912261/> Acesso: 17/08/2021.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/em-comissao-cardozo-nega-crime-de-responsabilidade-de-dilma.html> Acesso: 14/07/2022.

majoritariamente por parlamentares favoráveis ao relatório que pedia a saída da presidenta o que possibilitou o seguimento da votação para a Câmara dos Deputados.

No intervalo entre aprovação do parecer favorável ao impeachment e o encaminhamento da votação para a Câmara, o MBL atuou ativamente para pressionar parlamentares indecisos a votarem pela cassação de Dilma Rousseff deflagrando o que ficou conhecido como “Operação Minerva”. De acordo com Fernando Holiday, um dos coordenadores do movimento, essa operação se desdobrou em duas fases: a primeira consistiu em uma série de deslocamentos aos diretórios de partidos, escritórios e casas desses parlamentares para que eles pudessem sentir a pressão popular; já na segunda fase essa pressão ocorreu por meio do Facebook, e-mails e telefonemas para os gabinetes desses deputados associada à sua abordagem direta no Congresso Nacional através da atuação dos integrantes do MBL em Brasília⁹.

Além dessa ação o movimento realizou “A Virada pelo Impeachment”, um evento de 3 dias na Avenida Paulista (SP) para acompanhar a votação por telões e, ao mesmo tempo, pressionar pela destituição da presidenta. Em 17 de abril de 2016, o MBL e demais grupos que lutavam pelo impeachment tiveram uma importante conquista com a instauração do processo pela Câmara Federal por 367 votos contra 137 encaminhando a ação para o Senado.

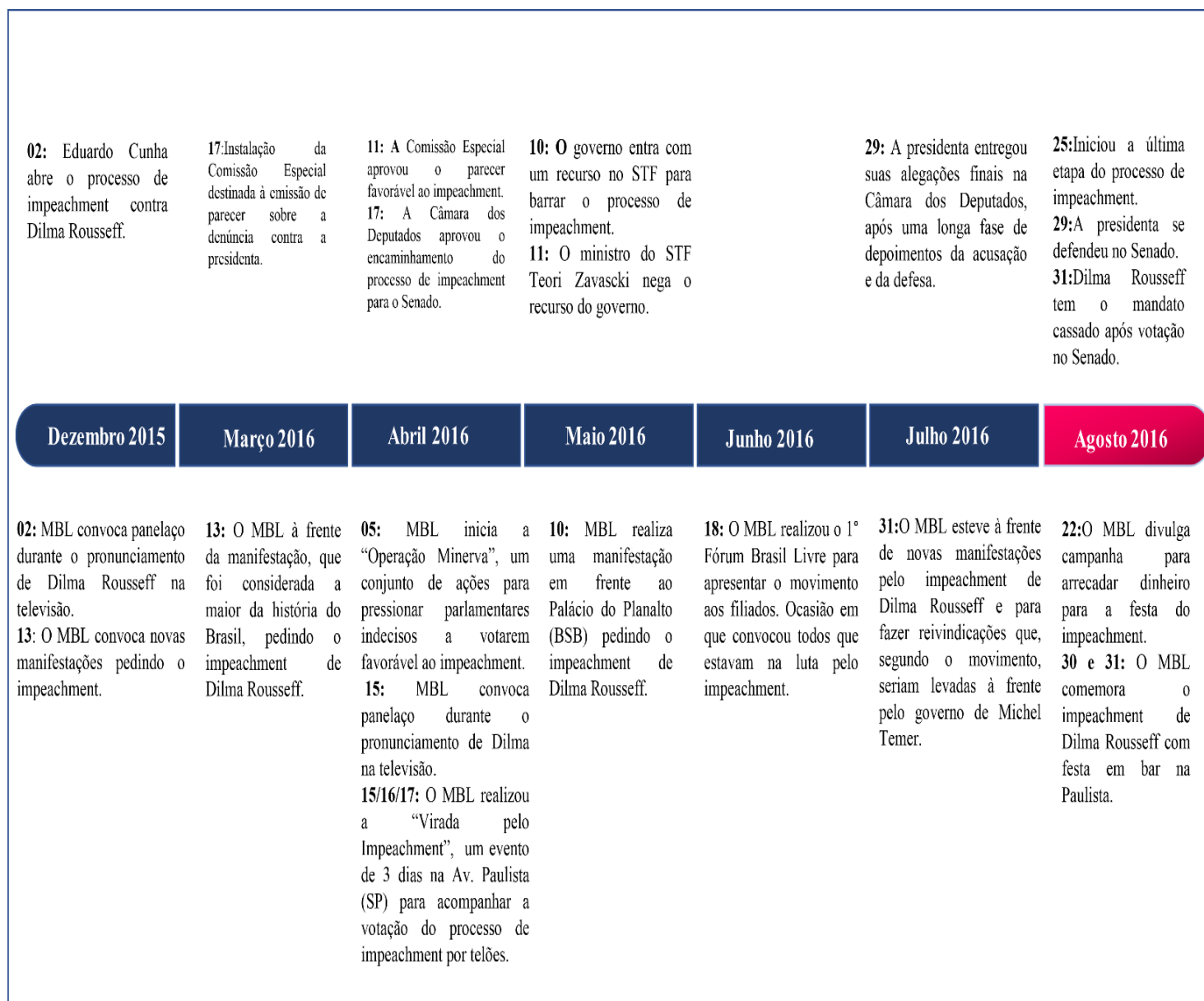
Destaque-se que entre os 513 parlamentares aptos a votar pela cassação, ou não, do mandato de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, 299 possuíam ocorrências judiciais e 76 já tinham sido condenados (na Justiça, nos Tribunais de Contas ou na Justiça Eleitoral) dentre estes, pelo menos 36 responderam por improbidade administrativa. Além desses, 34 deputados eram investigados por crimes contra a Lei de Licitações, 51 respondiam por ações penais junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e um grupo de, pelo menos, 21 parlamentares eram investigados por receber recursos desviados da Petrobras, na Operação Lava Jato. Neste último grupo estava incluso o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que teve uma denúncia da Procuradoria Geral da República aceita pelo STF (TARDÁGUILA et al., 2016).

Com o seguimento da votação para o Senado, que por lei tem a decisão final sobre o impeachment, desenvolveu-se um “ritual” semelhante ao ocorrido na Câmara dos Deputados. Senadores lançaram mão dos recursos narrativos mais incongruentes para justificar a cassação da presidenta como apelo à família, religiões, crenças, exceto os motivos que fundamentavam o processo. Dilma Rousseff teve seu mandato cassado em 31 de agosto de 2016 por 60 votos

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BmpljsBSCY0> Acesso: 27/04/2022.

favoráveis contra 21. No entanto, foi rejeitada, em nova votação, a suspensão dos direitos políticos da presidenta por oito anos, conforme previsto na Constituição. A figura a seguir apresenta as principais ações desenvolvidas pelo MBL para defender o impeachment de Dilma Rousseff durante o andamento do processo:

Figura 02- Linha do tempo



Fonte: Estadão¹⁰ e MBL (2015, 2016).
Dados organizado pela autora.

¹⁰ Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>
Acesso: 27/04/2022.

O processo de impeachment foi instaurado e finalizado cumprindo todos os ritos previstos na constituição com o funcionamento regular das instituições. Mas, as acusações, argumentos, articulações e, mesmo procedimentos específicos, abriram precedente para tese de golpe entre os apoiadores do governo. A ideia de ruptura da ordem institucional, embora controversa, considerando que não ocorreu por meio das armas e seguiu todos os procedimentos legais, fundamentou-se na violência jurídico-política perpetrada pelos próprios legisladores, o poder judiciário e a propaganda midiática (BORGES, 2016).

Ao longo do processo de impeachment essa narrativa de golpe disputou o campo da discursividade com os significados articulados à necessidade de cassação da presidenta. Essa disputa tomou conta das mídias sociais, em particular, do Facebook reproduzindo nesse espaço a articulação das relações sociais, bem como os antagonismos que lhe atravessam, tal como nos espaços off-line. Assim, diferentes atores sociais incluindo os movimentos que estiveram à frente das manifestações pelo impeachment, fizeram dessa plataforma um importante espaço de atuação (DIAS, 2017; BARON, 2018).

A crise política, econômica e sanitária (epidemia de dengue, zika e chikungunya) que o país enfrentava, bem como a pressão das ruas através das mobilizações e o andamento do processo de impeachment foi bastante explorado nas práticas on-line do MBL gerando elevados níveis de engajamento com o público. Em março de 2016, por exemplo, esse movimento em uma única postagem de texto e vídeo sobre protocolamento de um novo pedido de impeachment pela OAB alcançou elevados níveis de engajamento no Facebook recebendo 20 mil likes, 831 comentários, 141 mil compartilhamentos e 451 visualizações¹¹.

Esse envolvimento é significativo tanto em termos numéricos, porque demonstrava que um número expressivo de seguidores reagia às questões trazidas pelo MBL colocando suas postagens em relevância¹², como também atestava a importância dessa plataforma para a atuação desse movimento, vez que se trata de um espaço para o qual diferentes públicos convergem, o que possibilitava a difusão das suas ideias entre diversos segmentos. Seus seguidores incluíam desde liberais até defensores da ditadura militar (MBL, 2016). O MBL

¹¹ Os dados relativos ao engajamento foram observados em 07 de maio de 2020 às 11h32min. Estão disponíveis em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/356029077854575/?v=356029077854575>

¹² Os critérios de relevância dos assuntos carregados no *feed* de notícias Facebook não são explícitos possuindo algumas regras inacessíveis e protegidas por direitos comerciais. O pouco que se sabe é que a relevância é definida pelo algoritmo *EdgeRank*, ele carrega a seção de notícias e classifica qualquer interação com a página a partir de 3 critérios: o primeiro é o de afinidade que está relacionado ao nível de interesse demonstrado por outro perfil ou página fazendo com que seja mostrado frequentemente suas atualizações; o segundo é o exame desse conteúdo, as atualizações; e o terceiro é o tempo, dá-se mais importância as publicações recentes que as mais antigas (PARISER, 2017).

soube explorar com êxito os recursos desse espaço e construir narrativas que, além de envolver o público, buscavam legitimar seu ponto de vista afastando a ideia de golpe.

Sem dúvida, a defesa dessa posição não ocorria num campo neutro, mas num espaço em que diferentes projetos políticos se enfrentavam. Essa visão é fundamental para entender as práticas do MBL, especialmente, quando consideramos que o movimento não pretendia apenas desarticular os discursos voltados para defesa da permanência de Dilma Rousseff no cargo, bem como o seu impeachment, buscava também se validar como força política. Essa prática é sintomática da permanente “queda de braços” entre as diferentes forças políticas que lutam por hegemonia o que faz do conflito um traço constitutivo do espaço social (LACLAU; MOUFFE, 2015).

O que nos leva a considerar em nossa análise a natureza discursiva do social, pois o que julgamos “natural” é sempre construído por práticas hegemônicas que envolvem tanto uma dimensão significativa quanto afetiva. A primeira abrange os sentidos articulados por diferentes agentes em contextos variados e a segunda compreende uma força psíquica que atua através de sentimentos, emoções e paixões. Como a fixação de sentido é contingente, apesar de manter certa estabilidade, o investimento afetivo possibilita uma articulação discursiva à medida que nutre processos de identificação que conferem força aos discursos. No âmbito político essa dimensão é fundamental para constituição de formas de identificação, pois permite demarcar fronteiras, “nós-eles”¹³, a exemplo dos posicionamentos favoráveis e contrários ao impeachment.

Nessa perspectiva o MBL investiu na construção de uma rede de sentidos articulados que incluía, por exemplo, o liberalismo, o conservadorismo moral e a ideia de combate à corrupção para justificar a necessidade do impeachment de Dilma Rousseff. O movimento mobilizou os afetos como um importante elemento de coesão discursiva. Com isso, não estamos desconsiderando o peso da racionalidade ou o fato de que esta, também, possui um componente afetivo. Mas, acreditamos que, nesse caso, o mais importante era estabelecer um vínculo afetivo com base em uma visão de mundo compartilhada que permitisse ao movimento nutrir as crenças dos seus seguidores e manter a coesão do grupo em torno da necessidade de cassação da presidenta.

Assim, enquanto se constituía como uma força hegemônica favorável ao impeachment o MBL mobilizou afetos através de um discurso que compreendia os seguintes elementos:

¹³ MOUFFE, Chantal. El papel de los afectos en la política agonística. Youtube, 24 de março de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/bSb71GIJzVU> Acesso: 14/07/2022.

“indignação”¹⁴ em relação à incompetência técnica de Dilma Rousseff e seu governo; a luta anticorrupção; a aversão a esquerda e ao comunismo; o “medo”¹⁵ da violência; a “incerteza”¹⁶ político-econômica; e, o “salvacionismo”¹⁷ da economia por meio da cassação da presidenta. Essas ideias eram difundidas através de postagens em diferentes formatos (vídeo, áudio, imagem e texto) contra o governo, Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula, o PT, a esquerda de modo geral e qualquer figura pública que se posicionava contra o impeachment.

O discurso de revolta, a retórica moralista, os memes, bem como as imagens de impacto, às vezes, em tom jocoso em outras enfurecedor, encontravam fluidez na estrutura do Facebook porque conseguiam afetar o público e contribuíam para novas formas de engajamento político: cliques, curtidas, comentários, compartilhamentos, entre outras. Além disso, essa plataforma é praticamente indiferente¹⁸ ao tipo de conteúdo que circula nela desde que promova engajamento. Isso ocorre, entre outros motivos, porque o modelo de negócios no qual ela se apoia parte tanto da captura quanto da valorização dos dados como recurso econômico. Qualquer conteúdo capaz de mobilizar um público significativo fornece um volume maior de informações para o banco de dados do Facebook o que justifica a falta de um controle mais efetivo sobre o conteúdo que circula nesse espaço.

No entanto, o engajamento do público que expressa as interações do usuário em uma publicação é um recurso difícil de ser assegurado mesmo com muitos seguidores. Tal ocorrência, deve-se a métrica de alcance dessa plataforma, ou seja, ao cálculo da quantidade de pessoas com acesso à postagem ou página é definido a partir de dois critérios: i) orgânico, conta todos os seguidores alcançados de forma gratuita; e ii) pago, como o próprio nome sugere, calcula os usuários alcançados através da mídia paga. Em vista disso, o Facebook subordina o alcance orgânico da página a um número menor seguidores e para ampliar a sua visibilidade, dentro dessa lógica, deve-se pagar. No caso do MBL, embora o movimento

¹⁴ A indignação se reflete, por exemplo, na seguinte publicação: “A incompetência, a insistência em ideias socialistas, a corrupção - ou apenas a negligência de Dilma Rousseff jogaram o país no seu pior fracasso econômico em décadas. Dilma não tem mais legitimidade e condições de continuar governando o país.”. Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339499912840825/?type=3&theater> Acesso: 27/04/2020 às 17h43min.

¹⁵ O medo se expressa através de comentários como o de Renan Santos em um ato realizado em Nova York em que ele afirma ter morrido mais gente de violência urbana no governo do PT do que na guerra do Vietnã. Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/365254603598689/?v=365254603598689> Acesso: 18/05/2020 às 20h55min.

¹⁶ É possível sentir a incerteza em postagens como a seguinte: “Para o FMI, Brasil terá o pior desempenho do PIB entre as principais economias do mundo”. Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339257739531709/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020 às 17h00min.

¹⁷ O salvacionismo aparece, por exemplo, em publicações do tipo: “BOVESPA disparou hoje com a notícia da abertura do impeachment de Dilma Rousseff, com destaque para as ações das empresas estatais. E ainda: o dólar caiu.” Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/330372010420282/?type=3&theater> Acesso: 22/04/2020 às 19h14min.

possua três milhões¹⁹ de seguidores, em 28/04/2022, isso não basta para colocar suas postagens em evidência.

Ademais, os critérios de relevância do Facebook não são tão explícitos, de modo que para garantir o engajamento, deve-se pagar ou investir em estratégias de viralização de conteúdo. A utilização de recursos visuais com imagens contendo mensagens que promovam alguma forma de interação imediata com o público e/ou provoquem algum tipo de impacto, embora não esgotem o escopo de possibilidades utilizadas para tal fim, é representativo desse tipo de estratégia de viralização. O MBL, por exemplo, recorria frequentemente a posts, como os seguintes, que solicitavam a curtida dos seguidores, caso concordassem com o conteúdo. Também era comum a divulgação de imagens com mensagens que geravam um certo espanto no público promovendo engajamento.

Figura 03- Impeachment como solução



Fonte: MBL²⁰
Dados organizado pela autora.

A princípio importa mais ao Facebook a visualização do que o conteúdo postado. De modo que não só a divulgação desse tipo de postagem, mas também a criação de perfis controlados por softwares (robôs) fazendo-se passar por pessoas foram igualmente utilizados pelo MBL para impulsionar seus posts²¹. Esses métodos de viralização de conteúdo

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/> Acesso em: 12/07/2019.

²⁰ Disponível em:
<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/342480632542753/?type=3&theater>
<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/332773763513440/?type=3&theater>
Acesso: 17/08/202.

²¹ O Facebook desativou 87 páginas no Brasil sob alegação de que pertenciam a uma rede coordenada que ocultava contas falsas. Embora não tenha sido divulgado as páginas ou usuários, fontes indicam a participação de membros importantes do MBL que, na ocasião, declarou ter afetado vários de seus coordenadores. Disponível em:

encontram referência no que, atualmente, vem sendo definido como pós-verdade, uma estratégia de dominação política que visa mobilizar a opinião pública através da ênfase nos afetos e crenças pessoais.

Nesse ponto, é importante enfatizar o aspecto referente à mobilização da opinião pública quando consideramos a ideia de pós-verdade. Isso porque não se trata, necessariamente, de uma questão de convencimento tendo em vista que, no caso do MBL, há uma identificação entre os seus seguidores e as pautas relacionadas ao impeachment de Dilma Rousseff. Em muitos casos suas postagens não precisavam convencer de nada, elas apenas mantinham aceso um sentimento de repulsa contra o governo, a presidenta e seus apoiadores. Assim, quando os seguidores interagem com as postagens do movimento eles estavam, muito mais, expressando um acordo tácito do tipo “conte-me entre os seus” e reforçando os laços do grupo do que sendo convencidos de algo. Nesse caso a comunicação é concebida como uma mobilização, baseada em afetos que despertam emoções básicas como raiva, ódio, repulsa e não como espaço de diálogo.

Outro traço comum a esse tipo de postagem feita pelo MBL é a mobilização de pautas discutidas por seus antagonistas, mas a partir de um enfoque polêmico dado pelo movimento. Esse tipo de ação desvia o olhar das proposições feitas por seus opositores para dar importância a um escândalo promovido pelo movimento. Por exemplo, o MBL foi muito cobrado por setores da imprensa e, até mesmo, por parte dos seus seguidores por fazer vista grossa para os escândalos de corrupção envolvendo Eduardo Cunha que, de acordo com uma narrativa corrente entre setores que apoiavam Dilma Rousseff, teria aceitado o pedido de impeachment em retaliação ao governo após uma tentativa fracassada de barganha para tentar se preservar no cargo, haja vista, o seu envolvimento em esquemas de corrupção investigados pela Operação Lava Jato. Para desviar o foco das relações que o MBL mantinha com esse deputado e, ao mesmo tempo, invalidar a narrativa de golpe que envolvia as ideias relacionadas às condições em que o pedido de impeachment foi aceito, o movimento promovia um novo escândalo a partir dessa mesma pauta, mas acionando outros agentes, como pode ser observado na postagem seguinte:

[...] A mesma imprensa que antes questionava a legitimidade de Cunha, não questiona a de Renan. Por que será? Será que é porque Renan defende o governo, assim como a maior parte das redações de jornais do país?

Até agora, NENHUM jornalista ligou para o MBL para conversar sobre o presidente do Senado e seu envolvimento no maior escândalo de corrupção do país²².

Esse tipo de estratégia é significativa porque demonstra aspectos importantes das práticas relativas à pós-verdade considerando que não se trata apenas da defesa de pontos de vista por determinados grupos com base em uma visão de mundo compartilhada com seus simpatizantes, envolve também um ataque incessante contra os seus antagonistas promovendo uma espécie de “bombardeio”. Esse ataque busca (i) a unificação/articulação emocional e discursiva dos simpatizantes e (ii) a “imobilização” dos antagonistas que ficam impedidos de fazer proposições e/ou mesmos pensar em tomar a iniciativa do ataque, visto que precisam se defender a todo momento e não conseguem desarticular completamente as narrativas que se voltam contra eles.

Ressalte-se que embora práticas como essa, associadas à pós-verdade, não sejam um fenômeno recente, visto que as tentativas de monopolização do debate sempre constituíram os bastidores da política, é importante considerar que o meio através do qual elas vêm se expressando nos últimos anos, as mídias sociais, imprimiram uma diferença significativa. Quanto mais massiva e rápida for a comunicação, mais sedutora será a perspectiva de monopolizar o debate político.

Outro ponto a ser considerado em relação à pós-verdade é que se trata de um debate que encontra precedente nas discussões acadêmicas, visto que a impossibilidade de uma verdade objetiva tem sido utilizada como forma de invalidar a autoridade da ciência (MCINTYRE, 2018). A este respeito, vale destacar que um ideal de verdade objetiva é um questionamento antigo para a filosofia, mas considerando a pós-verdade como expressão do relativismo que permeia essa discussão sua base filosófica remonta ao final do sec. XX com o pós-modernismo.

Sobre esse movimento importa saber que, apesar de ter sua coerência questionada enquanto escola de pensamento e não possuir uma definição exata, ele inaugurou uma importante reflexão sobre o que deveríamos entender por verdade e sobre a autoridade que ela supõe. O questionamento da linguagem, da cultura e da própria noção de realidade objetiva impôs flutuações à noção de verdade, desgastando-a.

Nesse contexto, o entendimento da linguagem e cultura como construtos sociais, quer dizer, fenômenos políticos que expressavam a distribuição de poder por meio de classe, raça, gênero e sexualidade ganharam relevância frente aos ideais abstratos da filosofia clássica

²² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblive/photos/a.204296283027856/333631446761005/?type=3&theater> Acesso: 22/04/2020.

(D'ANCONA, 2018). A apreensão da realidade nesses termos impôs um novo questionamento “[...] se tudo é um ‘construto social’, então, quem vai dizer o que é falso?” (D'ANCONA, 2018, p. 85). À vista disso, os parâmetros para definição da realidade ficaram ainda mais esgarçados.

Trazendo essa discussão para o plano de uma sociedade cada vez mais conectada como atual, as novas mídias sociais enquanto espaço de produção e circulação de informação ampliaram o potencial de compartilhamento de conteúdo pautado por uma lógica comunicativa que visa monopolizar as discussões em plataformas digitais explorando, sobretudo, crenças pessoais. A emergência de plataformas como o Facebook relativizou a centralidade da chamada “grande mídia” como principal meio de informação. Seu uso cada vez mais ampliado se beneficia da conhecida pré-disposição dos indivíduos em valorizar e aceitar mais facilmente o que lhes é próximo e que chega através de pessoas conhecidas contribuindo para uma confiança, quase inquestionável, pelo que chega através das mídias sociais (PREGO, 2017).

A ascensão desse novo ecossistema midiático confundiu ainda mais as fronteiras entre notícias e opiniões. Dependendo do que se pretende alguns fatos se tornam mais relevantes que outros. Por exemplo, quem difunde *fake news* (notícias falsas) que é um fenômeno característico da pós-verdade, tenciona produzir uma pauta contra seu adversário, impedindo-o de propor questões e/ou bloqueando a visibilidade para temas que ele julga relevantes. Há, aqui, uma disputa por poder e pela afirmação de um discurso que legitime determinado ponto de vista. Dependendo das relações de forças empenhadas e do nível de identificação que elas promovem algumas narrativas tendem a ser muito mais aceitas do que outras.

Não por acaso, o MBL buscava manter sua coesão interna através da manutenção de sentidos comuns partilhados com seus seguidores para reafirmar um sentimento de repulsa por Dilma Rousseff e seu governo. Nesse sentido, o movimento instrumentalizava narrativas que promovessem a defesa do impeachment, valendo-se de estratégias como a difusão de notícias falsas²³. Era comum, inclusive, postagens com links para os sites Ceticismo Político e Jornal Livre, ambos listados pela Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP) entre os que mais divulgavam notícias falsas ou boatos no país²⁴.

Além disso, para validar sua posição favorável à cassação da presidenta, o MBL disputava sua narrativa com a mídia tradicional, especialmente, quando os fatos desafiavam o

²³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/facebook-demuba-rede-de-fake-news-usada-pelo-mbl-22917346> Acesso em 06/07/2021.

²⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/05/26/conheca-donos-de-sites-de-guerra-politica-que-se-espalham-como-noticia...> Acesso em: 25/11/2018.

seu ponto de vista. Em várias ocasiões esse movimento acusou a Folha de São Paulo de tendenciosidade na cobertura dos eventos referentes ao impeachment alegando em determinada circunstância, mesmo sem provas, que Dilma Rousseff interferia nas publicações desse periódico²⁵. Aqui, a comprovação dos fatos já não importava, tratava-se de um ataque incessante que, por um lado, promovia articulação discursiva e emocional entre o MBL e os seus seguidores e, por outro, desarticulava qualquer narrativa da Folha de São Paulo que fosse contrária as pautas relativas à defesa do impeachment. Isso porque qualquer ação desse tipo acionava imediatamente o vínculo entre esse jornal e a presidenta, apesar das tentativas de desarticular essa narrativa.

A observação desses eventos nos levou a mobilizar uma abordagem teórica que partisse de uma visão política democrática pluralista na qual a constituição dos antagonismos é a própria condição da sua existência. Nesse sentido, a teoria do discurso, ou teoria política, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) forneceu importantes contribuições, sobretudo, porque se trata de uma “teoria de identificação de significantes” na qual a contestação ou múltiplo investimento pelos vários atores sociais possibilita construir hegemonias²⁶.

Nesse caso, os ataques incessantes do MBL contra os seus opositores traduzem bem essa luta por hegemonia, pois conforme ressaltamos, visa promover uma articulação emocional e discursiva com seus simpatizantes e, ao mesmo tempo, torna difícil aos adversários diretos proporem suas próprias pautas. Essa luta envolve, também, um constante investimento na pacificação/homogeneização dos diferentes segmentos articulados pelo discurso desse movimento considerando que ele reúne pautas bem distintas entre si como a defesa do liberalismo e o conservadorismo de costumes. Essa percepção retira a política de um campo de ação previamente determinado, compreendendo-a como resultado de decisão.

Essa abordagem abre espaço também para incerteza considerando que nada está consolidado, os acordos são precários, os consensos são conflituosos, até mesmo a democracia não está garantida. Nesse sentido, a política como articulação não é predeterminada, mas envolve lutas que não, necessariamente, possuem um caráter progressista. Para Laclau e Mouffe (2015) todas as lutas têm um caráter parcial e, por esse motivo, podem ser articuladas por discursos muito diferentes, pois o que vai caracterizá-las é a articulação.

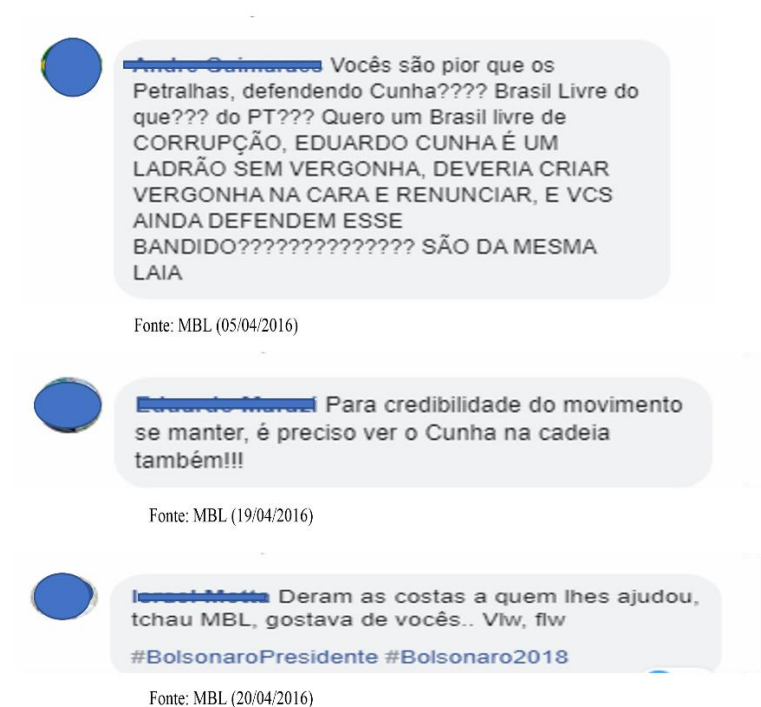
²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/284289635028520/?v=284289635028520> Acesso em 05/02/2020.

²⁶ LOPES et al. Prefácio. In: LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. Hegemonia e Estratégia Socialista. Por uma política democrática radical. Intermeios, 2015.

Esse processo demanda uma passagem pelo discurso, entendido como uma categoria que une palavras e ações, constituindo-se como uma prática significativa. Nessa abordagem o social é visto em termos de discursividade o que implica em múltiplas possibilidades de interpretação desse espaço. À vista disso, importa considerar que para Laclau e Mouffe (2015) o discurso é sempre interdiscurso, ou seja, a possibilidade que o MBL tem de produzir sentido naquilo que divulga só pode se realizar na disputa semântica de temas fundamentais com outros grupos. É por esse motivo que, na perspectiva dos autores, a verdade se constrói historicamente pelo conflito. Sendo assim, as múltiplas possibilidades de interpretação do social expressam um ambiente marcado por disputas entre diferentes projetos que lutam por hegemonia buscando articular uma série de demandas em torno de si. Tal articulação é vista como resultado de uma construção política, não de uma essência comum subjacente a essas demandas, e, por esse motivo, ela é contingente e precária.

Nesse sentido, o MBL reuniu em torno de si um público bem heterogêneo, mas que tinha em comum o discurso favorável ao impeachment de Dilma Rousseff. Entre os seguidores que interagiam com as suas postagens, encontravam-se: defensores da ditadura militar; apoiadores do atual presidente da República, Jair Bolsonaro; os que se orientavam por um discurso religioso e buscavam a salvação do país; os defensores do Estado mínimo; e os que defendiam a Lava Jato e Sérgio Moro.

Com o andamento do processo essas diferenças foram sendo bem mais demarcadas, principalmente, quando o impeachment passou a ser mais um fato do que uma promessa. Verificou-se muitas divergências nos comentários das postagens em relação, por exemplo, a proximidade do MBL com o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) denunciado pela Lava Jato. Outro exemplo foi a cobrança de um posicionamento do movimento contra as críticas direcionadas a Jair Bolsonaro (PP-RJ) sobre o seu pronunciamento na Câmara de Deputados durante a votação do impeachment, ocasião em que ele homenageou o torturador de Dilma Rousseff no período da ditadura militar. A figura a seguir traz algumas dessas referências.

Figura 04- Diferentes demandas

Fonte: MBL
 Dados organizado pela autora.

Em face disso, as articulações do MBL devem ser entendidas a partir de seu contexto de emergência, como resultado de lutas por hegemonia, que demandam uma passagem pelo discursivo. Mas, não podemos desconsiderar que embora o plano semântico seja uma dimensão significativa desse processo, as disputas discursivas nesse contexto assumiram características bem peculiares tendo em vista a importância da monopolização do debate, especialmente, pela mobilização dos afetos e pelo ataque incessante aos opositores.

Ressalte-se que em Laclau e Mouffe (2015) a busca por hegemonia é, principalmente, uma luta pela apropriação dos significados, mas no caso do MBL essa hegemonia foi buscada paralelamente à corrosão constante dos significados. Sobretudo, quando consideramos o emprego sistemático do insulto como forma de desqualificação moral dos seus oponentes o que corroía as bases de um debate racional promovendo uma escalada emocional a ponto desumanizar²⁷ e transformar, por exemplo, o PT em “demônio”.

Em função disso a teoria de Laclau e Mouffe (2015) nos orientou até certo ponto e, por esse motivo, recorreremos à discussão sobre pós-verdade para analisar as especificidades das disputas discursivas engendradas por esse movimento, principalmente, porque se tratava

²⁷ Sobre a desumanização do inimigo vide Ferreira (2008).

da necessidade de manter a discussão em andamento a qualquer custo, independente de se ter razão, ou não, para isso. Assim, por entendermos que esse tipo de comunicação tem estruturado as disputas políticas recentes, essa tese pretende contribuir com essa discussão tomando como referência o caso específico da atuação do MBL no Facebook para observar como opera essa lógica comunicacional.

Feita essa ressalva, vale destacar ainda que o referencial teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe contribuiu, não só para a análise desse contexto, mas orientou também a metodologia de pesquisa que desenvolvemos aqui. Como as mídias sociais são ambientes de produção, circulação e legitimação de discursos, apesar dos autores não apresentarem um método específico para esse tipo de espaço suas ferramentas teóricas nos orientaram no processo de coleta e composição da amostra, auxiliando-nos na classificação das postagens de acordo com os sentidos articulados pelo discurso do movimento.

Para realizar essa análise definimos como marco-cronológico o intervalo que vai de dezembro de 2015 a agosto de 2016, período que compreende o acolhimento e julgamento do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff pela Câmara Federal e Senado. Nessa empreitada nos interessou examinar as postagens e debates na página do MBL no Facebook, para isso foram coletadas, manualmente, 396 postagens realizadas pelo movimento e os 10 comentários mais relevantes²⁸ de cada uma delas feito pelos seguidores. O tratamento desse material foi realizado em três etapas no Microsoft Word, conforme será descrito em seção específica.

Os resultados desse estudo foram organizados em três capítulos, além dessa introdução:

O Capítulo 2 contextualiza o avanço das tecnologias da informação e comunicação num mundo cada vez mais conectado destacando questões como a valorização dos dados, *Big Techs*, governança algorítmica e ativismo digital. Pretendemos situar o Facebook nesse cenário demonstrando seu modo de atuação, bem como a influência sobre a prática discursiva que o MBL desenvolve em sua plataforma considerando que se trata de um ambiente regido por regras próprias e que, portanto, tem um peso sobre as articulações, sentidos e vínculos mantidos pelo movimento nesse espaço.

O Capítulo 3 se divide em dois momentos com o intuito demonstrar o potencial das teorias que mobilizamos para analisar as especificidades das disputas discursivas que pautam

²⁸ O Facebook oferece a possibilidade de filtrar os comentários de acordo com três critérios: “mais relevantes”, inclui os comentários de amigos e, também, aqueles com maior engajamento primeiro; “mais recentes”, mostra todos os comentários, porém os mais recentes vêm primeiro; e, “todos os comentários”, mostra todos os comentários, incluindo possíveis spams, no entanto os mais relevantes aparecerão primeiro.

a atuação do MBL no Facebook. Inicialmente, abordamos a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe apresentado as principais categorias (discurso, antagonismo, deslocamento, equivalência, diferença e hegemonia) que nos permitiram observar as articulações e sentidos engendrados por esse movimento na busca por hegemonia. Em seguida, apresentamos a discussão sobre pós-verdade para demonstrar a peculiaridade das práticas discursivas quando engendradas por meio de estratégias associadas a esse conceito, especialmente, num contexto marcado pelo advento das mídias sociais.

O Cap 4 apresenta o percurso metodológico que seguimos para construir o corpus de pesquisa que fundamentou a análise desenvolvida nesse estudo, destacando os principais recursos utilizados para coleta dos dados.

Cap 5 à luz dos capítulos anteriores analisa as postagens do Movimento Brasil Livre no Facebook, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016. Inicialmente, contextualiza os eventos que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff observando os deslocamentos que favoreceram a emergência do discurso de oposição ao governo, assim como a perda de legitimidade do discurso hegemônico. Caracteriza o Movimento Brasil Livre demonstrando como ele se constituiu durante esse processo. Em seguida, apresenta os sentidos articulados pelo discurso desse movimento em defesa da cassação da presidenta tomando como referência narrativas relacionadas à visão que o movimento construiu sobre a esquerda, o PT e Dilma Rousseff, postagens que apresentam o seu confronto com a mídia, questões referentes à economia, corrupção e, por fim, a invalidação da ideia do discurso de golpe relacionado à defesa do impeachment.

Além desses capítulos, a tese traz nas Considerações Finais uma síntese do trabalho e as principais ideias que a análise da articulação do impeachment de Dilma Rousseff pelo Movimento Brasil Livre no Facebook nos permitiu explorar.

2 *BIG DATA*

A visibilidade que o MBL conquistou ao longo do processo de impeachment de Dilma Rousseff tem uma relação direta com a sua atuação nas mídias sociais, particularmente o Facebook, que facilitou a promoção de discursos com um forte viés afetivo, como o do movimento, em virtude do engajamento que ele capaz de gerar. A emergência desse tipo de plataforma relativizou a centralidade da imprensa tradicional como principal meio de informação possibilitando a emergência de novos espaços de produção e difusão de notícias. Esse novo ecossistema midiático também trouxe mudanças significativas sobre o modo como se consome notícias, visto que para muitas pessoas o Facebook se tornou o principal meio de informação. Os filtros de personalização dessa plataforma contribuíram para isso, considerando que eles estruturam a experiência do usuário nesse espaço ao direcionar conteúdos que refletem seus próprios interesses. Em função disso, eles passam a buscar cada vez mais informações alinhadas às suas preferências o que contribui para a polarização política nesse espaço e facilita a promoção de discursos radicalizados.

O MBL soube se apropriar dessa infraestrutura para se articular a usuários que se sentiram interpelados por seu discurso em favor do impeachment. O movimento desenvolveu uma dinâmica comunicativa que buscava monopolizar as discussões nesse espaço explorando, sobretudo, afetos e crenças pessoais dos seus seguidores. Isso foi possível, entre outros motivos, porque o Facebook possui um volume gigantesco de dados que permite avaliar o que é relevante para cada usuário e, dessa forma, encaminhar conteúdos específicos, além de possibilitar a conexão entre públicos afins.

Esse nível de personalização é possível graças ao comportamento do próprio usuário que deixa rastros nessa plataforma permitindo que, em algum momento, esses mesmos vestígios encontrem um caminho de volta até eles sob forma de publicidade, ideias afins etc. O controle sobre essas ações é fundamental para o Facebook que lucra com o uso intensivo de dados. Nesse caso, a construção de um espaço “acolhedor” e personalizado faz com que o usuário dispense mais tempo nessa plataforma o que é vantajoso tanto para o Facebook como para aqueles que se beneficiam dessa estrutura para difundir suas ideias. Pois, esse sistema afeta o modo como as pessoas percebem o mundo à medida que define os assuntos que devem ser relevantes para elas. Isso ajuda a promover a formação de estruturas autocentradas contrárias a tudo que negue à sua própria visão de mundo.

O MBL soube operar a partir dessa lógica construindo um espaço de atuação política e midiática para divulgar suas ações nessa plataforma. O movimento buscou, inclusive, ferramentas e estratégias não permitidas pelo Facebook para engajar o público na defesa das suas pautas e tentar controlar as discussões nesse espaço. A utilização do aplicativo Voxer foi um exemplo disso porque ele replicava postagens do MBL nos perfis dos seus seguidores, em muitos casos, sem que esses últimos soubessem ajudando a promover um engajamento “artificial”, segundo o El País²⁹. Outra estratégia nesse sentido, de acordo com a BBC News Brasil³⁰, foi a criação de um conjunto de contas falsas que ficavam sob o comando do MBL e compartilhavam informações ao mesmo tempo para passar a ideia de que o conteúdo do movimento era muito relevante.

O MBL também buscou impulsionar o engajamento das suas postagens por meio da mobilização de afetos. Emoções como a raiva e o medo foram bastante exploradas por ele. Exemplo disso foram as suas postagens em relação às políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma Rousseff, consideradas como socialistas e totalitárias. Os seguidores do movimento despejavam o seu medo e a sua raiva através de comentários, reações e compartilhamento desse tipo de postagem. Isso mantinha o seu público engajado e as suas publicações em relevância nessa plataforma.

Ressalte-se que a própria estrutura do Facebook contribui para essa forma de atuação do MBL e ainda amplia a sua visibilidade, porque ela costuma priorizar temas e visões hegemônicos. Isso significa que discussões polarizadas, afetivas, que conseguem provocar uma comoção maior entre os usuários, geram um engajamento expressivo que permite à plataforma extrair um volume maior de dados a ser monetizado. O que faz com que ela seja, praticamente, indiferente ao tipo de publicação que circula na rede, visto que se converte em lucro. Por esse motivo, consideramos necessário um olhar mais detido sobre esse universo tecnológico no qual grandes empresas como Facebook, que lucram com plataformas que fazem uso intensivo dados, vem assumindo um papel importante na estruturação dos debates políticos recentes. Haja vista, o modo como o MBL estruturou sua campanha em defesa do impeachment de Dilma Rousseff nesse espaço e os desdobramentos para além dele.

²⁹ Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/tecnologia/1522697464_115554.html Acesso: 12/09/2019.

³⁰ Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44962130> Acesso: 25/11/2018.

2.1 “A ASCENSÃO DOS DADOS”

Em um cenário cada vez mais interconectado como o atual, em que a infraestrutura tecnológica penetra quase todos os aspectos do cotidiano, uma nova leitura do mundo emerge à medida que os eventos passam a ser compreendidos por essa nova dimensão simbólica que expressa uma contínua digitalização da vida. Como resultado desse processo de mediatização pelas tecnologias digitais, “O mundo renasce como dados e o texto eletrônico é universal em escala e escopo” (ZUBOFF, 2018, p. 24). Nesse contexto as ações mais rotineiras são pulverizadas em pequenos e infindáveis rastros no ciberespaço, um ambiente ainda pouco regulado.

Desse “infinito” digital surge nos últimos anos o termo *big data* em referência ao grande volume de dados que serve de base para a produção de informação atualmente. Esse termo expressa o nível mais recente e avançado de digitalização compreendendo o que se define como *small data*, dados que produzimos diariamente sobre nós e sobre tudo que fazemos mediado pelas tecnologias da informação e comunicação. Através dos aparelhos mais banais produzimos dados que se desdobram em metadados e traduzem um conjunto de informações sobre o nosso cotidiano. O processo de “inteligentificação” (MOROZOV, 2018) da vida promovido pelo forte investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e em seu consumo corrobora essa produção exponencial que caracteriza o *big data*.

De *smartphones* a geladeiras inteligentes, observa-se a entrega confortável de vários domínios da vida a um universo tecnológico com capacidade de controle sobre ela. O cotidiano vem sendo capturado e analisado por meio do controle massivo de dados, o que produz efeitos sobre vários setores sociais. O avanço das tecnologias de extração e análise de dados colocou as empresas que trabalham nesse setor na mira do mercado global (PIMENTA, 2013). De acordo com Constantiou e Kallinikos (2015) a análise e interpretação de dados é um elemento próprio da vida institucional e organizacional, além disso, é um recurso estratégico para comercialização.

O domínio informacional proveniente do tratamento de um grande volume de dados não representa apenas o controle estratégico e racional das sociedades, mas também a reificação da virada informacional, haja vista, que do ponto de vista econômico “a produção de riqueza passa a depender do conhecimento e informações produzidos” (LOPES apud PIMENTA, 2013, p. 06). Essa guinada informacional justifica a popularidade que a expressão

do matemático londrino, especializado em ciência dos dados, Clive Humby ganhou no setor econômico, “Data is the new oil” que em tradução livre nos diz “Dados são o novo petróleo”.

Embora essa comparação entre dados e petróleo tenha fundamento ela não esgota as possibilidades de interpretação dessa afirmação, especialmente, quando consideramos todo histórico de violência, pressões corporativas e queda de governos democráticos associado à história do petróleo no século XX. Como bem colocado por Morozov (2018, p. 09) “se os dados são o petróleo do sec. XXI, quem vai ser o Saddam Hussein deste século?”. O autor avalia que os serviços de inteligência artificial, que dependem de uma base de dados, configurarão um dos principais espaços de disputas geopolíticas deste século.

Apesar do tom profético, tal afirmação nada tem de descabida levando em conta que a conexão entre gestão de dados e o seu potencial de produção de informação está cada vez mais associado a um nível de controle e seu uso estratégico sobre atividades e espaços. O que, embora clichê, dê ainda mais sentido quando avaliamos a fala completa de Humby: “Os dados são o novo petróleo. É valioso, mas se não for refinado, não pode realmente ser usado (...) então os dados devem ser decompostos, analisados para que tenham valor”³¹.

Isso sugere que não só o domínio, mas o tratamento de dados é crucial para a lógica de acumulação contemporânea. Zuboff (2018) afirma que o *big data*, além de ser um elemento fundamental nesse processo, é profundamente intencional e com implicações importantes para o que ela denomina “capitalismo da vigilância”. Segundo a autora, ele representa o capitalismo de informação atual que busca prever e modificar o comportamento humano com intuito de produzir receitas e controle sobre mercados (ZUBOFF, 2018). Tal afirmação reflete o encontro entre a digitalização da vida e a lógica de acumulação tendo em vista que para o mercado de dados o comportamento humano é um produto.

A extração e análise de dados, como parte desse processo, constitui um dos usos pioneiros das transações mediadas por computador (VARIAN apud ZUBOFF, 2018) fornecendo, dessa forma, o substrato necessário para esse tipo de acumulação. A este respeito Zuboff (2019) destaca cinco importantes fontes de *big data* provenientes de atividades mediadas por computador: 1) dados resultantes de transações econômicas que compreendem fluxos de diversos sistemas institucionais e transacionais; 2) os oriundos de sensores incorporados a uma variedade de objetos e espaços referentes ao que se tem chamado de “internet de todas as coisas”; 3) os procedentes de banco de dados governamentais e corporativos compreendendo dados vinculados aos bancos, à intermediação de pagamentos

³¹ “Data is the new oil. It’s valuable, but if unrefined it cannot really be used (...) so must data be broken down, analyzed for it to have value.”

eletrônicos, às agências de avaliação de crédito, às companhias aéreas, aos registros censitários e fiscais, às operações de planos de saúde, aos cartões de crédito, aos seguros, às empresas farmacêuticas e de comunicações, entre outros (ZUBOFF, 2018 p. 28); 4) dados provenientes de câmeras de vigilância públicas e privadas que compreendem seja o que for desde *smartphones* a satélites; 5) e os resultantes de atividades não mercantis relacionadas as atividades cotidianas que compreendem o *small data*.

Essas fontes de dados demonstram como uma série de objetos e ações rotineiras permitem uma rastreabilidade maior e mais silenciosa do nosso cotidiano. Esse tipo de lógica que atualmente se convencionou a chamar de “extrativismo de dados” parte da premissa que o usuário de dispositivos digitais e serviços é o conteúdo e, portanto, fonte valiosa de informação. Tais dados constituem verdadeira fonte de matéria-prima para as empresas de tecnologia que com o uso deles desejam, inclusive, prever comportamentos através da construção de perfis detalhados. Mas, geralmente, a captura de dados ocorre sem o conhecimento dos usuários violando seus direitos à privacidade.

Em outros casos esses dados são abdicados ou compartilhados voluntariamente através de serviços utilizados com a prerrogativa de serem gratuitos, exemplo disso é o acesso ao Facebook. O usuário não precisa pagar para utilizar essa plataforma, mas em contrapartida permite a coleta de dados sobre suas movimentações nesse espaço e, assim, custeia o serviço. Sobre essa questão Morozov (2018, p. 130) observa que a conectividade de tudo com a internet é o que possibilita “[...] mercantilizar tudo e atribuir um preço às informações associadas ao seu contexto de uso. Os sensores e a conectividade onipresente ajudam a criar novos mercados líquidos para essas informações, permitindo que os cidadãos monetizem o automonitoramento”.

A valorização das empresas de tecnologia com perfil extrativista de dados é representativa do crescimento que esse mercado vem alcançando nos últimos anos. Entre as líderes desse segmento, cinco encabeçam a lista da Forbes das dez marcas mais valiosas do mundo em 2020: Apple, Google, Microsoft, Amazon e Facebook³². Essas mesmas corporações já figuravam como as cinco principais do ano anterior. Essa tendência de valorização já era observada em 2017, ano em que as ações dessas empresas na bolsa de valores superaram o PIB da Noruega, um país rico em petróleo (MOROZOV, 2018). Além disso, no primeiro trimestre desse mesmo ano elas reuniram coletivamente um lucro líquido de 25 bilhões de dólares.

³² Disponível em: <https://www.ibe.edu.br/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2020-segundo-a-forbes/>
Acesso: 20/01/2021.

Ainda sobre a valorização e crescimento que as empresas desse segmento vêm alcançando o jornal inglês Financial Times também divulgou dados, em 2020, sobre as 100 corporações que mais lucraram com a pandemia provocada pelo Covid-19. Entre as 100 empresas que apareciam na lista, 49 estavam diretamente vinculadas à tecnologia, dentre essas, as quatro primeiras (Amazon, Microsoft, Apple e Tesla) reunidas tiveram um crescimento próximo a 1 trilhão de reais em valor de mercado³³. Além disso, as dez primeiras empresas que mais ganharam num semestre tiveram um crescimento superior ao total das outras 90 companhias, juntas elas somaram 1,5 trilhão de dólares superando o PIB do Brasil que está entre as quinze maiores economias do mundo³⁴.

O crescimento dessas corporações reflete, entre outras questões, a valorização dos dados como um recurso econômico. Segundo Pessanha (2020, p. 02) eles representam “[...] a nova e mais valiosa commodity da contemporaneidade que parece refletir a tendência de commodificar tudo aquilo que não é commodity”. Essa tendência é impulsionada por modelos de negócios voltados para publicidade, embora não sejam restritos a esse formato. O Google, por exemplo, depende dos dados dos usuários para analisar e produzir algoritmos que permitem vender e direcionar a publicidade para públicos específicos através de um tipo de leilão próprio (ZUBOOF, 2018). O Facebook é outra importante referência desse modelo de publicidade, o volume de dados que possui permite aos seus algoritmos direcionar anúncios específicos para públicos segmentados (CASTRO, 2018).

A extração de dados pode viabilizar também o desenvolvimento de formas avançadas de inteligência artificial (IA) baseadas em *machine learning* (aprendizado de máquina). Esse tipo de tecnologia compreende regras lógicas que buscam aperfeiçoar o desempenho de uma tarefa de forma autônoma, baseando-se no reconhecimento de padrões a partir de dados analisados. A entrada contínua dessas informações possibilita a identificação de novos padrões e funciona como treinamento para algoritmos de inteligência artificial. Vale destacar que, em muitos casos, esses dados são provenientes de bancos de informações públicas coletados a partir da web ou registrados em plataformas específicas como Facebook, Google, Twitter, entre outras.

Não por acaso, empresas que se estruturam num modelo econômico voltado para a coleta de dados são as principais usuárias de inteligência artificial. Nesse sentido, Morozov e Bria (2019) observam que os avanços recentes em inteligência artificial têm permitido a

³³Disponível em: <https://www.ibe.edu.br/as-10-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2020-segundo-a-forbes/>
Acesso: 20/01/2021.

³⁴ Idem.

empresas de tecnologia, especializadas em extração de dados, oferecer produtos como únicos e essenciais para gerenciar problemas urbanos e lucrar com isso. Segundo os autores essa oferta coloca as cidades num ciclo de dependência vicioso e acrescentam:

Afinal o Google não está coletando dados apenas para ajudá-las a vender anúncios- em muitos casos, a coleta não tem nada a ver com publicidade. Mais precisamente, os dados são necessários apenas para acelerar o desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial e para ajudar o Google a automatizar processos que dependem de interação humana, desde a condução de veículos e a classificação de imagens até a detecção de tendências (MOROZOV; BRIA, 2019, p. 67).

Para os autores a fatura vem da seguinte forma: “[...] quem controla os meios de produção da maior parte dos dados consegue a melhor inteligência artificial- e faz com que todos dependam dela, que poderá ser desenvolvida como um serviço acessível apenas por meio de um sistema baseado em permissões” (MOROZOV; BRIA, 2019, p.67 e 68). Em face disso, muitas empresas especializadas em extração de dados vêm oferecendo produtos diversificados ou financiando várias atividades capazes de gerá-los.

De acordo com Zubboff (2018) essa coleta de dados não foi completamente capturada pelo campo institucional, típico do setor privado, tendo em vista que ela não se limita a capital e ativos, mas inclui também direitos. O que vem se observando, segundo a autora, é uma redistribuição dos direitos de privacidade, em vez de muitas pessoas com posse sobre alguns desses direitos, tem-se a concentração deles por grandes empresas de tecnologia, como Google e Facebook, com poder de decisão sobre o que deve, ou não, ser mantido em sigilo pelos seus usuários.

Esse modelo de negócios se baseia em uma declaração unilateral que destoa das regras contratuais, visto que não está submetido às pressões do mercado, de reciprocidade e escolha do consumidor (ZUBBOFF, 2018). O tipo de publicidade desenvolvido pelo Google e Facebook é característico desse modelo em que o direcionamento de anúncios é feito com base na coleta de informações, nem sempre consentida, sobre as ações e interesses dos usuários, o que permite a essas plataformas atuarem em duas frentes: “leiloar” tais preferências entre os anunciantes e, ao mesmo tempo, encaminhar anúncios com base na análise de públicos específicos.

Ressalte-se que todo esse processo, além de ser livre de regulações, reflete uma assimetria de conhecimento e poder considerando que esse tipo de plataforma retém muitas informações e, em contrapartida, seus usuários têm pouca ou nenhuma noção das transações comerciais que elas efetuam, tampouco sabem sobre como seus dados são instrumentalizados e monetizados. Ademais, esse modelo de plataforma está vinculado a grandes empresas de

tecnologia, conhecidas como *Big Tech*, que vêm concentrando o controle da maior parte do mercado nessa área.

2.2 BIG TECH

As *Big Techs* representam grandes e concentradas empresas de tecnologia vinculadas a plataformas com uso intensivo de dados. Essas corporações vêm se constituindo como verdadeiros oligopólios que, além de concentrarem grandes fatias do mercado, também estão centralizadas geograficamente. A maior parte delas está localizada na América do Norte, principalmente EUA, além da China, alguns países da Europa e Ásia (MOROZOV, 2018; PESSANHA, 2020).

Traçando um paralelo entre essas corporações e setores da indústria tradicional, tais como o petrolífero, automotivo e siderúrgico que atuam em mercados altamente concentrados, as *big techs*, em particular as americanas e chinesas, possuem um nível de concentração ainda maior, em proporções nunca vistas (PESSANHA, 2020). Outro fator relevante a ser considerado é o baixo índice de empregabilidade delas, segundo Pessanha (2020) nos Estados Unidos esse segmento emprega quatro vezes menos que a indústria e o Reino Unido segue uma tendência semelhante oferecendo quase três vezes menos oportunidades que a produção industrial.

A ascensão dessas empresas, de acordo com Morozov (2018), deve ser analisada contiguamente à crise financeira mundial. O empenho em manter a austeridade em muitas economias desenvolvidas bem como os consequentes cortes nos serviços públicos e nos salários foi um dos motivos para o crescimento dessas corporações (MOROZOV, 2018). O autor ressalta que a conexão entre o surgimento das grandes empresas de tecnologia e a crise financeira mundial não é um fato evidente, sendo assim, é importante considerar que o prolongamento da crise não gera apenas uma procura por serviços mais em conta e oportunidades de trabalho (mesmo precárias), mas que:

[...] Em função do lucro baixo da maioria das fontes tradicionais de rendimentos para os investidores (por exemplo, dividendos de ações e títulos da dívida pública), também reorienta muito do capital global pertencentes a fundos soberanos e investidores institucionais, à procura de aplicações mais rentáveis nas promissoras plataformas tecnológicas. A recente criação de um fundo focado em tecnologia (o 'Vision Fund'), com 93 bilhões de dólares, pelo SoftBank do Japão- em parceria

com a Apple, os fundos soberanos dos Emirados Árabes Unidos e da Arábia Saudita, a Foxconn e vários outros investidores- é, um bom exemplo. Até agora, a maior atividade do fundo concentrou-se no financiamento de várias plataformas de dados e sites da ‘economia compartilhada’ (MOROZOV, 2018, p. 147).

À vista disso, vale ressaltar, que as grandes plataformas digitais constituem um importante elemento nessa ascensão considerando que elas estão na base das *big techs*. Morozov (2018) observa que a rápida ascensão dessas plataformas gerou um estado de bem-estar privatizado considerando que nossas atividades diárias estão sendo cada vez mais subsidiadas por *big techs*, interessadas em extração de dados, além disso, produziu certa comoção entre organizações menores e *startups*, financiadas por investidores de risco confiantes em ganhos a longo prazo.

Ressalte-se que essas plataformas se apoiam num modelo econômico voltado tanto para a captura de dados quanto para extração de valor a partir deles. Em função disso, elas conseguem ampliar sua capacidade de intermediação e coordenação dos dois lados do mercado, da produção ao consumo e como parte da circulação (PESSANHA, 2020). Sua capacidade de coordenar diferentes grupos de usuários tem implicações sobre a redução dos custos de interação em ambos os lados produzindo efeitos de rede, ou seja, quando as demandas de um lado da plataforma afetam as do outro lado (COUTINHO, 2017). Coutinho (2017) afirma que esse modelo de negócios foi crucial para o crescimento da chamada economia de compartilhamento que depende da redução dos custos de interação e de um vasto conjunto de usuários.

De uma perspectiva crítica, Pessanha (2020) afirma que esse modelo econômico vem sendo responsável por um processo que ele caracteriza como “plataformização”, em consonância ao que outros autores denominam como “capitalismo de plataforma” ou “Economia de Plataforma”. A “plataformização” se estrutura a partir do “[...] uso das infraestruturas que favorecem a lógica da economia de pedágio e que torna real a concentração das *Big Techs*” (PESSANHA, 2020, p.08). Isso porque na “economia de pedágio” o lucro se desloca na cadeia de produtiva e quem ganha mais são os intermediários de produtos e serviços que, nesse caso, são as plataformas. O que pode ser observado, por exemplo, através da dependência que outras plataformas e/ou aplicativos tem de alugar acesso para utilizar uma infraestrutura principal, definida como “plataforma-raiz” (PESSANHA, 2020).

Esse tipo de plataforma reúne um conjunto de estruturas num mesmo espaço de informação e comunicação. Saad (2019) destaca que elas concentram aplicativos, funcionalidades e interações, além da possibilidade de atuarem de forma conexa. Uma

referência nesse tipo de atuação é o Facebook, proprietário do Instagram e WhatsApp, que oferece ao usuário vinculado a mais de uma de suas plataformas a oportunidade de compartilhar suas postagens entre elas, com isso ele consegue extrair mais dados e ter acesso a todas as informações que circulam nesses espaços.

Essa interoperabilidade demonstra como a “rede” está cada vez mais integrada e o fio condutor desse processo é a rentabilidade proporcionada pelo compartilhamento de informação. Nesse sentido o Kindle, dispositivo de leitura da Amazon, é outro exemplo significativo da integração e gerenciamento das experiências na internet tendo em vista que todas as ações realizadas nesse dispositivo repercutem nos servidores da Amazon e retornam ao usuário como recomendação de produtos e serviços.

Esse processo não tem transformado apenas a estrutura da internet, ele repercute também sobre mercado de tecnologia considerando que essa integração ocorre, frequentemente, com a assimilação de organizações menores e *startups* por *big techs*. De acordo com Morozov (2018, p.148) basta que essas empresas menores concebam “[...] o serviço de tal modo que este seja complementar às estratégias de expansão de gigantes como Google ou Facebook, que, ao comprarem a *startup* e os dados por ela gerados, acharão uma maneira de integrá-los em seus imensos impérios de dados”.

Além disso, essa incorporação liberta as empresas menores de muitos encargos, principalmente, os relativos à viabilidade de negócio, geração de receitas e lucratividade (MOROZOV, 2018). Ressalte-se que, apesar do número crescente de *startups* e incentivos nessa área, o mercado de tecnologia está dividido entre as gigantes: Apple, Google, Facebook, Microsoft e Amazon. Nesse caso, a assimilação das corporações menores também explica o crescimento e concentração dessas gigantes. O Facebook é um caso exemplar desse contexto tendo em vista que com a compra do WhatsApp ele ampliou sua concentração e conseguiu aumentar sua capacidade de atuação como rede social. Por outro lado, o Whatsapp que contava com 500 milhões de usuários quando foi comprado, em 2014, teve esse número multiplicado por quatro, em 2020, quando totalizou 2 bilhões usuários e passou a liderar, em nível global, sua inserção social (PESSANHA, 2020).

Toda essa dinâmica de integração da rede e assimilação de pequenas corporações segue o rasto do processo de “plataformização” que tem por base, como já indicado, as “plataformas-raiz”, responsáveis por controlar todas as transações e interações realizadas nos seus ambientes. Elas detêm o controle sobre o fluxo de dados o que assegura, segundo Saad (2019) um ativo precioso para qualquer *big tech*. O que torna esses dados mais valiosos é o poder derivado do conhecimento que eles proporcionam sobre comportamentos, opiniões,

escolhas sociais, entre outros. A autora ressalta que o poder cognitivo gerado pela circulação de dados nessas plataformas conduz a formas de controle social por meio do uso e governança de sistemas algorítmicos.

2.3 GOVERNANÇA ALGORÍTMICA

O processo de digitalização da vida expõe o fato de que muito do nosso cotidiano vem sendo capturado e analisado. O que nos coloca diante de questões relativas a um novo tipo de governança que se realiza através de algoritmos. Em linhas gerais, algoritmos equivalem a uma sequência de instruções para atingir um objetivo específico a partir de um conjunto finito de regras, operado sistematicamente, que gera uma variedade quase ilimitada de combinações. Eles estão na base da evolução tecnológica nos últimos anos contribuindo para o desenvolvimento de sistemas e dispositivos eletrônicos com um nível de sofisticação cada vez mais complexo.

A presença dos algoritmos é sentida em diversos âmbitos do cotidiano levando em conta a inserção que a tecnologia tem no dia a dia. Em função disso, eles são programados para agir com o mínimo de interferência possível a fim de entender o comportamento humano por meio de um aprendizado contínuo que se adapta à variação das circunstâncias. O filtro de *spam* que vem nos programas de e-mail é um exemplo disso tendo em vista que ele não define de modo restritivo o que deve ser considerado *spam*, em vez disso, o filtro aprende com o próprio usuário (MOROZOV, 2018).

À medida que aumenta o nível de sofisticação do algoritmo mais ele ganha autonomia para realizar atividades complexas. Em certos casos os resultados alcançados a partir desse ganho não conseguem ser explicados nem mesmo por quem os programou. Essa dificuldade em decodificar os resultados gerados por eles demonstra, segundo Doneda e Almeida (2018) como os seres humanos estão perdendo a capacidade de compreender, explicar ou prever o funcionamento deles. Isso também coloca em questão o impacto que o uso ampliado de tecnologias com base em algoritmos produz em nosso comportamento, sobretudo, no modo como avaliamos e tomamos decisões.

Tal questionamento parte do pressuposto de que esse tipo de tecnologia vem sendo responsável por nos apresentar um mundo cada vez mais personalizado influenciando diretamente sobre as percepções que temos dele. Quando o algoritmo do Facebook, o EdgeRank, define o

que será exibido no feed de notícias dos usuários ele não está somente colocando em relevância determinados assuntos em detrimento de outros a partir de preferências detectadas, mas excluindo a possibilidade de acesso a uma experiência comum com base em fatos compartilhados para além dessas inferências. São cortes muitos sutis, mas que estão conectados a uma atitude emocional dos usuários que tendem a rechaçar qualquer conteúdo fora da sua “bolha”.

Esse exemplo é característico do que vem sendo definido como governança algorítmica, um tipo de gestão social própria da contemporaneidade que tem como modelo de funcionamento plataformas digitais como o Facebook (CASTRO, 2018). Rouvroy e Berns (2018, p. 115 e 116) definem esse modelo de gestão a partir da acepção foucaultiana de governamentalidade como “[...] um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, a agregação e a análise automatizada de dados em quantidade massiva, de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis”.

Os autores caracterizam a governamentalidade algorítmica através de três etapas: coleta de quantidade massiva de dados e constituição de *datawarehouses*; tratamento dos dados e produção do conhecimento; e ação sobre os comportamentos (ROUVROY; BERNs, 2018). A primeira fase corresponde a extração e conservação de um grande volume de dados não classificados, que pode ser denominada como o *dataveillance*, ressalta-se que é nessa etapa que se constitui o *big data*. A segunda é a do *datamining*, quer dizer, do tratamento automatizado desses dados com intuito de encontrar padrões entre eles para melhor interpretá-los. A última fase se refere à elaboração algorítmica de perfis, definidos através das correlações estabelecidas por meio do tratamento dos dados com o objetivo de antecipar comportamentos individuais (ROUVROY; BERNs, 2018).

Sobre essa etapa os autores ressaltam que a elaboração algorítmica de perfis consiste numa diferenciação fundamental entre “a informação ao nível individual” e “o saber produzido no nível da elaboração de perfis”. A primeira corresponde ao que é perceptível pelo indivíduo a que a informação se refere e a segunda diz respeito ao que não está frequentemente disponível nem é observável por ele, todavia lhe é aplicado como forma de realizar previsões probabilísticas quanto aos seus interesses e propensões (ROUVROY; BERNs, 2018).

É nessa fase que, segundo os autores, ocorre a aplicação do saber sobre o comportamento dos indivíduos cujos efeitos podem ser sentidos em diversos âmbitos do cotidiano, a exemplo da publicidade direcionada, a obtenção de crédito e a tarifação sobre

contratos de seguros. Nesse processo, Rouvroy e Berns (2018) destacam que quanto maior a agregação de dados maior a eficácia preditiva; chamam atenção para o fato de que a ação por antecipação sobre os comportamentos individuais pode, futuramente, restringir-se mais a uma intervenção sobre o seu ambiente devido à capacidade que este último possui de captar dados em tempo real e se adaptar continuamente às circunstâncias; e, finalmente, observam que o perfil vinculado ao comportamento de um indivíduo pode se adaptar de modo mais eficaz através da multiplicidade de correlações empregadas o que parece evitar categorias discriminantes e leva em conta as peculiaridades individuais.

Sobre esse último ponto, embora o desvio de categorias discriminantes assuma uma feição democrática por não fazer referência a classificações gerais, na prática, o saber assentado em dados estatísticos e probabilistas está mais preocupado em evitar a imprevisibilidade (ROUVROY; BERNES, 2018). Por esse motivo ele capta a integridade do real em mínimos detalhes realizando um processo que iguala, por exemplo, o homem de negócios e a diarista. Isso porque esses algoritmos conseguem avaliar com maior precisão o perfil dos consumidores e identificar as possíveis flutuações de interesse, humor, convicção.

Em vista disso é importante observar que a construção de perfis e sua associação a comportamentos individuais têm efeitos generalizantes com implicações sobre os processos de subjetividade. A governança algorítmica interpela o sujeito a partir de dados infraindividuais para criar modelos de comportamento sem que haja subjetivação. Assim como ocorre na propaganda tradicional não há um processo consciente de escolha, de modo que a captura do sujeito não se dá por meio de um discurso racional, mas por algo que muitas vezes ele não sabe a seu respeito. Nesse sentido, a governança algorítmica consegue ir além porque é capaz de acompanhar eventuais oscilações e sutilezas na disposição emocional do sujeito que a propaganda tradicional não consegue. Portanto, esse processo de segmentação do sujeito constitui uma etapa fundamental da governança algorítmica, caracterizada por Castro (2018) a partir de três dimensões articuladas entre si: relacional, vetorial e agenciadora.

A dimensão relacional compreende, segundo o autor, a fragmentação do indivíduo considerando que a unidade da governança algorítmica não é o sujeito, mas seus traços digitais. Como esse tipo de gestão comporta o *big data* a fragmentação do indivíduo contribui para a captação de dados. Levando em conta que nas plataformas digitais as informações estão pulverizadas, o indivíduo não tem consciência do quanto suas ações já foram registradas. De acordo com Castro (2018, p. 171) o foco no terreno infraindividual se deve

fundamentalmente ao fato da governança algorítmica se organizar em torno de grafos³⁵, desse modo “Segmentar alguém em seus múltiplos traços digitais (os pontos do grafo) permite entabular uma infinidade de relações (as linhas do grafo) com traços extraídos de outros indivíduos e com objetos de toda índole, de informações e mercadorias”.

Trata-se de uma articulação na qual os rastros digitais dos indivíduos são (re)combinados de diferentes formas continuamente. Nesse processo, alguns traços são incorporados e outros ignorados. Segundo Castro (2018, p.171):

Quando um traço derivado de um indivíduo faz parte de uma relação, os detalhes remanescentes desse indivíduo são irrelevantes; ele só subsiste no interior da relação em razão do pormenor que corresponde àquele traço e é albergado por aquela relação. Há, consequentemente, certa autonomização dos traços desagregados do indivíduo- que são dados sobre dados, ou metadados- perante ele próprio. Ao concatenar esses traços, as relações deixam em segundo plano os indivíduos dos quais são retirados. Essa valorização das relações vis-à-vis concretos consiste na dimensão relacional da governança algorítmica.

Portanto, a governança algorítmica não se concentra, necessariamente, no sujeito, mas nas relações. Tal propósito se deve ao fato de que essas relações fornecem os subsídios para pressupor as futuras movimentações dos agentes o que remete à segunda dimensão da governança algorítmica abordada por Castro (2018) a vetorial. Nesse aspecto o objetivo é extrair das movimentações dos indivíduos o máximo de informações para identificar padrões que permitam prever o comportamento futuro. Essa etapa se desdobra na dimensão agenciadora, vez que a predição está associada à possibilidade de influenciar atitudes (CASTRO, 2018).

Castro (2018, p.179) afirma que nessa dimensão:

[...] a agência do usuário é terceirizada, porém essa terceirização espelha-se em padrões gerados por ele, como se ele fosse regido com base naquilo que fez antes. Em que pese ser perfeitamente factível reconfigurar paulatinamente tais padrões, através de operações no presente acrescentadas ao estoque de dados que serve para estabelecer os padrões, cada um, de qualquer maneira, está condenado a carregar esse estoque. Isto é, a liberdade de escolher transmuta-se num aprisionamento via escolhas. Cada escolha, à medida que é registrada, deixa sua marca indelével nos padrões estatísticos que condicionam novas escolhas.

Nesse caso as escolhas seguem sempre um caminho de volta aos usuários considerando que os rastros de nossos acessos ficam registrados em plataformas digitais. O

³⁵ A Teoria dos Grafos é um dos pressupostos mais importantes na Análise de Redes Sociais (ARS). Fontes (2013, p.154) destaca que essa teoria é “[...] uma especialidade matemática que se ocupa dos estudos das manifestações e propriedades de formações reticulares, se constitui em um dos pilares dos estudos das redes sociais [...]”. Na Teoria dos Grafos está a base das métricas e algoritmos usados para calcular elementos da rede. Um grafo corresponde a uma matriz em que os nós são apresentados como vértices e suas conexões como arestas, ele representa uma rede construída sobre um algoritmo, comumente, definida como grafo.

que justifica o uso corrente da expressão “teu comportamento é um produto” (PARISER, 2017) levando em conta que ele é a moeda de troca para o uso ilimitado desses espaços. Sendo assim, o poder preditivo desse tipo de plataforma decorre do controle contínuo sobre os usuários com intuito de captar a atenção deles em proveito de interesses privados.

A captura sistemática da atenção dos indivíduos com fins regulatórios permite traçar um paralelo entre a governança algorítmica e o conceito de controle em Deleuze. Essa abordagem se refere a um tipo de poder exercido de forma aberta e contínua demarcando a passagem da sociedade disciplinar, analisada por Foucault, para a sociedade do controle proposta por Deleuze. As sociedades disciplinares estavam relacionadas aos grandes meios de confinamento pelos quais os indivíduos incessantemente passam - da família para a escola para a fábrica para o hospital - tais espaços, com regramento próprio, expressavam o ambiente fechado como o lugar da disciplina, caracterizada por um exercício de poder através do qual cada um vigia a si e aos demais (DELEUZE, 1990).

No entanto, a crise generalizada em todos os meios de confinamento estaria levando à superação desse modelo de sociedade e colocando em prática um novo tipo de dominação. Novos controles se estabelecem para além dos muros institucionais através de um poder desterritorializado e modulado que se ajusta continuamente ao indivíduo. O que nos leva a considerar um elemento importante do contraste entre disciplina e controle: enquanto a primeira tem uma relação repressiva com o desejo, que é canalizado para a produção de bens, por exemplo; o segundo estimula o desejo, não o desejo libertador, como o imaginava Foucault, mas o desejo pelo consumo descartável de bens, ideias, emoções. Enquanto no primeiro cenário o indivíduo sofre por um desejo nunca realizado, no segundo o desejo é o caminho de sua submissão à dinâmica de reprodução do capital. Em função disso, fala-se em formação continuada, em horários de trabalhos flexíveis, salário por mérito indicando que o controle nunca acaba, pois independe de espaços demarcados e horários fixos.

Trata-se de uma regulação a serviço do capital, tudo se flexibiliza desde que engendre meios de consumo e, desse modo, tudo é controlado de modo mais eficaz (DELEUZE, 1990). Enquanto na sociedade disciplinar a obediência era obtida através da introjeção de mecanismos repressivos, caracterizando-se como uma sociedade de histéricos que não pode experimentar o prazer sem dor, na sociedade do controle há prazer em “ser seguido”. Assim, o indivíduo é capturado em tempo integral.

À vista disso, o tipo de controle que a governança algorítmica exerce via plataformas digitais segue um modelo bem próximo ao da sociedade do controle. Investe-se em recursos que capturem o máximo de atenção e tempo dos usuários promovendo uma necessidade de

conexão, por vezes, integral. O que nos leva a considerar que a vigilância da sociedade disciplinar, que sempre provoca desassossego, provoca prazer na sociedade do controle, visto que prazerosamente mostramos nossa intimidade, deixamos nossas marcas em redes sociais.

O rastreamento do comportamento cotidiano permite um controle mais sistemático sobre os indivíduos nessas plataformas, principalmente, porque o sistema se ajusta à sua experiência individual destacando preferências, interesses e propensões. Não menos desprezível, nesse processo, é o prazer que os indivíduos desfrutam nessas plataformas de “serem seguidos”, em deixar rastros para que todos vejam, em se tornar de certo modo visível numa sociedade em que a individualidade conta pouco. Assim, o controle contínuo que as plataformas digitais exercem sobre os usuários associado ao comportamento deles nesses espaços retorna de algum modo sobre a forma de consumo, seja de bens e serviços ou na maneira que a informação é consumida.

O usuário é capturado de forma contínua a partir dos rastros que voluntariamente deixa nessas plataformas o que configura uma adesão tácita a essa normatividade que, sobre a prerrogativa de personalização antecipa necessidades, ajustando-as a interesses privados para diversos fins. Desse modo, a agência do usuário fica subordinada a controles que se estendem a vários âmbitos da sua vida ainda que, muitas vezes, sutilmente. O que nos leva afirmar, de acordo com Rouvroy e Berns (2018, p. 109 e 110) que sob essa aparência de personalização das ofertas de informação, serviços e produtos ocorre “[...] uma colonização do espaço público por uma esfera privada hipertrofiada [...]”. Ressalte-se que essa hipertrofia da intimidade, da esfera privada, não significa uma valorização da subjetividade, pois não há um interesse no indivíduo em sua totalidade, mas nas relações que podem ser extraídas de preferências, emoções e o que se pode inferir a partir disso como tendência de comportamento. No caso do MBL, por exemplo, essas tendências permitiram que o movimento e usuários com ideias afins pudessem se conectar no Facebook. Ao mesmo tempo, essas mesmas tendências de comportamento podem, em outro momento, ajudar a afastar aqueles com ideias opostas.

Isso porque a governança algorítmica aproxima os iguais tendo em vista que a recuperação e a projeção de padrões impulsionam as afinidades, mas por outro lado acentuam as diferenças. No caso do Facebook, por exemplo, as inconformidades podem vir acompanhadas de emoções e posturas agressivas que promovem verdadeiras “câmeras de eco” contribuindo para a cultura da pós-verdade que prioriza fatos e evidências correspondentes a visões de mundo particulares. É importante ressaltar que para essa plataforma tanto as afinidades quanto as diferenças são modos de atividade e, por esse

motivo, monetizadas. Sendo assim, os radicalismos são lucrativos porque geram engajamento o que está associado ao fato de que os algoritmos costumam privilegiar temas e visões hegemônicas, a exemplo do que ocorre no Facebook.

2.4 FACEBOOK.COM

Originalmente chamado “thefacebook” foi lançado em fevereiro de 2004 por Mark Zuckerberg em companhia de Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes à época estudantes da Universidade de Havard. Apesar de inicialmente estar restrito aos estudantes dessa instituição, expandiu-se no mesmo ano para outras universidades dos Estados Unidos e para além desse território a partir de 2005, período em que comprou o domínio “facebook.com” e suprimiu o “the” do seu nome. Sua crescente difusão fez com que atingisse a marca de 2 bilhões de usuários no mundo, em setembro de 2012³⁶, e, mais recentemente, ultrapassou esse número alcançando 2,5 bilhões de usuários ativos em janeiro de 2020³⁷.

Além da inserção em escala global, atualmente, o Facebook figura entre as cinco maiores empresas de tecnologia do mundo, as *Big Tech*, estando atrás somente da Apple, Google, Microsoft e Amazon. Ainda em 2012, quando se tornou uma empresa pública e abriu capital em uma esperada initial public offering (IPO) essa plataforma foi avaliada em US\$100 bilhões³⁸. Apesar da queda histórica de 20% no valor de suas ações em meados de 2018, quando a empresa perdeu metade do seu valor de mercado total, sua recuperação no primeiro trimestre de 2019 indicava um crescimento acelerado para esse período³⁹. O que acabou se confirmando com o aumento de sua receita em 28% e 29% no segundo e terceiro trimestre desse ano com o seu valor de mercado chegando a quase US\$ 630 bilhões⁴⁰.

Esse crescimento se estendeu a 2020 quando a plataforma registrou uma alta de 21,6% no valor de sua receita, entre janeiro e dezembro, totalizando US\$ 85,9 bilhões⁴¹, apesar da

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml> Acesso em 30/03/2021. Acesso: 04/04/2021..

³⁷ Dados do relatório *Digital 2020: Global Digital Overview*. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-global-digital-overview> Acesso em 31/03/2021 às 18:45h.

³⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-completa-10-anos-veja-evolucao-da-rede-social.html> Acesso: 31/03/2021.

³⁹ Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/01/por-que-as-acoes-do-facebook-parecem-indestrutíveis/> Acesso: 31/03/2021 às 17h16min.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/01/27/facebook-tem-alta-de-52percent-no-lucro-do-trimestre-e-soma-us-11-bilhoes.ghtml> Acesso: 04/04/2021.

desaceleração do mercado publicitário em março desse ano em virtude da pandemia provocada pelo Covid-19. Nesse período, estimava-se que a empresa mantivesse a taxa de crescimento da receita estável em 2021 com investimentos entre US\$ 21 bilhões e US\$ 23 bilhões em relação aos US\$ 15,7 bilhões de 2020⁴².

Esses dados são significativos não só porque fornecem uma dimensão do crescimento do Facebook nos últimos anos, mas pelo fato deles estarem associados a ganhos com publicidade. O lucro com essa atividade representa a maior parte do faturamento da empresa, só no 4º trimestre de 2020 os ganhos com publicidade representaram 96,8% da receita total da empresa⁴³. Esse sucesso é resultado da expansão social que ela atingiu desde a sua criação considerando que é acessada por bilhões de pessoas em todo mundo. Essa difusão fez com que o Facebook se tornasse, ao mesmo tempo, atrativo e lucrativo, visto que ele permite transpor e ampliar as redes sociais off-line e, em virtude dessa difusão, detém um imenso volume de dados que possibilita criar estratégias de publicidade mais assertivas gerando lucros vultosos.

A propaganda nessa plataforma é feita de três formas: publicidade dirigida, quando os anunciantes escolhem o público-alvo; anúncios interativos, quando os anunciantes solicitam uma interação do público com a propaganda; e, anúncios contextuais, onde o Facebook exibe quais marcas ou produtos os amigos dos usuários gostam⁴⁴. Como nessa plataforma as interações se concentram no *feed* de notícias, seção que apresenta os conteúdos que serão visualizados a partir de uma seleção hierarquizada, estabelecida por meio de algoritmos, no fluxo do que será exibido nesse espaço também são inseridos cuidadosamente os anúncios. A ideia é que o *feed* seja o mais atrativo possível, refletindo interesses e preferências dos usuários, para capturar o máximo da sua atenção. Isso permite que a plataforma desenvolva uma leitura do comportamento dos seus inscritos cada vez mais sofisticada, além da já mencionada extração de dados e do direcionamento meticulosamente calculado de anúncios.

Embora o encaminhamento de conteúdo para públicos selecionados seja uma preocupação tradicional do marketing, o desenvolvimento da internet a partir da década de 1990 favorece oportunidades de direcionamento singulares (CASTRO, 2018). Considerando, particularmente, as redes sociais como o Facebook, Castro (2018) observa que os usuários possuem diversas motivações para estar nesse espaço e, portanto, os hábitos de navegação

⁴² Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2021/01/27/lucro-liquido-do-facebook-no-4o-tri-e-de-us-112-bilhoes-alta-de-527percent.ghtml> Acesso: 06/04/2021 às 17h40min.

⁴³ Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/01/28/facebook-ganha-mais-com-anuncio.ghtml> Acesso: 13/04/2021.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/negocios-e-ti/se-e-de-graca-como-o-facebook-ganha-dinheiro-descubra,da585295fb6ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso: 12/04/2021.

dessa plataforma não estão, notadamente, subordinados ao consumo. No entanto, o autor acrescenta que a profusão de informação sobre os seus inscritos permite ao Facebook ajustar ao máximo seu nível de personalização o que possibilita conceder ao anunciante:

[...] a alternativa de atingir ‘públicos básicos’, fazendo recorte de sua audiência lastreado em variáveis demográficas (idade, gênero, estado civil, formação, cargos profissionais), interesses (hobbies, entretenimentos), comportamentos (hábitos de consumo, espécies de dispositivos utilizados) e localização. Opções suplementares são manejar vários tipos de recursos para conhecer entre usuários ‘públicos personalizados’- clientes e contatos efetivos do anunciante- ou estatuir como alvo ‘públicos semelhantes’- que se parecem com aqueles.

Como já mencionado o que permite esse tipo de direcionamento é o acesso aos dados dos usuários considerando que sem essa possibilidade o Facebook não teria como personalizar sua publicidade. Não por acaso, esse recurso tem sido considerado uma das “commodities” mais valiosas da atualidade sendo, inclusive, alvo de uma disputa recente entre essa empresa e a Apple. O motivo dessa concorrência está nas novas políticas de privacidade que serão adotadas pela Apple, ainda sem data prevista. Tais medidas exigirão a permissão explícita dos usuários para os aplicativos que rastreiam e compartilham dados de seus utilizadores com outras empresas. Através da função *App Tracking Transparency* (Transparência de rastreamento de aplicativos) o indivíduo será notificado e terá que permitir, ou não, o rastreamento por aplicativos e sites de demais organizações⁴⁵.

Embora a questão relativa à autorização, ou não, do compartilhamento de dados dos usuários seja urgente o que chama atenção nessa disputa é a concorrência pelo domínio desse segmento. Esse controle é o que, de fato, está em jogo e a chave para isso é a informação que plataformas como Facebook e a própria Apple detém. Em entrevista à CNN o diretor executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), Fabro Steibel observa que:

A questão aqui não é se você prefere o Facebook ou a Apple, mas sim que ambas estão fazendo uma concentração vertical de mercado que pode deixar outras camadas da internet de fora. É uma internet fechada, mas ambas controlam quem entra e quem sai. E elas querem muito que as pessoas compartilhem seus dados [...] O que o Facebook quer? O Facebook quer impedir o avanço da Apple em uma área que ele domina [a de coleta de dados]. E o que a Apple quer? Ela quer ser ainda melhor que o Facebook [...]⁴⁶.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/02/25/facebook-e-apple-em-guerra-o-que-esta-por-tras-da-briga-entre-as-duas-gigantes> Acesso: 13/04/2021.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/02/25/facebook-e-apple-em-guerra-o-que-esta-por-tras-da-briga-entre-as-duas-gigantes> Acesso: 13/04/2021.

Vale ressaltar que ambas as empresas estão envolvidas em processos antitruste nos Estados Unidos. No caso do Facebook, a Comissão Federal do Comércio desse país e mais 48 autoridades estaduais entraram com duas ações por monopólio ilegal⁴⁷. As autoridades argumentam que a empresa vem mantendo domínio nas redes sociais através de práticas anticompetitivas que ao longo dos anos resultaram em lucros exorbitantes. Entre as acusações constam estratégias para eliminação de ameaças ao seu monopólio o que envolve as compras do Instagram, em 2012, e do WhatsApp, em 2014⁴⁸.

Além desta, há também a imposição de uma série de condições anticompetitivas direcionadas a desenvolvedores de outros aplicativos interessados em criar interações com o Facebook⁴⁹. A liberação do acesso só ocorre quando as funcionalidades desses aplicativos não rivalizam com as da plataforma e quando não promovem redes sociais de concorrentes. A este respeito, o litígio cita como exemplo o caso do Vine, *app* de vídeos curtos lançado pelo Twitter, em 2013, que teve o acesso ao API (*Application Programming Interface*) negado impossibilitando que os usuários desse aplicativo acessassem os seus contatos no Facebook⁵⁰.

Esse tipo de prática tem garantido a essa plataforma figurar entre as empresas mais valorizadas do mundo em tecnologia. Posto que vem sendo mantido às custas da coleta de dados e concentração de mercado. Ressalte-se que, nesse caso, a extração de dados merece ainda mais destaque porque sem a sua posse o domínio desse segmento seria impensável na atual conjuntura. Não por acaso, o Facebook está na base da criação dos bancos de dados privados que vêm sendo utilizados em operações de marketing e muitas outras (RODRÍGUEZ, 2018).

O tratamento de quantidades massivas de dados e a produção do conhecimento resultante deles permitem a essa plataforma monetizar o comportamento dos seus usuários. É essa leitura que garante a sua eficácia preditiva quanto aos possíveis comportamentos adotados por seus utilizadores. Isso possibilita negociações altamente lucrativas entre a empresa e seus potenciais anunciantes tendo em vista a sua capacidade de modelizar, antecipar e afetar o comportamento dos usuários. Por esse motivo a permanência nesse espaço é sempre muito incentivada por Zuckerberg e sua equipe considerando que as informações fornecidas têm impacto sobre a produção de receitas e controle de mercado.

⁴⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/12/09/facebook-e-alvo-de-acao-antitruste-nos-estados-unidos-diz-agencia.ghtml> Acesso: 14/04/2021.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

Além disso, o acesso contínuo ao Facebook ajuda a melhorar a experiência do usuário nesse espaço considerando que o algoritmo dessa plataforma, o EdgeRank, customiza o *feed* de notícias conforme as preferências dos seus inscritos. Disso decorre um processo de retroalimentação sem fim no qual o incremento de dados para o aperfeiçoamento da experiência individual nesse ambiente demanda um nível de sofisticação cada vez maior do algoritmo. Isso significa que você ouve, lê e vê o que as suas tendências de consumo indicam como desejável. Esse processo está na base do concurso de relevância tendo em vista que a partir dessas informações o sistema organizará a ordem em que os conteúdos aparecerão no *feed* de notícias conforme os interesses de cada um.

O algoritmo dessa plataforma corresponde, deste modo, a um dispositivo dinâmico capaz de classificar e se ajustar a qualquer comportamento do usuário. Luckerson (apud CASTRO, 2018) afirma, inclusive, que usuários são pagos para verificar a eficácia desse algoritmo analisando em que medida a hierarquia das postagens no *feed* corresponde, de fato, às suas preferências. Assim, sob a prerrogativa de melhorar a experiência dos inscritos na sua plataforma, o Facebook estimula os usuários a reunirem todos os aspectos da sua vida nesse espaço ainda que, na prática, cada usuário seja fragmentado para se enquadrar em perfis.

Isso significa que eles são fracionados microscopicamente por meio da subsunção de seus traços em uma teia de relações mais abrangente, passíveis de serem agrupadas através de diferentes montagens, ou perfis, de modo que em cada montagem umas são aproveitadas e outras não (CASTRO, 2018). É a partir da construção desses perfis que o Facebook desenvolve seu marketing e, de acordo com Castro (2018), a propaganda de um produto nessa plataforma é feita através de uma montagem que reúne:

[...] alguns traços selecionados que indicariam receptividade a tal produto que se recorta um aglomerado (cluster) de perfis, o público-alvo do anúncio. Enquanto perfil, a montagem situa-se aquém do indivíduo, pois reúne apenas alguns traços extraídos dele; enquanto aglomerado de perfis, a montagem situa-se além do indivíduo, pois é compartilhada por todo público-alvo (CASTRO, 2018, P. 173).

Castro (2018) observa que a fragmentação do indivíduo nesse espaço ocorre num estrato mais profundo considerando que as interações são capturadas por meio de grafos sociais. O autor destaca que, nesse caso, não são considerados apenas os laços entre pessoas, mas são combinados, também, objetos e associações.

Os objetos podem ser usuários, lugares e conteúdos (que incluem mensagens de status, fotos, vídeos, check-ins, comentários, páginas, grupos, eventos etc.). As associações instauram várias espécies de conexões entre objetos. Tanto objetos como associações têm identificadores únicos. Em 2010, com a introdução do

protocolo Open Graph, a engrenagem do grafo do Facebook é colocada à disposição de toda web. Isso quer dizer que objetos e associações fora do Facebook podem ser integrados a sua plataforma. Quando alguém curte ou compartilha um objeto externo, digamos um site que provê um botão para essa finalidade (uma variedade de “*plug-in social*”), esse ato tem o efeito de anexar o objeto ao grafo (CASTRO, 2018, p. 172 e 173).

A integração de objetos e associações externas a essa plataforma estava na base do que foi chamado “Facebook em todas as partes” o que, segundo Zuckerberg, seria a coisa mais transformadora que eles já fizeram pela internet (PARISER, 2017). Esse mecanismo pode tornar toda a rede uma plataforma do Facebook o que justifica a ideia de que a internet está cada vez mais integrada. Apesar de estarmos acostumados a considerar nossas conexões como uma série de relações isoladas, quer dizer, como se o acesso ao Facebook, a um site de notícias e/ou a uma plataforma de música e vídeo, por exemplo, não guardasse qualquer relação entre si.

Isso indica também o aumento do controle que o Facebook detém sobre a informação que circula na internet tendo em vista que seu espaço de monitoramento foi ampliado. Embora a vigilância seja uma característica da natureza dessa plataforma, já que tudo que é compartilhado fica registrado sendo passível de monitoramento, a possibilidade de levar o estilo de personalização do Facebook a diversos sites na internet permite, por outro lado, que qualquer informação seja revertida para os seus servidores.

Junto com isso vem o aumento dos lucros considerando que as possibilidades de converter qualquer aspecto da experiência humana na rede em ativo rentável também são ampliadas. Não por acaso, sondagens de produtos realizadas em outros sites, por exemplo, aparecem sob a forma de anúncios publicitários quando a página do Facebook é acessada. Portanto, com a ampliação do registro das transações efetuadas na internet aumenta a oportunidade para coleta de dados utilizados na personalização da propaganda que será direcionada aos usuários dessa plataforma.

Para Morozov (2018, p. 47) isso significa que “[...] toda transação eletrônica que efetuamos nunca está concluída: o seu histórico- ao menos seu rastro de dados- nos acompanha por todos os lados, estabelecendo conexões forçadas entre as nossas atividades cotidianas, que talvez, devessem permanecer separadas”. O autor amplia ainda mais essas conexões, destacando que as atividades que parecem mais corriqueiras e sem relações são analisadas em conjunto, tal como as risadas em show de comédia, os livros comprados, os sites visitados, as viagens feitas e as calorias consumidas. Na perspectiva de Morozov (2018, p.

48) “como tudo é mediado pela tecnologia, tudo o que fazemos está integrado num perfil específico que pode ser monetizado e aperfeiçoado”.

Isso confirma a ideia de que deixar, ou não, rastros das operações efetuadas na internet não parece ser matéria de arbítrio. O mesmo ocorre com o que pode, ou não, ser acessado e compartilhado com terceiros sem o consentimento dos usuários. Tais questões tem impacto direto sobre os direitos de privacidade que, nessa conjuntura, são convertidos em mercadoria. Sobre esse ponto, deve-se considerar que a variedade de informações que converge para o Facebook, também, viabiliza a composição de perfis que podem ser monetizados.

Dessa perspectiva, o Facebook não acumula apenas capital, mas também direitos, já que junto com a extração e mercantilização de dados vem a concentração dos direitos de privacidade. De acordo com Zuboff (2018) essa centralização se efetiva de seguinte maneira, muitos dos direitos que empresas como o Facebook detém parecem ser tomados dos usuários sem a sua permissão, vez que ausência de regulamentação nesse âmbito não acompanha o rápido desenvolvimento de tecnologias que lucram com a vigilância. Como resultado desse processo, Zuboff (2018) afirma que os próprios direitos de privacidade, uma vez acumulados e afirmados, podem ser arrolados para legitimar e manter na obscuridade as operações de vigilância.

A concentração desses direitos tem implicações, não apenas, sobre o futuro da privacidade, da autonomia e da liberdade, mas, também, sobre a própria democracia tendo em vista que expressa um novo tipo de poder capaz de antecipar e moldar comportamentos. O escândalo envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica atestam essas consequências levando em conta que, em 2014, essa última se apropriou dos dados de 87 milhões de usuários dessa plataforma para fins políticos.

Essa empresa aplicou um teste de personalidade através de um aplicativo ligado ao Facebook em que milhares de usuários aceitaram participar de uma pesquisa remunerada para fins acadêmicos nos Estados Unidos. Para tanto foi exigido que a pessoa tivesse conta no Facebook e votasse nesse país. Através desse teste a empresa capturou dados tanto de quem concordou em participar da pesquisa quanto de todos que estavam conectados a elas.

A associação desse teste aos dados capturados possibilitou que a empresa traçasse perfis psicológicos criando um sistema capaz de prever e influenciar as escolhas dos eleitores. Com essa ferramenta ela conseguiu desenvolver um marketing político altamente personalizado no qual as informações dos perfis indicavam qual o tipo de anúncio seria o mais adequado. Isso possibilitou que a Cambridge Analytica agisse para influenciar os resultados eleitorais da campanha presidencial dos Estados Unidos em 2016, pleito no qual Donald

Trump foi eleito. Algo semelhante foi realizado, também, no plebiscito referente à saída do Reino Unido da União Europeia, O Brexit.

Ressalte-se que quando esse caso se tornou público Kogan, o desenvolvedor do *app* utilizado pela Cambridge Analytica para aplicação do teste, declarou que suas ações eram legais e que tinha recebido autorização do Facebook⁵¹. À época essa plataforma permitia a extração de dados dos amigos dos usuários que utilizavam o aplicativo, desde que fossem usados nesse site e para fins de interação. A venda dos dados e a utilização em propaganda era proibida, mas o Facebook não tinha controle sobre isso. De acordo com o comunicado emitido por essa empresa, “Kogan ganhou acesso às informações por meio legítimo e pelos canais corretos, mas não seguiu nossas regras na sequência”⁵².

Apesar de Zuckerberg ter admitido os erros, muitas questões referentes às denúncias não ficaram esclarecidas demonstrando a falta de transparência sobre a captura e utilização dos dados. Além disso, essa apropriação privada de informações tem custos políticos altíssimos considerando que essas empresas assumem o papel de mediadoras de um debate que deveria ser público. Essa questão assume especial relevância quando associada a estratégias políticas de difamação e manipulação da opinião pública que, embora não sejam novidade, ganharam novas dimensões em razão do espaço no qual vêm se estruturando nos últimos anos, isto é, plataformas como o Facebook que permite a rápida massificação de discursos.

Como o modelo de negócios no qual essa empresa se apoia é feito para lucrar sobre a informação o engajamento em sua plataforma é bastante incentivado com o objetivo de gerar o máximo possível de dados. Assim, promover a interação na rede assume primazia em relação ao tipo de conteúdo postado levando em conta que quanto mais engajamento maior será o potencial publicitário. Essa indiferença quanto ao que é compartilhado contribui para um cenário de crescente desinformação, alimentado por uma lógica algorítmica-propagandística que trata o cidadão como consumidor.

Merchandising e política se confundem nessa plataforma considerando as dimensões que a lógica capitalizante da informação tomou nesse espaço. Como consequência disso os usuários são afetados no modo como consomem notícias, como tomam decisões políticas e até como pensam. Trata-se de uma lógica que tem impacto sobre os governos democráticos e afeta, inclusive, comportamentos eleitorais. Além disso, como a estrutura dessa plataforma

⁵¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/03/18/como-testes-do-facebook-e-curtidas-viraram-arma-politica-em-novo-escandalo.htm> Acesso: 27/04/2021.

⁵² Idem.

amplia significativamente a visibilidade dos agentes políticos, muitos movimentos sociais têm recorrido ao Facebook com intuito de expandir seu espaço de atuação e atingir públicos cada vez maiores que se identifiquem com as causas que defendem.

2.4.1 Ativismo de Plataforma

As mudanças introduzidas pela web de plataforma, versão 2.0, vão muito além de questões, meramente, tecnológicas. Isso porque engendra significados culturais diversos que envolvem os usos e apropriações que os indivíduos fazem dela (POLIVANOV, 2013)⁵³. Assim, a web 2.0 não só permitiu o surgimento de um novo ecossistema midiático, a exemplo de plataformas como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram etc., como possibilitou que o usuário comum, sem conhecimentos técnicos avançados, pudesse intervir neles proporcionando uma relativa independência. Essa possibilidade ensejou diferentes formas de apropriação desses espaços.

Nos últimos anos, ativistas e movimentos sociais tem recorrido a esse tipo de plataforma para mobilizar pessoas. A partir dessa interação novas dinâmicas de atuação vêm sendo forjadas. Grandes manifestações como a Primavera Árabe no Egito (2010) *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos (2011) Indignados na Espanha (2011) que emergiram com o agravamento da crise econômico-financeira de 2008 e a consequente insatisfação com as estruturas políticas e econômicas tradicionais foram organizadas, em parte, por meio dessas plataformas. A possibilidade de divulgar um outro discurso e exigir novas medidas econômicas e sociais gerou expectativas em relação ao caráter democratizante das TICs como fomentadoras de forças políticas transformadoras.

Ressalte-se que manifestações de rua organizadas via internet já aconteciam desde a década de 1990. Exemplo disso foi o Movimento Zapatista no sul do México em 1994 e os protestos antiglobalização nos Estados Unidos e países da Europa em resposta à crise financeira global que impôs medidas de controle aos gastos públicos sociais e elevados índices de desemprego (GOHN, 2014; GAJANIGO; SOUZA, 2014; ALCÂNTARA, 2015; CAVALCANTI, 2019). No entanto, houve um salto quantitativo e qualitativo no uso das

⁵³ Tal perspectiva parte da interpretação de Hine (2004) sobre a internet como “artefato cultural”, ou seja, como produto de uma cultura. A autora se baseia no entendimento de “una tecnologia que ha sido generada por personas concretas, con objetivos y prioridades contextualmente situados y definidos y también conformada por los modos en que ha sido comercializada, enseñada y utilizada” (HINE, 2004, p. 19).

Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) a partir de 2009 (CAVALCANTI, 2019).

No Brasil o uso político das mídias sociais foi impulsionado a partir de 2013 com as Jornadas de Junho. Apesar de manifestações como a Marcha da Maconha, Marcha das Vadias e os chamados “rolezinhos”⁵⁴ utilizarem o Facebook como ferramenta de mobilização, não há precedentes para o impacto social provocado pelas jornadas de 2013 tendo em vista que uma grande massa da população se uniu aos protestos (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Essas manifestações ocorreram em várias cidades do país motivadas, inicialmente, pela redução da tarifa de transporte em São Paulo. À medida que os protestos foram se intensificando ativistas e grupos de diversas orientações político-ideológicas aderiram trazendo suas próprias reivindicações e buscando imprimir uma identidade as manifestações (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Gohn (2017) destaca que essas jornadas tiveram a peculiaridade de adquirir/construir os modos e formas de agir coletivo por meio de sites de redes sociais e telefonia móvel. A possibilidade de uma comunicação, aparentemente, mais distribuída a partir de redes sociais dispostas em plataformas como Facebook conduziu a uma percepção de que esse tipo de espaço funcionaria como centro de uma nova esfera pública que integra e dá autonomia a diferentes sujeitos sociais ampliando suas vozes.

A despeito da pluralidade discursiva e do dinamismo que essas mídias fomentariam, vários autores questionam a ideia de horizontalidade nesses espaços, assim como a consequente autonomia do sujeito promovida por eles (FERREIRA; FONTES, 2013; MACHADO; MISKOLCI, 2019; CASTRO, 2018). Considera-se que, apesar da relação entre emissão e recepção de informação ser mais simétrica nessas mídias do que nas tradicionais, não há uma correspondência efetiva entre uma e outra o que inviabilizaria a caracterização da topografia do ciberespaço como plana (FERREIRA; FONTES, 2013).

Ferreira e Fontes (2013) observam que não há igualdade no contexto do dinamismo das mídias sociais. Segundo os autores “[...] é possível encontrar hubs, atores centrais, que controlam e organizam o fluxo de informações. Isso ocorre não de forma tão centralizada como outrora, mas de forma alguma reproduzindo a utopia de perfeita simetria ou horizontalidade entre os participantes” (FERREIRA; FONTES, p.09, 2013).

Apesar disso, é inegável a centralidade que essas plataformas assumiram nas disputas políticas recentes como espaço de produção, circulação e legitimação de discursos

⁵⁴ Os “rolezinhos” foram programados por jovens, geralmente periféricos, através das mídias sociais para encontros em shoppings centers. Embora se tratasse de passeios por esses espaços, comumente, envolvia repressão policial e da própria administração desses locais. Essa repressão era justificada com a alegação de que a reunião desses jovens nos shoppings centers poderia evoluir para arrastões.

(RECUERO *et al.*; 2015). As manifestações que ocorreram no Brasil entre 2013-2016, incluindo as que conduziram ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, também foram articuladas a partir delas. Trabalhos como o de Xavier (2017) atestam essa centralidade ao analisar a reconfiguração das ações coletivas e das novas culturas de protestos no Brasil a partir da internet observando como os grupos de protestos contra a corrupção no país se organizavam nas e através das redes sociais on-line dispostas no Facebook.

A análise de Dias (2017) sobre como o Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil, NasRuas, Revoltados Online e Vem Pra Rua utilizaram suas páginas no Facebook para comunicar narrativas e significados que legitimassem e justificassem suas ações em relação à defesa do impeachment de Dilma Rousseff, também, confirma a importância dessas mídias nas disputas políticas recentes. Soma-se a essas referências o trabalho de Baron (2018) com sua análise sobre as relações de equivalência e diferença no discurso dos movimentos Endireita Brasil, Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online a partir do conteúdo que eles produziram no Facebook, *lócus* de atuação, durante a tramitação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Esses estudos permitem um olhar atencioso para a configuração das disputas políticas a partir de plataformas como Facebook observando os discursos produzidos, ao mesmo tempo, possibilitam uma reflexão sobre a cultura de protesto que vem se delineando num cenário cada vez mais digitalizado. O que remete ao modo como essas novas formas de atuação vem influenciando a percepção do público sobre a realidade. Tal questionamento se justifica, principalmente, quando observamos que a concentração das interações nessas plataformas ocorre, em grande medida, a partir de interesses convergentes o que contribui para a radicalização de posições e polarização da sociedade entre extremos (CASTRO, 2018).

Em face disso, não podemos desconsiderar que essas plataformas são estruturadas com base em uma linguagem algorítmica que organiza as ações em seu ambiente interno. São os algoritmos que definem “as regras do jogo” e, portanto, eles são agentes em qualquer processo desencadeado a partir delas. Todo conteúdo compartilhado nessas plataformas passa por uma filtragem algorítmica que ao considerar as métricas de atenção dos usuários (visualizações, curtidas, comentários e compartilhamentos) define os conteúdos mais relevantes para um determinado público.

Há, portanto, uma restrição das pautas que circulam nesse tipo de espaço levando em conta que os algoritmos costumam priorizar temas e visões hegemônicos, avaliadas a partir das atividades dos usuários (Castro, 2018). Essa programação algorítmica reforça a desproporção de temas discutidos nas plataformas ao priorizar aqueles que promovem um

engajamento expressivo, ou seja, que viralizam possibilitando a extração de dados passíveis de monetização. Paskale (apud MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 947) observa que “a seleção de conteúdo a partir de sua ‘viralização’ tende a favorecer uma diversidade pobre de temáticas em vez de um pluralismo positivo e democratizante”.

Essa estrutura, além de promover as chamadas bolhas informativas (PARISER, 2017) e a polarização em torno de interesses convergentes, já que se baseia em movimentações passadas para “personalizar” futuros movimentos, ainda contribui para disseminação de conteúdo sem critérios de validade dado a sua quase completa indiferença quanto ao que é veiculado. Nesse sentido, Ferreira e Fontes (2013, p.07) observam que essas “[...] novas tecnologias da informação podem ser também o lugar onde políticas autoritárias, antidemocráticas encontrem espaço [...]” o que exige cautela quanto ao potencial reformador desse ambiente como agora virtual.

Machado e Miskolci (2019) destacam que grupos políticos se valem dessas plataformas para manipular notícias, aumentar a desinformação e promover a polarização. Para os autores, “Tais forças políticas são particularmente significativas na criação de conteúdos capazes de influenciar e persuadir os eleitores indecisos e mal-informados, exatamente as pessoas mais propensas a reverter os resultados das eleições” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 958). No caso do MBL, embora ele atue a partir dessas bolhas informativas, é importante ressaltar que se trata de um movimento ativo com relação à sua participação política, mas que não deixa de usar a lógica da rede a seu favor.

A atuação desse movimento no Facebook é representativa do modo como as disputas políticas vem se configurando a partir desse tipo de plataforma. A luta por construção e definição de significados nesses espaços tem engendrado um escopo de práticas diversas que nem sempre favorece a democracia, entre elas, o que vem sendo definido como pós-verdade. D’Ancona (2018) afirma que a tecnologia digital é o principal vetor desse tipo de prática nos últimos anos. Segundo o autor, o negacionismo científico e teorias conspiratórias são elementos que impulsionam a propagação de conteúdos pautados por essa lógica fazendo com que informações sem critérios de validade sejam consideradas. À vista disso, no próximo capítulo apresentaremos algumas referências teóricas que orientaram o nosso olhar para essas questões, a partir da análise da prática discursiva desenvolvida pelo MBL no Facebook.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O processo que culminou no impeachment de Dilma Rousseff foi alvo de intensas disputas tanto no plano institucional quanto fora dele. Diferentes projetos políticos buscavam definir suas posições sobre os acontecimentos e, nesse percurso, articulavam em torno de si demandas que se identificavam com as propostas que defendiam. A análise desse momento sob a perspectiva do MBL, que sustentava um discurso favorável ao afastamento da presidenta, ofereceu a oportunidade de observar quais sentidos foram mobilizados e disputados por esse movimento para justificar a necessidade de impeachment, em que consistiu a especificidade dessas disputas e como elas se estruturaram a partir do Facebook.

Tal esforço exigiu a mobilização de um referencial teórico que levasse a análise das práticas do MBL durante a luta pelo impeachment para o campo da discursividade considerando as disputas políticas desencadeadas ao longo desse processo enquanto lutas por hegemonia. Levamos em conta que se, por um lado, o MBL por si só não poderia pensar em um projeto hegemônico amplo, por outro, ele certamente pôde se beneficiar ao se articular a essa luta mais ampla, de modo que o impeachment lhe abriu portas. À vista disso, partimos das contribuições da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) que tem no conceito de hegemonia uma peça central para o entendimento do político. Trata-se de uma relação de representação na qual uma força política, em condições específicas, constrói um campo de sentidos que lhe permite articular diferentes demandas a partir de uma relação de disputa e, por isso, contingente.

A defesa do impeachment de Dilma Rousseff pelo MBL tinha esse caráter, o discurso do movimento conseguiu articular um público muito diverso, desde liberais até os que pediam por intervenção militar, o que demonstrava uma equivalência provisória dada a disparidade entre as demandas específicas. À medida que o processo avançava e o afastamento da presidenta foi se confirmando essas diferenças começaram a ficar cada vez mais evidentes e o discurso do MBL já não dava conta de responder a essas demandas.

Isso pode ser percebido, por exemplo, através do descontentamento que a relação do MBL com o PMDB gerou entre os apoiadores do movimento, principalmente, em meio aqueles que o apoiavam em função do discurso anticorrupção. Esse público considerava as práticas do PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer, tão corruptas quanto as do PT, partido da presidenta. Para essas demandas, o impeachment de Dilma Rousseff era apenas o primeiro passo para uma “limpeza” na política brasileira, de modo que esse envolvimento

gerava não só desconfiança em relação ao discurso apartidário do movimento, como também quebra de vínculo. Em que pese o discurso anticorrupção ser mobilizado no país desde os tempos do império, sem qualquer intenção de mudança efetiva de práticas por aqueles que fazem uso dele, nesse caso, o fato de se tratar do partido do vice-presidente de um governo contra o qual se pedia a destituição deu força a esse discurso, ao menos no plano retórico, provocando insatisfação entre os seguidores do movimento.

Em face disso, a teoria escolhida teve o mérito de olhar para essa questão considerando a vontade política como resultado de disputas e articulações provisórias, vez que elas podem ser desfeitas pelos mesmos sujeitos que em outro momento estavam de acordo. O que não significa dizer, dada a contingência dessas articulações, que elas corresponderiam a uma espécie de “vale-tudo”. Mas, de considerar que esse processo de articulação só ganha significado a partir da disputa com um outro/uma outra que se altera ao longo do tempo. Isso demonstra, também, a constante possibilidade de inversão nas relações de poder, já que o grupo político que detém hegemonia num determinado momento pode não ter em outro.

Esse entendimento é fundamental para compreender a importância da atuação do MBL a partir do Facebook. Como se trata de um espaço de produção, circulação e legitimação de discursos para o qual diferentes públicos convergem é, também, um campo de disputas. A configuração dessa plataforma fomenta a agregação de indivíduos por meio de afinidade de interesses. Assim, os processos de identificação/afinidade são construídos a partir de oposições que conferem o mínimo de unidade aos grupos em disputa.

Isso quer dizer que os usuários para os quais o discurso do MBL oferece uma superfície de inscrição estão mais propensos a interagirem com o movimento tanto em virtude dos seus próprios interesses como por conta de um inimigo comum que articula uma aparência de unidade ao grupo e, nesse processo, a estrutura do Facebook oferece arranjos que permite organizar essas interações. Não significa, contudo, que públicos com perspectivas distintas não possam interagir, muitas postagens do MBL, por exemplo, vêm seguidas constantemente de comentários de usuários que divergem das ideias do movimento e vão nesse espaço para contestá-las.

Portanto, a estrutura dessa plataforma constitui um campo discursivo marcado por disputas e processos de identificação que analisamos pela lente teórica de Laclau e Mouffe. Entretanto, é importante considerar que num cenário cada vez mais conectado como atual em que o Facebook e outras mídias sociais têm se convertido num espaço de informação, as disputas discursivas vêm assumindo traços bem específicos, principalmente, quando consideramos que esse tipo de plataforma tem se apresentado como um dos principais vetores

do que tem sido definido como pós-verdade, ou seja, quando afetos e crenças pessoais são utilizados como estratégia de dominação política.

Nesse contexto, apesar das lutas por hegemonia continuarem sendo importantes, as disputas discursivas que caracterizaram a atuação do MBL no Facebook também se voltaram para um ataque incessante aos seus opositores o que permitia ao movimento articular emocionalmente os seus simpatizantes aproximando as suas práticas da ideia de pós-verdade à medida que essas investidas serviam para justificar crenças, independente da fatualidade dos eventos. Embora as lutas por hegemonia sejam fundamentais para constituição de formas de identificação que viabilizem a construção de sentidos articuláveis em torno de um significante vazio, a exemplo da ideia de democracia, o ataque constante do MBL aos seus antagonistas buscava monopolizar o debate e bloquear a expressão de ideias da oposição.

O importante era vencer a disputa independente de se ter, ou não, razão. Isso não significa dizer que a luta semântica, ou seja, por sentido, não pressupunha mais a ideia de verdade. O que não presumia mais essa ideia era a monopolização do debate estritamente emocional, ou seja, quando a verdade não tem mais importância crucial nas discussões. Com base nisso, a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe só nos permitiu ir até certo ponto porque, embora o MBL lutasse para construir uma hegemonia favorável ao impeachment de Dilma Rousseff, a disputa discursiva escapava ao plano semântico envolvendo práticas que se associavam à pós-verdade, tais como as frequentes acusações à presidenta, mesmo sem quaisquer provas.

Por esse motivo, este capítulo compreende dois momentos. Inicialmente, apresenta as principais categorias que mobilizamos da teoria de Laclau e Mouffe (discurso, antagonismo, deslocamento, equivalência, diferença e hegemonia) que nos ajudaram a pensar como o MBL se constituiu como uma força hegemônica durante a campanha pelo afastamento da presidenta; como ele significou os eventos e fez da campanha pelo impeachment um ponto de convergência que integrou diferentes demandas que se sentiram representadas por seu discurso. Em seguida, abordaremos a discussão sobre pós-verdade para analisar a especificidade das disputas que esse discurso engendra, ou seja, a monopolização do debate via afetos.

3.1 A TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

Importantes tradições de análise do discurso se desenvolveram a partir de trabalhos vinculados ao campo da linguística estrutural, incluindo as revisões que ensejaram o pós-estruturalismo⁵⁵ (LACLAU, 2007). Essas reformulações, principalmente na década de 1960 com a expansão progressiva do modelo linguístico a todas as áreas das ciências sociais, contribuíram para o desenvolvimento de um fértil campo de estudos pós-estruturalista.

Inserida nessa tradição de estudos a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe encontra no pós-estruturalismo sua principal fonte de reflexão conceitual. A partir dessa perspectiva os autores constroem uma teoria antiessencialista, marcada pela contingência e historicidade, na qual a única definição aceitável da realidade é aquela que se dá em caráter provisório, conforme as condições de possibilidade política num dado momento. Como nessa abordagem a realidade é intermediada pela produção de sentido, Laclau e Mouffe buscam no discurso o meio para compreensão e constituição dos fenômenos sociais.

3.1.1 Discurso

A teoria de Laclau e Mouffe compreende o social em termos de discursividade. Nessa abordagem, o discurso é o espaço primário de constituição da objetividade, não se restringindo a fala e a escrita. Trata-se de um complexo de elementos no qual as relações desempenham um papel constitutivo, o que não significa dizer que esses elementos sejam pré-existentes às relações, mas que se constituem através delas (LACLAU, 2005).

Mendonça e Rodrigues (2008, p. 27) ressaltam que o “Discurso é uma categoria que une palavras e ações, que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática- daí a ideia de prática discursiva- uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas”. Desse ponto de vista o social é significativo, polissêmico, pode ser interpretado de múltiplas maneiras, mas sempre de forma contingente e precária, o que impede a construção de um sentido finalístico. O discurso representa a própria ontologia do social, a este respeito Burit (2008, p.41) observa que:

⁵⁵ No centro dessas reformulações estava o questionamento da noção de “totalidade fechada”, tema de grande relevância para o estruturalismo clássico. Essa leitura remetia à ausência de uma origem a qual as formações discursivas anteriores faziam referência (SOUTHWELL, 2008).

[...] não há apreensão possível da realidade que não demande constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais, em sistemas de significação que situem e hierarquizem esses fatos no mundo, e que se articulem ou disputem com outros a estabilização do ser dos objetos que descrevem e situam no mundo. Que os torne acontecimentos fortuitos, necessários, ameaçadores ou desejáveis, decisivos ou banais. Todos esses processos demandam necessariamente a passagem pelo discurso.

A entrada no campo discursivo é inevitável, os fenômenos sociais são atravessados por diferentes formações discursivas que, embora não sejam intencionais, não se articulam de maneira estritamente ocasional à medida que conseguem representar algo para além das particularidades imediatas que representam (BURITY, 2008). De acordo com Burity (2008, p. 42) elas representam unidades mais amplas de significação que se referem sempre a um “[...] conjunto articulado, mas heterogêneo, de discursos, ou seja, de sistemas de regras de produção de sentidos.”. O autor acrescenta que “Uma formação discursiva já está hegemonizada por um determinado discurso dentro de uma pluralidade. Não é um todo monolítico, fechado em si, mas produz efeitos de posicionamento, autorização e restrição sobre os sujeitos que nela se constituem ou expressam”. (BURITY, 2008, p.42).

Assim, uma formação discursiva constitui um campo de práticas que se desenvolve em várias direções, o que não significa dizer que isso ocorre totalmente ao acaso, visto que há a possibilidade de um discurso se apresentar em nome dos demais (BURITY, 2008). Nessa perspectiva, a compreensão do discurso enquanto categoria teórica depende do entendimento da noção de prática articulatória que corresponde a:

[...] qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal maneira que sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento toda diferença não discursivamente articulada. (LACLAU e MOUFFE, 2015; p. 178)

Com base nessa definição, Laclau e Mouffe (2015) ponderam algumas questões, inicialmente destacam que não há uma coerência lógica necessária entre os elementos de uma formação discursiva. O discurso funciona, não por ser livre de contradições, mas por articular elementos, muitas vezes, conflitantes como se fossem uma verdade plena, pura. Isso permite a uma formação discursiva ser pensada a partir de uma regularidade em dispersão, numa abordagem próxima à de Foucault, segundo a qual a própria dispersão garante o princípio da unidade à medida que estabelece regras de produção de sentido que possibilitam às condições de existência dos enunciados e ações.

Os autores apontam que isso possibilitaria pensar uma formação discursiva como um conjunto de posições diferenciais que, em certos contextos de exterioridade, pode ser significada como uma totalidade discursiva de caráter relacional. O que significa dizer que a ambiguidade no discurso é a evidência de seu caráter relacional, da presença do outro naquilo que julgo ser o mais íntimo no meu discurso. A partir desse entendimento é possível afirmar que a ambiguidade presente no discurso do MBL foi importante para o modo como ele se construiu ao longo do processo de impeachment, pois ela possibilitou ao movimento dizer muitas coisas enquanto fazia outras. Como exemplo disso, observamos que, ao mesmo tempo em que o MBL pregava moralidade, construía alianças com uma direita envolvida em casos de corrupção; além disso, se apresentava como democrático e republicano enquanto se articulava a autoritários.

Retomando as questões destacadas por Lacalu e Mouffe (2015), outro ponto a ser considerado se refere à indistinção entre práticas discursivas e não-discursivas, visto que todo objeto se constitui no campo da discursividade, além disso, não fazem qualquer diferenciação entre aspectos linguísticos e comportamentais. Laclau e Mouffe (2015) não negam a existência de um mundo externo ao pensamento, mas a maneira como os eventos serão significados dependerá da estruturação do campo discursivo. O que implica dizer que há algo concreto e independente do indivíduo, contudo o real só pode se tornar social à medida que se torna significativo. O sentido, todavia, é necessariamente relacional. Nessa perspectiva, o discurso possui natureza material e não é unificado por um sujeito fundante, de modo que a articulação integra toda a densidade material da multiplicidade de espaços, práticas e posições que estruturam uma formação discursiva (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Outra questão apresentada pelos autores diz respeito ao caráter incompleto de toda totalidade discursiva que permite pensar o social de um ponto de vista aberto e contingente. Isso implica abandonar a ideia de sociedade como uma totalidade suturada e autodefinida, visto não haver um princípio subjacente que fixa e constitui o campo das diferenças como um todo. Sendo assim, a condição de toda prática social se baseia na insolúvel tensão entre interioridade/exterioridade levando em conta que o critério de necessidade só existe como limitação parcial do campo de contingência. Para Laclau e Mouffe (2015) o social se constitui num espaço em que não pode haver nem interioridade total nem exterioridade total o que significa que ele não pode ser pensado como campo de identidades plenamente fixadas.

É nessa impossibilidade de plena fixação que reside o caráter sobredeterminado do social, nenhum discurso pode se constituir plenamente e realizar sua sutura final. A ideia de sobredeterminação, tomada da psicanálise e introduzida na análise social por Althusser,

corresponde, segundo Southwell (2008, p. 127): “[...] à multiplicidade de determinações, determinação recíproca e a fusão de distintas contradições que conservam a sua especificidade”. Para a autora, na análise social a noção de sobredeterminação permite compreender a causalidade histórica de modo mais flexível e perceber a inclusão-exclusão de elementos articulados em diferentes discursos, bem como as articulações possíveis de um mesmo discurso.

Ressalte-se que embora o social seja sobredeterminado não há empecilhos ao estabelecimento de fixações parciais de sentido, principalmente, porque o campo da discursividade é considerado um espaço de disputas no qual há uma proliferação de significados. As múltiplas visões sobre o processo de impeachment e as disputas pelo domínio desse campo retratam bem isso, a exemplo das narrativas que viam os trâmites referentes à cassação de Dilma Rousseff como uma tentativa de golpe e as que buscavam invalidar essa ideia apresentando esse procedimento como um rito democrático previsto na constituição.

Laclau e Mouffe (2015, p. 187) destacam que: “Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro [...]” e os pontos discursivos responsáveis por essa fixação são chamados “pontos nodais”. Assim, a prática articulatória consiste na construção de um ponto discursivo privilegiado capaz de fixar sentidos parciais. Nesse caso, a defesa do impeachment de Dilma Rousseff pelo MBL representou esse ponto nodal ao integrar demandas tão distintas entre si, desde liberais até os que pediam por intervenção militar.

O ponto nodal funciona como uma espécie de ponto de intersecção que integra várias demandas e por meio de uma cadeia de equivalência amplia o discurso possibilitando que essas demandas se sintam representadas. A este respeito, Mendonça (2007, p. 252) observa que:

Tal articulação forma uma cadeia de equivalências, que significa que em torno deste discurso central gravitam outros discursos que são representados por este discurso privilegiado (suplementar). Entretanto para que um discurso se torne um ponto nodal, é preciso [...] que este amplie seus conteúdos, incorpore elementos de outros discursos e necessariamente tenha de ceder alguns de seus sentidos iniciais para que estes não entrem em choque com os sentidos produzidos por outras identidades por ele articuladas.

Portanto, a articulação em torno de um ponto nodal não é consequência de nenhum fator estrutural dado a priori, o que não significa negar a existência de forças estruturais, mas de compreender essa relação como resultado de conflitos e conciliações políticas. Em face disso, a prática articulatória retira das relações sociais qualquer característica de necessidade à

medida que se refere à construção de um discurso no qual demandas concretas de uma particularidade são hegemônicas.

3.1.2 Antagonismo e Deslocamento

Apesar da palavra antagonismo aparecer no singular no título dessa seção, cabe ressaltar que para Laclau e Mouffe (2015, p.209) enquanto categoria analítica, ela não se expressa a partir de um único ponto tendo em vista que “[...] qualquer posição num sistema de diferenças, na medida em que é negada, pode se tornar o lócus de um antagonismo. Desta forma, há uma variedade de antagonismos possíveis no social, muitos deles em oposição uns aos outros”.

Os diferentes posicionamentos em relação ao impeachment de Dilma Rousseff demonstram bem isso, inclusive, de uma forma concreta através das manifestações realizadas ao longo do processo. Isso porque, além de serem marcadas pela presença de grupos bastante heterogêneos compondo um mesmo bloco, a exemplo do MBL que levou às ruas diferentes demandas (intervenção militar, o fim do PT, apoio a Lava Jato etc.) essas mobilizações foram realizadas tanto por grupos que pediam o afastamento da presidenta quanto por aqueles que pediam sua permanência no cargo. Houve ocasião que envolveu, até mesmo, disputa por território quando lados opostos marcaram atos para o mesmo dia e horário⁵⁶. Além disso, era comum que manifestantes comparecessem as mobilizações convocadas pelos oponentes para defender o seu posicionamento⁵⁷.

Esse contexto evidencia a possibilidade de uma multiplicidade de antagonismos no espaço social. Contudo, apesar da relevância que essa noção tem para a teoria de Laclau e Mouffe (2015) é importante não perder de vista que ela deixou de ter centralidade explicativa sobre a constituição das relações sociais após a introdução do conceito de deslocamento por Laclau em *New Reflections on the Revolution of our Time*. Por esse motivo, nossa abordagem nessa seção seguirá tanto os passos iniciais desse conceito quanto a sua releitura, bem como o entendimento de Laclau sobre a categoria deslocamento.

⁵⁶Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/grupos-favoraveis-e-contrarios-ao-impeachment-fazem-atos-em-varias-cidades> Acesso: 29/09/2021.

⁵⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/04/16/manifestantes-contraria-favor-de-dilma-quase-entram-em-confronto-em-brasilia.amp.htm> Acesso: 29/09/2021.

O antagonismo é mais uma categoria que corrobora o empreendimento teórico não essencialista de Laclau e Mouffe (2015) ele nega qualquer fundamento último, princípio transcendental, classe privilegiada ou leis escatológicas. Howarth et al. (2016) afirma que a simples existência dele confirma a ausência de leis necessárias da história e de agentes políticos universais movidos por interesses e identidades pré-construídas. Inicialmente, o antagonismo representa uma experiência de negatividade, considerando que limita toda objetividade e impede a fixação de qualquer sentido finalístico do discurso. (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Mendonça (2009, p. 161) observa que na relação antagônica “[...] um discurso tem bloqueado sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico”. Em função disso a presença do “outro” representa um limite à plena constituição do “eu” (LACLAU; MOUFFE, 2015). Isso significa que a produção de sentido é sempre social, envolve uma presença que se refere a uma ausência, uma reivindicação de verdade que é inconcebível sem que estejamos atentos ao que essa verdade exclui. Apesar desse conceito ter perdido sua centralidade, conforme destacamos, ele continua sendo relevante para a construção de lógicas, identidades e fronteiras políticas (MENDONÇA, 2012).

A partir da releitura de Laclau o antagonismo passa a ser abordado como parte de um sistema de significação no qual é tido como condição de identificação (MENDONÇA, 2012). Essa percepção parte do pressuposto de que a própria condição do outro antagônico compreende um modo de produção de sentidos e, portanto, um tipo de simbolização. Em função disso, o antagonismo deixa ser entendido como um limite para constituição de sentido dos discursos.

Os antagonismos engendrados ao longo do processo de impeachment retratam bem isso porque demonstram como as forças em oposição foram se constituindo mutuamente. O MBL ao projetar em Dilma Rousseff, no PT e no ex-presidente Lula os males dos problemas que o país enfrentava não só construiu inimigos comuns, como também a si próprio nesse percurso. À medida que o MBL tentava bloquear os sentidos mobilizados por seus oponentes para significar suas ações destacando, por exemplo, que Dilma Rousseff liderava o ranking dos líderes mais decepcionantes do mundo, além de corroborar a narrativa favorável ao impeachment buscando invalidar a ideia de golpe da presidenta⁵⁸, ele também se constituía como movimento e significava suas ações a partir desse antagonismo. Outrossim, toda essa dinâmica não era uma via de mão única uma vez que geravam reações dos seus opositores.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mbllivre/photos/a.204296283027856/359630210827795/?type=3&theater> Acesso: 08/04/2016 às 11h09min.

Isso nos leva a considerar, assim como Laclau (1990), que os processos identitários são sempre precários tendo em vista que uma identidade antagônica inviabiliza a plena constituição da identidade antagonizada, no entanto ambas só existem a partir dessa relação. É importante destacar que, embora essas lutas sejam constantemente atualizadas, há antagonismos com longa história, a exemplo da oposição entre o PSDB e o PT. A permanência de antagonismos no tempo, apesar das transformações, permite compreender as relações antagônicas a partir de uma relação de estabilização e contingência.

Nessa abordagem há um campo de identidades relacionais que não se constituem plenamente porque as relações não formam um sistema fechado, no entanto isso não significa dizer que não haja alguma estabilização dessas identidades ao longo do tempo. A ênfase que Laclau (1990) atribui à contingência, deve-se ao caráter antiessencialista que sua abordagem confere às relações políticas. Nesse caso, a contingência é o elemento que subverte o necessário e impede a plena constituição das identidades políticas, por esse motivo os limites entre contingência e necessidade são constantemente deslocados (LACLAU, 1990).

Nesse sentido, o antagonismo passa a integrar parte dos processos de significação e de constituição de novas formas de inclusão-exclusão de sentidos (MENDONÇA, 2012). Apesar de não ser mais uma categoria central, o antagonismo ainda representa a condição de existência de discursos políticos. Essa centralidade cedeu vez, conforme mencionado, para a categoria deslocamento que passou a corresponder ao momento de falha estrutural, ou seja, a ocasião de crise real na qual ocorre a impossibilidade de significação da estrutura. Para Laclau (1990) deslocamentos são momentos que geram desestrutura, ocasião em que os elementos de ligação cedem e requerem a necessidade de rearticulação.

Nesse sentido Ferreira (2011) destaca que uma crise de sentido se instala quando um discurso não consegue se mostrar imune frente a contestações que emergem evidenciando, dessa forma, seu caráter contingente. Tal como ocorreu com a hegemonia discursiva do governo petista que perdeu força e não conseguiu mais responder às demandas de uma parcela da sociedade dando margem a intensificação de discursos oposicionistas, bem como à sua receptividade por camadas que não se sentiam mais representadas pelo governo.

Isso demonstra que o discurso hegemônico pressupõe a existência de contradiscursos o que reflete na presença de antagonismos. À vista disso, Laclau (1990) afirma que, à medida em que a estrutura é deslocada, há possibilidade de emergência de centros e a resposta a esse deslocamento estrutural será sua recomposição em torno de pontos nodais particulares por várias forças antagônicas. Nesse caso, a emergência dos movimentos pró e contra o impeachment são ilustrativos.

Na visão do autor o deslocamento ocorre simultaneamente à construção de centros de poder, ele destaca que a possibilidade de oposição a esse poder significa que não se trata de um poder total, o social se apresenta nessa perspectiva como lócus de uma pluralidade de centros de poder, cada um com distintas capacidades de irradiação e estruturação. Portanto, uma estrutura descentrada não se refere apenas à ausência de um centro, mas a um descentramento pelo antagonismo. Laclau (1990, p. 40) observa que:

Strictly speaking, the points we have repeatedly been making can be applied here: centres can exist only because the structure is decentred. If the structure was totally closed, each of its constitutive elements would have a merely relational identity with the others and none would be able to assume the character of a centre as a result.

Nessa perspectiva, Mendonça (2012) afirma que o (re)centramento da estrutura demanda obrigatoriamente a passagem pela constituição de novos antagonismos, bem como de novos processos hegemônicos. Trata-se da reconstituição da estrutura através de novos processos de significação o que se estabelece através de uma prática articulatória que inclui relações de equivalência e diferença.

3.1.3 Equivalência e Diferença

Em “Hegemonia e Estratégia Socialista”, Laclau e Mouffe (2015) apontam que os conceitos de equivalência e diferença estão relacionados à noção de antagonismo que, na visão dos autores, representa a impossibilidade de plena constituição do social o que foi revisto por Laclau em *New Reflections on the Revolution of our Time*, conforme explicado anteriormente. A partir desse novo entendimento o antagonismo passou a ser visto “[...] como parte de processos de significação e de constituição de novas formas de inclusão, mas também de exclusão de sentidos discursivos.” (MENDONÇA, 2012, p. 215).

Apesar dessa nova abordagem o funcionamento da lógica do discurso e de constituição da significação não foi alterado. Portanto, essa categoria continua diretamente relacionada à construção de discursos políticos e, nesse sentido, a ideia de equivalência e diferença é necessária para compreender como se constituem os sentidos em uma determinada ordem hegemônica.

Inicialmente, é importante frisar que hegemonia na visão de Laclau e Mouffe (2015) se refere a um discurso sistematizador que promove uma unidade de diferenças a partir de uma cadeia de equivalência que não é definida aprioristicamente, mas fruto de articulações. Os autores destacam que numa relação de equivalência as diferenças são canceladas mutuamente e passam a expressar algo idêntico e subjacente a todas elas. Eles observam que esse tipo de relação é atravessado por uma ambiguidade: por um lado, para que dois termos sejam equivalentes é necessário que sejam diferentes; e, por outro, a equivalência só existe na medida em que subverte o sentido original desses termos.

O MBL, por exemplo, apesar das suas pautas específicas conseguiu articular diferentes demandas em torno do discurso favorável ao impeachment. Entre os seus seguidores, encontravam-se: liberais; defensores da Lava Jato e do juiz Sérgio Moro; aqueles que pediam intervenção militar; apoiadores do então deputado federal Jair Bolsonaro; os que sustentavam pautas religiosas e morais. Apesar do enfoque distinto dessas demandas, o movimento conseguiu ampliar seu discurso em defesa da saída de Dilma integrando sentidos que criaram importantes cadeias de equivalência, tais como as narrativas de oposição ao PT, aversão à esquerda, combate à corrupção e a ideia de recuperação da economia fazendo com que essas particularidades se sentissem representadas.

Do ponto de vista de Laclau (2005) só é possível estabelecer esse tipo relação porque essas demandas de modo isolado não obtiveram êxito, ao mesmo tempo, caso essas particularidades desaparecessem a relação de equivalência perderia sua razão de ser. Na perspectiva do autor a lógica da diferença continua atuando dentro de uma cadeia de equivalências a partir de um duplo sentido, como fundamento e numa relação de tensão com ela. Nesse caso, as diferenças não são eliminadas tendo em vista que o motivo do vínculo se deve a solidariedade estabelecida entre demandas insatisfeitas, de modo que sem a presença dinâmica das particularidades não haveria uma cadeia equivalencial (LACLAU, 2005).

Esse ponto expressa bem o argumento dos autores sobre a impossibilidade de um sentido finalístico ao discurso, visto que se por um lado as identidades não se constituem plenamente, por outro suas diferenças também não podem ser completamente fixadas. De modo que mesmo as diferenças estão em aberto o que permite essa espécie de simbiose promovida pela relação de equivalência e que constituirá a ordem hegemônica. É importante enfatizar, ainda, que nessa abordagem enquanto a diferença atua para crescente expansão e heterogeneidade do espaço político, a equivalência funciona como um tipo de redutor de complexidade (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Nesse quadro teórico essas categorias se inserem no debate sobre universalismo e particularismo. Laclau e Mouffe (2015) consideram os sujeitos sociais como particularidades, já que ocupam posições diferenciais nos discursos que constituem o espaço social. Em contrapartida, assinalam que os antagonismos criam fronteiras internas à sociedade fazendo com que um conjunto de particularidades se estabeleça através de equivalências e se coloquem, por exemplo, numa relação de oposição com as forças opressoras. Todavia, eles ressaltam a necessidade de representar a totalidade desse conjunto para além das particularidades conectadas por meio da cadeia de equivalências. Por esse motivo o conjunto formado por essas particularidades, embora isoladamente não percam suas especificidades, busca representar uma universalidade que o transcende e que constituirá a base de reivindicação à hegemonia da relação.

3.1.4 Hegemonia

Todos os conceitos explorados anteriormente são fundamentais para o entendimento e constituição de uma relação hegemônica. À vista disso, essa seção abordará mais detidamente de que modo essas ideias se conectam para determinar a noção de hegemonia. A princípio, cabe destacar que essa categoria é tributária da tradição de estudos marxistas, especialmente, da social-democracia russa e de Lenin. No entanto, foi Gramsci que apresentou uma teorização mais inovadora e elaborada desse conceito ao pensar o vínculo hegemônico para além da categoria leninista de “aliança de classes” (LACLAU e MOUFFE, 2015). Sua abordagem destaca a necessidade de formar uma classe dirigente a partir de um sistema de alianças que inclua a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês desconsiderando, dessa forma, a ideia de hegemonia estritamente relacionada à defesa de interesses corporativos.

Essa transição realizada pelo pensamento gramsciano foi decisiva para uma leitura da noção de hegemonia que passasse a considerar as diversas posições ocupadas pelo sujeito através dos diferentes segmentos de classe. Apesar disso, o clássico dualismo marxista que prevê uma ligação necessária com uma classe não foi superado. Mesmo com a introdução do conceito de articulação e da percepção do caráter relacional da identidade dos sujeitos sociais, a análise de Gramsci ainda pressupõe a existência de um princípio unificador em toda formação hegemônica que seria a classe fundamental. Nesse sentido, Laclau e Mouffe (2015)

afirmam que a unicidade e o caráter essencial de classe não correspondem à luta hegemônica, ao invés disso, representam um fundamento ontológico último, já que toda luta acontece dentro de um referencial estrutural necessário.

À vista disso, os autores retomam o pensamento gramsciano e desenvolvem uma nova abordagem do conceito de hegemonia, centrado no momento da articulação política, como resultado de um processo de lutas e construção. Aqui, a noção de articulação assume relevância, principalmente, porque a hegemonia passa a ser entendida como uma prática discursiva que articula e organiza as relações sociais. Ela se refere à capacidade que uma particularidade possui de representar algo maior e mais abrangente que consegue integrar diferentes demandas de maneira que se reconheçam como parte dela.

Em recente sistematização desse conceito, Laclau (2004) aponta que não se trata apenas de mais uma categoria útil de análise à medida que a hegemonia constitui o próprio terreno da relação política (LACLAU, 2004). Nesse sentido, ela consiste numa prática necessária ao ordenamento social e produz efeitos cotidianos, tais como a necessidade de observância das leis e questões referentes à conjuntura democrática (MENDONÇA, 2007).

O autor desenvolve essa sistematização a partir do que ele chamou de as quatro dimensões de uma relação hegemônica, mas que poderiam ser entendidas, também, como condições: 1) a desigualdade de poder está constituída; 2) há hegemonia apenas se a dicotomia universalidade/particularidade é superada; 3) hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios; 4) o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social (LACLAU, 2004).

A primeira condição constitui o fundamento da relação política à medida que um poder total anularia o antagonismo característico dessa relação. Para exemplificar essa afirmação, Laclau (2004) traça um paralelo com o estado político hobbesiano e aponta que no estado de natureza o poder estaria distribuído de maneira uniforme entre os indivíduos, mas como os interesses são conflitantes a sociedade se torna impossível, disso decorre a necessidade do pacto que a tornará viável. O Leviatã surge a partir da entrega total de poder o que, na visão do autor, constitui um ato essencialmente não político porque exclui totalmente a interação entre as vontades antagônicas. Nesse sentido, a instituição do Leviatã corresponde à impossibilidade da política, vez que suprime as disputas hegemônicas impedindo, desde o princípio, a ocorrência de discursos que contestem a ordem vigente (MENDONÇA, 2012).

Por outro lado, Laclau (2004) afirma que a distribuição de poder originariamente desigual representa a própria garantia da manutenção da ordem social considerando que a

possibilidade de um grupo específico assumir o governo vai depender da habilidade que possuir para compatibilizar seus objetivos particulares com os objetivos de outros grupos. O autor reitera que a capacidade de uma particularidade se tornar símbolo de algo para além dela é o fator intrínseco a toda relação hegemônica.

Isso nos coloca frente à segunda dimensão proposta por Laclau (2004) segundo a qual a hegemonia requer a supressão da dicotomia universalidade/particularidade. Para o autor a universalidade só existe quando encarna e subverte objetivos setoriais, em contrapartida, nenhuma particularidade pode se tornar política sem se converter num lócus de efeitos universalizantes (LACLAU, 2004). Tal como ocorreu com o MBL em relação ao impeachment, pois embora o movimento tivesse um projeto político definido que incluía, por exemplo, o fim do voto obrigatório e do fundo partidário, a defesa do afastamento de Dilma Rousseff foi a superfície de inscrição que permitiu integrar outras demandas sociais que não tinham interesse nessas questões no momento e ampliar o seu discurso.

Essa abordagem considera que uma reivindicação de universalidade não pode ser apresentada de modo direto e, por esse motivo, demanda uma passagem pelo particular. Isso ocorre porque, embora os meios de representação correspondam a objetivos setoriais, eles se ampliam conservando grande parte das suas características. O MBL, nesse caso, não renunciou aos seus conteúdos particulares para defender o impeachment, pelo contrário, a partir deles construía sua narrativa, mas sem transformá-los no foco da questão, ao passo que agregava novas reivindicações. A própria ideia de liberalismo é um exemplo desse tipo de acomodação semântica, mas de uma outra forma, pois ele tem como princípio fundamental de constituição do bem social a liberdade subjetiva. Contudo, o neoliberalismo acomoda dentro desse ideário pautas bem conservadoras do ponto de vista dos costumes, ou da representação política. Nesse caso, a acomodação visando à articulação e universalização, desloca o próprio sentido original do que venha a ser liberalismo. Esse tipo de acomodação semântica, percebido no discurso do MBL, contribuiu para a sua própria construção enquanto movimento porque gerava processos de identificação.

Ressalte-se que quanto mais um setor particular ampliar seus objetivos para incluir as demandas de outros grupos mais ele se aproximará do que Laclau e Mouffe (2015) definem como significante vazio, o que nos conduz a terceira dimensão da relação hegemônica proposta por Laclau (2004) segundo a qual a hegemonia requer tendencialmente a produção de significantes vazios que, enquanto mantém imensurável o vínculo entre universal e particular, permite que este último tome a representação do primeiro.

O significante vazio ocorre, de acordo com Medonça (2012, p.252) “[...] quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata”. Essa abordagem parte do entendimento que uma totalidade se constitui como um objeto impossível e necessário: o primeiro em virtude da tensão insuperável entre interesses equivalentes e divergentes; e o segundo como resultado de um processo de construção de limites sem o qual não haveria nenhuma significação nem identidade. Em razão disso, a ideia de totalidade compreende, além da particularidade que lhe é própria, uma significação mais ampla, universal, que configura uma relação hegemônica (LACLAU, 2005).

Essa universalização está na base das relações de representação, especialmente, por se tratar da capacidade de um discurso ampliar seus conteúdos específicos a ponto de encarnar os sentidos de outras particularidades. No caso em estudo, além do MBL se colocar como porta-voz dos que pediam pela saída da presidenta, o movimento começou a agregar novas pautas ao seu discurso. Exemplo disso, foi a retórica moralista e conservadora que passou a assumir em relação a questões de gênero utilizando esse recurso para representar e confrontar a esquerda à medida que se articulava ao público protestante. Ressalte-se que o exame dessa questão ganha especial relevância quando se trata de mídias sociais porque elas fornecem a possibilidade de avaliar o nível de engajamento dos seguidores com determinada pauta. O que permitia ao MBL avaliar a possibilidade de integrar, ou não, demandas específicas ao seu discurso.

Essa questão nos conduz a última dimensão apresentada por Laclau (2004): o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição da ordem social. Para o autor a representação direta de uma totalidade é impossível, ainda sim algum tipo de representação é necessário, de modo que os sentidos atribuídos a ela é produto das diferenças particulares que a constituem, em razão disso o processo de representação se estabelece quando uma dessas diferenças se dividir entre a sua característica diferencial e a nova função de representação que ela desempenha, a de uma universalidade inatingível (LACLAU apud MENDONÇA, 2012).

Mendonça (2012, p.253) observa que não se trata de negar os conteúdos dos outros elementos da cadeia equivalencial considerando que estão todos presentes, ele aponta que, segundo Laclau:

[...] é totalmente possível estabelecer, no universo discursivo, a diferença entre o que é efetivamente uma estrutura discursiva e o que são individualmente seus elementos/momentos articulados. Se isso não for possível, não estamos diante de uma cadeia de equivalências, ou seja, de diferenças articuladas em torno de um projeto

discursivo comum (ainda que precário e contingencial), mas tão-somente diante de uma igualdade, ou seja, diante de um só elemento.

Nessa perspectiva, Laclau e Mouffe (2015) ressaltam que a hegemonia não é uma lógica representativa de um único segmento social. Eles enfatizam que toda formação hegemônica inclui diferenças que determinam parcialmente identidades relacionais; equivalências que subvertem essas identidades e, ao mesmo tempo, podem ser recuperadas, posto que o próprio lugar de oposição é regularizado e estabelece uma nova diferença; além de formas de sobredeterminação que tanto podem concentrar poder quanto diferentes formas de resistência a ele (LACLAU; MOUFFE, 2015).

À vista disso, é importante destacar que a hegemonia não é dada, mas contingente e construída (BURITY, 2008). Segundo Burity (2008, p. 49) quando o discurso hegemônico perde sua capacidade de interpelação ele provoca uma crise que leva a emergência de discursos contestatórios que “[...] procurarão ocupar o lugar da totalidade que está sendo deixado vago por incompetência, por assédio ou por derrota do próprio discurso hegemônico.” Assim como aconteceu com o discurso do governo petista que perdeu força diante de um cenário político-econômico que deixou de responder satisfatoriamente a uma parcela significativa da população cedendo a espaço à emergência de discursos contestatórios como o do MBL.

Ressalte-se que o surgimento de um discurso hegemônico em um dado contexto tanto pode se prolongar no tempo quanto ocorrer de modo intenso, desestruturando significativamente as formas de vínculo social e ocasionado uma série de deslocamentos, crises, sofrimentos (BURITY, 2008). Ademais, é importante considerar que o discurso hegemônico nem sempre é o mais rico, articulado e representativo, mas no momento decisivo se mostra capaz de significar os eventos/ interlocutores oferecendo um espaço de subscrição que inclui diferentes demandas em reação a um desafio, crise ou ameaça iminente (BURITY, 2008). A atuação do MBL no Facebook exemplifica essa proposição, sobretudo, quando consideramos as características que o seu discurso assumiu nesse espaço. Embora o movimento buscasse sistematizar um discurso que significasse e instituisse uma verdade sobre os eventos relativos ao impeachment de Dilma Rousseff, a ênfase recaía sobre a dimensão dos afetos. Nesse sentido, sua atuação apresentou uma retórica marcada por sentimentos como medo e ódio associada a práticas que buscavam monopolizar o debate através do estardalhaço, zombaria, desqualificação moral e técnica da presidenta.

O importante era manter o controle do debate e reafirmar os laços de coesão do grupo através desse tipo de recurso. Nesse caso, a disputa por hegemonia assumiu traços bem

peculiares que a teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe não consegue captar satisfatoriamente. Embora os processos de articulação e constituição de sentidos engendrados por um discurso hegemônico continuem sendo constituintes dos processos políticos, nessa situação as disputas vão muito além do plano semântico porque envolvem a luta pela monopolização do debate independente de um esforço sistemático para reivindicar para si a verdade. Esse tipo de prática encontra abrigo no que vem sendo definido como pós-verdade e, por esse motivo, a próxima seção será dedicada a uma discussão mais detida sobre esse tema.

3.2 PÓS-VERDADE

Em 2016, o Dicionário Oxford nomeou *post-truth* (pós-verdade) a palavra do ano, definida como “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ANCONA, 2018, p.20). Nessa definição o dicionário emprega uma ênfase especial ao prefixo *post* não para indicar que a verdade teria sido ultrapassada em sentido temporal, como em “pós-guerra”, mas com a ideia de que ela havia sido suplantada e, por isso, não seria mais tão relevante (FULLER, 2018).

Embora não se trate de uma palavra recente⁵⁹, ela foi alçada aos *trending topics* desses tempos, especialmente, durante as campanhas do plebiscito do *Brexit* e das eleições americanas de 2016 na qual Donald Trump foi eleito. Ambas foram marcadas pela difusão de notícias falsas, principalmente nas mídias sociais, e um forte apelo emocional que recorria ao sentimento de nacionalidade⁶⁰. Vale destacar que, embora a pós-verdade tenha uma relação direta com o compartilhamento de notícias falsas (*fake news*) ela não se define, exclusivamente, por esse tipo de prática. Do mesmo modo, não se trata de afirmar

⁵⁹ A palavra foi empregada pela primeira vez em 1992 em um artigo de Steve Tsich para a revista *The Nation* sobre a Guerra do Golfo com a seguinte referência: “nós, como povo livre, decidimos livremente que queremos viver em uma espécie de mundo da pós-verdade”. Disponível: https://brasil.pais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html Acesso: 27/10/2021.

⁶⁰ No caso do *Brexit* essa narrativa se apegava a ressentimentos públicos como, por exemplo, o suposto ingresso da Turquia na União Europeia que, apesar da possibilidade remota, ganhou relevância durante a campanha sendo apresentado como um problema para o controle britânico da política de imigração (D’ANCONA, 2018). Quanto à campanha de Donald Trump, uma das questões mais emblemáticas nesse sentido foi a construção de um plano mítico associado a ideia de “Tornar a América Novamente Grande” promovendo uma política desagregadora que proibiria a imigração de mulçumanos; investiria na construção de um muro ao longo da fronteira com o México; além do incentivo ao retorno do protecionismo econômico (D’ANCONA, 2018, p. 26).

categoricamente que os fatos não importam, mas de entender que eles podem ser manejados conforme a interpretação que se pretende defender num dado momento.

Esse manejo inclui um componente afetivo que busca promover adesão através de crenças e interesses pessoais. Nesse sentido, Arron Banks, empresário que custeou a campanha *Leave.EU* favorável a saída do Reino Unido da União Europeia, foi assertivo ao dizer que “A campanha pela permanência na União Europeia apresentou fatos, fatos, fatos. Não funciona. Você tem de se ligar emocionalmente com as pessoas [...]” (D’ANCONA, 2018, p. 27).

Com essa declaração ele parece ter capturado bem o espírito do momento considerando que, não tanto a validade dos argumentos, mas o vínculo afetivo que eles promovem a partir de uma visão de mundo compartilhada conta muito mais nos processos de articulação política. Isso porque, além de promover uma articulação emocional e discursiva dos simpatizantes, impede que os antagonistas realizem proposições e/ou tomem a iniciativa de fazer acusações à medida que precisam se defender continuamente dos ataques que sofrem e não conseguem desarticular completamente as narrativas que se voltam contra eles.

Não se trata de um completo abandono dos fatos, mas da sua subordinação à promoção de interesses específicos e, portanto, da sua adequação dentro de um contexto político que favorece determinada interpretação. Os argumentos que se pautam por essa lógica são capazes de gerar engajamento porque as pessoas se sentem emocionalmente ligadas às ideias que eles defendem. Além disso, contribui para manter a discussão sempre em andamento sem que se chegue, efetivamente, a uma conclusão.

Esse tipo de estratégia encontra nas brechas da democracia representativa seu espaço de ação porque embora o debate na esfera pública seja uma qualidade, uma força, que não se deseja cancelar, ele se torna uma fragilidade quando se trata de discussões sem fim, caracterizadas pela incapacidade de decisão. Como mostra Olavo de Carvalho (SCHOPENHAUER, 1997) existe a possibilidade de se utilizar dessa lacuna contra a própria democracia, para isso basta que o debate racional ceda vez a manipulação dos sentimentos, dos preconceitos, medos.

É importante considerar que o domínio da discussão é uma característica marcante da pós-verdade, principalmente, porque envolve uma tentativa de bloquear a expressão de ideias opostas. Isso pode ser observado, por exemplo, quando uma discussão centrada na razão, de um discurso fundado na ciência, passa a questionar coisas básicas como o formato da terra, a existência da exploração escravista, ou ainda, o holocausto. Olavo de Carvalho

(SCHOPENHAUER, 1997) já dizia: se não conseguir vencer por argumentos, xingue! Ou seja, destrua as bases racionais do debate.

Não por acaso, as estratégias de manipulação semântica são recorrentes desse modo de atuação, não tanto por seu caráter persuasivo, mas como um instrumento para a construção de um discurso monológico que permita reafirmar convicções e manter a coesão de grupos. Trata-se de dominar o debate a qualquer custo, independente de se ter, ou não, razão para isso. Nesse caso importa muito mais a repercussão do que, necessariamente, o conteúdo da informação e, por esse motivo, o apelo afetivo é um recurso valioso porque ele promove um tipo de ressonância emocional que prende a atenção. O que influi sobre a própria compreensão que o indivíduo tem da realidade uma vez que, em se tratando de pós-verdade, o vínculo afetivo é um fator preponderante para a visão que ele tem dela.

3.2.1 (Pós) Verdade: Um Olhar Pós-moderno

Em que pese todo debate sobre a compreensão da realidade não se basear num senso robusto de verdade e, mesmo, as controvérsias que envolvem a ideia de uma única verdade objetiva, não se pode desconsiderar que essa noção é orientada por uma ideia de valor. Ponderar essa afirmação significa dizer que a verdade confere um sentido às coisas, aos seres humanos e ao mundo que não teriam, caso fossem indiferentes às noções de verdade e falsidade (CHAUÍ, 2000).

O ser humano sente a necessidade de confiar nas coisas e nas pessoas, ou seja, de acreditar que as coisas estão de acordo com a sua percepção e o que as pessoas dizem são confiáveis (CHAUÍ, 2000). A fenomenologia diz que vivemos numa atitude natural diante do mundo, pois confiamos que nosso envolvimento com ele não seja, em princípio, problemático. Apenas quando algo não funciona passamos a rever nossos pressupostos sobre o funcionamento do mundo. Isso significa que a necessidade de confiança é a atitude mais “natural” do ser humano. De um ponto de vista simmeliano podemos dizer que essa noção de confiança carrega consigo um misto de verdade e ignorância, vez que não possuímos nunca uma compreensão total da realidade e, por esse motivo, somos levados a confiar (SIMMEL, 2009).

Nesse sentido, a vida em sociedade é estruturada a partir de certo grau de confiança entre os indivíduos o que, por outro lado, tem influência sobre a sua percepção da realidade.

Quando consideramos a variedade de meios e formas de comunicação a que as sociedades estão expostas, atualmente, a confiança envolve para além de um “salto de fé” (RATTON; ZAMBONI-RATTON, 2006) a própria incapacidade dos indivíduos em avaliar todo tipo de conteúdo que recebem. O que faz com que seja mais conveniente acreditar em fontes que julgam confiáveis do que expor elas recorrentemente à dúvida racional, metodológica.

Assim, os indivíduos se deixam levar por opiniões e ideias de outras pessoas. Não se trata de uma atitude passiva posto que aquele que se “deixa levar” o faz a partir de referências que tornam reconhecível uma visão de mundo comum, isto é, partilha dos mesmos interesses que uma coletividade. Contudo, esse entendimento não deixa de corroborar o que Descartes definia como uma das origens do erro, a chamada “prevenção” que corresponderia a opiniões que se cristalizam nos indivíduos sob a forma de preconceitos, colocados por algum tipo autoridade (pais, professores, livros etc.) impedindo-os de pensar e investigar (CHAUÍ, 2000).

Sobre essa questão, deve-se considerar que o desejo de verdade, tal como objeto de interesse dos filósofos, encontra referência muito mais numa busca do que nas coisas em si e, nesse ponto, reside a importância do pensar e investigar. Entretanto, essa busca teria perdido a sua importância na vida contemporânea considerando que se a pós-verdade não questiona a noção de verdade como um valor maior, ao menos, leva essa questão para o plano da cultura da indiferença.

O que na visão de Tiburi (2019, p.97) pode ser explicado pelo fato de que: “Contentamo-nos com pouco. E esse pouco é a pós-verdade. A verdade que podemos aceitar. A verdade que cola e que vemos circular [...] A verdade que conseguimos alcançar quando, em um regime antigo, a verdade era aquilo que esperávamos conseguir”. Ao avaliar esse conceito, Dunker (2019, p.14) afirma que a noção de verdade que a pós-verdade retoma “[...] se confunde com os processos sociológicos de individualização, com prerrogativas estéticas do gosto e com a força política das religiões”.

À vista disso, a pós-verdade inaugura uma importante reflexão sobre o entendimento do que é a verdade e a sua suposta autoridade, vez que a palavra, em si, remete à ideia de que a verdade está sob escrutínio. Ela retoma, em vários aspectos, a discussão sobre verdade do final do século XX inaugurada pelo pós-modernismo. Apesar da dificuldade de se tentar definir o que foi o pós-modernismo e, mesmo, dos questionamentos relativos à sua coerência enquanto escola de pensamento, para a discussão sobre pós-verdade vale considerar, assim como fez D’Ancona (2018) duas questões relevantes para os pós-modernos.

Por um lado, “a ideia de que a sociedade cada vez mais pluralista precisaria reconhecer e prestar atenção às múltiplas vozes: as histórias de gênero, minorias étnicas,

orientação sexual e tradição cultural” (D’ANCONA, 2018, p.85). O que refletia a busca por maior inclusividade, diversidade, liberdade pessoal e direitos civis. Por outro lado, o questionamento da noção de realidade objetiva feito por muitos autores dessa escola levou a um desgaste da ideia de verdade (D’ANCONA, 2018).

Nesse sentido D’Ancona (2018) afirma que os filósofos pós-modernos entendiam a linguagem e a cultura como “constructos sociais”, fenômenos políticos que retratavam a distribuição de poder através de marcadores de classe, raça, gênero e sexualidade e, não, por meio de ideais abstratos como os da filosofia clássica. A apreensão da realidade nesses termos implicaria, na visão do autor, na impossibilidade de uma afirmação categórica sobre o que é falso. O que conduziria a um relativismo difícil de ser superado tendo em vista que a construção social da realidade partiria de pontos de vista isolados com interpretações excludentes do real.

A verdade seria, sob esse aspecto, uma questão de ponto de vista considerando que qualquer tentativa de estabelecer uma noção de realidade objetiva seria percebida como um reflexo das relações de poder que a permeiam. Abordagens como a de Foucault, uma das referências dessa escola, corroboram essa ideia dado que, para o autor, a linguagem é atravessada por relações de poder e dominação, sendo assim qualquer afirmação de conhecimento envolve uma declaração de autoridade (MCINTYRE, 2018).

Voltando, pelo menos, 120 anos no tempo a abordagem perspectivista de Nietzsche já anunciava a ausência de um fundamento último para o conhecimento ao considerar a multiplicidade de interpretações. Todo conhecimento seria visto como uma criação, ou seja, uma interpretação possível e não final (CAMARGO, 2008). De modo que a própria verdade deveria ser considerada a partir da perspectiva que a produz (CAMARGO, 2008).

Para Nietzsche, de acordo com Camargo (2008) não haveria como fugir das interpretações, o autor observa que: “Contra o positivismo, que atesta ao fenômeno, ‘só existem fatos’, eu objetaria: não, justamente não há fatos, somente interpretações. Não podemos constatar nenhum *factum* ‘em si’: talvez seja um nonsense querer este tipo de coisa” (NIETZSCHE apud CAMARGO, 2008, p.106-107)

Desse ponto de vista não há como escapar de uma interpretação subjetiva da realidade na qual a verdade é tida como uma apreciação de valor (CAMARGO, 2008). Já na década de 1980, Baudrillard (1993) realiza uma análise pós-moderna que subverte a lógica de valor, noções como verdadeiro e falso perdem sua referência. Não se trata nem de um nem de outro o que se verifica é uma transgressão do real a partir de um jogo de subversões que o inverte pelo simulacro.

Trata-se de uma “hiper-realidade”, onde simulações mais perfeitas que a realidade se tornam mais atrativas que a experiência concreta (BAUDRILLARD, 1991). Símbolos, códigos, objetos sem referências se mostram mais reais que a própria realidade. Como se trata de uma visão do real que não tem origem na realidade, esse regime de simulação não tem relação com a lógica dos fatos. Nesse caso, nem o real nem a verdade servem de parâmetro tendo em vista que todos os referencias foram liquidados (BAUDRILLARD, 1991).

Há, aqui, uma substituição do real por signos do real, essa confusão entre o fato e o seu modelo permite todas as interpretações possíveis, mesmo as mais contraditórias. Aborda-se o real pelo imaginário, “Tudo se metamorfoseia no seu termo inverso para viver na sua forma expurgada. Todos os poderes, todas as instituições falam de si próprios pela negativa, para tentar por simulação de morte, escapar à agonia do real.” (BAUDRILLARD, 1993, p. 29).

Trata-se de “expurgar” no real o que ele tem de mais deficiente, de encontrar abrigo no imaginário. Quando trazemos toda essa discussão para análise de um cenário hiperconectado como o atual onde as mídias digitais “[...] participam ativamente do protocolamento total da nossa vida” (HAN, p. 79, 2018) percebemos que esse processo é intensificado à medida que as fronteiras entre real e virtual ficam cada vez mais indefinidas. Não dá para entender o peso que toda essa discussão ganhou nos últimos anos sem considerar a importância dessas mídias, especialmente, porque elas atuam na promoção de uma realidade difícil de encontrar.

3.2.2 A Pós-verdade No Contexto Das Mídias Sociais

Com a ascensão das mídias sociais como fonte de notícias a captura da realidade pelo simulacro foi reforçada pela habitual transgressão dos limites entre fato e opinião. Aqui, não se trata de uma defesa irrestrita do fato, mas de considerar a necessidade de uma dimensão objetiva mínima sobre a qual deve se apoiar um senso de realidade, do contrário caímos num relativismo total, onde vai bem o trocadilho “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2007). Isso porque temos observado a capacidade dessas novas mídias criar fatos, não se trata apenas de distorções da realidade (também o são) mas de considerar que a mentira vem ganhando estatuto ontológico com impacto sobre a realidade.

Vide o exemplo envolvendo as “mamadeiras de piroca”⁶¹, uma notícia falsa que teve origem no Facebook e circulou durante o período eleitoral de 2018. A publicação afirmava que o candidato à presidência da república pelo PT, Fernando Haddad, distribuiria mamadeiras com bico em formato de pênis nas creches de todo país com o intuito de acabar com a homofobia. Essa notícia teve um impacto quase fenomênico sobre a realidade social.

Além disso, a emergência desse novo ecossistema midiático, representado por plataformas como Facebook, relativizou a centralidade da chamada grande mídia como principal meio de informação. Seu uso cada vez mais ampliado se beneficia da conhecida pré-disposição dos indivíduos em valorizar e aceitar mais facilmente a defesa de questões com as quais possuem mais afinidade e que chega através de pessoas conhecidas.

Não se trata, aqui, de desconsiderar problemas éticos relativos à expertise profissional, especialmente, porque a imprensa foi tendenciosa na maior parte da sua história refletindo, em muitos casos, interesses políticos e econômicos dos proprietários de jornais (MCINTYRE, 2018). Mas, em destacar que a atenção antes depositada na mídia tradicional vem sendo substituída por uma aceitação tácita de fundo emocional de algumas fontes nas redes sociais.

Em consequência, cada vez mais buscamos informação em redes alinhadas as nossas próprias crenças e interesses e, ao mesmo tempo, compartilhamos conteúdos como certezas reconhecíveis. De modo que os limites entre fato e opinião vão se tornando cada vez mais confusos, em particular, quando consideramos que a opinião cria algo com estatuto ontológico semelhante ao fato. Nesse ponto, reside uma questão central para a pós-verdade porque não se trata de uma completa suspensão dos fatos, mas de uma seleção calculada associada à força da opinião confiável. A este respeito Dunker (2019, p.34) pontua que:

Alguns consideram que o discurso da pós-verdade corresponde a uma suspensão completa da referência aos fatos e verificações objetivas, substituídas por informações tornadas verossímeis apenas à base de repetições, sem confirmação de fontes. Penso que o fenômeno é mais complexo que isso, pois ele envolve uma combinação calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis em uma mistura que é, no conjunto, absolutamente falsa e interesseira. Não se trata de pedir ao interlocutor que acredite em premissas extraordinárias ou contraintuitivas, mas de explorar preconceitos que o destinatário cultiva e que, gradualmente, nos levam a confirmar conclusões tendenciosas.

Não por acaso, o Facebook com sua infraestrutura de redes têm sido um dos principais vetores da pós-verdade na atualidade. Geralmente, a possibilidade de um conteúdo

⁶¹ Disponível: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghtml> Acesso: 11/11/2022.

se espalhar e viralizar rapidamente vem acompanhada de uma descarga instantânea de afetos capazes de mobilizar e compactar atenção dos usuários para interesses específicos. A linguagem algorítmica, que estrutura as ações nesse tipo de espaço se baseia, entre outros fatores, no rastreamento das ações dos usuários e no reconhecimento de suas preferências. Assim, as interações são organizadas conforme os interesses de cada um e, por esse motivo, tende a aproximar os iguais e repelir os diferentes formando verdadeiros nichos o que torna essas mídias bastante polarizadas.

Ao mesmo tempo em que esse sistema cria um verdadeiro *Filter Buble* (PARISER, 2017) ao projetar um *feed* a imagem e semelhança dos usuários ele, também, favorece o desinteresse deliberado por parte dos mesmos a tudo que não corrobore suas próprias convicções. A estrutura dessa plataforma está muito longe de afastar vieses e preconceitos das interações entre os usuários. Pelo contrário, ela cumpre o papel de acirrá-los e propagá-los contribuindo, tal como na análise de Rocha (2021, p. 337) para criação de “[...] um círculo vicioso de confirmação que fortalece a dissonância cognitiva, tornando o sistema de crenças mais fechado em si”.

Rocha (2021, p. 287) observa que no âmbito das redes sociais as massas digitais buscam confirmar suas próprias crenças e cita, especialmente, o Youtube como uma “produtora sistemática de desinformação a gosto do cliente” para destacar que esse tipo de mídia serve de vitrine para uma variedade de fatos alternativos, notícias falsas e teorias insensatas. Para o autor, isso resulta na “[...] criação de estruturas autocentradas e imunes a críticas, pois toda ressalva exterior somente confirma o acerto das premissas internas ao sistema de crenças.” (ROCHA, 2020, p. 287). Essa dinâmica ressoante, sem dúvida, reforça um sistema de práticas relacionadas à pós-verdade.

No caso do MBL a utilização do Facebook, associado a uma atuação pautada por essa lógica, foi fundamental para construção de uma hegemonia em prol do impeachment de Dilma Rousseff. Através da seleção de informações que se adequavam à sua visão de mundo, do apelo afetivo, especialmente por meio da raiva e do medo, das frases impactantes, conforme demonstrado no capítulo 03 dessa tese, além de outros recursos como a utilização de robôs⁶², perfis controlados por softwares responsáveis por inflar debates com intuito de manipulá-los, esse movimento conseguia difundir com celeridade suas postagens atraindo a atenção de usuários e seguidores à medida que promovia suas pautas. Por outro lado, essa aceitação partia do reconhecimento de legitimidade das reivindicações do movimento por

⁶² Disponível: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml> Acesso em: 25/11/2018.

parte dos seus seguidores, uma vez que entre eles havia uma visão comum sobre o afastamento da presidenta.

É importante destacar essa questão porque a experiência nessa plataforma se baseia, particularmente, naquilo que é familiar aos usuários e que corrobora suas próprias opiniões, como já mencionamos. A intensidade com que as emoções são dramatizadas nesse espaço tem influência não apenas sobre as interações, mas sobre a própria compreensão da realidade. Para além do peso que a estrutura dessa mídia exerce sobre a experiência dos usuários com seus mecanismos de seleção e direcionamento de conteúdo, ter um perfil nesse espaço significa, também, poder “selecionar” sua própria visão de realidade.

Esse processo leva a objetividade para o segundo plano numa abordagem muito próxima a do já comentado regime de simulação anunciado por Baudrillard (1993). Isso porque a realidade é apreendida por um modelo neo-real que se afasta da lógica dos fatos e da ordem das razões considerando que a pós-verdade envolve uma seleção interesseira dos fatos e a sobrevalorização dos afetos. Tal como na proposta do autor observamos que nessa lógica “O facto já não tem trajetória própria, nascem na intersecção dos modelos, um único fato pode ser engendrado por todos os modelos ao mesmo tempo.” (BAUDRILLARD, 1993, p. 26).

Num universo de textualidades variadas, replicadas indefinidamente no Facebook, há verdades para todos os gostos. Emitir opiniões nesse espaço, mais que um hábito, significa oferecer informações de modo regular sobre si próprio criando condições de ser fechado em uma bolha de opinião. A emissão de opinião se tornou uma compulsão entre usuários que compartilham tudo que aparece (TIBURI, 2019). Uma *headline* provocante, muitas vezes, é creditada por si mesma simplesmente porque foi vista e compartilhada.

Nunca se produziu e compartilhou tanto conteúdo, por outro lado experienciamos mais do que nunca uma carência absurda de sentido. Assim como Baudrillard (1993) acreditamos que o acúmulo de informação não guarda uma relação direta com a ampliação do conhecimento, em vez disso a “inflação de informação” corresponderia à “deflação de sentido”. Conforme o autor “estamos num universo em que existe cada vez mais informação e cada vez menos sentido” (BAUDRILLARD, 1991, p. 103).

Numa abordagem próxima a essa Byung-Chul Han (2018, p. 939) afirma que: “A partir de um determinado ponto, a informação não é mais informativa [*informativ*], mas sim deformadora [*deformativ*], e a comunicação não é mais comunicativa, mas sim cumulativa”. O excesso de informação não destrói apenas o sentido, mas deteriora a própria comunicação à medida que se fala demais, mas se diz muito pouco.

Além disso, não se pode perder de vista que nas mídias sociais o acúmulo de informação vem associado à fragmentação e a polarização do conteúdo da mídia, alimentado pelos silos de notícias. Isso não só corrobora a polarização nesses espaços, como também contribui para essa prática deformadora. Aqui, mais uma vez nos valem das contribuições de Byung-Chul Han (2018, p.25) para destacar que “Mais informação e mais comunicação não afastam a fundamental falta de precisão do todo. Pelo contrário, intensifica-a ainda mais.”.

Isso merece uma atenção ainda maior quando se trata de pós-verdade porque o sentido vai para o segundo plano e o que interessa é manter qualquer discussão em andamento. No caso do MBL essa dinâmica foi nutrida no Facebook, em muitos aspectos, por uma retórica que estimulava o ódio a tudo que não confirmasse suas próprias convicções em relação ao impeachment e o medo de um risco sempre iminente que rondava o país por conta da gestão de Dilma Rousseff. Esse tipo de prática permitiu ao movimento gerar bastante conteúdo nessa plataforma para (re)afirmar as mesmas questões, ainda que de diferentes modos, e manter os seguidores engajados em suas postagens, vez que ambos compactuavam com as mesmas ideias.

Por esse motivo consideramos que, embora o empenho do MBL em construir um discurso hegemônico favorável ao impeachment de Dilma Rousseff não prescindia do plano semântico, afinal ele articula sentidos para tentar definir a sua visão sobre esses eventos, não há como negligenciar o fato de que a luta por hegemonia se estruturava em outros moldes. O importante era manter a discussão em andamento e bloquear qualquer tentativa de expressão das ideias opostas, com isso o sentido foi para o segundo plano tendo em vista que o intuito era se manter em evidência e controlar o debate a qualquer preço, ainda que a noção de verdade fosse negligenciada nesse processo.

Face ao exposto apresentamos no próximo capítulo o percurso metodológico que seguimos para construção do quadro de análise que fundamentou esse estudo.

4 METODOLOGIA

Partindo das contribuições da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a análise desenvolvida nesse estudo busca entender a prática discursiva do MBL no Facebook demonstrando como ele articulou a defesa do impeachment de Dilma Rousseff a partir desse espaço. Ao longo da pesquisa observamos que as disputas discursivas que pautaram a atuação do movimento assumiram traços bem peculiares considerando que elas não se encerravam no plano semântico, envolviam também uma disputa pela monopolização do debate.

Em função disso, a abordagem dos autores conduziu a nossa análise até certo ponto, como se tratava de um controle da discussão pela mobilização dos afetos recorremos às leituras sobre pós-verdade para demonstrar a especificidade dessas disputas. Ressalte-se que a pós-verdade enquanto estratégia política, corrosão do sentido e valorização da emoção, não é incompatível com a análise do discurso de Laclau e Mouffe. Apenas, explora-se um ângulo da disputa política que não foi teorizado pelos autores: a corrosão do sentido nas disputas. De modo que na metodologia que desenvolvemos, aqui, as ferramentas teóricas de Laclau e Mouffe foram centrais no processo de construção do corpus de pesquisa.

Ainda que essa teoria não tenha uma metodologia própria para a análise virtual, os recursos que ela oferece nos permitiram estruturar e desenvolver uma pesquisa no Facebook, um ambiente através do qual se observa a produção, circulação e legitimação de discursos. As postagens compartilhadas e os recursos empregados para difusão das ideias do movimento no permitiram observar os sentidos mobilizados e as articulações que ele conseguiu construir nesse espaço. Isso porque as publicações que permanecem e circulam constituem os próprios sujeitos dos discursos (RECUERO *et al.*, 2015).

4.1 A COLETA E A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A realização de uma pesquisa no Facebook envolve o reconhecimento do seu constante dinamismo, um espaço de rápidas mudanças e reconfigurações frequentes, tal como observa Fragoso (2011) sobre as pesquisas desenvolvidas na internet de modo geral. Trata-se de um ambiente difícil de ser recortado em função da sua escala, já que produz um grande

volume de dados, além de ser bastante heterogêneo e comportar elementos de diferentes tipos e formatos (FRAGOSO, 2011).

Inicialmente, o trabalho de campo levou em conta a disponibilidade dos recursos direcionados à busca e seleção de conteúdos no Facebook. Essa plataforma oferece ferramentas de pesquisa com filtros que permitem escolher o assunto das postagens, quem as publicou, assim como o mês e ano em que foram realizadas trazendo as mais relevantes do período escolhido. A par desses recursos fomos a campo com um planejamento que se desdobrou em três etapas: a primeira consistia na coleta de postagens na página do MBL no Facebook, de forma manual, onde foi copiada toda a matéria publicada (posts e comentários) seguida da sua sistematização no Microsoft Word; a segunda etapa foi dedicada a uma análise preliminar desses dados, momento em que buscamos identificar os temas e assuntos mais explorados pelo movimentos em suas postagens ; e a terceira consistiu na divisão do material analisado na fase anterior em eixos temáticos, foi colocado em um único arquivo, por exemplo, todas as postagens do MBL relativas ao PT.

A primeira etapa da pesquisa, realizada na página do MBL no Facebook, compreendeu o período de dezembro de 2015 a agosto de 2016, ocasião em que houve o acolhimento e julgamento da denúncia de impeachment pela Câmara Federal e Senado. Com base nessa delimitação espaço-temporal a coleta dos dados foi realizada a partir da ferramenta de buscas do Facebook utilizando como termo de pesquisa a expressão “impeachment Dilma Rousseff”, conforme demonstrado na imagem a seguir:

Figura 05- Quadro de buscas do Facebook



Fonte: Facebook

Nessa etapa fizemos uma pesquisa detalhada, mês a mês, conforme demonstrado na tabela 01.

Tabela 1- Número de postagens coletadas na página do MBL (dez. 2015 - ago. 2016)

	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Junho	Julho	Ago	Total
MBL	34	35	31	44	42	33	34	30	45	328

Dados organizado pela autora.

Adicionalmente, com a intenção de termos um panorama sobre o que falavam da presidenta e o seu partido durante o ano de 2015 realizamos uma busca mais genérica na página do MBL, pois diferente da primeira não foi detalhada mês a mês. A pesquisa procurou por “Dilma PT” e por se tratar de uma busca anual o volume de publicações coletadas foi menor, contudo, nesse tipo de consulta a plataforma prioriza as mais relevantes do período. Nessa fase também tivemos o cuidado de descartar as postagens repetidas do mês de dezembro porque coincidiu com o início da busca com a tag “impeachment Dilma Rousseff”.

Tabela 2- Número de postagens coletadas na página do MBL (jan-dez 2015)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
MBL	02	01	08	05	03	04	07	10	07	05	07	09	68

Dados organizado pela autora.

O trabalho de campo durou seis meses (novembro de 2019 a maio de 2020) totalizando 396 postagens coletadas. Nessa primeira etapa organizamos as postagens em arquivos no Microsoft Word individualizando os documentos de acordo com o mês e ano pesquisado. Cada arquivo continha um link que dava acesso a todas as publicações do mês e ano pesquisado, além disso os documentos obedeceram aos seguintes critérios de organização: imagem, quando possuía; data, mês, ano e hora da publicação; número de reações, comentários e compartilhamentos gerados; a legenda da publicação e da imagem quando diferiam uma da outra; os dez comentários mais relevantes dos seguidores, apontados pelo Facebook; o link da publicação para retornar a ela, caso houvesse necessidade; a data e hora em que a coleta foi realizada.

Encerrada essa etapa demos início à segunda fase da sistematização dos dados no Microsoft Word com uma análise preliminar do material coletado que incluiu diferentes

formatos (texto, áudio, imagem e vídeo⁶³). Nesse momento nos concentramos em observar os sentidos articulados pela narrativa do MBL procurando por padrões que nos ajudassem a codificar suas postagens. Através desse procedimento conseguimos comparar e reunir o conteúdo das publicações a partir de formações discursivas que traziam referências sobre a crise econômica; a corrupção na política; a invalidação da ideia de golpe; o confronto entre o MBL e a mídia; além de referências sobre como o movimento representava a si próprio, a presidenta Dilma Rousseff, o PT e a esquerda de modo geral.

Esse processo de codificação foi significativo porque através dele observamos a confluência de diversos elementos que contribuíram para a construção da defesa do impeachment de Dilma Rousseff pelo MBL. Demonstrou, também, que uma mesma publicação pode ser enquadrada em diferentes formações discursivas. Como exemplo, temos postagens que trouxeram elementos que se referiam tanto a “crise econômica” quanto a “corrupção na política”. Além disso, a codificação nos permitiu refletir, tal como Orlandi (2015, p. 88) sobre como “[...] não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade”.

Ainda nessa segunda etapa criamos um quadro de destaques para cada postagem indicando o tema da publicação com base nas referências que citamos sobre o conteúdo do que era compartilhado e alguma observação sobre esse material, como demonstrado a seguir:

⁶³ Não fizemos *download* dos vídeos, mas transcrevemos as falas e analisamos as imagens.

Figura 06- Quadro de classificação das postagens



Data da publicação: 13 de fevereiro de 2016 às 11:45h

2,5 mil reações

86 comentários

2,2 compartilhamentos

❖ Legenda:

100 mil lojas fechadas em um ano. 1,5 milhão de vagas de emprego a menos. A Crise Dilma está acabando com o país. Nós temos que acabar com ela.

13 de março, todos nas ruas contra o governo!

Tema: crise econômica – representação de Dilma – legitimidade do impeachment
Nomeação de crise de “CRISE DILMA”.

Fonte: MBL

Dados organizado pela autora.

Esses quadros nos permitiram buscar com mais facilidade postagens correspondentes ao mesmo tema no documento pesquisado através da ferramenta “localizar” do Microsoft Word. Quando colocávamos, por exemplo, a referência “crise econômica” uma janela lateral ao documento principal trazia tudo que tinha essa frase, mas ao mesmo tempo, apresentava o destaque que demos ao quadro facilitando a busca, conforme pode ser observado na figura 07:

Figura 07- Quadro de buscas do Microsoft



Fonte: Microsoft Word

A construção desses quadros nos permitiu também seguir para terceira etapa do nosso processo de análise, pois a partir deles dividimos os arquivos em eixos temáticos e colocamos em um mesmo documento, por exemplo, tudo que fosse correspondente à “corrupção”. Esse procedimento foi essencial para o processo de análise porque nos permitiu filtrar as informações e buscar os arquivos de acordo com o tema que estávamos trabalhando no momento.

Foi a partir dessas referências e recursos construímos o quadro de análise sobre a atuação do Movimento Brasil Livre no Facebook, apresentado no próximo capítulo.

5 A ARTICULAÇÃO DO IMPEACHMENT PELO MBL NO FACEBOOK

5.1 DESLOCAMENTOS: O CONTEXTO POLÍTICO

O acolhimento do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, em dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi o cumprimento de uma etapa legal de uma ação que vinha se organizando desde 2014. A eleição presidencial desse ano foi considerada a mais concorrida do Brasil, desde a redemocratização, com o pleito sendo definido no segundo turno após uma intensa disputa entre Dilma Rousseff e Aécio Neves (PSDB). A reeleição da presidenta por uma pequena vantagem, 51,64% dos votos válidos, gerou insatisfação entre setores oposicionistas e parte da população.

Esse resultado apertado fomentou, inclusive, suspeitas contra a lisura das eleições fazendo com que o candidato derrotado nas urnas convocasse a população às ruas em menos de 24 horas depois da realização do pleito acusando o governo eleito de fraude eleitoral (TATAGIBA, 2019). Essa foi a primeira vez, desde a redemocratização, que um candidato derrotado nas urnas colocou em dúvida a legitimidade do pleito (TATAGIBA, 2018).

Essa desconfiança foi formalizada pelo PSDB através de um pedido de auditoria da votação, logo após a divulgação do resultado, mesmo sem apresentar casos concretos. O partido justificou que o pedido teria sido motivado após denúncias feitas nas mídias sociais sobre prováveis irregularidades no dia da eleição. De acordo com a petição encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tais denúncias fizeram com que a população questionasse o resultado das eleições o que justificava a necessidade de uma auditoria para o partido⁶⁴.

Sob a alegação de que era necessário reestabelecer a “confiança do povo brasileiro no processo eleitoral” e evitar que a ideia de fraude continuasse a ganhar fôlego nas mídias sociais, o partido justificava que a auditoria era em “defesa do tribunal”⁶⁵. O que, por outro lado, ia de encontro ao argumento da executiva do partido na capital de São Paulo que questionava todo processo eleitoral desconfiando, inclusive, da isenção do então presidente do TSE, Dias Toffoli, na condução da eleição, visto que ele já havia trabalhado⁶⁶ para o PT⁶⁷.

⁶⁴ Disponível: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/auditoria-do-psdb-nao-encontra-fraudes-no-2-turno-das-eleicoes-2014.html> Acesso: 14/01/2022.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Entre 1995 e 2000, Dias Toffoli foi assessor jurídico da liderança do PT na Câmara dos Deputados. Em 1998, ficou responsável pela defesa desse partido em ações judiciais no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assumiu a

Apesar disso, o pedido encaminhado ao TSE seguiu um tom mais ameno, conforme destacamos. Ainda assim ele foi negado pela corte que considerou, entre os motivos elencados por Dias Toffoli, a ausência de uma denúncia concreta e o fato de o partido ter se limitado a relatar a desconfiança de algumas pessoas em relação ao resultado do pleito⁶⁸. Embora tenha rejeitado o pedido, o TSE forneceu programas e arquivos gerados na votação eletrônica, inclusive, os dados das urnas e do sistema de transmissão das informações para que o partido fizesse uma auditoria independente⁶⁹.

O resultado da revisão feita pelo PSDB saiu no final de 2015 e não encontrou irregularidades na votação, mas o relatório feito pelo partido afirmava que o sistema não foi projetado para permitir uma auditoria externa dos resultados e sugeria que o tribunal adotasse o voto impresso junto ao eletrônico para que houvesse outra possibilidade de contabilizar os votos⁷⁰. O fato é que essa movimentação institucional logo após o resultado da eleição fomentou tanto os atos que contestavam à reeleição de Dilma Rousseff quanto os de oposição ao governo.

Em 01 de novembro de 2014 manifestantes se reuniram em São Paulo pedindo, ainda que não exclusivamente, a anulação das eleições e o impeachment da presidenta. O ato foi convocado pelo grupo Revoltados On-line (ROL) que numa página no Facebook criada para o evento mencionava a ocorrência de fraude nas eleições destacando que havia ocorrido: “milhares de denúncias de fraudes das urnas eletrônicas aonde (sic) você é o palhaço! O circo já estava armado e nós, os palhaços, votando aflitos para saber um resultado fraudado que já suspeitávamos... Que tristeza.”⁷¹. Dias depois, em 15 de novembro, houve um novo ato trazendo as mesmas pautas.

chefia de gabinete da Secretaria de Implementação das Subprefeituras do Município de São Paulo durante a gestão da então prefeita petista Marta Suplicy (2001-2004). Em 2003, após a posse de Luís Inácio Lula da Silva (PT) na presidência da República, Toffoli foi nomeado subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República. Em 2007, foi nomeado advogado-geral da União pelo então presidente Lula permanecendo até 2009 quando foi indicado por este presidente para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/toffoli-jose-antonio> Acesso: 06/06/2022 às 16:10h.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/psdb-contesta-a-reeleicao-de-dilma-eflg7jua9jt04gy7xpwpfisy6/> Acesso: 17/01/2022.

⁶⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-11/tse-nega-pedido-do-psdb-para-criar-comissao-para-auditar-eleicoes> Acesso: 14/01/2022.

⁶⁹ Disponível: [http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/tse-rejeita-comissao-de-auditoria-mas-libera-dados-da-sistema-atual-do-Tribunal-Superior-Eleitoral-\(TSE\)-e-impossivel-de-ser-auditado-e-sugere-que-o-tribunal-adote-o-voto-impresso-como-alternativa-para-a-chechagem-dos-votos-eleicao-para-o-psdb.html](http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/tse-rejeita-comissao-de-auditoria-mas-libera-dados-da-sistema-atual-do-Tribunal-Superior-Eleitoral-(TSE)-e-impossivel-de-ser-auditado-e-sugere-que-o-tribunal-adote-o-voto-impresso-como-alternativa-para-a-chechagem-dos-votos-eleicao-para-o-psdb.html) Acesso: 14/01/2022.

⁷⁰ Disponível: <https://www.psdb.org.br/ro/auditoria-do-psdb-nas-urnas-eletronicas-mostra-que-sistema-eleitoral-brasileiro-e-vulneravel/> Acesso: 14/01/2022.

⁷¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/novo-protesto-em-sp-pede-anulacao-da-eleicao-ou-impeachment-de-dilma.htm> Acesso: 17/01/2022.

Juntou-se a essa manifestação o Movimento Brasil Livre que, mesmo sem contestar o resultado das eleições ou pedir o impeachment de Dilma Rousseff por não haver base jurídica no momento (KATAGUIRI; SANTOS, 2019) compartilhou um manifesto em sua página no Facebook dias antes do ato pedindo, entre outras coisas, uma “auditoria externa das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições e a investigação sobre a atuação dos Correios nas eleições presidenciais”⁷². A menção a essa empresa, deve-se à distribuição de panfletos da campanha de Dilma Rousseff sem o registro obrigatório que os Correios utilizam para comprovar a origem e o pagamento de uma postagem⁷³. Tais reivindicações, embora não pedissem a anulação da eleição, lançavam dúvidas tanto sobre o andamento do pleito quanto sobre o próprio resultado.

Apesar desses expedientes terem ficado no plano das denúncias e reivindicações, eles deram o tom que a oposição seguiria durante o segundo mandato de Dilma Rousseff que, como o próprio Aécio Neves apontou seria “[...] incansável, inquebrantável e intransigente.”⁷⁴ De fato, para além do inconformismo com o resultado das urnas revestido de responsabilidade democrática, logo nos primeiros dias após a reeleição a oposição já indicava incisivamente as incongruências entre as promessas de campanha e o que ia sendo executado pelo governo, antes mesmo do início do segundo mandato. Aécio Neves em seu primeiro discurso no Senado, após o pleito, foi inflexível ao apontar algumas dessas incoerências:

Alertei, durante todo o processo, sobre o risco da inflação e, perante toda a Nação, a Presidente insistiu em negar o problema evidente da alta de preços e da carestia. [...] Apenas três dias – três dias, senhoras e senhores! – após as eleições, o Banco Central elevou os juros já escorchantes da nossa economia, e não sei se vai parar por aí. [...]

O Governo escondeu, Sr. Presidente, o rombo das contas públicas brasileiras o quanto pôde, que registraram, em setembro, o pior resultado da nossa história: 20 bilhões de rombo em um único mês. Resultado: desde o início do Governo Dilma, a dívida pública brasileira já cresceu mais de oito pontos do PIB apenas nesse período. Escondeu reiteradamente que havia a urgente necessidade de ajustes, mas agora antecipa que eles deverão ser duríssimos no ano que vem, em meio a um ambiente econômico que já não cresce e que a cada dia gera menos empregos. [...]

A candidata oficial também negou perante todo o Brasil a necessidade de reajustar as tarifas públicas e, mais que isso, acusou a minha candidatura de o estar preparando, caso vencêssemos as eleições [...] Na próxima semana, teremos o aumento da gasolina e, já nesta semana, tivemos aumento de tarifas de energia, que sofrerão reajustes que simplesmente anulam toda a redução obtida com a truculência da intervenção – aqui denunciada por nós – havida no setor elétrico nos últimos

⁷² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/272030822921068/> Acesso: 17/01/2022.

⁷³ Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/09/correios-distribuem-panfletos-de-dilma-sem-registro-obrigatorio.html> Acesso: 18/01/2022.

⁷⁴ Trecho do primeiro discurso de Aécio Neves no Senado após as eleições. O discurso na íntegra, encontra-se disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/leia-a-integra-do-discurso-de-aecio-no-senado/> acesso: 24/01/2022.

anos. Isso sem falar na ameaça estampada nos jornais de hoje, de que no verão nos esperam apagões de energia.⁷⁵

Embora Dilma Rousseff tenha assumido um discurso desenvolvimentista (SINGER, 2015) as dificuldades econômicas já eram sentidas desde a campanha. Mas, a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial conseguidos graças à manutenção das políticas de estímulo ao investimento⁷⁶ convenceu setores progressistas e o eleitorado popular de que a candidata conseguiria evitar o choque neoliberal defendido pelo PSDB (SINGER, 2015). Além disso, para não prejudicar o seu desempenho nas urnas “a lógica da competição eleitoral ocasionou que redução de gastos, eventuais medidas impopulares e mesmo a informação precisa sobre a crise econômica já em curso fossem adiadas para não prejudicar negativamente a imagem da candidata [...]” (BORGES, 2016; p. 05).

Uma realidade bem diferente da encontrada em 2010 quando Dilma Rousseff foi eleita num contexto econômico que dava sinais de otimismo frente à exitosa recuperação dos efeitos da crise financeira global de 2008 (BASTOS, 2017) e dos bons indicadores econômicos (desemprego, salários, taxa de juros etc.) deixados pelo governo Lula. A sua vitória nesse ano ainda refletia os ganhos do “lulismo”, que criou um programa político e econômico aproximado ao da democracia norte-americana durante o governo do presidente Roosevelt nos anos 30 (SINGER, 2012). A reprodução desse modelo foi alavancada no Brasil, segundo Singer (2012) a partir de 2007 pela aceleração do crescimento, geração de emprego, enfrentamento da crise financeira internacional de 2008, além do implemento de alternativas de combate à pobreza na primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006).

Borges (2016) observa que, particularmente, no decurso dos dois mandatos do ex-presidente Lula (2003-2010) as políticas distributivistas e reformistas que foram implementadas beneficiaram os estratos sociais e regiões mais pobres do Brasil o que criou, segundo a autora, “[...] as bases para uma retroalimentação, virtuosa para o PT, entre essas políticas e dividendos eleitorais, responsáveis pelo engendramento de nova geografia eleitoral, com significativas alterações nas bases sociais e geográficas do PT.” (BORGES, 2016; p. 02 e 03).

Entretanto, em 2014 o cenário era outro, Rossi e Melo (2017) observam que entre o terceiro trimestre de 2013 e o último de 2014 o Brasil enfrentou um ciclo de desaceleração

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Singer (2015) lista entre essas políticas: a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para bens duráveis, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o subsídio para o Programa Minha Casa Minha Vida.

econômica gerado pela queda na taxa de investimento. Na análise dos autores diversos fatores podem ter contribuído para esse quadro:

[..] falhas na condução da política econômica, fatores políticos (desde as manifestações de 2013 até a incerteza eleitoral de 2014), fatores internacionais (com a perspectiva do *tapering* nos EUA e a rápida queda no preço das commodities em 2014) e fatores institucionais ou jurídicos (como o avanço da operação Lava Jato que afetou indiretamente setores estratégicos da economia brasileira, como petróleo e gás, construção civil e indústria naval) certamente contribuíram para a desaceleração da economia brasileira no período (ROSSI; MELO, 2017; n.p).

De acordo com Borges (2016) soma-se a esses fatores também os efeitos da crise econômica internacional relativa à desaceleração das economias emergentes integrantes do BRICS (Brasil, China, Rússia e África do Sul). Nesse contexto o novo mandato de Dilma Rousseff começou repleto de desafios e o governo não conseguiu evitar o choque recessivo a partir de 2015 gerando a pior crise do país, desde 1992, com a maior e mais prolongada queda do PIB, aumento do desemprego e queda na renda dos trabalhadores (SINGER, 2015; ROSSI; MELO, 2017; BASTOS, 2017).

O choque recessivo empregado pelo governo tinha como objetivo enfrentar os desequilíbrios na economia do país referentes tanto às contas públicas quanto aos preços administrados, que incluem itens como impostos e taxas, serviços de utilidade pública que têm suas tarifas reguladas ou autorizadas pelo poder público (energia elétrica, planos de saúde e pedágio) e derivados do petróleo (ROSSI; MELO, 2017). Tratava-se, portanto, de um conjunto de políticas econômicas mais austeras que incluía: a) choque fiscal com a queda real das despesas públicas; b) choque de preços administrados, particularmente, o reajuste dos preços da gasolina e energia; c) choque cambial com a desvalorização de mais de 50% da moeda brasileira em relação ao dólar; d) choque monetário com o aumento da taxa de juros para as operações de crédito (ROSSI; MELO, 2017).

Tais medidas se alinhavam ao programa de governo derrotado nas urnas indo de encontro às propostas apresentadas por Dilma durante a campanha como o ajuste gradual dos preços administrados, a ampliação dos gastos públicos sociais e de investimentos, a utilização de estatais como ferramenta de desenvolvimento e políticas voltadas para redução de desemprego (ROSSI; MELO, 2017; BASTOS, 2017). De modo que a virada na política econômica após a reeleição se converteu em recurso para as investidas de opositores contra a presidenta, rendendo-lhe a acusação de “estelionato eleitoral” com repercussão em diversos meios de comunicação.

Essa mudança de rumo na economia não gerou apenas desilusão entre os apoiadores do governo, mas também raiva (ANDERSON, 2016). Dilma foi reduzida a 13%⁷⁷ de popularidade desistindo de fazer seu pronunciamento em rede obrigatória em Primeiro de Maio de 2015. Especulava-se em alguns meios de comunicação⁷⁸ que essa desistência teria sido motivada pelo receio de que as pessoas repetissem uma prática semelhante à ocorrida dois meses antes que ficou conhecida como *panelaço*, uma forma de protesto que consistia no ato de bater panelas na hora da transmissão da fala da presidenta (SINGER, 2015; ANDERSON, 2016).

Anderson (2016; p. 02) observa que a queda na popularidade de Dilma não foi consequência apenas “[...] de um resultado previsível sobre o impacto da recessão nas condições de vida do povo. Ela também foi, ainda, que seja mais dolorido admiti-lo, o preço a ser pago por ela ter abdicado das promessas pelas quais foi eleita”. O autor também ressalta que pesava sobre o cenário de crise econômica do país o clamor ideológico da oposição militante com sua fixação neoliberal que não tinha interesse em superar as dificuldades econômicas que o país enfrentava o que, por outro lado, não reduzia a escala da crise na qual o PT estava envolto tendo em vista que não era apenas econômica, mas também política (ANDERSON, 2016).

A politização da crise fez com que a oposição ao PT e a Dilma Rousseff fosse muito maior do que o empenho do empresariado e dos representantes eleitos para avaliar as alternativas propostas pelo governo para tentar contornar as dificuldades econômicas o que ocasionou uma situação de paralisia decisória que enfraqueceu ainda mais o executivo diante da população (BORGES, 2016). Ademais, o escândalo deflagrado em março de 2014 pela Operação Lava Jato foi determinante para os rumos que a política brasileira tomou a partir de então, haja vista sua influência nada desprezível no processo de impeachment de Dilma Rousseff.

A Lava Jato consistiu num conjunto de investigações apoiado pela Procuradoria Geral da República (PGR) sob a liderança de Rodrigo Janot com a chancela do Supremo Tribunal Federal (STF) que estruturou o trabalho investigativo em “forças-tarefas”. A primeira delas ficou sediada na cidade de Curitiba sob a liderança do juiz de primeira instância Sérgio Moro que tentou cercar suas ações com o discurso de replicar no Brasil um modelo de atuação

⁷⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/popularidade-do-governo-dilma-cai-de-36-para-31-diz-pesquisa-ibopecni-12926192> Acesso: 14/12/2022.

⁷⁸ Exemplo disso é a seguinte reportagem do Diário de Pernambuco, “Por temor de novo *panelaço*, Dilma cancela pronunciamento de 1º de maio”.

Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2015/04/por-temor-de-novo-panelaco-dilma-cancela-pronunciamento-de-1-de-maio.amp.html> Acesso: 14/12/2022.

semelhante ao que os magistrados italianos fizeram na década de 1990 com a Operação *Mani Pulite* (Mãos Limpas), caracterizada por um ativismo judicial que levou a politização da justiça após uma série de investigações sobre esquemas de corrupção envolvendo dirigentes políticos o que abalou as bases do sistema representativo italiano na época (SANTOS, 2016; p. 62).

No caso brasileiro, à medida que as ações da Lava Jato desvendavam um esquema de troca de favores entre políticos, partidos e empresários seus feitos ganhavam expressão fazendo com que a operação passasse a representar uma possibilidade de transformação das práticas políticas para uma população desacreditada da política institucional. Ao mesmo tempo, essa investigação alçava os próprios agentes judiciários à condição de novos atores políticos enquanto hasteavam a bandeira de luta anticorrupção promovendo, na visão de Lynch (2018; p. 161), uma “Revolução Judiciária” tendo em vista [...]o fato de seus protagonistas pertencerem aos órgãos da justiça e por acreditarem lhes caber regenerar um sistema corrompido por uma classe profissional que o exploraria em proveito próprio.”.

Figuras como o juiz Sérgio Moro e o procurador Deltan Dallagnol foram promovidos a heróis da nação com direito a projeção nos meios de comunicação. A mídia se tornou um recurso valioso tanto pela visibilidade que proporcionava para operação quanto pela possibilidade de obter apoio popular. A midiática da Lava Jato permitiu o vazamento calculado de informações nos meios de comunicação, assim como a transmissão de delações premiadas e de rigorosas condenações judiciais. Na prática, estabeleceu-se uma espécie de simbiose entre os interesses políticos da mídia, representada particularmente pela Rede Globo que teve vantagem na divulgação do vazamento de informações, e dos agentes responsáveis pela condução da operação⁷⁹.

O problema com essa lógica de comunicação é, segundo Rocha (2021, p.291), o fato de que ela “[...] pode corromper o próprio processo: é como se a circulação da notícia substituísse a robustez da prova. A evidência jurídica passa a valer menos que a espetacularização da justiça”. Como exemplo disso, o autor destaca a super criticada apresentação de *Power Point* feita pelo procurador Deltan Dallagnol, em 15 de setembro de 2016, na qual se popularizou a famosa frase: “não temos prova, mas temos convicção”⁸⁰.

⁷⁹As reportagens feitas pelo The Intercept Brasil, publicadas inicialmente no livro “Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil”, trazem dados sobre a relação que se estabeleceu entre agentes que atuavam na Lava Jato e figuras influentes da Rede Globo, conforme pode ser observado em “Um transatlântico: o namoro entre a Lava Jato e a Rede Globo”. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/02/09/namoro-lava-jato-rede-globo/> Acesso: 14/12/2022.

⁸⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/09/afinal-procurador-da-lava-jato-disse-nao-temos-prova-temos-conviccao.html> Acesso: 07/02/2022.

Tais convicções se traduziram nos esforços seletivos da operação em investigar e acusar membros do PT, assim como na cobertura partidária da imprensa. Nesse ponto residia uma diferença decisiva entre a Lava Jato e o modelo que Moro tentou reproduzir, a *Mani Pulite*, visto que essa última assumiu uma posição politicamente neutra para tentar se preservar dos possíveis ataques que lhe seriam desferidos pelos apontados em suas investigações (SANTOS, 2016). No caso da Lava Jato, apesar dos esquemas de corrupção investigados incluírem dirigentes de diferentes partidos, o foco no PT com a conivência da mídia era sintomático do caráter tendencioso da operação e do seu desvirtuamento à medida que a lógica política se sobrepunha à judicial.

O julgamento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro nos casos envolvendo o triplex do Guarujá e o sítio de Atibaia, entre 2017 e 2019, é um exemplo disso. Em março de 2021, o ministro Edson Fachin considerou a justiça federal do Paraná incompetente para julgar as ações que levaram à sua condenação e, no mesmo período, a segunda turma do STF declarou a suspeição do juiz Sérgio Moro nos processos contra o ex-presidente⁸¹. Santos (2016) observa que o empenho seletivo da Lava Jato em investigar e acusar dirigentes do PT era movido pelo objetivo indisfarçável de promover o ostracismo político da presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula. Os perigos de ter um judiciário atuando nesses parâmetros, para além do desgaste dessa instituição, está no fato de que uma campanha necessária contra a corrupção se torna, ela mesma, eivada pelo desprezo ao devido processo legal que, em vez de atribuir sentido a uma nova ética de legalidade, contribui para o desrespeito social pela lei (ANDERSON, 2016).

Sob o argumento de combate à “corrupção sistêmica”, conceito que se popularizou e ganhou difusão social como expressão de um desvirtuamento generalizado do sistema político brasileiro refletindo a sua fragilidade institucional, os responsáveis pela condução da Lava Jato praticaram transgressões legais que envolveram fatores políticos. Basta lembrar da reportagem do The Intercept Brasil a respeito de um suposto esquema de caixa 2 do PSDB que traz um trecho de uma conversa entre Sérgio Moro e Deltan Dallagnol na qual o juiz discorda de investigar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e fala o seguinte: “Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante”⁸².

⁸¹ Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/entenda-a-decisao-de-fachin-que-anulou-as-condenacoes-de-lula-e-o-que-acontece-ahora.ghtml> Acesso: 14/09/2022.

⁸² Disponível: <https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc-apesas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/> Acesso: 14/12/2022.

O grampo da conversa entre a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula é outro exemplo representativo, nesse sentido, principalmente pelo alvoroço social que a cobertura da mídia provocou contribuindo para as ondas de protestos⁸³ que seguiram a divulgação. Na conversa interceptada no dia 04 de março de 2016 Dilma explicava ao ex-presidente que estava enviando o termo de posse para ele se tornar Ministro da Casa Civil, caso fosse necessário em referência a uma eventual detenção, já que Lula havia sido conduzido à força para prestar depoimento na Polícia Federal poucas horas antes num inquérito sobre lavagem de dinheiro e ocultação de bens⁸⁴. O grampo foi vazado em 16 de março de 2016 e divulgado à exaustão na mídia como uma manobra de Dilma para livrar Lula da abordagem de Sérgio Moro levando em conta que a decisão não caberia mais a um juiz de primeira instância, já que em virtude do foro privilegiado ela seria transferida para o STF o que, de todo modo, não o eximiria de ser julgado.

A condução da operação era diferenciada quando o alvo era o PT, mas quando envolvia outras legendas esse tratamento podia ser revisto. Exemplo disso ocorreu uma semana depois quando a polícia de São Paulo invadiu a residência de um dos executivos da Odebrecht, empreiteira listada entre as envolvidas nos esquemas de corrupção da Petrobras pela Lava Jato, e encontraram uma lista com 316 políticos e o valor em dinheiro que lhes foi destinado (ANDERSON, 2016). A lista incluía figuras tradicionais do PSDB, PMDB e de outros partidos o que provocaria um alvoroço muito maior do que a conversa entre Lula e Dilma, mas como era menos conveniente Moro ordenou que ela fosse colocada sob sigilo para impedir especulações (ANDERSON, 2016).

Tal fato nos leva a considerar, assim como Santos (2016) que, embora a Lava Jato tenha mantido a fachada institucional, a sobreposição da lógica política à judicial alterou a estrutura funcional da operação. Para o autor: “Enquanto a lógica judicial assenta na coerência entre meios e fins ditada pelas regras processuais e as garantias constitucionais, a lógica política, quando animada pela pulsão antidemocrática, subordina os fins aos meios, e é pelo grau dessa subordinação que define sua eficácia (SANTOS, 2016; p. 64).

Esse entendimento também impõe considerar que a partidarização do judiciário, sua politização em sentido estrito, enfraquece a instituição colocando em dúvida a sua credibilidade. Isso significa que não importa se em um dado momento alguns setores apoiam as decisões autocráticas do juiz e dos procuradores, porque em outro momento parte desses

⁸³ Disponível em: https://brasilelpais.com/brasil/2016/03/17/politica/1458179601_208300.html Acesso: 04/02/2022.

⁸⁴ Disponível em: https://brasilelpais.com/brasil/2016/03/16/politica/1458168323_226711.html Acesso: 04/02/2022.

mesmos apoiadores poderão pedir, por exemplo, a intervenção do judiciário por entenderem que se trata de uma instituição politizada.

Feitas essas ressalvas, importa destacar que no período analisado o ataque político-jurídico-midiático da Lava Jato enfraqueceu tanto a presidenta Dilma quanto o PT diminuindo, ainda mais, a confiança no governo que já não conseguia responder satisfatoriamente as demandas de diversos setores sociais. Em meio a essas insatisfações emergiram oposições virulentas ao governo com um discurso que conseguiu integrar diversas camadas sociais que não se sentiam mais representadas e que viam no impeachment da presidenta a solução para os problemas que o país enfrentava. Nesse contexto se destacou uma nova direita que, impulsionada pelo ciclo de protestos de junho de 2013⁸⁵, ganhou as ruas, palco histórico de mobilizações à esquerda, com manifestações massivas pedindo a destituição de Dilma Rousseff a partir de março de 2015.

Apesar das manifestações contra o governo terem iniciado logo após o resultado eleitoral em novembro de 2014, como já mencionado, as pautas defendidas ainda eram muito difusas e sem um objetivo mais tangível, como o impeachment, embora esta última também estivesse presente. Foi a partir de março de 2015 que grupos organizados foram às ruas para protestar contra o governo e reivindicar de modo mais sistemático a saída de Dilma Rousseff do governo. Um ano depois, em março de 2016, as manifestações reuniram num feito histórico mais de 3 milhões de pessoas se tornando a maior mobilização realizada no país desde a campanha pelas Diretas Já.

Os principais agentes que organizaram e coordenaram essas mobilizações foram o Vem Pra Rua (VPR), o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Revoltados On-Line (ROL) esse último com menor participação, segundo Tatagiba (2018). Apesar de, inicialmente, o VPR não levantar a bandeira do impeachment alegando falta de subsídios legais, ele foi às ruas pedindo o “Fora Dilma” que ao fim soou em uníssono com os demais que pediam a destituição da presidenta⁸⁶.

⁸⁵ Trata-se das manifestações que ocorreram em várias cidades do Brasil, em junho de 2013, e que tiveram seu auge em São Paulo. Elas foram motivadas, inicialmente, pela redução da tarifa de transporte e, apesar de a princípio serem conduzidas de forma pacífica pelos participantes, foram duramente reprimidas pela polícia o que acabou gerando novas demandas referentes à luta pelo direito à liberdade de se manifestar e protestar. À medida que os protestos foram se acirrando, as manifestações foram se espalhando por outras capitais e novas reivindicações foram incorporadas às iniciais. A onda de protestos seguiu até agosto daquele ano, mas em número reduzido de participantes e sem a presença de instituições que se juntaram às primeiras manifestações, o que pode ter ocorrido devido à interferência de grupo de ações violentas (PERUZZO, 2013).

⁸⁶ Fala de Kim Katagiri em Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

Situados à direita, tais grupos têm seus quadros recrutados, principalmente, entre jovens da classe média, possuem um repertório de demandas que converge em uma matriz discursiva neoliberal. Entre os seus traços característicos é possível observar, de acordo com análise de Baron (2018) sobre as relações de equivalência e diferença presentes no discurso desses movimentos durante o período de tramitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff, as seguintes características: a defesa do capitalismo, da propriedade privada, da livre iniciativa, do empreendedorismo, a exaltação de ideias relativas ao esforço individual e trabalho. Além disso, a autora destaca que eles antagonizam a esquerda, de modo geral, e, em particular, o PT como símbolo de práticas antidemocráticas que, por esse motivo, é associado também à defesa do socialismo, considerado por esses grupos um regime oposto à liberdade (BARON, 2018).

Esse antagonismo aparece no discurso do MBL, por exemplo, por meio de uma oposição na qual os primeiros são alçados à condição de “brasileiros”⁸⁷, defensores da pátria, contra uma “esquerda militante” que pretende acabar com o país através do seu principal braço de apoio, o PT. Nesse jogo retórico a defesa do nacionalismo tem sido um importante elemento articulado pelo discurso desses grupos e, em particular, pelo do MBL que afirmava lutar para o Brasil ser, de fato, “um país para os brasileiros”⁸⁸.

Contudo, essa narrativa transmite uma contradição considerando que a pauta neoliberal defendida por esse grupo é antinacionalista. Nessa perspectiva, o Estado deve ser mínimo e fraco para que o mercado, que é internacional, possa operar livremente. Por outro lado, o projeto desenvolvimentista do lulapetismo voltado para a constituição de um Estado forte como estímulo ao desenvolvimento de um mercado interno robusto é muito mais próximo ao nacionalismo. Ainda assim, como a defesa do nacionalismo aparece como um significante vazio (LACLAU; MOUFFE, 2015) que possibilita colocar sob essa bandeira coisas muito diversas, ele foi uma das marcas constitutivas tanto do discurso do MBL como dos demais grupos neoliberais que citamos anteriormente.

Sobre a atuação dessas organizações é importante considerar também que elas encontraram na estrutura de redes oferecida por plataformas como o Facebook o suporte necessário para difusão de ideias e mobilização das massas em meio ao ciclo de protestos favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff. Não se pode desconsiderar a importância que essa estrutura teve para o recrutamento de participantes, pois de acordo com a análise feita por

⁸⁷ Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

⁸⁸ Idem.

Tatagiba (2018) sobre a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff na qual observa as condições para a emergência e sucesso dos protestos de direita no Brasil, 91% das pessoas que compareceram às ruas não tinham vínculos com os grupos que organizaram as mobilizações, elas souberam dos protestos através do Facebook. Em que pese considerar o perfil dos usuários que utilizam esse espaço, a direita tem sido bem mais exitosa em engajar a população nesse ambiente (TATAGIBA et al. 2015).

Reconhecer a importância dessa plataforma para atuação desses grupos durante o ciclo de protestos favoráveis ao impeachment da presidenta, não significa desconsiderar questões relacionadas ao financiamento e apoio recebidos de organizações como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), a mídia, em particular a Rede Globo, grupos religiosos evangélicos, Maçonaria, além de centrais sindicais como a Força Sindical e trabalhadores autônomos (TATAGIBA, 2018). Do mesmo modo, é importante levar em conta “a criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir de interações e conflitos entre grupos políticos, mudanças na estrutura de oportunidades políticas que criam momentos mais propícios para a ação de determinados grupos [...]” (ROCHA apud GALLEGO, 2018; p.48).

Essas organizações ganharam as ruas reunindo multidões nos dias 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 e nos dias 13 de março e 31 de julho de 2016 (re)afirmando, apesar das contradições, um nacionalismo que se expressava na estética das roupas verde e amarelo, nas camisas da seleção brasileira de futebol, no uso da bandeira nacional, na entonação do hino e na reprodução de palavras de ordem como “Impeachment já”, “Fora Dilma”, “Fora PT”, entre outras. Além das manifestações, as performances de confronto desses grupos traziam, segundo Tatagiba (2018; p. 118) o repertório básico de um movimento social moderno com o predomínio de “[...] atos, carreatas, marchas, bloqueio de vias e ocupação de espaço público.” A figura seguinte é representativa dessa estética e repertório.

Figura 08- Manifestações 2015 e 2016



Fonte: G1, Uol e El Pais
Dados organizado pela autora.

Além da presença marcante de pessoas vestindo verde-amarelo e com bandeiras do Brasil, ao darmos um zoom na imagem é possível observar cartazes com as seguintes frases: “Fora PT”; “Dilma por que não te callas”; “Fora Dilma”; “Impeachment Já”; “A incompetência afundou o Brasil”; “A corrupção afundou o Brasil”; “A corrupção indignou o Brasil”; “Corrupção não”; “Somos todos Moro” e “Intervenção Militar- SOS”. Tais frases remetem à ideia de que o governo do PT, representado por Dilma Rousseff, é responsável pela corrupção no país e associa a gestão da presidenta à incompetência, referência que será sempre trazida pelo MBL em suas postagens. As imagens dos bonecos infláveis do ex-presidente Lula com roupas de presidiário também corroboram essa visão e remetem a uma ideia bastante difundida de que ele seria o líder de uma “quadrilha”, representada pelo PT, que teria se alojado no governo. Ademais, os chifres que um dos bonecos apresenta alude à clássica visão maniqueísta do bem contra o mau.

Os cartazes mencionam também o juiz Sérgio Moro que, por sua atuação na Lava Jato, foi alçado à condição de herói na luta contra a corrupção. Destaca-se, ainda, um cartaz com um pedido de “socorro” direcionado aos militares que, contraditoriamente, reivindica

“intervenção” a partir de um espaço de luta democrática, algo duramente censurado e reprimido durante a ditadura militar no Brasil.

Além desses grupos capturarem símbolos de nacionalidade, mesmo defendendo uma ideologia anti-nacionalista como o neoliberalismo, o seu discurso também recuperava uma antiga oposição entre liberdade e igualdade que remete à década de 1950-1970. Essas ideias se traduziam em representações associadas aos governos petistas, que por terem adotado políticas desenvolvimentistas portadoras de um reformismo leve que melhorou um pouco a distribuição de renda no Brasil, foram apresentados como “inimigo da liberdade”, “totalitário”, por terem agendas minimamente “igualitárias” (na verdade, minimamente distributivistas).

Em função disso, é importante considerar que a força numérica dessas manifestações encontra explicação também num forte sentimento de antipetismo que no curso dos protestos foi traduzido em diversos cartazes com frases do tipo: “Fora corruPTos”, “PTralhas”, “O PT é um câncer totalitário”, “Dilma + Lula + PT= Comunismo + Corrupção”. Essas referências fornecem alguns elementos que nos permitem pensar a relação entre “PT- comunismo” e “PT- câncer”. A alusão ao comunismo parte de um discurso recuperado da guerra fria sem qualquer base de sustentação real, mas que mobiliza, sobretudo quando não é preciso argumentar: comunista funciona como um xingamento. Da mesma forma, a associação do PT ao câncer, uma doença com potencial letal, remete à ideia de que esse partido é um perigo mortal para o Brasil e essa afirmação independe de uma base de sustentação. Seu efeito é desumanizar o ofendido: que não é mais humano, sequer animal, é uma doença que atenta contra a vida nacional.

Tatagiba (2018, p.123) chama atenção para a força mobilizadora do antipetismo, especialmente, o caráter agressivo alimentado por meio das mídias sociais e destaca as implicações desse envolvimento afetivo ao longo do processo de mobilização:

Essa disposição cognitiva e emocional teve importantes implicações para o recrutamento e para as características da mobilização social, que assumiu a forma de cruzada moral, representada na luta do bem (o “nós”) contra o mal (“eles”). Se no plano eleitoral, o antipetismo pode apontar para o fortalecimento dos partidos de centro-direita dispostos a defender as regras do jogo democrático, no plano sociopolítico, o antipetismo tem natureza intrinsecamente antidemocrática.

O caráter antidemocrático do antipetismo, apontado pela autora, parte do pressuposto que preceitos básicos da democracia, como a centralidade das relações adversárias para a manutenção dos governos democráticos, estariam ameaçados tendo em vista que ao longo das

manifestações foi realizada uma “campanha” ostensiva pela retirada do PT da cena política brasileira contando, inclusive, com um pedido de cancelamento do registro do partido pelo PSDB junto à Procuradoria Eleitoral⁸⁹. Essas investidas tinham como referência as investigações da Lava Jato que nutriam tanto ações como essa do PSDB como o antipetismo, à medida que a seletividade das suas ações fez do PT símbolo da corrupção promovendo uma verdadeira sobreposição entre antipetismo e essa ideia.

Esse simbolismo foi um importante catalisador de forças favoráveis ao impeachment conjugando esforços com a arena institucional. Em 06 de outubro de 2015 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu a ação, de autoria do PSDB, que pedia a cassação da chapa Dilma/Temer por crimes eleitorais⁹⁰. Um dia depois, o Tribunal de Contas da União (TCU) reprovou por unanimidade as contas de 2015 do governo apontando entre as irregularidades as “pedaladas fiscais”⁹¹ que embasariam o pedido de impeachment formulado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal registrado em cartório no dia 15 de outubro de 2015 e aceito pela Câmara em dezembro do mesmo ano.

A denúncia feita pelos juristas citava, além das mencionadas “pedaladas fiscais” (atraso de repasses a bancos oficiais pela União para execução de despesas) caracterizadas como crime de responsabilidade, a abertura de créditos suplementares sem aprovação do Congresso e danos à Petrobras com a aquisição da refinaria de Pasadena e a Operação Lava Jato⁹². Em que pese as demais acusações, as pedaladas fiscais foram centrais para a denúncia, segundo Limongi (2015, p. 105) a “acusação genérica de corrupção” com base na expectativa de que as ações da Lava Jato seriam capazes de comprometer Dilma perdeu força diante de um fato no qual ela estava envolvida, o descaso com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ao mesmo tempo, tratou-se de um argumento bastante controverso levando em conta que muitos juristas não enquadravam as ações elencadas no pedido nessa classificação⁹³. A própria defesa da presidenta já vinha se esforçando desde julho de 2015 para convencer a opinião pública de que as pedaladas fiscais não poderiam ser listadas como justificativa para um possível impeachment⁹⁴. A defesa sustentava os seguintes argumentos: os dois presidentes

⁸⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/01/pt-chama-de-antidemocratica-peticao-do-psdb-por-extincao-do-partido.html> Acesso: 10/02/2022.

⁹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/10/tse-decide-reabrir-acao-que-pede-cassacao-de-dilma-e-temer.html> Acesso: 11/02/2022.

⁹¹ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/10/05/por-unanimidade-tcu-rejeita-contas-do-governo-dilma-de-2015.ghtml> Acesso: 11/02/2022.

⁹² Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/politica/1449161619_984402.html Acesso: 14/02/2022.

⁹³ Disponível: <https://oglobo.globo.com/politica/pedalada-fiscal-crime-de-responsabilidade-18995936> Acesso: 14/02/2022.

⁹⁴ Disponível em: https://www.politize.com.br/pedaladasfiscais?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCCQIAmKiQBhCIARiSAktSj-IDY0786sJtr_pQi5yH_6F7eEX-x3RiDU01jCzhyQmgfTZvVgplDqUaAtQZEALw_wcB Acesso: 14/02/2022.

anteriores teriam feito uso desse mesmo recurso; as pedaladas fiscais seriam uma prática recorrente entre governadores; além disso, justificava que os repasses deveriam ser vistos como prestações de serviço para o pagamento de benefícios sociais e, portanto, o governo não teria infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁹⁵.

Desse ponto de vista, o processo de impeachment seria inviável com base nas “pedaladas fiscais”. Essa tese foi reforçada, após a realização de uma perícia técnica realizada por servidores do Senado, em junho de 2016, que não encontrou indícios de que Dilma havia participado das “pedaladas”, apesar de indicar sua atuação direta para a abertura de créditos suplementares⁹⁶. Mas, para a argumentação da defesa importava desconsiderar essa última e focar no “veredicto” da primeira que, mesmo diante desses esforços, não conseguiu conter a abertura do processo em 02 de dezembro de 2015.

O pedido foi aceito por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), eleito presidente da Câmara em confronto direto com o representante do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP). Figurando como líder proativo no plenário, Cunha passou a ser visto como uma liderança capaz de sujeitar o governo. Sob o seu comando, a maioria das propostas enviadas pelo Executivo na tentativa de estabilizar a economia foram rejeitadas pelo Legislativo (LIMONGI 2015). Limongi (2015) observa que grande parte das oposições, considerando nessa definição, não só políticos, mas também a imprensa e o empresariado, viram Eduardo Cunha como um líder capaz de sobrepujar o PT.

De fato, assumir a presidência da Câmara em oposição ao governo o credenciava para isso. No entanto, ele só rompeu publicamente com governo ao se ver envolvido nas investigações da Lava Jato. Cunha justificou o rompimento acusando o governo de tentar incriminá-lo na Lava Jato em parceria com procurador geral da República, Rodrigo Janot⁹⁷. Essa dissensão gerou especulações de que, após uma tentativa fracassada de barganha com o governo para tentar se preservar no cargo, ele teria aceitado o pedido em retaliação.

Mesmo com o cerco se fechando à sua volta e uma extensa lista de acusações referente às investigações da Lava Jato, como o recebimento de propina da Petrobras e o esquema de lavagem de dinheiro na Suíça⁹⁸, Cunha foi alçado à condição de “Meu Malvado Favorito”⁹⁹

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html> Acesso: 11/02/2022.

⁹⁸ Disponível em: https://brasil.pais.com/brasil/2016/06/15/politica/1465942257_149980.html Acesso: 16/02/2022.

⁹⁹ A referência à Eduardo Cunha como “Meu Malvado Favorito” se deve a um meme que circulou no Facebook associando-o à personagem Gru da animação “Meu Malvado Favorito”. Na história essa personagem era um bandido que se transformou em herói. A ideia do meme indica que fato semelhante teria ocorrido com Cunha por

pelas oposições ao abrir caminho para o impeachment de Dilma Rousseff. O fato de pesar sobre ele várias acusações, não gerou constrangimentos para a construção de alianças nem mesmo para aproximação com movimentos que pediam o fim da corrupção como o MBL.

Apesar de negar essa proximidade, o MBL e Eduardo Cunha estabeleceram uma relação estratégica após o protocolamento do pedido de impeachment feito pelo movimento na Câmara em 25 de maio de 2015. Exemplo disso foi a autorização do parlamentar para o movimento montar um acampamento em frente ao Congresso com intuito de pressionar os deputados a se engajarem na luta pelo impeachment. Sobre a relação entre ambos, Limongi (2015) observa que depois do fracasso, por baixa adesão popular, da marcha que o movimento realizou até Brasília para protocolar o pedido de impeachment, os líderes do MBL perceberam que sem o pragmatismo de Eduardo Cunha não haveria garantias de sucesso quanto ao andamento do processo.

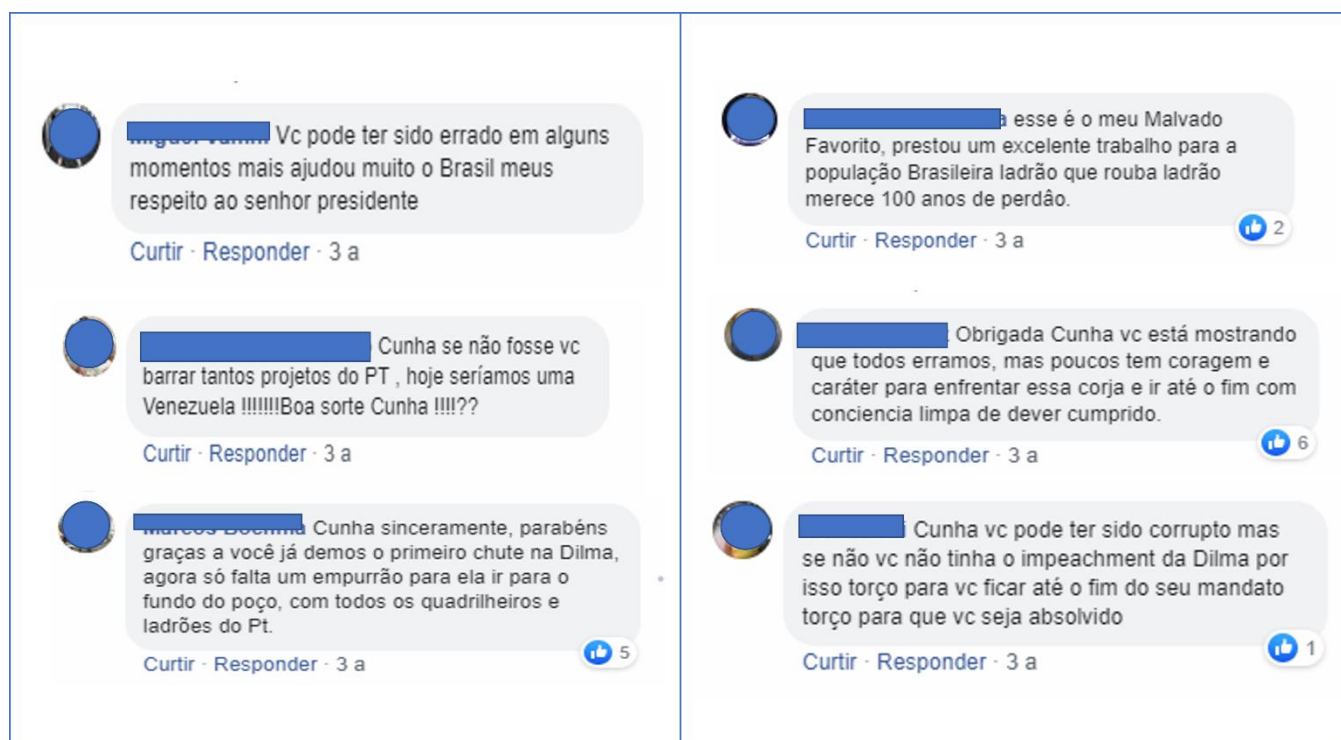
A corrida pela saída de Dilma Rousseff do governo possibilitou um relacionamento estratégico entre eles. A própria fala de Renan Santos, à época coordenador do MBL, já sinalizava isso quando, por ocasião do protocolamento do pedido de impeachment, disse em encontro com Cunha: “A gente veio aqui para trazer legitimidade para o trabalho que a gente já faz e ter parceria. Se a parceria for frutífera, a gente realmente tem mudanças que vão alterar o rumo do país, que eu acho que todo mundo aqui quer.”¹⁰⁰.

À vista disso o MBL fazia vista grossa para as negociatas em que Eduardo Cunha estava envolvido e, mesmo diante das acusações da Lava Jato, não houve sequer um ato de protesto do movimento contra a corrupção perpetrada pelo deputado. Essa conduta era reproduzida por seus seguidores que, através de comentários feitos nas postagens da página do movimento no Facebook, percebiam a aceitação do pedido de impeachment por Eduardo Cunha como um ato de redenção, conforme demonstrado na figura seguinte:

ele ter aceitado o pedido de impeachment contra Dilma Rousseff, ato que servia de redenção contra os seus crimes.

¹⁰⁰ Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

Figura 09- Comentários sobre Eduardo Cunha



Fonte: MBL¹⁰¹

Relativiza-se, dessa forma, a corrupção de Cunha por considerar seus serviços na destituição do Governo do PT mais importantes que seus crimes. Nesse caso, como a moralidade é uma bandeira, ela pode acomodar aqui tensões e contradições. Mas, a despeito desse apoio extra institucional ao parlamentar, entre seguidores do MBL no Facebook, sua posição no Legislativo parecia cada vez mais insustentável considerando que o desgaste público da sua imagem começava a gerar constrangimentos para alianças nesse espaço colocando em dúvida, inclusive, a possibilidade de o processo de impeachment ser submetido à votação na Câmara. Mas, contrariando as expectativas do governo, a denúncia foi aceita após a formação de uma comissão especial, composta em sua maioria por deputados favoráveis ao parecer que pedia a saída da presidenta, o que possibilitou que a votação fosse levada ao plenário da Câmara, órgão ao qual compete a autorização para a abertura do processo de impeachment.

No espaço de tempo entre a aprovação do parecer favorável à saída de Dilma Rousseff do governo e o seguimento da votação para a Câmara, o MBL que já vinha com uma forte atuação em defesa do impeachment sendo apontado, inclusive, como um dos principais

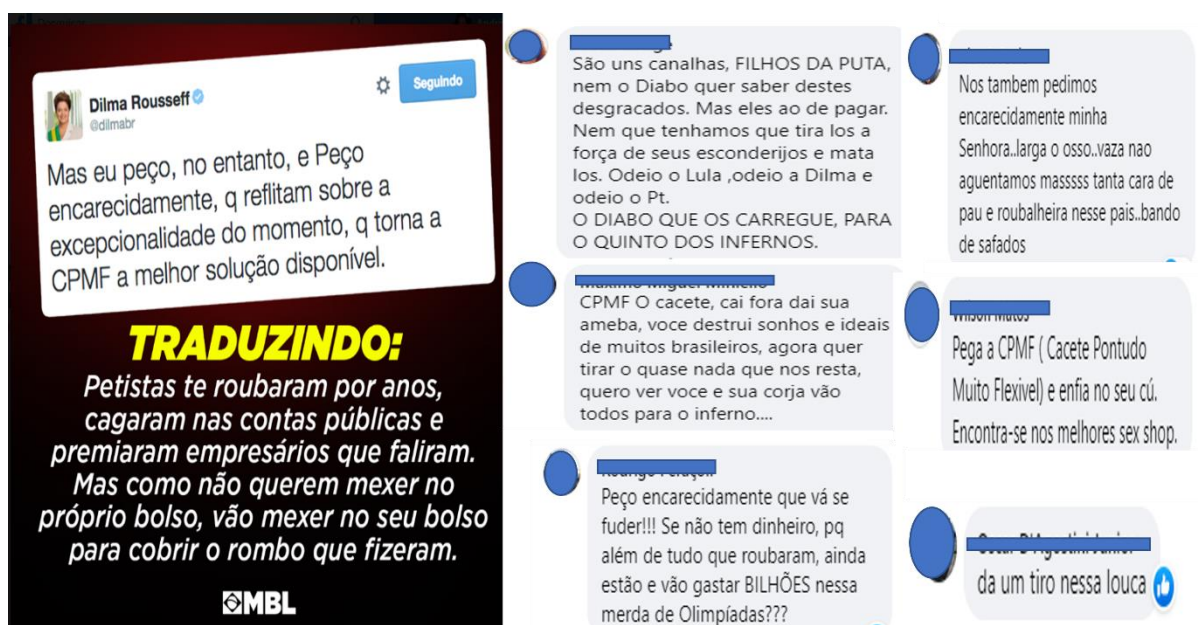
¹⁰¹ Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/388463951277754/?v=388463951277754> Acesso: 26/05/2020.

articuladores das manifestações contra o governo, segundo fontes como a Folha de São Paulo¹⁰², El País¹⁰³ e BBC News Brasil¹⁰⁴, iniciou uma série de ações para pressionar parlamentares a votarem pela cassação da presidenta, bem como iniciativas para manter seus seguidores engajados nessa luta.

Nessa empreitada, o movimento se valeu ativamente da estrutura e ferramentas disponibilizadas pelo Facebook para difundir sua narrativa sobre o impeachment articulando públicos com demandas diferenciadas, mas que tinham como ponto de convergência uma visão favorável à saída de Dilma Rousseff do governo. O movimento construiu um discurso que articulava ideias como as seguintes: a corrupção como um fenômeno oriundo dos governos petista; os baixos indicadores econômicos da gestão de Dilma, bem como a sua caracterização como uma pessoa desarticulada e incompetente para a função que ocupava; e uma representação da esquerda marcada por práticas violentas e autoritárias.

O movimento conseguiu articular ao seu discurso componentes afetivos e racionais baseados, ou não, em informações verdadeiras. Suas publicações engajavam emocionalmente os seguidores que reagiam através de comentários de ódio e incentivos a violência, afastando-se do plano da racionalidade. A postagem a seguir é um exemplo disso:

Figura 10- Comentários sobre a postagem do MBL



Fonte: MBL¹⁰⁵

Dados organizado pela autora.

¹⁰² Disponível em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/2016/03/13/4641-m.shtml> Acesso: 20/09/2022.

¹⁰³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html Acesso: 20/09/2022.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58523505> Acesso: 20/09/2022.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblive/photos/a.204296283027856/341120042678812/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020.

Observa-se nessa postagem que, a não ser pelo uso da palavra “roubaram”, a narrativa do MBL se adequa ao discurso neoliberal convencional: a crítica ao Estado perdulário e a necessidade de diminuí-lo. Sua narrativa apresenta, portanto, um componente racional articulado à posição do grupo, de modo que a contundência de sua “tradução” é facilitada pela postura humilde do texto atribuído à governante: “Mas eu peço [...] que reflitam sobre a excepcionalidade do momento [...]”. Contudo, os comentários dos seguidores colocam à sua publicação num outro nível de emoção através de palavrões, xingamentos, ameaças, críticas aos gastos do dinheiro público nos jogos olímpicos, além do uso de expressões do tipo: “larga o osso”; “odeio o Lula, odeio a Dilma e odeio o PT” e “um tiro nessa louca”.

A articulação desses componentes afetivos e racionais mantinha o grupo coeso, pois se tratava mais de uma questão de confirmação de ideias com base em uma visão de mundo comum do que, necessariamente, de convencimento. A estratégia do MBL era manter a discussão sempre em andamento independente de ter, ou não, razão sobre os argumentos que dirigia contra o governo, a presidenta, sua gestão ou referências ligadas a ela. Nem que para isso tivesse que mobilizar contas falsas e robôs com intuito de inflar os debates que defendiam suas pautas e mantinham suas redes engajadas no Facebook¹⁰⁶. Tudo com intuito de promover nessa plataforma e, para além dela, sua campanha em favor da cassação de Dilma Rousseff.

Contudo, a ressonância social desse discurso só foi possível em virtude dos fatores contextuais que apresentamos aqui. Tais circunstâncias provocaram deslocamentos (LACLAU, 1990) que contribuíram para a perda de hegemonia do governo petista. O esgotamento do governo diante dos escândalos de corrupção trazidos pela Lava Jato, os desmentidos da campanha de Dilma Rousseff, logo após a reeleição, associado à crise econômica que assolava o país possibilitaram a emergência de várias forças antagônicas que buscavam deslegitimar a gestão da presidenta colocando em xeque a sua permanência no cargo.

O discurso governista não conseguiu se manter imune frente a essas contestações nem responder satisfatoriamente as crescentes reivindicações sociais. Foi nesse contexto que o MBL conseguiu construir um discurso de oposição ao governo apresentando elementos com os quais diferentes demandas se identificavam. O que possibilitou uma articulação em torno de um objetivo comum, a defesa do impeachment de Dilma Rousseff.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml> Acesso em: 25/11/2018.

Agora que identificamos os fatores contextuais que contribuíram para emergência e aceitação desse discurso, iremos explorar a prática discursiva do MBL no Facebook apresentando os elementos que o movimento mobilizou para significar suas narrativas e defender sua posição nesse espaço, assim como os que ele usou para desenvolver a sua performance comunicativa e constituir a si próprio nesse processo.

5.2 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Os deslocamentos observados no cenário político brasileiro a partir das jornadas de junho de 2013 foram intensificados com a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, provocando uma série de mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Essas mudanças favoreceram a emergência de grupos de contestação ao governo que foram construindo uma articulação em torno da defesa do impeachment da presidenta.

O MBL surgiu nesse contexto, em novembro de 2014, no estado de São Paulo contando, à época, com adeptos em Porto Alegre e Goiânia. Inicialmente, tratava-se de uma página no Facebook, administrada por Fábio Ostemann e Juliano Torres, que foi ganhando expressão política com um grupo de pessoas que começou a sair às ruas em primeiro de novembro desse ano para protestar contra o governo¹⁰⁷. Nessa fase inicial estiveram à frente os irmãos Alexandre e Renan Santos, Juliano Torres, Felipe França e Fábio Ostemann (DIAS, 2017).

Este último está entre os fundadores da organização Estudantes pela Liberdade (EPL), lançada em 2012 no Fórum da Liberdade, considerada por alguns pesquisadores como a versão brasileira do Students for Liberty¹⁰⁸ (CASIMIRO in GALLEGO, 2018). O EPL está vinculado a redes de fundações de grupos empresariais como a Atlas Network (GOHN, 2017) uma organização de perfil neoliberal que vem apoiando várias *thinks tanks* na América Latina que atuam na promoção do livre mercado ajudando a redesenhar o mapa político da região com a ascensão de grupos e governos de direita. De acordo com Casimiro (apud GALLEGO,

¹⁰⁷ Fala de Renan Santos em Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

¹⁰⁸ Students for Liberty é uma organização neoliberal, criada nos Estados Unidos em 2008, que visa a promoção do neoliberalismo pelo mundo. De acordo com Gobbi (2016) consta entre os seus principais doadores e parceiros instituições da rede financiada pelos Irmãos Koch como a Atlas Network, Institute for Humane Studies, Cato Institute e Charles Koch Institute. O autor também menciona que o Students for Liberty recebe recursos através do Donors Trust, um fundo utilizado pelos irmãos Koch que garante o anonimato na doação.

2018; p.45) o EPL “[...] organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL).”.

Sobre essa questão, Gobbi (2016) observa que não há uma associação pública nem o compartilhamento explícito de projetos entre ambos. Mas, independente disso o MBL tem sua origem entre os quadros do EPL integrando, portanto, um campo político de direita que atua na promoção do liberalismo. De acordo com o próprio movimento:

O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa.¹⁰⁹

Essa atuação também se traduz na defesa de pautas como a não obrigatoriedade do voto; o fim das cotas raciais ou de gênero; a legalização do porte de armas; a queda do monopólio do Estado sobre empresas públicas e sociedades de economia mista; o apoio a privatizações em diversas áreas como educação, saúde, infraestrutura, entre outras¹¹⁰. Contudo, apesar de assumir um discurso liberal, que tem como valores centrais os ideais políticos de dignidade humana e liberdade individual, o movimento já deixou de se posicionar em relação a temas polêmicos como, por exemplo, o aborto¹¹¹ e a criminalização da homofobia¹¹² para não entrar em conflito com suas bases de perfil mais conservador.

Em função disso, ele passou a investir na defesa de pautas com esse teor desenvolvendo ações como o boicote a mostra “Queermuseu – cartografias da diferença na arte da brasileira”, realizada pelo Santander Cultural no Rio Grande do Sul, em 2017, que tinha como tema a diversidade e questões relacionadas ao público LGBTQIA+¹¹³. Além disso, direcionou esforços para censura de escolas apoiando o movimento “Escola Sem Partido”, que propunha uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a inserção de um dispositivo que priorizava os valores familiares do aluno sobre a educação escolar em questões relativas à moral, sexualidade e religião, o qual teria surgido como uma reação ao aparelhamento do ensino para fins ideológicos, políticos, partidários e eleitorais (FERNANDES; FERREIRA 2021).

¹⁰⁹ Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios> Acesso: 07/03/2022.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Em novembro de 2016 quando o STF decidiu que a interrupção da gestação nos três primeiros meses não configuraria crime, Kim Kataguirí se posicionou contra os ministros afirmando que eles não possuíam embasamento moral. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-vezes-em-que-o-mbl-esqueceu-a-politica-para-falar-de-costumes/> Acesso: 09/03/2022.

¹¹² Disponível em: https://brasil.eleis.com.br/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html Acesso: 08/03/2022.

¹¹³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/columa/rio-grande-do-sul/veja-imagens-da-exposicao-cancelada-pelo-santander-no-rs/> Acesso: 09/03/2022.

A defesa de pautas alinhadas aos interesses de suas bases mais conservadoras deu ao movimento um novo potencial de mobilização após o impeachment de Dilma Rousseff. Isso porque diante dos flagrantes casos de corrupção do governo Temer, alguns envolvendo o próprio presidente¹¹⁴, o combate incisivo a esse tipo de prática cedeu vez ao benefício das relações oportunas estabelecidas com o novo governo levando, inclusive, o movimento a atuar na promoção de suas políticas¹¹⁵. Essa relação começou a ser construída desde as manifestações pelo impeachment quando o PMDB, ao lado do PSDB e DEM, ajudou a financiar os protestos¹¹⁶.

Nesse período o movimento assumia um discurso de oposição ao *establishment* negando qualquer envolvimento partidário o que corroborava a construção de um consenso sobre a afirmação de que o impeachment era do povo. No entanto, a parceria entre o MBL e essas agremiações era mantida por detrás da coxia e só veio à mostra em maio de 2016 por meio de uma reportagem do Uol¹¹⁷. Nessa mesma matéria Renan Santos, à época coordenador nacional do movimento, afirmava que “[...] A aproximação com as lideranças (políticas) foi fundamental para pavimentar o caminho do impeachment.”

Ressalte-se que ainda mais oculta do que a relação que o MBL manteve com essas legendas é a sua própria estrutura de financiamento. Apesar do movimento afirmar que os seus recursos são procedentes de contribuições financeiras dos seus seguidores, de recursos pessoais e doações de empresários ele nunca apresentou, de fato, um balanço público das suas contas. O que ensejou muitas especulações a respeito das suas fontes de recursos, entre elas, a suposta ligação com os irmãos Koch (David e Charles) por meio da sua rede de financiamento a Atlas Network e o Students for Liberty, entidades com as quais o MBL possui ligações, conforme indicado em reportagem do jornal O Globo¹¹⁸.

Ainda sobre a falta de informações mais precisas sobre a estrutura de financiamento do movimento, em 2017, o El País fez uma reportagem¹¹⁹ abordando a falta de transparência das suas contas ao destacar que todos os recursos que ele recebia por meio de doações, vendas de produtos e filiações eram destinados para uma associação privada chamada, Movimento Renovação Liberal (MRL). O MRL é registrado em nome de quatro pessoas, três delas da

¹¹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/07/opinion/1481107644_451140.html Acesso: 09/03/2022.

¹¹⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/09/1816377-temer-chama-mbl-para-pensar-como-tomar-reformas-mais-palataveis.shtml> Acesso: 09/03/2022.

¹¹⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm> Acesso: 09/03/2022.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/morre-david-koch-bilionario-que-impulsionou-movimento-conservador-nos-eua-23897855> Acesso: 21/09/2022 às 17h55min.

¹¹⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html Acesso: 09/06/2022.

mesma família, os irmãos Alexandre e Renan Santos, integrantes da cúpula do MBL, e sua irmã Stephanie Santos.

Ainda segundo o El País, apesar dessa entidade estar registrada em cartório como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ela não constava no cadastro nacional de OSCIP fornecido pelo Ministério da Justiça, nem se enquadrava nos requisitos legais para sua caracterização enquanto tal, de modo que o mero registro não lhe dava essa qualificação. Além da falta de clareza quanto à natureza dessa associação, tem-se o fato de que tanto ela quanto o MBL nunca apresentaram ao público uma prestação de contas.

Em 2020, uma nova reportagem¹²⁰ do El País destacava que o MBL estava na mira da justiça por suspeita de lavagem de dinheiro, pois haveria “uma confusão jurídica empresarial” entre esse movimento e o MRL e, segundo as investigações, esse último estaria recebendo doações suspeitas. Nessa ocasião, dois empresários envolvidos com o movimento foram presos, Luciano Ayan o nome por traz do Ceticismo Político, site que disseminava notícias falsas, muitas delas compartilhadas na página do MBL no Facebook. A promotoria do Ministério Público de São Paulo informou que além de disseminar desinformação, Ayan ainda ameaçava aqueles que questionavam as finanças do MBL. O outro empresário preso nessa investigação promovida pelo Ministério Público de São Paulo foi Alessandro Mônaco Ferreira o qual teria realizado doações suspeitas através da Plataforma Google para o movimento. Segundo os promotores do caso “[...] as doações passavam pela plataforma do Google, que desconta 30% do valor pago, ao invés de serem depositadas diretamente nas contas do movimento, como estratégia para ocultar a origem do dinheiro.”¹²¹. Por esse motivo essas doações são mais difíceis de serem rastreadas por órgãos de investigação ou controle tendo em vista que podem ser realizadas por meio de cartões pré-pagos comprados anonimamente on-line¹²².

Apesar de o MBL ter admitido receber doações de Alessandro Ferreira, seus membros alegavam que essa investigação não passava de uma “perseguição política”¹²³. Essa ideia foi muito acionada pela narrativa do movimento como justificativa para a sua falta de transparência. Além disso, o fato de o MBL se constituir como uma entidade privada também serviu de argumento para não tornar público o seu balanço financeiro alegando respeito à

¹²⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-11/associacao-familiar-que-recebe-dinheiro-do-mbl-entra-na-mira-da-justica.html> Acesso: 06/06/2022.

¹²¹ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/promotoria-suspeita-que-mbl-tenha-usado-plataforma-virtual-para-lavar-dinheiro/> Acesso: 13/06/2022.

¹²² Idem.

¹²³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html Acesso: 09/06/2022.

privacidade dos seus colaboradores, membros e doadores. Essa falta de publicidade das suas contas impede, inclusive, uma análise mais robusta da movimentação financeira do MBL durante a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff o que ajudaria a entender um pouco mais a força que o movimento teve nesse período.

A luta pela cassação da presidenta deu projeção nacional ao MBL, não por acaso, essa foi sua principal articulação entre 2014 e 2015. Nesse ano o movimento já contava com mais de 180 agremiações e estava presente em, pelo menos, 126 cidades do país (GOBBI, 2016). A estrutura de redes do Facebook foi fundamental nesse processo, não só pela visibilidade que proporcionou ao movimento, mas também porque possibilitou que ele articulasse diferentes públicos em favor do impeachment da presidenta.

Em março de 2016, quando suas postagens nessa plataforma eram direcionadas principalmente contra Dilma e o seu governo, o MBL alcançou um engajamento recorde com 16.884.431 interações. O que demonstra a importância desse campo de atuação para articulação do movimento. A seguir apresentaremos os sentidos que ele mobilizou para se representar nessa plataforma ao longo da luta pelo impeachment.

5.2.1 Os Sentidos Que Constituem O MBL

Esta seção reúne alguns elementos que nos permitem fazer uma leitura do universo de significação a partir do qual o MBL construiu sua trajetória apontando aqueles que nos falam sobre o modo como ele se representa. Conforme sinalizado, a defesa do impeachment foi a principal bandeira de luta do MBL, entre 2014 e 2015, contribuindo para a sua própria constituição enquanto movimento. Muito mais que um enfrentamento pela cassação do mandato de Dilma Rousseff esse movimento empreendeu uma verdadeira luta contra o seu partido, o PT, e qualquer referência que fosse vinculada a ele. A partir desses antagonismos ele foi dando sentido à sua própria atuação e se constituindo nesse percurso.

Uma estratégia recorrente nesse embate foi a desqualificação moral dos seus oponentes o que ajudava a caracterizar, ao mesmo tempo, as próprias ações do movimento. O MBL apresentava a gestão do PT como um projeto de poder totalitário¹²⁴, caracterizado por uma política econômica socialista, por um viés antidemocrático e ditatorial. Essa narrativa recupera um conjunto de ideias sobre o totalitarismo, mas a partir de um recorte bastante

¹²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/332118200245663> Acesso: 22/04/2020.

específico das suas características, como a referência à centralização do poder político por um líder ou partido, a relação entre esse sistema e o comunismo, o controle do líder ou partido sobre os meios de comunicação e a eliminação das diferenças.

Embora esse discurso tenha caráter especulativo, ele produz efeitos, sobretudo, quando consideramos que em suas publicações o movimento afirmava reiteradamente que o PT controlava a máquina pública em benefício próprio, para se manter no poder¹²⁵, o que justificaria sua permanência à frente do Executivo por treze anos. Na narrativa do MBL a centralização dos recursos de poder por esse partido se reflete, inclusive, no controle do governo sobre a mídia. Para o movimento a cobertura da imprensa sobre o andamento do processo de impeachment era “[...] absolutamente governista”¹²⁶.

Além disso, o seu discurso acentuava a polarização política entre a direita e a esquerda destacando que as práticas dessa última eram violentas e visavam a eliminação de todo pensamento divergente¹²⁷. Mas, apesar de apresentar a esquerda por esse viés, sua narrativa incitava uma escalada emocional com comentários do tipo: “esquerda bandida”; “reaças de esquerda”; “terroristas”; “comunistas desgraçados”, etc. que permite enquadrar os seus próprios seguidores no mesmo esquema descritivo que o movimento atribui à esquerda.

Por outro lado, o MBL se representava afirmando que, desde sua origem, visava difundir ideias de caráter suprapartidário em benefício da liberdade política, social e econômica¹²⁸. Desse modo, ele recupera em sua narrativa um discurso que tem por fundamento os direitos à base dos quais o Estado Liberal se constituiu e que remete, portanto, aos conhecidos direitos de liberdade, de opinião, de expressão, de associação, de reunião (BOBBIO, 2009).

Essa contraposição contribuía para construção de um importante dispositivo simbólico através do qual o movimento dava aos seus seguidores elementos com os quais eles pudessem se identificar. Considerando que os bens simbólicos são objetos de disputas, o movimento tentava bloquear os sentidos mobilizados por seus oponentes se aproveitando da estrutura do Facebook e da inserção que possuía nesse espaço para impedir que a difusão de ideias contrárias minasse o seu discurso.

Uma postagem representativa dessa prática ocorreu um dia antes de uma das grandes manifestações organizadas pelo MBL, em 12 de dezembro de 2015. Ocasão, em que mesmo

¹²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/330322310425252/?type=3&theater> Acesso: 27/04/2020.

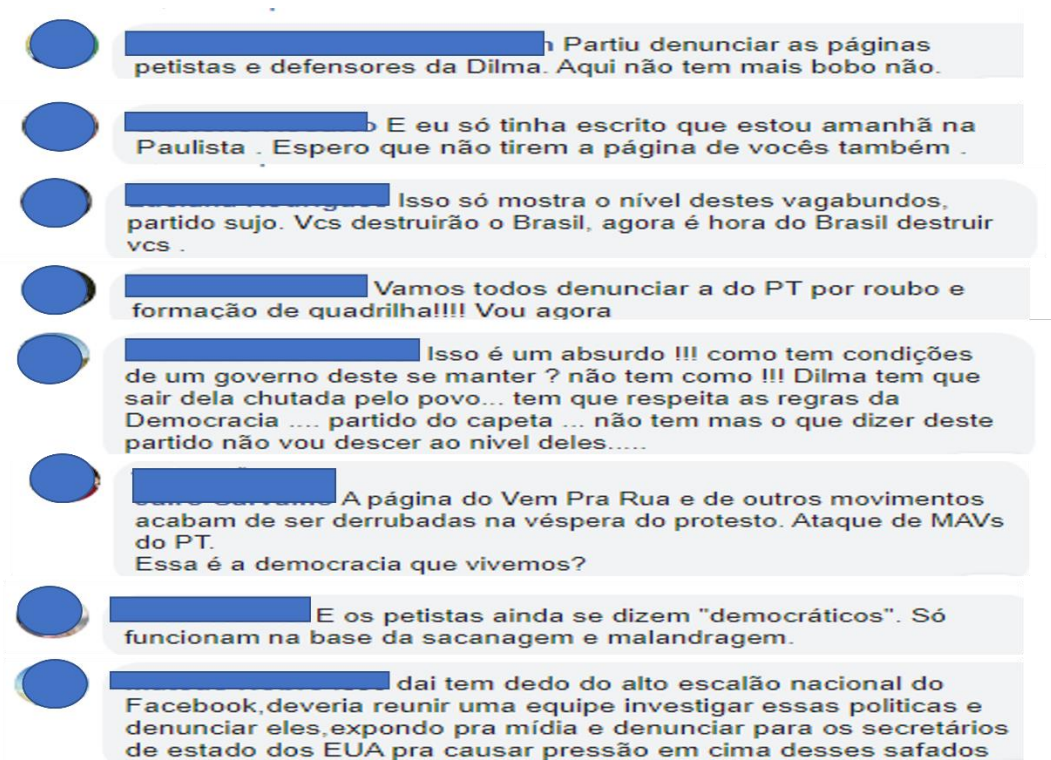
¹²⁶ Disponível: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330325337091616/?v=330325337091616> Acesso: 22/04/2020.

¹²⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/396956057095210/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

¹²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/385872198203596/?v=385872198203596> Acesso: 25/05/2020.

sem apresentar nenhum fato que comprovasse a sua fala, o movimento sugere que a queda da página do Vem Pra Rua (VPR) no Facebook se tratava de uma ação do PT e se aproveitou da situação para acentuar em sua narrativa “o caráter antidemocrático dos petistas.”¹²⁹. Essa postagem fornece os seguintes elementos: o fato de que, realmente, a página do VPR estava fora do ar; uma espécie de “teoria da conspiração” que sugere a ação do PT por traz desse evento com intuito de atrapalhar a convocação para as manifestações que ocorreria no dia seguinte; e um componente emocional que se materializa em comentários de raiva, indignação e mais especulação sobre o ocorrido à medida que o conteúdo da postagem vai ao encontro das crenças dos seguidores do movimento, como pode ser observado na figura 11:

Figura 11- Comentários sobre a postagem do MBL



Fonte: MBL¹³⁰

Dados organizado pela autora.

Os comentários demonstram que há uma tendência dos usuários a tomar a narrativa do movimento como fática, mesmo sem dados que a comprovem, a ponto de um seguidor falar sobre a necessidade de denunciar, também, as páginas petistas. Fala-se, inclusive, de militância em ambiente virtual, “MAVs”, sugerindo que se trata de uma ação orquestrada por militantes do governo o que leva a um questionamento do próprio regime democrático no

¹²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/332118200245663> Acesso: 22/04/2020.

¹³⁰ Idem.

Brasil: “Essa é a democracia que vivemos?”. Tal percepção dialoga com o discurso do MBL que atribui às práticas políticas do PT um caráter totalitário, visto que a publicação do movimento indica que a queda da página do VPR foi uma ação desse partido/governo que tenta silenciar todos que se opõem a ele.

Há, ainda, uma denúncia contra o próprio Facebook, mas que recai apenas sobre o “alto escalão nacional”, sugerindo uma espécie de conluio entre o corpo administrativo dessa empresa no país e o governo para censurar opositores. No comentário é possível observar, inclusive, um tipo de “clamor” às autoridades norte-americanas para pôr fim a essa situação. Embora esse comentário não apresente nenhum dado que, de fato, valide essa denúncia ele faz parte do “jogo” que promove engajamento e mantém o debate em andamento, independente, da plausibilidade dos argumentos abordados nesses comentários. Afinal, importa muito mais o controle do debate do que a coerência em relação aos fatos, essa lógica é impulsionada pela própria plataforma que lucra com qualquer tipo de engajamento sendo, praticamente, indiferente ao tipo de conteúdo que circula na rede.

Além disso, a publicação do MBL promove a escalada de um componente emocional à medida que a sua narrativa indica um esquema de conspiração fazendo com que o medo, o receio, tornem-se aparentes através de comentários como o seguinte: “Espero que não tirem a página de vocês também”. Essa lógica se converte em um conteúdo raivoso que se traduz em frases do tipo: “Vcs destruirão o Brasil, agora é hora do Brasil destruir vocês” e “Dilma tem que sair dela chutada pelo povo”. Observa-se, ainda, que o encadeamento lógico e coerente que fundamenta uma argumentação racional e deveria nortear o debate político cede à uma narrativa mítica que reduz o PT ao mal corporificado na política através da expressão “Partido do Capeta” que aparece como um recurso natural e legítimo.

À vista disso, percebemos como a postagem do MBL e as reações que ela enseja articula um discurso que engendra práticas relativas à pós-verdade. A narrativa do movimento parte de uma visão calculada para construir uma versão da realidade tendenciosa que torna mais propenso o engajamento e a difusão de conteúdo pautado por essa lógica. Esse tipo de conteúdo consegue desestruturar a fala do adversário que, em vez de se apresentar, precisa negar atributos que lhes são conferidos.

Nesse caso, importa considerar que ao longo do processo de caracterização dos oponentes o discurso do MBL conseguiu associar ao PT valores antidemocráticos, quando historicamente o neoliberalismo defendido por esse movimento não parece ter grande apreço pela democracia e suas instituições. A ditadura chilena sob o comando do general Augusto Pinochet é um exemplo da relação entre neoliberalismo e autoritarismo em que se observa a

convivência de relativas liberdades econômicas ao lado da repressão violenta a direitos civis. O projeto neoliberal implantado por Pinochet com o suporte de um grupo de economistas da Universidade de Chicago (EUA) promoveu um processo de desregulação da economia, privatizações e a retirada do Estado de muitas áreas de bem-estar social. Ao lado dessas medidas houve uma repressão violenta a todos os movimentos sociais e organizações de esquerda, além do desmonte de todas as formas de organização popular (HARVEY, 2008).

Segundo Harvey (2008) as raízes dessa relação entre autoritarismo e neoliberalismo podem ser encontradas, paradoxalmente, na defesa do ideal de valorização das liberdades individuais pelo pensamento neoliberal. Nessa perspectiva, tais liberdades obrigatoriamente passariam pela garantia da liberdade de mercado e de comércio que expressam, em particular, os interesses dos detentores do poder econômico. Esse pensamento corrobora a ideia de que tudo que represente um risco à propriedade, ao mercado, à livre circulação, ou seja, aos interesses daqueles que detém o poder econômico deve ser eliminado. Segundo Casara (2019) isso pode ocorrer tanto em relação à proteção do mercado frente às práticas sociais ou políticas democráticas de redistribuição de renda ou regulatórias quanto no que diz respeito à supressão, pelo próprio sistema de justiça, dos “inimigos” do projeto neoliberal por meio da adoção de medidas autoritárias.

Esse mesmo pensamento fundamenta o discurso de que as liberdades individuais estariam sob “ameaça” de governos comunistas/socialistas, assim como qualquer forma de intervenção do Estado na qual a livre escolha individual não seja priorizada. Não por acaso, o golpe de Estado no Chile contou com apoio das elites dos negócios nacionais que se sentiam ameaçadas pelas tendências socialista de Salvador Allende, eleito democraticamente em novembro de 1970 (HARVEY, 2008).

Aqui, no Brasil quando o MBL buscou atribuir esse viés autoritário/centralizador à gestão do PT afirmando de modo sistemático que se tratava de um projeto totalitário de poder¹³¹ ele estava se referindo, entre outros aspectos, às políticas econômicas adotadas pelos governos em que esse partido esteve à frente. Seu discurso promove uma íntima associação entre crise econômica e políticas totalitárias/comunistas/socialistas recuperando a ideia, já mencionada, de que governos comunistas ou qualquer forma de intervenção do estado que não dê prioridade à escolha individual coloca em risco a democracia, entre outros motivos, porque o movimento defende a “Primazia do indivíduo e da sociedade sobre o Estado”¹³². À vista disso, o que estava em jogo ao longo da defesa do impeachment de Dilma Rousseff era a

¹³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/332118200245663> Acesso: 22/04/2020.

¹³² Valores e Princípios do MBL. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios> Acesso: 29/09/2022.

tentativa de o MBL estabelecer valores democráticos de ordem bem específica, quer dizer, a defesa de um sistema político e econômico em bases neoliberais.

Diferente da ideia de intervenção mínima, sustentada pelo movimento, as gestões petistas envolveram uma intervenção mais ativa do Estado, principalmente, no âmbito das políticas macroeconômicas (taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de salários, taxa de inflação e taxa de lucro). Já o projeto político-econômico do MBL prevê, por exemplo, o “Progressivo aumento da participação do setor privado em serviços públicos passíveis de serem privatizados, tais como educação, saúde, infraestrutura, administração de serviços penitenciários, dentre outros”¹³³, além do “Fim dos monopólios estatais e privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista”¹³⁴. Aliás, a narrativa do MBL no Facebook durante o processo impeachment sustenta, de modo enfático, o seguinte: “PRIVATIZA TUDO!”¹³⁵.

O destaque dado em sua narrativa às chamadas políticas totalitárias do PT está intrinsecamente relacionado à defesa de um projeto político-econômico neoliberal, que tende a dar um viés autoritário às políticas econômicas desse partido em virtude da intervenção mais ativa do Estado na economia e em questões sociais, como educação, saúde, cultura. Isso aparece de modo sistemático, por exemplo, quando observamos as publicações do movimento que tendem a comparar Brasil e Venezuela. Em sua narrativa a ênfase dada ao aspecto “autoritário” do governo venezuelano caracteriza, principalmente, suas políticas econômicas como “comunistas/socialistas” indicando, também, um viés centralizador que seria responsável pelo fracasso econômico do país.

Em função disso, o movimento é enfático em declarar que “O Brasil jamais será uma Venezuela” o que, por outro lado, atesta a necessidade de implantar um projeto político-econômico diferente ao do PT que tem traços semelhantes ao desse país. Publicações como a seguinte servem a essa comparação à medida que coloca as duas economias em patamares muito próximos: “O mundo vê e sente o fracasso econômico no Brasil. Pra se ter uma ideia, o Brasil disputa com a Venezuela o título de pior recessão do ano. Isso tudo, claro, por conta da política econômica do PT e de Dilma Rousseff, aplaudida por socialistas e comunistas no Brasil”¹³⁶. Novamente, expressões como “fracasso econômico”, “política econômica do PT”, “socialistas e comunistas” e a referência à Venezuela se ajustam a uma narrativa para reafirmar o discurso do movimento em defesa de um sistema político e econômico que ele

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/395286537262162/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

¹³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339257739531709/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020.

considera, de fato, democrático e oposto ao “projeto totalitário do PT”. De modo que, nos termos defendidos pelo MBL, só há democracia realmente quando for possível adjetivá-la como (neo)liberal.

Essas e outras ideias forneceram elementos para que ele construísse, de modo eficiente, um discurso que o caracterizava como democrata, mesmo quando suas ações iam em outra direção. Isso foi possível porque a ambiguidade está na base do seu discurso, ela permite ao movimento dizer uma coisa e fazer outra. Durante o processo de impeachment o MBL se apresentava como um dos “maiores movimentos de rua que esse país já teve”¹³⁷, especialmente em função do contingente que conseguiu levar às ruas através das manifestações, remetendo à ideia de que ele representava a voz das ruas por estar sempre “junto com o povo”¹³⁸ e lutando “juntos” contra um governo corrupto. O que lhe permitiu articular um discurso de verdadeira “ojeriza à corrupção”¹³⁹, mas enquanto pregava a moralidade, o movimento construía alianças com uma direita envolvida em escândalos de corrupção; atribuía para si valores democráticos e republicanos, ao mesmo tempo em que se articulava a autoritários; além disso destruía trajetórias com base em informações questionáveis, parciais, quando não mentirosas¹⁴⁰.

É possível perceber também como traços constitutivos da sua estratégia discursiva: o insulto quando não se consegue argumentar; a isenção de responsabilidade pelo que se diz, em nome da liberdade de expressão; e a corrosão das condições de um diálogo republicano, racional, vide o caso do PT que foi associado ao “diabo” quando não se tinha mais o que dizer sobre esse partido. Alguns dessas características podem ser notadas, por exemplo, quando consideramos que para o movimento a liberdade estaria sendo ameaçada pelo avanço do “[...] politicamente correto, d[o] Marco Civil da Internet, d[a] PL 1589/15, d[o] financiamento estatal de artistas, d[a] doutrinação política em escolas e universidades, d[o] PARTIDO DOS TRABALHADORES [...]”¹⁴¹. O que configuraria, na visão do movimento, um cenário totalitário próximo à distopia política narrada por George Orwell no romance “1984”.

Afirmações como essa se concentram na mobilização de afetos como o ódio e o medo para impulsionar a adesão a certas crenças. Nesse caso, o próprio ataque à ideia de um

¹³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332792070178276/?v=332792070178276> Acesso: 22/04/2020.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/355771101213706> Acesso: 12/05/2020.

¹⁴⁰ A campanha difamatória contra a vereadora Marielle Franco é um exemplo disso. Para mais detalhes vide a reportagem do El País: “MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html Acesso: 15/12/2022.

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/320413084749508/?v=320413084749508> Acesso: 05/02/2020.

tratamento respeitoso para com o outro é significativo. O questionamento do politicamente correto parte de uma manobra ardilosa que trata como liberdade de pensamento e expressão aquilo que se configura como discurso de ódio e injúria para exprimir a desqualificação e a desumanização do adversário. A crítica ao politicamente correto funciona como um álibi para o movimento se isentar de responsabilidade pelo que diz em nome da liberdade de expressão. Não por acaso, ele deixa escapar que, em virtude do avanço de pautas como essa, “[...] faz-se necessária a luta pela nossa própria liberdade” o que pode significar que a sua liberdade (de expressão) se sobrepõe a dos demais.

O ataque ao Marco Civil da internet e à PL 1589/15 é mais um exemplo significativo desse modo de atuação do movimento. O Marco Civil tem por finalidade estabelecer os princípios, garantias, direitos e deveres do uso da internet no Brasil, enquanto a PL 1589/15 aumenta o rigor das punições referentes aos crimes contra a honra que foram cometidos por meio da divulgação de conteúdo na internet ou que ensejarem a morte da vítima¹⁴². O combate a esses instrumentos legais busca inibir as iniciativas voltadas para um processo de regulação que, em tese, tornaria mais austero o combate a práticas que possam ferir direitos básicos dos usuários. O ataque do MBL a esses dispositivos parte, mais uma vez, de uma ação que os coloca como uma limitação da liberdade e não como instrumento para garantia de direitos. Essa crítica camufla o desejo de não responsabilização por práticas ofensivas na internet.

Perceber como o MBL mobiliza esses elementos é fundamental para compreender como se desenvolve a sua prática discursiva e os recursos que ele aciona para construir a sua narrativa. Nesse sentido, uma das características marcantes das suas postagens era o uso acentuado de hipérboles para se representar. É comum em sua narrativa o uso de expressões como as seguintes: “um dos maiores movimentos de rua que o país já teve”¹⁴³ ou a “mais transformadora ferramenta política surgida no país: o MBL”¹⁴⁴. Essa exaltação também acompanhava suas “obras”, um exemplo disso se verifica na sua narrativa sobre as manifestações, como o movimento esteve à frente da organização é possível perceber um conjunto de léxicos bem semelhantes: “Mega Manifestação”¹⁴⁵; “as maiores manifestações do mundo”¹⁴⁶ ou “[...] as maiores manifestações da história do país. Quicá do ocidente!”¹⁴⁷.

¹⁴² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279451> Acesso: 28/06/2022.

¹⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332792070178276/?v=332792070178276> Acesso: 22/04/2020.

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/361634863960663/?v=361634863960663> Acesso: 19/05/2020.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/347701122020704/?type=3&theater> Acesso: 13/05/2020.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330102030447280/?v=330102030447280> Acesso: 21/04/2020.

Um outro conjunto de palavras aparece como traço recorrente das suas postagens: “luta”, “batalha”, “guerra” e “revolução”. Como a defesa do impeachment foi o ponto nodal dos discursos articulados pelo MBL, a sua narrativa recorre à metáfora da guerra para apresentá-lo como um enfrentamento árduo. Em função disso, o MBL utiliza expressões como “Guerreiros que não desanimam” e frases similares para se representar. Essa estratégia discursiva remete também a uma ideia de guerra contra o mal que coloca, de um lado, os “brasileiros de bem”¹⁴⁸ e, do outro, o mal representado pelo governo/PT.

Por meio da expressão “brasileiros de bem” o MBL dialoga com a ideia de um indivíduo honesto, que defende a família e zela pelos costumes e valores tradicionais o que indica uma espécie de hierarquia moral em relação aos seus oponentes. O discurso do movimento acentua que eles foram um meio “Para fazer a voz dos brasileiros de bem ser ouvida.”¹⁴⁹. Uma visão maniqueísta que gera engajamento através de comentários como o seguinte: “Que a esperança vença o medo e o mal que o PT e as esquerdas nos trouxeram”¹⁵⁰ reduzindo o debate político a uma visão mística da realidade.

As postagens do movimento recuperam com frequência a sua trajetória, desde os antecedentes do acolhimento do pedido de impeachment na Câmara até o julgamento no Senado. Essas publicações trazem sempre símbolos e uma estética nacionalista como forma de representação, mas cabe destacar que, no discurso do movimento, a nação aparece como um manto que cobre todas as diferenças e as anula. Trata-se de um projeto conservador de nação o que explica, por exemplo, o fato deles acolherem pautas conservadoras no campo dos costumes e desumanizar adversários. Além disso, esse nacionalismo apresenta uma flagrante contradição com o neoliberalismo defendido pelo movimento, vez que este último opera em bases antinacionais tendo em vista que o mercado é internacional e exige um Estado fraco para que ele possa atuar livremente. A citação a seguir, retirada de um vídeo publicado no dia em que a denúncia contra a presidenta foi deferida, apresenta algumas características dessa forma de representação.

Não é fácil iniciar uma revolução, ainda mais levá-la adiante confrontando os percalços que surgem ao longo do caminho. Vencê-la, no entanto, é a mais difícil das tarefas demanda força, criatividade, companheirismo e resiliência. Sim, resiliência, resiliência que pode ser confundida com fibra moral. É a incrível

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/410822082375274/?v=410822082375274> Acesso: 30/05/2020.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/410822082375274/?v=410822082375274> Acesso: 30/05/2020.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332792070178276/?v=332792070178276> Acesso: 22/04/2020.

capacidade que o ser humano tem de permanecer fiel aos seus princípios, mesmo diante do implacável teste do tempo e dos desafios impostos em sua jornada. É característica fundamental dos campeões, dos líderes e dos santos e não faltou resiliência ao Movimento Brasil Livre ao longo do seu primeiro ano de existência, jamais! Nascemos em guerra com uma imprensa governista e militante. Fomos forçados na indiferença e no ódio dos porta-vozes do adesismo atropelando as suas mentiras com trabalho e criatividade. Lideramos as maiores manifestações do mundo em 2015, não apenas uma vez, mas três em centenas de cidades com milhões de pessoas [...]¹⁵¹.

A citação articula muitos dos elementos que o MBL usa para se representar, nesse sentido, não pode passar despercebido o deslizamento semântico do trecho: “dos campeões, dos líderes e dos santos”. A palavra campeões nos remete à ideia de competição esportiva que pode muito bem ser associada à concorrência econômica defendida pelo MBL. Já os líderes traduzem na política a mesma ideia de vitória sobre os percalços, dificuldades, opositores. Quanto aos santos podemos dizer que eles são o exemplo máximo de resiliência moral frente as adversidades o que conferem às palavras que vieram antes um caráter de luta religiosa.

Como se trata de uma citação retirada de um recurso audiovisual há, ainda, um conjunto de elementos que nos dizem muito sobre o modo como o MBL se representa. O vídeo possui um tratamento de cor com pouca saturação que valoriza, em especial, as cores verde e amarelo trazendo como som de fundo a música instrumental de Maurice Ravel, “Bolero”. Logo na abertura aparece, em destaque, “365 ascensão” com letras e cores que sugerem uma analogia com as do filme “300”. Trata-se de um longa-metragem norte-americano, lançado em 2006, que apresenta uma releitura fictícia da batalha entre Esparta e Pérsia, no contexto da Segunda Guerra Médica, narrando a luta de poucos super guerreiros de elite contra um império que é apresentado de forma sombria e muitos de seus guerreiros são retratados como monstruosos. Apesar dessa batalha envolver uma grande mobilização de massas, ganhou expressão pela narrativa do filme a marcha do rei Leônidas com apenas 300 dos seus melhores guerreiros retratando, portanto, a resiliência de poucos heróis.

Essa associação feita pelo MBL dialoga, mais uma vez, com a metáfora da guerra relacionando a defesa do impeachment a uma batalha árdua que, embora tenha envolvido “milhões de pessoas”, destacou a resiliência de poucos heróis, pois é fundamental destacar o papel da individualidade que não se dobra diante de forças obscuras e colossais. Nessa representação o MBL aparece como símbolo de heroísmo, virtude e bravura reunindo verdadeiros guerreiros na luta pela liberdade. Assim como no filme em que os 300 resilientes não cedem ao império persa, a narrativa do movimento é enfática ao apontar a sua obstinação

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330102030447280/?v=330102030447280> Acesso: 21/04/2020.

na luta pela cassação de Dilma Rousseff. Isso pode ser observado no vídeo quando surge imagens de Renan Santos discursando numa manifestação, ocasião em que ele faz uma pergunta retórica: “Até onde estamos dispostos a ir em nome dessa luta? E, imediatamente, ele mesmo responde: “Até o fim!”.

Ao longo do vídeo é dado um destaque especial a imagens de atos que o movimento realizou como a “Marcha da Liberdade”, um deslocamento que o MBL fez de São Paulo à Brasília para protocolar o pedido de impeachment de Dilma Rousseff; o “Acampamento pela Liberdade” em frente ao Congresso como forma de pressionar e, ao mesmo tempo, buscar apoio parlamentar; e, principalmente, imagens aéreas das manifestações para mostrar sua expressão numérica. Observamos, aqui, uma curiosa composição de valor individual e a importância dessa ação heroica na mobilização das massas. Mais uma vez, a analogia que a abertura do vídeo sugere com filme “300” parece fazer sentido considerando que, também lá, o sacrifício de poucos valorosos tem o condão de mobilizar gregos em geral.

Há ainda muitas referências que sugerem o empenho do movimento e sua luta incansável, mesmo diante de situações hostis ou sem o mínimo de conforto. As imagens do acampamento representam bem isso porque traziam cenas de confronto com opositores e mostravam a própria estrutura física do ambiente como nada acolhedora. Essas imagens sugeriam que, apesar das adversidades, o movimento continuava lutando de maneira incansável por um ideal. O vídeo também expõe antagonismos, seja com os parlamentares de oposição seja com a imprensa, considerada “governista e militante”.

Todas essas referências são envolvidas, conforme apontamos, por uma estética nacionalista que aparece em vestimentas nas cores verde e amarelo, no uso da camisa da seleção brasileira e no porte da bandeira nacional, seja envolvida no corpo, seja hasteada ou empunhada. O modo como o movimento se apropria desses símbolos deixa escapar o peso que é dado ao valor individual sob o manto da nacionalidade. É importante observar que o MBL se apropria desses elementos, mesmo defendendo ideias pouco nacionalistas, haja vista que na verdade são exclusivamente voltados para o mercado. No entanto, há a defesa de um Brasil e esses símbolos nacionais são acionados frequentemente para significar o movimento e suas ações fornecendo, também, elementos de identificação que permitem a coesão do grupo.

O MBL constrói um campo de sentidos relacionais em que faz questão de se distinguir dos seus opositores destacando, por exemplo, que ele e os seus apoiadores são “brasileiros”¹⁵²

¹⁵² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330102030447280/?v=330102030447280> Acesso: 21/04/2020.

que “lutam por um Brasil Livre”¹⁵³ enquanto os seus opositores são qualificados como “militantes”¹⁵⁴, palavra que nesse contexto assume um tom pejorativo. Os “militantes” estão a serviço de um partido enquanto os “brasileiros” estão defendendo a nação de um projeto de poder atribuído, de modo específico, ao Partido dos Trabalhadores. Os primeiros são caracterizados por sua atuação em prol de um interesse particular, o próprio uso da palavra militante pressupõe a ideia de separação. Em oposição teríamos o MBL que defende o interesse dos brasileiros, ou seja, os interesses da nação como um todo, para além dos particularismos.

Esse tipo de comparação é acionado, sobretudo, como forma do movimento ressaltar o caráter espontâneo das suas manifestações em contraposição às da oposição que eles costumam acusar, sem provas, de serem pagas. Nas postagens que o movimento fez sobre as manifestações é comum aparecer na imagem do post a expressão: “Eu vim de graça”¹⁵⁵ o que não significa dizer que se tratou de uma mobilização espontânea considerando o suporte financeiro e logístico que ele recebeu de partidos, organizações e da própria mídia, por exemplo. Essa frase também insinua que o adversário para mobilizar recorre à cooptação financeira e à corrupção.

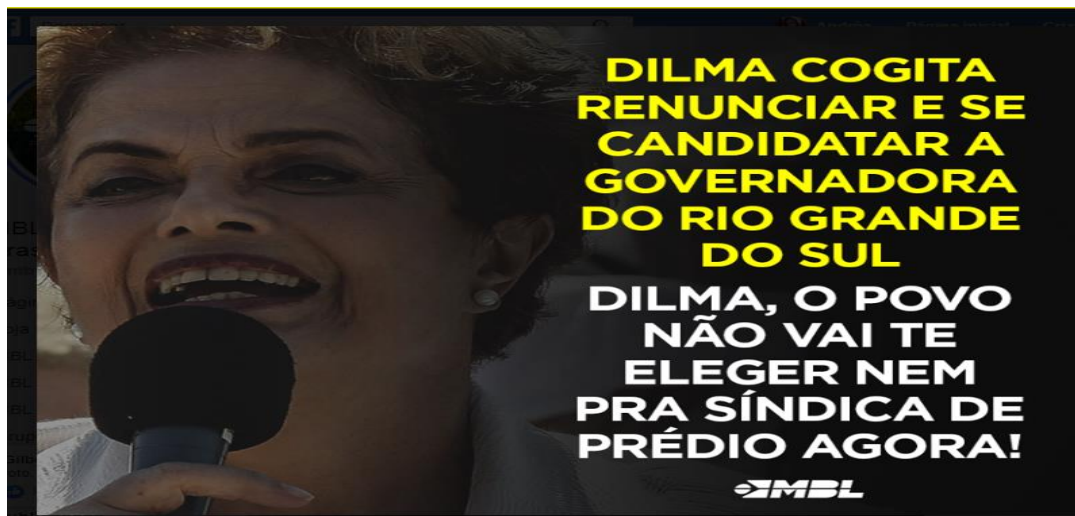
Nesse processo de significação em que diferentes elementos foram sendo articulados ao discurso do MBL, prática através da qual ele próprio foi se constituindo, importa considerar também o uso de uma linguagem jovem e “remasterizada” que se pretende descomplicada e acessível. Em função disso, os modos discursivos do MBL são caracterizados pelo uso frequente de ironias, deboche, sarcasmos e outras estratégias acionadas como marcas da sua criatividade, como demonstra a imagem a seguir:

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblive/photos/a.204296283027856/394833893974093/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

Figura 12- Modos discursivos do MBL



Fonte: MBL¹⁵⁶

Além da imagem apresentar um conteúdo falso, vez que Dilma Rousseff nunca falou em renunciar e se candidatar a governadora, ela apresenta uma depreciação da presidenta que se pretende cômica: alguém que ocupa o posto político máximo no país, postulando um cargo de governadora e não sendo elegível sequer para um posto de síndica. Essa linguagem cômica e descomplicada, também, pode se tornar muito simplista. Postagens do tipo: “PRIVATIZA TUDO!”¹⁵⁷, serve bem a esse propósito, visto ser simples, inflexível na sua capacidade de se adaptar a cenários diversos. Nesse caso, a publicação foi acompanhada de um tópico sobre privatizações trazendo apenas uma discussão genérica sobre corrupção no Estado. O que chama atenção na postagem é o caráter emocional do discurso, palavras como “escândalo”, “desastrosa”, “prejuízo” parecem não necessitar de maiores esclarecimento, conforme demonstrado a seguir:

Privatização dos Correios e da Petrobras: o escândalo envolvendo a Petrobras e os Correios só foram possíveis porque ambas são empresas estatais. As indicações são, via de regra, feitas por puro interesse político e sem nenhuma preocupação com a qualificação técnica do indicado. Adicionalmente, quando a gestão de uma empresa pública é desastrosa – como geralmente é –, o prejuízo vai direto para o bolso do pagador de impostos.¹⁵⁸

Nesse trecho o pressuposto seria: a iniciativa privada, mais eficiente, mobilizada pelo lucro, teria condições de servir ao interesse público de forma mais qualificada, ou seja, o interesse privado é a melhor forma de servir ao interesse público. O mercado não pode atuar

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/374111932712956/?type=3&theater> Acesso: 21/05/2020.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/395286537262162/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/395286537262162/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

pela corrupção, patrocinando o balcão de negócios¹⁵⁹. Claramente, não estamos diante de um cenário de concorrência perfeita. Contudo, o movimento não investe tanto nesse tipo de conteúdo, em particular, porque não se vincula emocionalmente aos seguidores haja vista a passagem: “o prejuízo vai direto para o bolso do pagador de impostos”.

Esse tipo de narrativa contribuiu para tornar o discurso do MBL mais popular e acessível promovendo um engajamento maior em suas postagens. Ao mesmo tempo, aumentava a sua visibilidade e chamava atenção para a defesa do impeachment. Esse conjunto de referências forneceu ao MBL elementos para se representar e significar as suas ações, à medida que construía um discurso de oposição ao governo e ao PT. Enquanto se apresentava como “Fenômeno político que vai varrer o PT do país.”¹⁶⁰, recorrendo a antiga imagem anticorrupção associada à vassoura¹⁶¹ na qual os adversários e suas práticas são considerados lixo, o movimento conseguiu engendrar palavras e ações que pavimentaram a saída de Dilma Rousseff da presidência.

5.3 “ESSE IMPEACHMENT É MEU”: OS SENTIDOS ARTICULADOS PELO MBL PARA DEFENDER A SAÍDA DE DILMA ROUSSEFF DA PRESIDÊNCIA

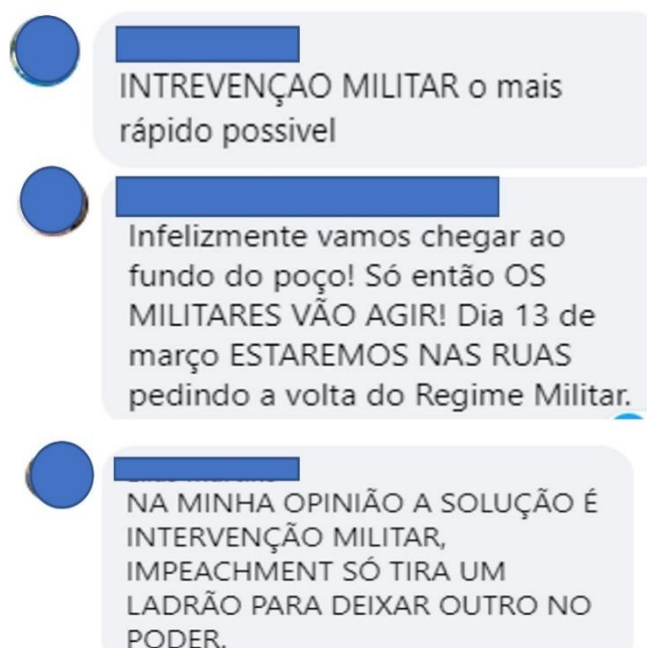
A defesa do impeachment de Dilma Rousseff constituiu o ponto nodal do discurso do MBL durante o período analisado oferecendo um importante espaço de subscrição através do qual diferentes demandas se sentiram representadas. Essas diferenças podem ser notadas a partir da página do movimento no Facebook onde havia pessoas pedindo por intervenção militar; outras com um discurso religioso; apoiadores da Operação Lava Jato e do juiz Sérgio Moro; pessoas que assumiam um discurso liberal com a ideia de um Estado mínimo; e apoiadores do então deputado federal, Jair Bolsonaro, que pediam por ele na presidência. As imagens a seguir ilustram como essas diferentes posições se traduziam em comentários feitos nas publicações do movimento:

¹⁵⁹ Sobre esse tema vide “O patrimonialismo mostra a que veio” (SOUZA, 2015).

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/355771101213706> Acesso: 12/05/2020 às 19h49min.

¹⁶¹ Nas eleições presidenciais de 1960, o então candidato Jânio Quadros usou como jingle de campanha “varre, varre vassourinha, varre a corrupção” como forma de reforçar o seu discurso anticorrupção.

Figura 13- Discurso de apoio à intervenção militar



Fonte: MBL (2016)

Apesar do MBL assumir uma narrativa voltada para a defesa do Estado de direito, entre seus seguidores foi possível observar segmentos que defendem a intervenção militar como único caminho para o Brasil. A figura 13 apresenta alguns elementos que estruturam a narrativa desse segmento, destacando-se, em particular, a ideia de que mesmo uma alternância política não resolveria a situação, haja vista, a passagem: “só tira um ladrão para deixar outro no poder”. Um recurso muito utilizado por esse público foi a disseminação de *cards*, com informações resumidas e de fácil compreensão, pedindo por intervenção militar nos comentários das postagens do MBL. A figura 14 apresenta alguns exemplos.

Figura 14- Cards em defesa da intervenção militar



Fonte: MBL (2016)

Esses pedidos por intervenção militar resgatam uma ideia de combate à corrupção, assim como no golpe de 1964. Não por acaso, um dos *cards* diz: “Vamos limpar o Brasil? Proteste, exija seus direitos, mas de forma ordeira e pacífica. Eu apoio essa ideia. Intervenção Já”. É possível perceber, inclusive, uma sobreposição entre valores atribuídos às forças armadas como a ideia de ordem, disciplina, segurança e o modo como uma manifestação em favor de uma intervenção militar deveria proceder. Além disso, o nacionalismo, a defesa apaixonada da pátria, aparece como elemento fundante desse discurso que reconhece nos militares uma garantia para salvação da pátria. As passagens seguintes representam bem essa ideia: “Qual será o general patriota que dará o primeiro passo?” e “Intervenção militar é pra quem ama o Brasil”.

Há também uma referência à “Marcha da família brasileira”, que recuperou as ideias defendidas pela “Marcha da família com Deus pela liberdade”, como o anticomunismo e a

apoio aos militares¹⁶². Essa referência vem acompanhada de uma descrença na política institucional, vide o trecho: “Não tenho partido político. Eu tenho família”. Essa substituição de relações civis por relações de sangue, essa naturalização da política, pode ser associada ainda à percepção do oponente, adversário, inimigo, como uma ameaça biológica (ou sua desumanização).

O descrédito na política também aparece em: “Só existe uma direita neste país e não é corrupta nem política!!! Intervenção constitucional já!!”. Para além da nítida contradição que a sentença apresenta ao afirmar que só existe uma direita e ela não é corrupta nem política, visto que o próprio reconhecimento de um posicionamento à direita demarca um ato político, observa-se, ainda, a defesa de uma “intervenção constitucional”. Os defensores dessa ideia encontram argumentos em uma leitura distorcida da Constituição Federal de 1988, art. 142, que atribui às Forças Armadas “[...] à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”. Segundo o ex-ministro do STF, Celso de Melo, esse artigo não prevê “suporte institucional” nem legitima a intervenção militar em qualquer dos poderes do Estado, para ele qualquer ato nesse sentido configuraria uma tentativa de golpe¹⁶³.

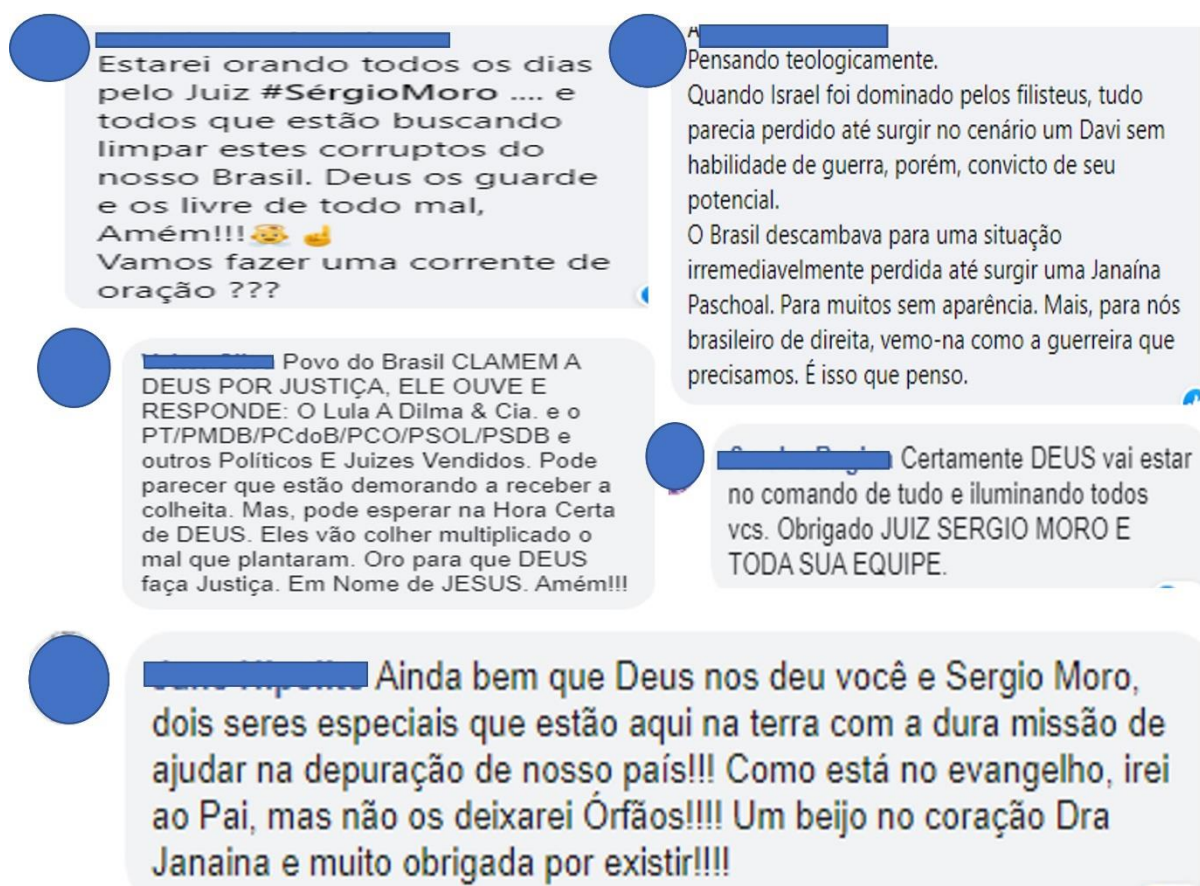
Embora, o regime militar no Brasil (1964- 1985) tenha se caracterizado pela adoção de medidas incompatíveis com os regimes democráticos, aqueles que o defendem acreditam que esta é a única resposta possível para os problemas que o país enfrenta. A defesa desse autoritarismo vem associado à crença em um passado mítico de ordem e segurança que nunca existiu, recupera preconceitos e ajuda a criar inimigos imaginários que são responsabilizados por todos os problemas que país enfrenta. Nesse caso, o governo de Dilma Rousseff/o PT é um inimigo comum que o MBL tem com esse segmento.

Serve, também, para ilustrar as diferentes posições que se articulam à defesa impeachment junto ao MBL segmentos que assumem um discurso religioso, a exemplo da figura 15.

¹⁶² Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html> Acesso: 07/10/2022.

¹⁶³ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-17/artigo-142-nao-legitima-intervencao-militar-qualquer-poderes> Acesso: 15/12/2022.

Figura 15- Discurso religioso



Fonte: MBL (2016)

O discurso religioso aparece com mais recorrência nos comentários do MBL em publicações relativas à Lava Jato ou ao andamento do processo de impeachment propriamente dito. Não por acaso, a maioria dos comentários da figura 15 fazem alusão ao juiz Sérgio Moro e/ou à jurista Janaina Paschoal. A força desse discurso, que se utiliza do sagrado como fonte de orientação política, está associada a uma ideia de depuração, uma espécie de purificação moral da política brasileira que estaria marcada pela corrupção. As passagens a seguir expressam bem essa ideia: “Estarei orando todos os dias pelo Juiz #SérgioMoro... e todos que estão buscando limpar estes corruptos do Brasil” e “Ainda bem que Deus nos deu você [Janaina Paschoal] e Sergio Moro, dois seres especiais que estão aqui na terra com a dura missão de ajudar na depuração de nosso país!!!”.

Esse discurso transforma a atuação política num ato messiânico o que deveria ser orientado por valores democráticos se volta para um âmbito profético. O evangelho é acionado como referência a essa ideia: “Como está no evangelho, irei ao pai, mas não os deixarei órfãos!!!”. Esse trecho guarda uma íntima relação entre a crença na volta de um “messias”, aquele que irá libertar um povo oprimido, e a confiança em um “salvador(a) da

pátria”, que será responsável por reconduzir a nação na direção do “bem”. Há, aqui, um discurso em que prevalecem tons maniqueístas, por um lado, o “bem” é representado por todos aqueles que lutam em favor da cassação de Dilma Rousseff, e, por outro, o “mal” que se expressa através do governo, da presidenta, do seu partido. A seguir temos mais uma passagem que reforça essa ideia: “Quando Israel foi dominado pelos filisteus, tudo parecia perdido até surgir no cenário um Davi sem habilidade de guerra, porém convicto de seu potencial. O Brasil descambava para uma situação irremediavelmente perdida até surgir uma Janaina Paschoal”.

Esse tom maniqueísta remete, ainda, à ideia de “guerra santa”, a luta do “bem” contra o “mal” que traz para o centro da disputa política o sagrado: “Povo de Deus, clamem a Deus por justiça, ele ouve e responde”. Essa resposta aparece na narrativa através da palavra “justiça” que, nesse caso, guarda uma relação muito próxima com a ideia de “castigo divino”, ou seja, uma punição contra uma pessoa ou grupo de pessoas em resposta às suas más ações: “Pode parecer que estão demorando a receber a colheita. Mas, pode esperar na Hora Certa de Deus. Eles vão colher multiplicado o mal que plantaram.”. Sagrado e profano se imiscuem nesse discurso para reforçar a necessidade de uma purificação moral da política brasileira o que implica em um posicionamento favorável ao impeachment de Dilma Rousseff, vez que ela é uma representante do “mal” e precisa “colher multiplicado o mal que plantou”. Nesse sentido, a defesa do impeachment aparece como uma ação abençoada por Deus à medida que é percebida como uma forma de fazer justiça o que permite articular esse discurso ao do MBL.

Também integra o quadro das diferentes posições articuladas discursivamente pelo movimento a defesa da Operação Lava Jato e, em particular, uma espécie de culto ao juiz Sérgio Moro. A figura 16 expressa esse posicionamento através de comentários feitos por seguidores nas postagens do MBL.

Figura 16- Discurso de apoio à Operação Lava Jato



Fonte: MBL (2016)

O discurso de apoio à Operação Lava Jato foi um importante catalisador de forças em defesa do impeachment de Dilma Rousseff, especialmente, por ter figuras políticas ligadas ao governo e lideranças do partido da presidenta envolvidas em casos de corrupção. O MBL se apropriou desse discurso dando ênfase à ideia de combate à corrupção e, com isso, conseguiu articular segmentos que defendiam as ações realizadas no âmbito dessa operação. A defesa desse discurso, como já pontuado, está intrinsecamente relacionada a uma espécie de culto à imagem do juiz Sérgio Moro que pode ser percebido como um tipo de “autoridade carismática” em função do seu desempenho na condução das investigações. Sua atuação era vista como um ato heroico, “um verdadeiro defensor do povo”, aquele que teve “coragem e valentia de enfrentar” o PT. Corrobora também essa ideia a conduta do Moro, considerada exemplar, “Se tivesse mais juízes como você nesse país. Com certeza, teríamos um país melhor!!!”.

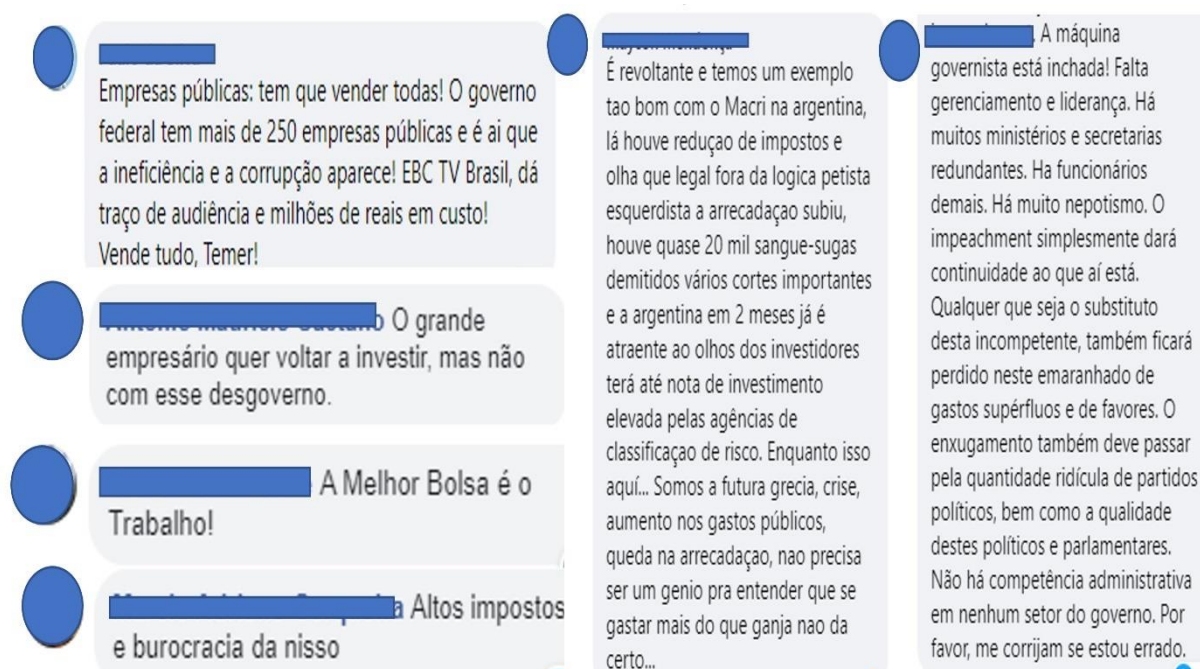
Portanto, a Operação Lava Jato forneceu elementos para a construção de um discurso de moralização da política brasileira muito associada à necessidade de retirada do PT dos espaços de poder o que ajudou a fomentar a defesa do impeachment de Dilma Rousseff entre pessoas que encontravam nesse discurso uma superfície de inscrição, vide o trecho retirado dos comentários de uma postagem do movimento que trazia informações sobre as investigações: “OS HONESTOS TOMARÃO AS RUAS EXIGINDO UM PAÍS LIMPO”¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblive/photos/a.204296283027856/344165382374278/?type=3&theater> Acesso: 05/05/2020.

Além disso, forneceu uma narrativa que identificava como “gente de bem” e/ou “um brasileiro de verdade” aqueles que se posicionavam de modo favorável às investigações e ao modo como elas foram conduzidas, pois eram considerados “defensores da nação” o que se converteu, naquele momento, na necessidade de cassação da presidenta.

O movimento também conseguiu articular à defesa do impeachment de Dilma Rousseff segmentos que sustentavam um discurso liberal, associado à defesa do Estado mínimo. A figura 17 ilustra como esse posicionamento se refletia nos comentários das publicações feitas pelo MBL.

Figura 17- Discurso liberal



Fonte: MBL (2016)

Apesar do site do MBL apresentar uma narrativa que defende valores e princípios¹⁶⁵ liberais, principalmente na economia, sua prática discursiva no Facebook sustenta, por outro lado, uma atuação do Estado em bases neoliberais, haja vista, a defesa incisiva do movimento para que Michel Temer privatizasse tudo¹⁶⁶ após assumir o governo. Caso levada adiante, tal medida implicaria em uma redução ainda maior da intervenção do Estado nesse setor. Em seu discurso o MBL sustentava que o Estado, representado pelo governo do PT, era fonte de corrupção e privilégios o que possibilitou ao movimento articular apoiadores que se

¹⁶⁵ Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios> Acesso: 17/10/2022.

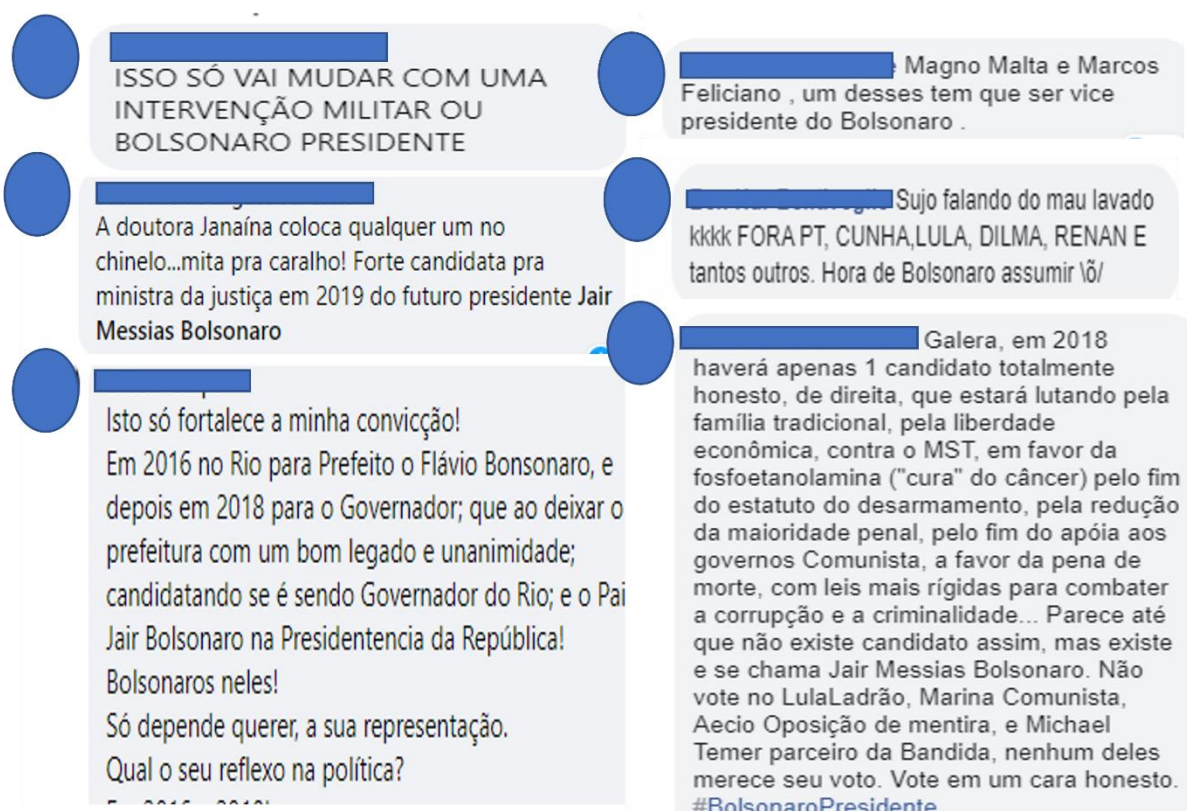
¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/395286537262162/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

identificavam com essas ideias. Essa identificação pode ser percebida por meio de comentários como os seguintes: “A máquina governista está inchada! Falta gerenciamento e liderança. Há muitos ministérios e secretarias redundantes. Há funcionários demais. Há muito nepotismo.”, ou então, “Empresas públicas tem que vender todas! O governo federal tem mais de 250 empresas públicas e é aí que começa a ineficiência e a corrupção aparece [...] vende tudo, Temer!”. Aqui, entende-se ainda que a corrupção se concentra exclusivamente no Estado como se o setor privado estivesse isento desse tipo de prática.

Essa posição também se evidencia através de um discurso de oposição ao Estado de proteção social o que pode ser observado através de uma narrativa contrária às políticas sociais implementadas pelos governos do PT, a exemplo do Bolsa Família, que visavam reduzir as desigualdades sociais e promover condições de vida mais digna. A passagem seguinte é representativa nesse sentido: “A melhor bolsa é o trabalho!”. Essa narrativa converge com a discurso do movimento sobre os altos gastos da máquina pública para sustentar políticas assistencialistas com fins eleitoreiros que, caso não fosse parado, poderia levar o Brasil a um cenário pior do que o observado na Venezuela justificando, desse modo, a necessidade de impeachment.

Além dessas posições foi possível observar entre os segmentos articulados pelo discurso do MBL em defesa da cassação de Dilma Rousseff aqueles que pediam por moralização na política e viam no então deputado federal Jair Bolsonaro uma saída para retirar o país da situação em que se encontrava. A figura 18 traduz esse posicionamento em comentários feitos nas postagens do movimento.

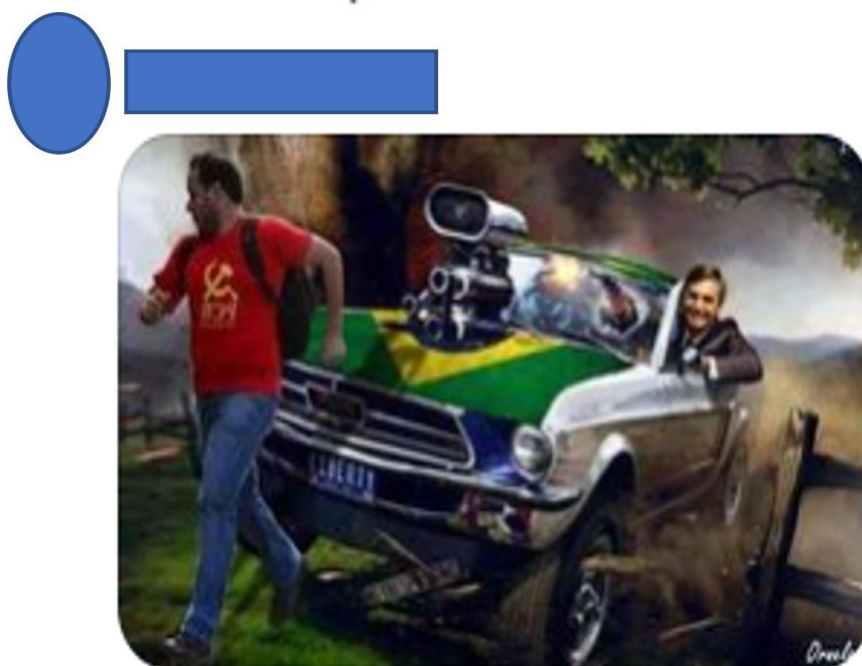
Figura 18- Apoiadores de Jair Bolsonaro (1)



Fonte: MBL (2016)

A articulação dos apoiadores de Jair Bolsonaro pelo do MBL vem associada, em particular, a uma narrativa de combate à corrupção e luta contra o comunismo que para uma parcela desse público seria resolvida com intervenção militar e Bolsonaro na presidência. O governo petista, representado por Dilma Rousseff, era visto como um “inimigo comum” que precisava ser combatido, pois era a expressão de tudo que esse segmento combatia como, por exemplo, o MST e os governos comunistas, referências comumente associadas às relações políticas do PT. Nesse sentido, a próxima imagem é mais uma expressão de como essas ideias se articulavam ao discurso de apoio ao impeachment da presidenta.

Figura 19- Apoiadores de Jair Bolsonaro (2)



Fonte: MBL (2016)

A figura 19 expressa um discurso de ódio incompatível com a política democrática, vez que as disputas são vistas como um confronto entre adversários, não uma luta entre inimigos que buscam eliminar um ao outro. Esse desvio autoritário apresenta uma visão de mundo fundamentalista, onde se busca eliminar tudo que é distinto. Tal abordagem vem associada à difusão de teorias conspiratórias que atribuem aos governos petistas a possibilidade de implantação de um regime comunista no país, ideia que remete a um quadro de falência econômica, haja vista, as frequentes comparações entre Brasil e Venezuela. A difusão dessas ideias mexe com a raiva e ressentimentos das pessoas, principalmente, em um cenário de crise econômica como a que o país enfrentava o que favorecia a adesão desse segmento à luta em prol do impeachment.

A escalada emocional que a possibilidade de cassação da presidenta fomentava era ainda mais expressiva quando associada à difusão da ideia de retorno a um passado mítico que, embora fantasioso, surtia efeito. Resgatou-se, então, um discurso nacionalista contra inimigos imaginários (petistas, esquerdistas, comunistas, bolivarianos) e se apresentava um líder messiânico que, dessa vez, carregava “Messias” até no nome. A figura 19 sugere bem isso ao mostrar Jair Bolsonaro na condução de um carro com a bandeira do Brasil traçando um paralelo com a própria condução do país e as medidas que seriam adotadas, caso ele

estivesse à frente. A imagem expressa também o autoritarismo que se traduz no ato de perseguir e eliminar aqueles que são considerados inimigos, ainda que só imaginários, como os comunistas. Sugere, inclusive, sua eliminação literal levando em conta a arma empunhada por Bolsonaro e o armamento que está acoplado ao carro. À vista disso, é possível ponderar que o impeachment representava para esse segmento um primeiro passo para implantação de um projeto político que defendia, entre outras coisas, o fim do estatuto do desarmamento e o direito à posse de arma por qualquer cidadão, a pena de morte, o fim da maioria penal e que via no deputado federal Jair Bolsonaro a liderança capaz de pôr em prática essas ideias.

Frente ao exposto consideramos que, apesar das particularidades de cada um desses segmentos, o impeachment ofereceu um espaço de convergência que possibilitou ao MBL ampliar o seu discurso e integrar todos eles. É importante ressaltar que essa articulação envolveu um processo de construção política a partir da qual o próprio movimento foi se constituindo. Trata-se de um processo marcado por disputas entre diferentes projetos políticos que buscavam definir a sua versão da realidade a partir dos eventos relativos ao impeachment de Dilma Rousseff o que configurava uma luta por hegemonia.

Temas como a esquerda, o PT, Dilma Rousseff, o confronto com a mídia, os indiciadores econômicos, a corrupção na política e a descaracterização da ideia de golpe serviram de referência para analisarmos as estratégias e sentidos mobilizados pelo MBL para construir um discurso favorável à saída de Dilma Rousseff da presidência. Essas referências compõem uma espécie de quadro de “justificativas para o impeachment” produzido pelo MBL e, por esse motivo, abordaremos cada uma delas nas próximas seções.

5.3.1 Um Perigo Ronda O Brasil: Retratos Da Esquerda

O MBL mobilizava diversos sentidos para representar a esquerda trazendo, de modo geral, referências como “socialistas”, “comunistas”, “bolivarianos”, “violentos”, “opressores”, “totalitários” (MBL, 2015). Em suas postagens essas palavras unificavam simbolicamente o campo da esquerda, ainda que essa unidade não correspondesse à sua própria atuação, dado que as esquerdas não se uniram para resistir à extrema direita e ao neoliberalismo. Além disso, essas publicações faziam alusão à ideia de fracasso associada aos governos socialistas apresentando como principal referência os governos de Cuba e Venezuela. Geralmente, suas

narrativas buscavam demonstrar a estreita relação do governo brasileiro, representado por Dilma e o PT, com os desses países.

Essa relação era explorada em postagens do tipo: “O sonho do PT é transformar o Brasil numa Venezuela [...]”¹⁶⁷, ou ainda, quando afirmavam que Dilma Rousseff e o seu partido mandavam dinheiro dos brasileiros para ditaduras¹⁶⁸. Esse tipo de narrativa chama atenção para um elemento importante acionado pelo movimento, a retórica do medo, considerando que ele mobilizava com frequência a ideia de que o Brasil corria o risco de “ser entregue” a um modelo de governo “ainda pior do que o do PT”, algo similar a Cuba e a Venezuela (MBL, 2015).

O medo era explorado para expressar o perigo creditado à esquerda e suas políticas, a postagem seguinte é mais um exemplo disso: “A esquerda tem em sua agenda a questão da desmilitarização da polícia. Isso ocorre porque tal corrente ideológica é favorável à marginalidade, promovendo desta forma o caos social necessário para a 'revolução’”¹⁶⁹. A associação desse tipo de ideia à esquerda e, mais particularmente, ao PT não é nova, em 2002 a atriz e posteriormente secretária de cultura do governo de Jair Bolsonaro, Regina Duarte, foi protagonista de uma propaganda eleitoral do candidato a presidente José Serra (PSDB) na qual dizia “eu tenho medo” em alusão a uma possível vitória do ex-presidente Lula nas eleições daquele ano. Ao assumir a presidência Lula precisou lidar com essa ideia e com a narrativa de que a esquerda no poder representaria o caos.

O curioso dessa associação é que quando confrontada ao programa de governo “Lula 2002”, percebe-se que não há qualquer intenção de ruptura radical, anticapitalista, mas um comprometimento com a manutenção da estabilidade econômica e a defesa da ordem (SINGER, 2012). Embora as políticas desenvolvimentistas adotadas ao longo dos governos petistas incluíssem os mais pobres, com uma melhora relativa da renda dos trabalhadores, elas não eram incompatíveis com os interesses do capital. De modo geral, as políticas neodesenvolvimentista dos governos de coalisão capitaneados pelo PT visavam estabelecer uma relação de complementariedade entre Estado e mercado numa tentativa de promover, por exemplo, a industrialização, o fortalecimento do capitalismo nacional e do mercado interno.

Essa regulação da economia pelo Estado na tentativa de constituir um mercado interno forte e um sistema financeiro funcional pretendia garantir a estabilidade e o crescimento

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/317058168418333/> Acesso: 28/05/2020.

¹⁶⁸ Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

¹⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/309503619173788/?type=3> Acesso: 27/11/2019.

econômico. Do ponto de vista ideológico, pode-se dizer que a implementação desse tipo de estratégia supõe um “nacionalismo econômico” ao atribuir um papel estratégico ao Estado na promoção de uma política macroeconômica e industrial que estimule investimentos e que garanta os serviços sociais e científicos que constituem um Estado democrático social (BRESSER-PEREIRA, 2018). Essa estratégia contrasta com o neoliberalismo defendido pelo MBL, haja vista, que além da desregulação financeira e a total privatização da economia, ele prevê a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social demonstrando o seu viés antinacionalista.

Mas, na narrativa dos grupos de direita, de modo geral, e do MBL, em particular, a estratégia neodesenvolvimentista adotada pelo PT é associada a um projeto político-econômico totalitário da esquerda que tenta fazer do Brasil um país socialista. Aliás, o medo de uma revolução socialista à brasileira, assim como o empenho em uma narrativa que imputava à esquerda uma agressividade era bastante retratada pelo movimento em suas postagens: “Vamos pegar em armas! Vamos invadir o Brasil! Vamos colocar o exército nas ruas! Nós contra eles! Eles vão apanhar nas ruas! Viva Che Guevara!”¹⁷⁰.

O ódio era outro importante elemento acionado pelo movimento ao retratar as práticas da esquerda e o seu “lado totalitário”. Postagens do MBL que traziam casos de violência, atribuídos a integrantes da esquerda, mobilizavam esse tipo de emoção. Exemplo disso foram as publicações relativas ao “acampamento “pró-impeachment”, realizado no gramado do Congresso Nacional, elas geralmente apresentavam algum tipo de confronto entre o MBL e movimentos contrários à cassação da presidenta associando a prática de violência a esses últimos¹⁷¹. Na narrativa do movimento esse era “o modo de agir dessa gente” (MBL, 2015).

O dualismo que acompanhava essa representação definia, por um lado, os participantes do MBL como heróis, valorosos e resilientes e, por outro, atribuíam aos que se identificavam com o campo da esquerda características como a violência e o totalitarismo. Esse contraste promovia uma importante unificação, pois, reversamente, constituía de modo negativo uma identidade para os aqueles que se situam à esquerda do campo político.

Postagens que reduziam a esquerda ao totalitarismo promoviam um vínculo emocional entre o MBL e os seus seguidores, à medida que essas ideias eram bem recebidas. As (re)ações desencadeavam comentários como o seguinte “O ódio começa sempre com esses

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/312261378898012/?type=3&theater> Acesso: 05/02/2020.

¹⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/325965927527557/?v=325965927527557> Acesso: 05/02/2020.

comunistas desgraçados... E quando tem justiça, somos todos fascistas...”¹⁷². Tanto no discurso do MBL quanto no dos seus apoiadores o ódio era sempre uma emoção ou um sentimento que revestia a prática da esquerda, caracterizando-a como agressiva.

Apesar disso, tanto a narrativa do MBL quanto a dos seus seguidores apresentava a esquerda por um viés estigmatizado no qual ela aparecia como um inimigo a ser eliminado configurando, desse modo, uma retórica pautada pelo ódio (ROCHA, 2021). Os integrantes da esquerda eram caracterizados pelos seguidores do MBL, por exemplo, como “terroristas”, “comunistas desgraçados”, “bandidos a serviço de Lula e Dilma”, “marginal de rua”, “reação da esquerda bandida”, “traidor comunista” (MBL, 2016). Essa narrativa vem acompanhada de um discurso criminalizante que converte as lutas em prol dos direitos humanos e/ou voltadas para a recuperação de criminosos em “defesa do crime”. Portanto, ao defender os direitos das pessoas que cometeram delitos, o PT se converte nesse discurso em defensor do crime.

A adjetivação, o xingamento, o ultraje ao outro eram acionados como uma forma de argumentação política pelo movimento. O insulto paralisa a troca racional de ideias remetendo a política aos sentimentos primários de sobrevivência. À medida que o outro é visto como traidor, terrorista, credita-se às suas ações o propósito de destruir qualquer um que se oponha às suas intenções.

As práticas da esquerda também eram retratadas por palavras como “crime” na narrativa do MBL. Entre os atos criminosos atribuídos a ela estava a “usurpação” do ofício do professor que teria levado, segundo o movimento, ao:

[...] aparelhamento do ensino, a manipulação do conhecimento e a doutrinação nas escolas e universidades, transformando-as em centros de formação da macabra seita chamada Marxismo. A profissão de professor foi transformada numa casta de sacerdotes fanáticos que repetem mentiras e fazem intrigas, colocando uns contra os outros e propagando o ódio e o ressentimento [...] ¹⁷³.

Assim como na análise de Rocha (2021) sobre o bolsonarismo, também observamos que o MBL constrói uma narrativa na qual apresenta a necessidade de combater a esquerda no campo das ideias através da luta contra o marxismo cultural, vez que não basta derrotá-lo apenas militarmente como feito durante a ditadura. Rocha (2021) observa que nesse período os militares venceram a luta armada contra a esquerda impedindo a ditadura do proletariado, mas não conseguiram evitar a derrota no campo cultural contribuindo para um pensamento no qual escolas e universidade seriam vistas, por exemplo, como espaços permeados de

¹⁷² Comentário de FY, seguidor do MBL. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/338320826292067/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020.

¹⁷³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/321435457980604> Acesso: 05/02/2020.

mensagens subliminares com intenção doutrinadora. O MBL resgata essa ideia para reafirmar sua posição de combate e, em 2018, numa tentativa de lutar contra o que chama de “hegemonia da esquerda em escolas e universidades”¹⁷⁴ cria o “MBL Estudantil”, um braço de apoio ao movimento com intuito de formar jovens liberais para disputar os centros acadêmicos. De acordo com Pedro D’eyrot, um dos seus coordenadores: “O principal foco do MBL estudantil é formar um enorme exército de estudantes com pensamento liberal-conservador para que possam disseminar esse conteúdo em sala e fazer oposição a qualquer discurso doutrinário de esquerda no ambiente estudantil”¹⁷⁵.

Esse enfrentamento direto no campo das ideias tem a intenção de eliminar tudo que não converge com a visão de mundo que o movimento propaga promovendo ainda uma escalada emocional ao estimular sentimentos como o medo e o ódio. Na publicação anterior percebemos que palavras como “doutrinação”, “macabra”, “marxismo”, “fanáticos” “mentiras”, “intrigas”, “ódio” inspiram tais emoções. A ideia de “doutrinação” remete também a uma tentativa de aniquilação da identidade da esquerda levando em conta que essa seria a intenção de uma reeducação forçada. Há também a negação de ideias contrárias às defendidas pelo movimento considerando que o marxismo é uma corrente teórica que se afasta de vertentes liberais. Isso não significa dizer que toda esquerda seja marxista nem que todo pensador de influência marxista se oponha à liberdade individual, mas no caso em questão o marxismo é acionado pela narrativa do MBL como uma corrente doutrinária que, além de se opor à liberdade, define e unifica a esquerda.

A associação dessas ideias ao modo de atuação desse campo político faz com que as práticas do MBL se aproximem da definição de guerra cultural, caracterizada por Rocha (2021, p.119) como “[...]um entendimento fundamentalista do mundo, cujo corolário é a eliminação pura e simples de tudo que seja diverso.” Nesse ponto reside o agravante de que para o MBL essa seria uma prática característica da esquerda, posto não reconhecerem a importância da liberdade individual. Além disso, os sentidos acionados nessa publicação relacionam, novamente, as práticas da esquerda às de um modelo totalitário de governo. Essa referência era constante na narrativa do MBL porque era usada para justificar, entre outros motivos, o fracasso econômico do Brasil.

Para o movimento o país estava a “Caminho da Servidão” porque Dilma praticava um governo de esquerda (MBL, 2015). O fracasso econômico era resultado da sua obsessão por políticas socialistas que levaram o país a pior recessão já vista fazendo com que milhões de

¹⁷⁴ Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2018/11/24/> Acesso: 25/11/2018 às 18h48min.

¹⁷⁵ Idem.

brasileiros perdessem o emprego e caíssem na pobreza (MBL, 2016). Essas políticas, apoiadas por socialistas e comunistas (MBL, 2016) eram fortemente combatidas pelo discurso do movimento justificando a necessidade de impeachment.

5.3.2 Um “Projeto Criminoso De Poder”: O PT

O antipetismo foi, sem dúvida, um importante elemento articulado ao discurso do MBL. A crítica feroz ao partido, representado como símbolo da corrupção, é acionada com frequência em suas postagens como uma forma de demarcar fronteiras (“nós” e “eles”) e avaliar negativamente qualquer proposição feita por ele. Palavras como “quadrilha”, “bandidos” e “criminosos” são um traço característico da narrativa do MBL para desqualificar o PT e seus integrantes. Um partido que, do ponto de vista do movimento, “já nasceu como sinônimo de corrupção”¹⁷⁶.

Em função disso, o impeachment de Dilma Rousseff representa, muito mais que a retirada de um “governo corrupto”, mas uma “verdadeira revolução”¹⁷⁷. Essa última expressão é empregada pelo movimento no sentido de moralização da coisa pública considerando que, na sua perspectiva, o PT se mantém no governo por meios escusos, haja vista, as postagens que versam sobre a relação entre financiamento ilícito de campanhas e esse partido¹⁷⁸. Por esse motivo (e qualquer outro) o PT aparece na narrativa do MBL como “o lado mais podre da política brasileira”¹⁷⁹, aquele que “deixou nosso país em ruínas”¹⁸⁰. Na sua abordagem esse quadro teria evoluído ao longo dos anos em consequência das políticas governamentais defendidas por esse partido, a exemplo de programas sociais como o “Bolsa Família”.

Políticas de compensação social, tradicionais dentro do capitalismo (social-democrata), foram ressignificadas pelo discurso do movimento e apresentadas como “políticas socialistas”¹⁸¹, pois como o PT é um partido de esquerda e na narrativa do MBL esse campo

¹⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/303998936390923> Acesso: 07/10/2020.

¹⁷⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330102030447280/?v=330102030447280> Acesso: 21/04/2020.

¹⁷⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/918320278283586/?v=918320278283586> Acesso: 30/04/2020.

¹⁷⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/366974156760067/?v=366974156760067> Acesso: 18/05/2020.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/395769247213891/?v=395769247213891> Acesso: 27/05/2020.

¹⁸¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/379433878847428/?type=3&theater> Acesso: 21/05/2020.

político é representado por estereótipos como “socialista”, essa característica foi atribuída, por extensão, ao PT e à sua gestão. Nessa perspectiva essas políticas seriam a expressão de um “projeto criminoso de poder”¹⁸² defendido pelo PT. Um poder que refletia o desrespeito desse partido pelas instituições e o seu desprezo pela democracia (MBL, 2016). Em face disso, palavras como “opressor”, “totalitário” e “fascista” eram mobilizadas para significar o partido e suas ações (MBL, 2016).

Elas também remetiam a uma ideia de perseguição, pois à medida que as práticas do PT eram caracterizadas como um plano de “poder totalitário” não haveria espaço para contestações. Outro elemento importante que ajudava a construir essa visão totalitária do partido era associação de suas práticas à cooptação de movimentos e instituições. Tal associação acompanhava o seguinte raciocínio: o PT apoia movimentos identitários, entre eles o movimento negro, logo ele cria tensões que só passam a existir a partir da disseminação de uma ideologia que privilegia o conflito. A intimidação seria uma decorrência dessa guerra ideológica. Além disso, na narrativa do movimento as pautas identitárias apoiadas pelo PT são segregadoras, destroem a unidade nacional, semeiam o caos. Embora o MBL defenda a liberdade individual, ele submete esse princípio à soberania da pátria unificada, enquanto o PT aparece na sua narrativa como defensor de projetos identitários (financia-os) com a intenção de criar o caos social.

Nesse sentido, a fala de Kim Kataguirí nas manifestações do dia 13 de dezembro de 2015 é significativa porque traz vários desses elementos apontando para uma suposta perseguição do movimento negro a Fernando Holiday e do próprio PT ao MBL corroborando a ideia de que o movimento havia sido cooptado pelo partido e que ambos perseguiam quem se colocava na oposição (ou perseguição):

O PT diz que defende a democracia que nós somos racistas que nós somos homofóbicos, aqui, atrás tem um amigo meu que também é perseguido. Fernando Holiday é negro, gay, mora na periferia e não tem medo de falar contra o PT. Ele criticou as cotas, fez um vídeo criticando as cotas, passou na universidade sem cota nenhuma estudando na periferia. Escola pública que entra em greve toda hora que é uma porcaria que é um verdadeiro antro de doutrinação governista, ele passou, mas sabe o que aconteceu? Ele não pode se matricular porque o coletivo negro disse que ia matar ele se ele entrasse na universidade. É isso que a gente sofre por perseguir o Partidos dos Trabalhadores, mas a gente continua porque a gente não tem medo de bandido. Se a gente tivesse medo de bandido a gente não tinha começado a lutar contra o PT, em primeiro lugar. Podem ameaçar, podem vir atrás de mim, todo mundo que tá aqui dá a cara pra bater e não tem medo do PT. Ninguém aqui tem medo de bandido, todo mundo tá aqui pela pátria que é muito maior que nós mesmos. A gente não vai parar até esse bando de criminoso que nos ameaça, que

¹⁸² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/395769247213891/?v=395769247213891> Acesso: 27/05/2020.

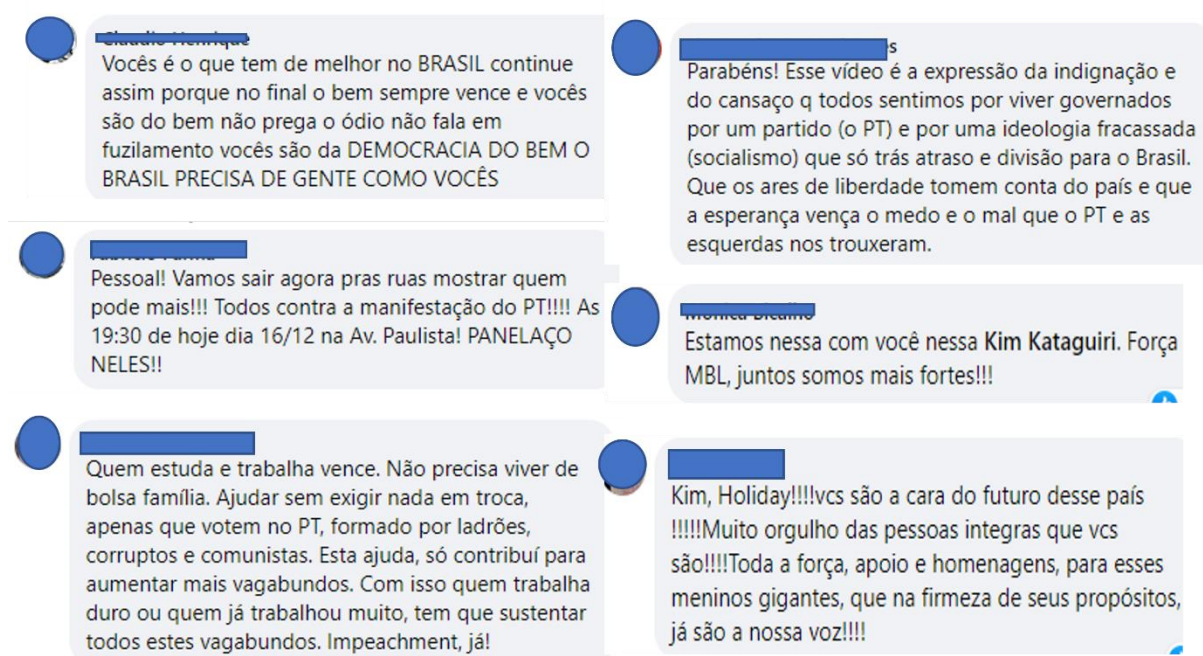
ameaça as nossas famílias, não só saírem do poder, mas serem presos como eles merecem.¹⁸³

Vale destacar, novamente, a prática autoritária que a narrativa do MBL atribui ao PT. Por se tratar de um partido que estava no governo seu autoritarismo traduziria a falta de compromisso do próprio Estado com os valores democráticos considerando que a perseguição a Fernando Holiday teria sido realizada por um movimento cooptado pelo PT. Esse fato serve para ilustrar como o discurso do movimento também justifica a escalada autoritária que o Brasil vivenciava com um governo que, além de perseguir, buscava eliminar aqueles que eram vistos como inimigos, vide o trecho: “o coletivo negro disse que ia matar ele se ele entrasse na universidade.”. Do mesmo modo, deixa subentendido que características como resiliência e coragem definem a atuação do MBL em um cenário marcado pelo autoritarismo, ocasião em que o movimento se mostra firme no seu propósito de combater o PT, identificado como “bandido”.

Chama atenção também o componente emocional investido nessa fala, especialmente, porque o interlocutor conhece o seu público e sabe que elementos acionar para reafirmar o seu discurso partir de uma visão de mundo compartilhada, como pode ser observado a partir de alguns comentários de seguidores apresentados na figura 13:

¹⁸³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332792070178276/?v=332792070178276> Acesso: 22/04/2020.

Figura 20- Comentários no post do MBL sobre a fala de Kim Kataguiri nas manifestações (13/12/2015)



Fonte: MBL¹⁸⁴

A fala de Kim Kataguiri também toca em questões sensíveis como racismo e homofobia para desconstruir uma narrativa que tenta lhe imputar tais rótulos e, ao mesmo tempo, (re)constrói uma na qual atribui esses marcadores ao PT. Essa estratégia parece ter a intenção de confundir narrativas levando em conta que, tradicionalmente, o PT promoveu uma narrativa contra discriminação racial e desigualdade social. Aciona ainda palavras como “doutrinação”, “perseguição”, “matar”, “criminoso” e “ameaça” que despertam emoções como raiva, ódio e medo. Postagens que exploram esse tipo de emoção tem um forte potencial de engajamento nas redes sociais, entre outros motivos, por conta da própria temporalidade dessas mídias que faz com que tudo se desenvolva de maneira mais rápida e dê vazão a esse tipo de emoção com mais fluidez. Não por acaso, o MBL explorou com frequência esse tipo de recurso o que contribuiu nos processos de articulação política e possibilitou que o movimento mantivesse o grupo coeso. Isso porque o discurso do movimento também se tornou um espaço de confirmação de crenças compartilhadas entre ele e os seus seguidores.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332792070178276/?v=332792070178276> Acesso: 22/04/2020.

5.3.3 “Não É Porque Você É Presidenta, É Porque Você É Incompetente!”: Dilma Rousseff

Na narrativa do MBL Dilma Rousseff era mais uma expressão dos problemas que o Brasil enfrentava o que justificava a necessidade de impeachment. Para o movimento a “insistência em ideias socialistas”, a “incompetência” e a “irresponsabilidade” da presidenta para gerir os bens públicos associado ao que ele percebia como uma prática “totalitária de poder” teria ocasionado um cenário de crise em diversos setores da economia provocando o aumento do desemprego, a queda do PIB, a alta da inflação, o aumento da dívida pública e a extrema pobreza (MBL, 2016).

Em suas postagens essa crise aparece em estreita relação com os escândalos de corrupção envolvendo o PT e a própria presidenta. Frequentemente, eram listados casos que apontavam a participação de Dilma Rousseff em esquemas de corrupção, a exemplo das referências ao seu nome no âmbito da operação Lava Jato¹⁸⁵, quando foi citada na delação premiada do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, sobre irregularidades na compra da refinaria de Pasadena. Com isso o movimento ampliava o escopo de explicações sobre os fatores que contribuíram para a crise econômica ao relacioná-la aos escândalos de corrupção e, ao mesmo tempo, justificava a necessidade da cassação da presidenta.

O MBL considerava que “A incompetência, a insistência em ideias socialistas, a corrupção - ou apenas a negligência de Dilma Rousseff jogou o país no seu pior fracasso econômico em décadas. Dilma não tem mais legitimidade e condições de continuar governando o país”¹⁸⁶. Esse discurso combina doses de racionalidade e de agitação pela indignação, bem como a estigmatização do outro/da outra. Não é um discurso que se baseia exclusivamente no ódio, ele precisa convencer o outro de que é razoável odiar Dilma Rousseff.

Contribuía para a construção desse cenário caótico, que tinha como principal referência Dilma Rousseff, os problemas relativos à epidemia de Zika, Dengue e Chikungunya. Na narrativa do movimento os problemas sanitários teriam se agravado porque a presidenta teria abandonado a saúde dos brasileiros¹⁸⁷. O MBL mobilizava essas ideias para

¹⁸⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/343462969111186/?type=3&theater> Acesso: 04/05/2020.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339499912840825/?type=3&theater> Acesso: 27/04/2020.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/344440722346744/?type=3&theater> Acesso: 05/05/2020.

expor um conflito em que Dilma Rousseff e o Brasil eram colocados em polos opostos: “O conflito é claro: Dilma contra o Brasil. O que é bom para o país, é ruim para a presidente. E vice-versa.”¹⁸⁸

Por esse motivo o impeachment seria o único caminho para pôr fim ao “conflito” tendo em vista que, segundo o movimento, Dilma e seus correligionários “destruíram INTENCIONALMENTE o futuro do Brasil”¹⁸⁹. O emprego da ideia de “intenção” compunha um quadro de sentidos mais amplo no qual o PT, a gestão de Dilma Rousseff e ela própria eram partes atuentes na instalação e manutenção de um “projeto criminoso de poder”¹⁹⁰. Essa ideia também era reforçada em postagens do tipo “Dilma foi eleita com dinheiro roubado”¹⁹¹, ou então, “Dilma continua fraudando as contas públicas [...]”¹⁹². A narrativa de fraude corrobora o discurso de que a vontade popular manifestada nas urnas foi falseada o que constituiria um risco a própria democracia considerando que o pleito não teria expressado a vontade do povo.

Ao longo desse processo de significação outras palavras foram sendo acionadas pelo MBL para representar Dilma Rousseff e suas ações trazendo sempre como principal marcador a necessidade de impeachment. Nesse sentido a imagem a seguir é expressiva porque traz as principais palavras mobilizadas pelo movimento para representar a presidenta e suas ações dando destaque as que mais se repetiam:

¹⁸⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330325337091616/?v=330325337091616> Acesso: 22/04/2020.

¹⁸⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/379407468850069/?type=3&theater> Acesso: 21/05/2020.

¹⁹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/395769247213891/?v=395769247213891> Acesso: 27/05/2020.

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/344295475694602/?type=3&theater> Acesso: 05/05/2020.

¹⁹² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/342480632542753/?type=3&theater> Acesso: 04/05/2020.

Figura 22-Palavras que os seguidores do MBL usam para caracterizar Dilma Rousseff



Fonte: MBL

Dados organizado pela autora.

Ao analisarmos as imagens em conjunto observamos que a primeira parece ser constituída por vereditos, avaliações da administração Dilma Rousseff e a segunda imagem é mais próxima do insulto, ao menos parte da adjetivação. Nessa última imagem aparecem palavras como: Louca (em grande destaque), Vagabunda, Velha ou Velha Corrupta (em oposição a eles que são jovens ou jovens probos), Bandida, Criminosa, Safada, Imbecil, Jumenta, Anta, Demônio, Comunista. Fazem também um trocadilho com a preferência de Dilma pelo tratamento Presidenta e a chamam de Governanta que tem um sentido depreciativo no contexto. Nada disso pode ser objeto de contestação racional, aqui, o que se tem é o xingamento, a desqualificação pela emoção. Nesse caso, o discurso do medo passa a se mostrar de modo mais visível.

É importante considerar ainda que as reações às postagens do MBL ampliavam a visibilidade do movimento no Facebook e mantinham suas pautas em relevância nessa plataforma. Ao apostar numa linguagem simplificada o movimento conseguia promover um engajamento associado a um tipo de entretenimento no qual Dilma Rousseff aparecia como a protagonista despreparada e desarticulada que era constantemente exposta ao ridículo.

Em função disso, o pouco traquejo com as palavras que a presidenta demonstrou ao se dirigir ao público em determinadas ocasiões serviu de oportunidade para o movimento editar os vídeos retirando a sua fala de contexto, tornando-a incompreensível. Esse tipo de prática demonstra, mais uma vez, o deslocamento do debate do âmbito de uma contestação racional,

pois promove um processo de desqualificação pela emoção. Para enfatizar o tom de incompreensão que o conteúdo das postagens inspirava, geralmente, elas eram seguidas por legendas com a seguinte expressão, “Que?”. A imagem a seguir traz duas referências desse tipo:

Figura 23- Apresentação de Dilma Rousseff como desarticulada

“Ele dizendo, Michel é Temer, não foi eu que disse. É incontestavelmente o que acontece em nosso país!”.

- Legenda do MBL: Que?

“Não é 30% dos recursos da exploração, é 30% de 25% ou 30% de 30%, portanto não é 30%, está entre 7/5 ou, um pouco mais, 12/5%, não se trata de 30%”.

- Legenda do MBL: Que?

Fonte: MBL
Dados organizado pela autora.

O tom caricato também era explorado nas imagens que o movimento compartilhava da presidenta. Frequentemente, postavam memes ou alguma outra imagem em tom de chacota para expor Dilma Rousseff ao ridículo e, ao mesmo tempo, apresentá-la como uma mulher que, além de ser despreparada para ocupar a presidência, não era merecedora de respeito. A imagem a seguir traz algumas referências nesse sentido:

Figura 24- Representações de Dilma Rousseff pelo MBL



Fonte: MBL

Dados organizado pela autora.

O MBL mobilizou todos esses elementos para representar Dilma Rousseff e suas ações justificando, desse modo, a necessidade de impeachment. Qualquer iniciativa contrária aos sentidos mobilizados em suas representações era desconstruída e invalidada por sua narrativa. Isso gerava um retorno positivo para o movimento, pois mantinha a discussão em andamento fazendo com que as suas postagens repercutissem. De modo que, seja para reforçar suas ideias ou para invalidar às contrárias, esse processo gerava engajamento e dava relevância às suas pautas no Facebook.

5.3.4 “A Imprensa Já Começou A Fazer O Trabalho Sujo Do Governo”: O Confronto Com A Mídia

Ao longo da sua jornada em defesa do impeachment de Dilma Rousseff o MBL disputou sua narrativa com o modelo jornalístico tradicional. Nesse processo de contestação ele negava tudo que não confirmasse as suas próprias convicções estabelecendo uma verdadeira guerra cultural (ROCHA, 2021) contra a imprensa. Tal prática envolvia uma disputa de valores na qual o movimento precisava superar ideias contrárias às suas para se impor. Em função disso, o MBL empreendeu um processo de desqualificação constante

contra veículos e órgãos de imprensa afirmando que os meios de comunicação, em sua ampla maioria, difundiam notícias “impregnadas de viés ideológico” devido à presença de jornalistas de esquerda¹⁹⁴. O trabalho jornalístico que não tivesse alinhado às suas ideias era reduzido em sua narrativa a uma “ideologia de esquerda” e, por esse motivo, não era uma fonte confiável.

Em várias ocasiões o MBL se referiu à cobertura da mídia sobre os eventos relativos ao impeachment como “governista”¹⁹⁵. Ele afirmava que no Brasil a imprensa recebia muito dinheiro do governo e por esse motivo muitos meios de comunicação não eram isentos. Em função disso, o movimento teve que criar “um tipo de mídia paralela”¹⁹⁶ para divulgar suas ideias. Tal narrativa parece envolver uma espécie de teoria da conspiração e coloca, mais uma vez, o MBL na posição de os poucos e bravos heróis resilientes contra o *establishment* representado, nesse caso, pelos meios de comunicação. No entanto, essa narrativa desconsidera o fato de que a grande imprensa também atuou para a deposição de Rousseff.

Nessa cruzada contra a imprensa a estrutura de redes do Facebook foi fundamental para amplitude que as ideias do movimento ganharam. De acordo com o coordenador do movimento, Renan Santos, o MBL tinha “[...] mais curtidas do que muito político no Brasil, além de [ter] mais visualizações e mais alcance que qualquer outro grupo de mídia.”¹⁹⁷. Com uma atuação política e midiática de grande alcance nessa plataforma o MBL buscava, não só desconstruir narrativas contrárias à sua, como também desacreditar e incentivar seus seguidores a romperem qualquer vínculo com meios de comunicação que não corroborassem o discurso favorável ao impeachment.

A postagem a seguir é representativa porque traz um vídeo que mostra manifestantes na porta do Grupo RBS, afiliada da TV Globo no Rio Grande do Sul, protestando contra o que eles chamavam de “mídia comprada pelo governo mais corrupto que esse país já teve”¹⁹⁸. Na legenda da publicação o movimento destacava o seguinte:

PELEGOS DO PT: O Movimento Brasil Livre RS esteve na sede do Grupo RBS (Zero Hora) para entregar um prêmio àqueles jornalistas(?) CHAPA BRANCA que antes de informar a veracidade dos fatos, manifestam-se na mídia para defender descaradamente o desgoverno de Dilma Rousseff e do PT!

¹⁹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/309503619173788/?type=3> Acesso: 27/11/2019.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330325337091616/?v=330325337091616> Acesso: 22/04/2020.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/406188186171997/?v=406188186171997> Acesso: 30/05/2020.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivres/videos/vb.1026615920686733/1221383747876615/?type=2&theater> Acesso: 27/04/2020.

Cada jornalista abaixo recebeu o seu pelego chapa branca como prêmio da indignação do povo gaúcho!
 Pelego de Bronze - Carolina Bahia
 Pelego de Prata - Luiz fernando veríssimo
 Pelego de Ouro - Rosane de Oliveira
 Pelego Platina da Mentira - Moisés Mendes.¹⁹⁹

A postagem tem um sentido jocoso, já que em uma premiação se reconhece o desempenho dos melhores e nesse caso ocorre o inverso. A intenção é fazer alarde, promover agitação e chamar atenção, não só do público, mas da própria imprensa que eles tentam desacreditizar. Afinal o próprio movimento quer ser notícia, seja ela boa ou ruim, porque depois tudo vira pauta e pode se converter em engajamento no Facebook atraindo visibilidade para si e para as suas ideias.

Além disso, essa publicação também faz uma referência à figura do pelego, tradicionalmente associada à esquerda para designar líderes sindicais que defendiam interesses patronais ou governamentais. Esse termo surge no Brasil durante o Estado Novo (1930-1945) vinculado à política nacionalista de Getúlio Vargas que buscava estimular a produção industrial e incentivar exportações. No entanto, esse projeto esbarrava nas reivindicações trabalhistas dos sindicatos e foi nesse momento que surgiu a figura do pelego, responsável por intermediar entre os interesses do governo e as demandas dos trabalhadores buscando convencer esses últimos por meio da evocação de um sentimento nacionalista. O MBL se apropria desse termo para caracterizar o que seria uma intervenção do governo petista na imprensa, mas o curioso é que afastam da narrativa qualquer aproximação entre esse conceito e a ideia de nacionalismo que o discurso ao qual ele se vinculava evoca.

Em outra publicação o MBL fez um ranking apresentando o que ele caracterizou como os inimigos do Brasil. Essa distribuição tinha apenas quatro posições: a primeira ficou com Renan Calheiros e a terceira com a família Picciani, já a segunda e a quarta posições foram ocupadas por empresas de comunicação. Em segundo lugar ficou o Grupo Folha com o jornal a Folha de São Paulo e na quarta colocação as Organizações Globo²⁰⁰. De acordo com o movimento estas instituições atuariam na “defesa descarada de Dilma Rousseff e o PT”²⁰¹.

A Folha de São Paulo era um interlocutor acionado com frequência pelo movimento, em geral, com intuito de invalidar a sua narrativa. Ele qualificava o jornalismo dessa instituição como “marrom”, uma expressão pejorativa usada para designar uma prática jornalística sensacionalista. Em diversas ocasiões o MBL se referiu à cobertura desse jornal

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/337147799742703/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020.

²⁰¹ Idem.

como uma “porcaria”, especialmente, quando se tratava de relatar o que o movimento designava como “ações espontâneas da sociedade civil” contra a “endemia de corrupção que assolava o país”²⁰². O MBL fazia questão de enfatizar o caráter “espontâneo” de suas ações em contraposição as dos adversários e, nesse caso específico, referia-se à sua aula pública realizada no MASP (Museu de Arte de São Paulo) abordando pautas liberais, evento sobre o qual o movimento alegava que a Folha de São Paulo não fez jornalismo, mas “militância política”²⁰³.

Na narrativa do movimento o jornalismo desse periódico era reduzido a militância política o que justificava, na sua perspectiva, a cobertura diferenciada que ele dava a qualquer ação realizada por grupos de “extrema esquerda como o Passe Livre e a UNE”²⁰⁴. Esse posicionamento era seguido de um ataque literal contra a Folha de São Paulo levando em conta que o MBL finalizava a sua publicação da seguinte forma: “Não deixe barato. Inunde a redação da folha com seu protesto. Os e-mails devem ser preferencialmente direcionados a ombudsman@grupofolha.com.br”²⁰⁵. Vê-se, mais uma vez, o ataque incessante do movimento contra seus antagonistas promovendo um verdadeiro bombardeio com intuito de se colocar no posto de campeão na luta contra o PT, ao mesmo tempo em que busca articular emocional e discursivamente seus simpatizantes considerando que os convoca a agir.

O movimento também especulava sobre uma aproximação entre representantes da Folha de São Paulo e o governo. Em uma de suas publicações, o MBL assegurava essa proximidade relatando um possível encontro entre um membro do conselho desse jornal e Dilma Rousseff²⁰⁶. No entanto, a postagem ficava apenas no âmbito da especulação porque, além de não informar nada mais que isso, ela trazia um link que, quando acessado, encaminhava para o site do movimento e não apresentava mais informações sobre a notícia como podemos ver na imagem a seguir.

²⁰² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/284289635028520/?v=284289635028520> Acesso: 05/02/2020.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Idem.

²⁰⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=integrante%20do%20conselho%20da%20folha%20recebe%20dilma%20em%20casa&epa=SEARCH_BOX Acesso: 06/02/2020.

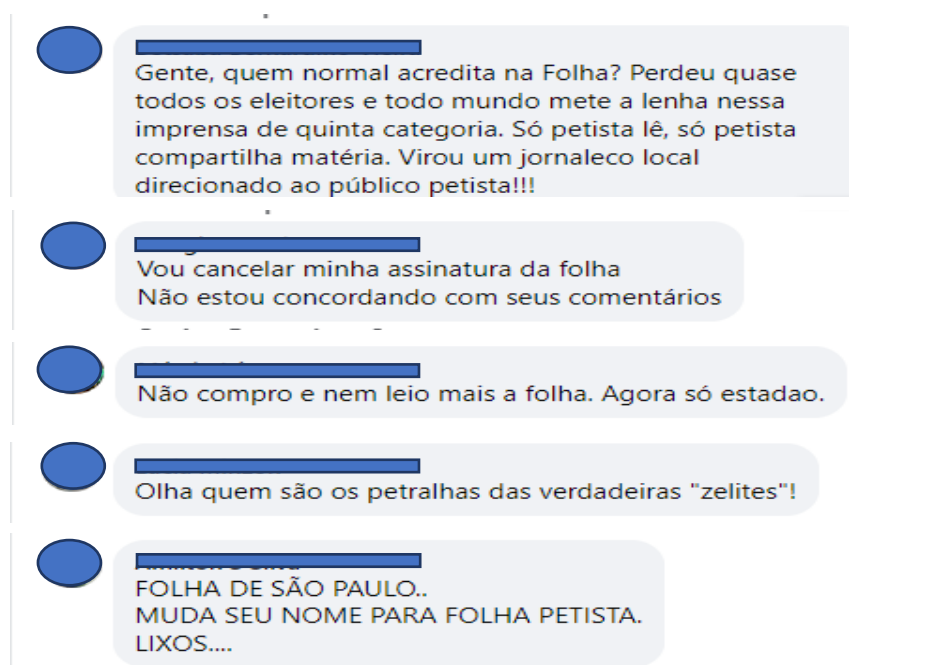
Figura 25- Post do MBL que sugere vínculo entre a Folha de São Paulo e o governo Dilma Rousseff



Fonte: MBL

Postagens desse tipo instigavam os seguidores que reagiam com comentários do tipo:

Figura 26- Comentários sobre a postagem do MBL a respeito do vínculo entre a Folha de São Paulo e o governo Dilma Rousseff



Fonte: MBL

Apesar do movimento chamar a Folha de São Paulo, reiteradamente, de governista e instigar seguidores a não assinarem mais esse jornal, através de postagens como a seguinte: “Você doaria dinheiro para a campanha de Dilma Rousseff? Não? Então por que continua assinando a Folha de SP?”²⁰⁷. Diferente da primeira abordagem na qual o MBL indica que a Folha de São Paulo seria uma mídia, supostamente, comprada pelo PT, a mensagem dessa última é que se você assina a Folha está dando voz a quem defende a corrupção petista e, portanto, financiando a corrupção ao dar subsídios aqueles que a defendem. Surpreendentemente, uma de suas principais lideranças, Kim Kataguiri, tornou-se colunista desse jornal e, como forma de rebater as críticas que essa contratação ensejou, o movimento fez a seguinte publicação:

Tem a turminha que tá indignada com a contratação de Kim pela Folha. Dizem que é o fim do jornalismo, ou até um "atentado à democracia". Curiosamente, a mesma turma ignorou a selfie toda alegre de jornalistas com Dilma Rousseff. hmmm já sabemos que essa turma adoraria uma regulação da mídia²⁰⁸.

A publicação faz referência a um tema muito importante de confronto entre a direita e a esquerda, a regulação da mídia. Geralmente, as discussões sobre uma possível regulação desse setor no Brasil tendem a gerar críticas sobre o seu caráter antidemocrático, sem dar a devida atenção a propostas que apresentam uma alternativa contra a concentração dos meios de comunicação e que buscam pôr fim aos monopólios e oligopólios no país. Esse tema é resgatado pelo MBL, entre outros motivos, porque costumeiramente políticas que visam regular esse setor são associadas aos governos ditatoriais como os de Cuba e Venezuela, referências sempre associadas ao PT pela narrativa do movimento.

Além disso, o fato das discussões sobre uma possível regulação das mídias passar, atualmente, por questões ligadas à regulamentação da internet justifica o posicionamento contrário do movimento sobre esse tema e a sua narrativa sarcástica, haja vista, sua objeção ao Marco Civil da Internet. O movimento critica esse instrumento legal que visa estabelecer direitos e deveres no uso da internet tornando mais rígido o combate a práticas que ferem os direitos dos usuário e afirma que se trata de um mecanismo para limitar a liberdade de expressão, algo característico de governos autoritários²⁰⁹.

²⁰⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/332603706863779/?v=332603706863779> Acesso: 27/04/2020.

²⁰⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339267749530708/?type=3&theater> Acesso: 30/04/2020.

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/320413084749508/?v=320413084749508> Acesso: 05/02/2020.

A postagem também nos permite inferir que a oportunidade de articulação em outros espaços acompanhava a possibilidade de ampliação do discurso do MBL. Qualquer narrativa que tentasse deslegitimar suas ações, mesmo que no caso citado um de seus membros ocupe um espaço jornalístico previamente abominado, era desqualificada como “antidemocrática” e rotulada como “trabalho sujo a serviço do governo”²¹⁰. Esse processo de desqualificação da imprensa foi central para o movimento se apresentar como um espaço de informação alternativo e construir uma narrativa que justificasse a legitimidade do impeachment.

5.3.5 “Crise Dilma”: Os Indicadores Econômicos Como Referência Para O Impeachment

A crise econômica que o Brasil enfrentava foi bastante acionada pelo MBL para justificar a necessidade de cassação do mandato de Dilma Rousseff. A fim de corroborar essa ideia o movimento se empenhava em destacar na sua narrativa frases do tipo: “crise econômica gravíssima”, “pior fracasso econômico em décadas”, “desastre econômico”, “a economia está andando para trás”, “pior recessão” (MBL, 2016). Do mesmo modo, palavras como “inflação, desemprego, impostos altos, juros, corrupção”²¹¹ eram mobilizadas para dar ênfase a esse propósito.

Os problemas econômicos eram apresentados como resultado das “políticas socialistas do PT”²¹². De modo que o neodesenvolvimentismo do governo Dilma Rousseff era convertido em socialismo por meio de uma narrativa cheia de distorções, empenhada em seguir com o receituário neoliberal de Estado mínimo. Em função disso, o MBL ora se empenhava em afirmar que as medidas adotadas pelo governo para tentar recuperar a economia eram ineficazes afirmando, por exemplo, que o “[...] ajuste fiscal precário, a insistência no Estado mórbido, inúmeros privilégios e nenhum corte de gastos”²¹³ teriam sido responsáveis pelo “fracasso econômico” em 2015 e, conseqüentemente, pela instabilidade em 2016²¹⁴; ora insistia que Dilma Rousseff ignorava a crise destacando, por exemplo, que a presidenta manteve cargos comissionados que havia prometido cortar só para se manter no

²¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/330325337091616/?v=330325337091616> Acesso: 22/04/2020.

²¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339285176195632/?type=3&theater> Acesso: 28/04/2020.

²¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/379433878847428/?type=3&theater> Acesso: 21/05/2020.

²¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/343584205765729/?type=3&theater> Acesso: 04/05/2020.

²¹⁴ Idem.

poder²¹⁵. Publicações desse tipo envolviam uma composição de denúncias lastreadas em premissas teóricas da economia neoliberal, acionavam uma crítica moral e de reprovação ao que caracterizavam como modelo político de cooptação do governo petista. Além disso, mesclavam elementos racionais à sua narrativa ao mesmo tempo em que promoviam e estimulavam os tons emocionais dessas postagens.

O movimento também acionava dois dos principais programas sociais do PT, o Bolsa-Família e o Minha Casa Minha Vida, para desarticular o discurso do governo e, ao mesmo tempo, articular outras demandas. Esses programas tinham ampla adesão entre as camadas populares formando uma importante base de apoio ao governo, um público diferente daquele para o qual o discurso do MBL, preferencialmente, era direcionado, a classe média. Postagens como a seguinte expressava bem essa tentativa de articulação do movimento:

DILMA CORTOU 11% DO BOLSA-FAMÍLIA.

Ao não fazer reajuste com inflação, que bateu 11% em diversas partes do país, o governo Dilma cortou 11% do principal programa vitrine da era petista.

A inflação voltou, e está tirando comida da mesa dos pobres.

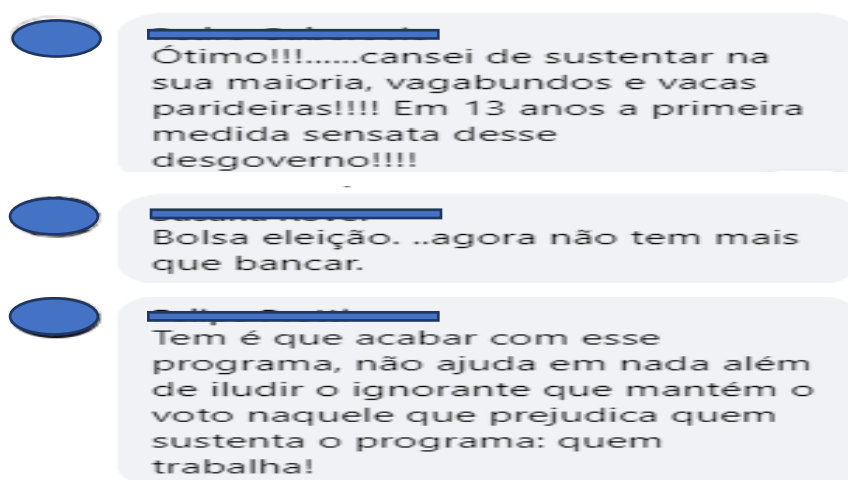
O governo Dilma já era²¹⁶.

Destaque-se que a referência a esse programa não vem associada à sua defesa, trata-se, principalmente, de um processo de desqualificação da gestão de Dilma Rousseff por incompetência. Como era um programa fortemente combatido pelas bases do MBL esse tipo de conteúdo mobilizava outros sentidos entre os seus seguidores considerando que os comentários que seguem a postagem são mais extremados, ideologicamente, que o próprio texto da publicação. Enquanto o conteúdo da postagem falava de promessas não cumpridas tentando minar o apoio de Dilma junto aos grupos mais vulneráveis, os comentários, por outro lado, comemoravam a crise de programas sociais de combate à miséria, como pode ser observado na figura 20:

²¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/337730193017797/?type=3&theater> Acesso: 28/04/2020.

²¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/336556329801850/?type=3&theater> Acesso: 28/04/2020.

Figura 27- Comentários sobre a postagem do MBL a respeito dos cortes nos programas sociais do governo



Fonte: MBL

A publicação do movimento trazia ainda elementos que atestavam, de acordo com eles, o “desastre” da gestão de Dilma Rousseff e colocava em questão a sua capacidade para solucionar a crise. (MBL, 2016). Para reforçar a narrativa de “fracasso econômico” do governo o MBL compartilhava publicações de revistas internacionais como uma estratégia para ganhar credibilidade tanto à esquerda quanto à direita.

Figura 28- Destaque internacional da crise econômica no governo Dilma Rousseff



Fonte: MBL²¹⁷

Aqui, o movimento insulta, promove o caos, mas também mostra uma fonte com credibilidade para sustentar a necessidade de deposição. O MBL insistia que o único meio de sair da crise era com o impeachment da presidenta. A fim de demonstrar isso o movimento acionava os indicadores do mercado para dar legitimidade à sua narrativa através de postagens como a seguinte: “Bovespa disparou hoje com a notícia da abertura do impeachment de Dilma Rousseff, com destaque para as ações das empresas estatais. E ainda: o dólar caiu”²¹⁸. Repetidas vezes o movimento recorreu à ideia de que os sinais de recuperação da bolsa de valores e a queda do dólar era o mercado “aprovando” o impeachment.

A importância da cassação de Dilma Rousseff para a recuperação da economia também foi discutida através de um estudo científico que reforçava a narrativa do movimento. O MBL compartilhou um artigo do professor Reinaldo Gonçalves do Instituto de Economia da UFRJ destacando na legenda que:

A ideia central do trabalho é a hipótese de que interrupções de presidências têm impacto positivo, partindo do princípio que procedimentos como o impedimento do presidente são instrumentos constitucionais de resolução de crises de governo.
[...]

A conclusão do estudo de Reinaldo Gonçalves é que o eventual impedimento de Dilma Rousseff é uma oportunidade não somente para a resolução da grave crise

²¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/335653119892171/?type=3&theater> Acesso: 22/04/2020.

²¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/330372010420282/?type=3&theater> Acesso: 22/04/2020.

sistêmica (ética, social, econômica, política e institucional) como também para o desenvolvimento político e institucional do país.²¹⁹

Aqui, percebemos que se em um primeiro momento o movimento tece críticas ao governo destacando que suas “políticas socialistas” pretendem estabelecer o caos, o conflito, nessa postagem parece que a crise política é algo bom, pelo menos, para as pretensões políticas de forças como o MBL. Tanto esse como os demais elementos acionados pelo movimento sobre a economia serviram de base para a construção de narrativas que justificavam a necessidade de impeachment como a única solução para os problemas que o país enfrentava. Desse modo, o MBL buscou articular diferentes demandas que se sentiam prejudicadas com as políticas econômicas adotadas pelo governo de Dilma Rousseff.

5.3.6 “Um Governo Que Usa A Corrupção Como Método De Governo”: Os Sentidos Mobilizados A Partir Da Noção De Corrupção

A luta contra a corrupção foi um importante elemento acionado pelo discurso do MBL para defender o impeachment de Dilma Rousseff que, assim como o seu partido, foi representada como símbolo da corrupção. O movimento se empenhou em demonstrar que o *modus operandi* do governo era caracterizado pelo emprego de práticas corruptas, publicações como a seguinte reforçavam essa ideia: “Fraude no Bolsa-Família. Fraude no Minha Casa Minha Vida. Fraude nas contas públicas. E ainda acha que pode voltar ao governo?”²²⁰.

A narrativa do movimento sustentava que não era interessante para o governo o avanço do combate à corrupção sobre o sistema de poder econômico que sustentava a política partidária no Brasil²²¹. Ele argumentava, por exemplo, que a medida provisória assinada por Dilma Rousseff alterando os acordos de leniência no âmbito da Lava Jato eram motivados, exclusivamente, pela pretensão do governo de salvar os financiadores de campanhas eleitorais sob o argumento de que a punição não deveria recair sobre as empresas, mas sobre os seus dirigentes²²².

Na narrativa do movimento a luta contra a corrupção tinha como símbolo a operação Lava Jato. A defesa das investigações foi fortemente acionada pelo MBL para expressar a

²¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/339098539547629/?type=3&theater> Acesso: 28/04/2020.

²²⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/380450772079072/?type=3&theater> Acesso: 26/05/2020.

²²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/336894303101386/?type=3&theater> Acesso: 28/04/2020.

²²² Idem.

necessidade de impeachment levando em conta, entre outros motivos, o fato de que a própria presidenta teve seu nome envolvido. Das 67 postagens que analisamos envolvendo o tema corrupção 25 relacionavam Dilma Rousseff à Lava Jato. De modo geral, essas publicações faziam alguma menção às delações e/ou alguma referência a esquemas de caixa 2 envolvendo as campanhas de Dilma Rousseff. As postagens a seguir são um exemplo disso:

Figura 29- MBL associa Dilma Rousseff à corrupção



Fonte: MBL

Dados organizado pela autora.

Os feitos da Lava Jato foram exaltados em várias postagens do movimento destacando, por exemplo, quantias que foram recuperadas e/ou o bloqueio de bens de agentes investigados²²³. Nas descrições do MBL as ações dessa operação, não indicavam apenas que a lei estava sendo cumprida, mas que os “poderosos” estavam respondendo por seus atos, que a lei valeria para todos²²⁴. Além disso, sua narrativa insistia sobre a necessidade de garantir liberdade de trabalho ao juiz Sérgio Moro e a Polícia Federal, especialmente, porque o movimento especulava sobre interferências no andamento das investigações como apontado na fala de Paloma, integrante do MBL:

A Polícia Federal ela está com medo de perder a independência em relação às investigações da Lava Jato, da Zelotes, enfim... É... o ministro Eduardo Cardozo, o ministro da justiça, ele falou que vai sair porque ele recebeu pressão do PT para controlar as investigações que é uma coisa que não pode acontecer. A Polícia Federal tem que ser responsável por isso, e somente ela, porque ela, de fato, está prendendo as pessoas, está tentando responsabilizar todo mundo que foi conivente, todo mundo que praticou corrupção.

²²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/342212835902866/?type=3&theater> Acesso: 05/05/2020.

²²⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/348911381899678/?type=3&theater> Acesso: 07/05/2020.

O combate à corrupção da forma que foi articulado pelo discurso do MBL também incluía a participação popular. Nesse sentido, as mobilizações realizadas pelo movimento tiveram um papel muito importante porque elas funcionavam como esse espaço de atuação. Recorria-se a ideia de “dever” como mecanismo de participação: “Você tem um dever com o Brasil no dia 13 de março, que será decisivo para a queda de Dilma Rousseff e do PT do poder, e para que a Lava Jato e Sérgio Moro continuem firmes e fortes prendendo os corruptos, inclusive um tal ex-presidente. E aí? Vamos para as ruas?”²²⁵. Assim, o grito de impeachment simbolizava, ao mesmo tempo, a luta contra a corrupção dada a sobreposição que havia no discurso do movimento entre o governo petista e esse tipo de prática.

5.3.7 “Não Vai Ter Golpe, Vai Ter Impeachment”: A Invalidação Da Narrativa De Golpe

Apesar do processo de impeachment ter seguido todos os ritos constitucionais, os apoiadores de Dilma Rousseff sustentavam a tese de golpe com base no argumento de violência jurídico-política cometida pelos legisladores, o poder judiciário e a imprensa (BORGES, 2016). Durante o processo essa narrativa disputou o campo da discursividade com os sentidos articulados em torno da necessidade de impeachment da presidenta, ocasião em que o MBL buscou desfazer a ideia de golpe.

Para além das acusações referentes ao crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais” e a autorização de créditos suplementares sem autorização legislativa que compunham o pedido de impeachment, o movimento se empenhava em apontar cada vez mais elementos que justificassem a legitimidade do processo, entre outros motivos, porque essas acusações foram bastante questionadas, principalmente, por juristas que alegavam a falta de dolo da presidenta. À vista disso, o movimento fazia publicações que reforçavam a validade dessas acusações e, ao mesmo tempo, acrescentavam outras a elas.

Sobre as “pedaladas fiscais”, por exemplo, o MBL afirmava em suas postagens que Dilma Rousseff teria praticado esse crime tomando por referência a perícia técnica realizada pelo Senado²²⁶ quando, na realidade, foi assegurado apenas a atuação direta da presidenta para a abertura de créditos suplementares²²⁷. O movimento acrescentava ainda outras acusações a

²²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/342552282535588/?type=3&theater> Acesso: 04/05/2020.

²²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/389428831181266/?v=389428831181266> Acesso: 25/05/2020.

²²⁷ Idem.

essas, exemplo disso foi o compartilhamento de uma lista feita pela revista “Isto É” apontando uma série de crimes que teriam sido cometidos por Dilma Rousseff.

Nessa publicação foram listados: crime de responsabilidade, crime de desobediência, extorsão, crime eleitoral, crime de responsabilidade fiscal, falsidade ideológica e improbidade administrativa²²⁸. Em cada um dos casos apresentados havia também os motivos para tais acusações, por exemplo:

2- CRIME DE DESOBEDIÊNCIA

Nomeação de Lula no Diário Oficial

Apesar de decisão da Justiça Federal que sustava a nomeação do ex-presidente para a Casa Civil, Dilma fez o ato ser publicado no Diário Oficial da União.

Enquadramento legal

Artigo 359 do Código Penal: Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial

Com base nessa lista o movimento afirmava, ironicamente, que Dilma Rousseff tinha razão ao dizer que “[...] impeachment sem Base é golpe.”²²⁹, sendo assim, essas acusações fundamentavam, ao menos em termos de “legitimidade popular”, a necessidade de cassação da presidenta. Isso porque a maioria delas tiveram caráter meramente especulativo levando em conta que a única confirmada, apesar das controvérsias, foi a de crime de responsabilidade fiscal.

Para afirmar a legitimidade do processo de impeachment o MBL buscava desconstruir, também, uma narrativa bastante disseminada entre os apoiadores de Dilma Rousseff segundo a qual Eduardo Cunha teria aceitado o pedido em retaliação ao governo após uma tentativa fracassada de barganha para tentar se preservar no cargo diante das acusações que vinha sofrendo no âmbito da operação Lava Jato. Em função disso, o movimento fez publicações apontando, por exemplo, que o “Impeachment foi usado como moeda de troca sim. E a proposta foi feita pelo governo DILMA para se livrar, e livrar Cunha dos problemas com as contas na Suíça.”²³⁰, ou então, “Cunha: PT me ofereceu salvação de cassação e Dilma sabia de tudo.”²³¹.

Essas publicações demonstravam o empenho do movimento em deslegitimar a permanência de Dilma Rousseff na presidência, assim como fez com as acusações que ela

²²⁸ A postagem do MBL está disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/356744394449710> acesso: 07/05/2020 às 12h04. A matéria da revista Isto É está disponível em: https://istoe.com.br/449533_OS+7+CRIMES+DE+DILMA/ Acesso: 13/04/2022 às 14:51h.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/330297570427726/?type=3&theater> Acesso: 27/04/2020.

²³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/388463951277754/?v=388463951277754> Acesso: 26/05/2020.

sofreu durante as investigações da Lava Jato. No intuito de invalidar a ideia de golpe o movimento acionou, por exemplo, um suposto esquema de caixa 2 que teria abastecido as campanhas da presidenta. Postagens como as seguintes foram bastante exploradas: “Mais um delator afirma que campanha da Dilma em 2014 foi financiada com irregularidades.”²³² e “Urgente! marqueteiros do PT confessam que receberam US\$ 4,5 mi de caixa 2 da campanha de Dilma em 2010.”²³³.

Publicações desse tipo permitiram ao MBL construir uma narrativa assegurando que a própria eleição de Dilma Rousseff teria sido um golpe. Em um vídeo publicado pelo movimento, Fernando Holiday destacava que:

[...] em 2014 o Brasil não passou por eleição, mas por um verdadeiro golpe e nós, cidadãos brasileiros, que não concordamos com esse tipo de situação que não concordamos com o PT sujando direto a nossa democracia e a nossa república não podemos assistir simplesmente calados a tudo isso. Nós precisamos fazer alguma coisa, nós precisamos pressionar o TSE, nós precisamos pressionar o Congresso Nacional e nós precisamos garantir que o juiz Sérgio Moro e a polícia federal possam cumprir o seu trabalho livremente. Dilma Rousseff, Lula e todo o PT não podem escapar das mãos da justiça.²³⁴

O MBL construiu essa narrativa com base no que teria sido apurado pelo juiz Sérgio Moro. De acordo com o movimento, Moro teria confirmado ao TSE que a campanha eleitoral do PT, em 2014, teria sido abastecida com propinas²³⁵. Esse recurso fornecia mais um elemento para o movimento deslegitimar a permanência de Dilma Rousseff na presidência e invalidar a narrativa de que o impeachment seria um golpe considerando que o seu discurso invalidava a própria eleição da presidenta.

Outro recurso muito utilizado pelo MBL na tentativa de invalidar a ideia de golpe foram as constantes referências a “vozes autorizadas” que enfatizavam a legitimidade do pedido de impeachment. O movimento deu visibilidade, por exemplo, as ações da OAB, especialmente, quando seus representantes foram entregar um novo pedido de impeachment no Congresso Nacional²³⁶. Deu destaque em suas publicações a juristas que validavam o impeachment, a exemplo de Janaína Paschoal que foi bastante acionada. A ênfase nessas “autoridades” chamava atenção para o caráter legal do pedido, pois como o próprio

²³² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/383399011784248/?type=3&theater> Acesso: 26/05/2020.

²³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/398102943647188/?type=3&theater> Acesso: 27/05/2020.

²³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/918320278283586/?v=918320278283586> Acesso: 30/04/2020.

²³⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/918320278283586/?v=918320278283586> Acesso: 30/04/2020.

²³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/356026437854839/?v=356026437854839> Acesso: 07/05/2020.

movimento fazia questão de assinalar, impeachment não era golpe. Para conferir autoridade à sua narrativa o MBL fazia postagens como a seguinte: “O impeachment é um remédio constitucional ao qual nós precisamos recorrer quando a situação se revela especialmente grave (JANAÍNA PASCHOAL)”²³⁷.

A atuação incessante do movimento para invalidar a narrativa de golpe acionada por Dilma Rousseff fez com que Kim Kataguirí e Renan Santos fossem a Nova York protestar contra a presidenta. Isso porque ela faria um discurso na ONU que, de acordo com eles, seria para “defender a teoria de golpe contra o governo”²³⁸. Os integrantes do movimento justificavam a sua atuação para além do território nacional como uma forma dizer a “verdade” para a imprensa internacional “pela voz dos brasileiros”²³⁹. Em uma publicação sobre esse evento, o MBL registrou o seguinte: “Explica lá, Dilma! Explica direitinho o 'golpe', que está na constituição e tem rito definido pelo STF, e mostra os milhões de brasileiros que foram as ruas.”²⁴⁰. Nessa postagem o movimento compartilhou, também, a figura seguinte²⁴¹.

²³⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/419747591482723/?type=3&theater> Acesso: 29/05/2020.

²³⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/364944066963076/?v=364944066963076> Acesso: 18/05/2020.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/364552153668934/?type=3&theater> Acesso: 18/05/2020.

²⁴¹ Idem.

Figura 30- MBL divulga foto das mobilizações para invalidar a ideia de golpe da narrativa de Dilma Rousseff



Fonte: MBL²⁴²

Na narrativa do MBL a mobilização nas ruas era uma espécie de salvaguarda contra a ideia de golpe, pois ele fazia questão de enfatizar em suas postagens que a indignação da população diante do roubo que sofreu por mais de uma década era a principal responsável pela derrubada do “governo do partido mais corrupto da história do país.”²⁴³. Em função disso, o movimento chamava atenção para a necessidade de engajamento popular e participação nas manifestações, especialmente, as que eles estiveram à frente organizando.

Na tentativa de invalidar a narrativa de golpe que dava a deposição da presidenta um caráter ilegal e que conferia ao movimento o estigma de “golpista”, o MBL rebateu essa acusação passando a apontar esse atributo nos seus adversários. Para isso, acionou elementos que buscavam caracterizar as práticas do governo petista como fraudulentas destacando que as medidas adotadas por ele estariam lesando o país, a exemplo da figura a seguir.

²⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/364552153668934/?type=3&theater> Acesso: 18/05/2020.

²⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/406188186171997/?v=406188186171997> Acesso: 30/05/2020.

Figura 31- Golpista é



Fonte: MBL

Dados organizado pelo autora.

Esses foram alguns dos elementos mobilizados pelo MBL para desconstruir a narrativa de golpe e acionar sentidos que dessem legitimidade ao seu discurso em defesa do impeachment de Dilma Rousseff. Nesse percurso, o movimento buscou invalidar, de modo particular, as ações da presidenta demonstrando a sua falta de legitimidade para continuar no cargo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar a atuação do Movimento Brasil Livre no Facebook em defesa do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, período que compreende o acolhimento do pedido e o julgamento do processo. Buscamos identificar os sentidos articulados ao discurso do MBL no esforço de construir uma hegemonia favorável à cassação da presidenta. Partimos do pressuposto de que a estrutura de redes do Facebook foi fundamental para atuação do movimento servindo como espaço de organização, mobilização e divulgação das suas ideias em âmbito nacional.

Consideramos que o processo que conduziu ao impeachment de Dilma Rousseff foi objeto de disputas entre diferentes projetos políticos que buscavam definir a sua visão sobre os acontecimentos e, nesse contexto, articulavam em volta de si demandas que se identificavam com as suas propostas. À vista disso, nossa reflexão foi conduzida, inicialmente, pela teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) por considerarmos que as disputas políticas engendradas ao longo desse processo envolviam lutas por hegemonia. Tal conceito é central para análise dos autores, pois diz respeito a uma relação de representação em que uma força política, a partir de condições específicas, consegue construir um campo de sentidos que lhe permite articular demandas distintas com base em uma relação de disputa e, por esse motivo, contingente.

A atuação do MBL em favor do impeachment de Dilma Rousseff demonstra bem isso levando em conta que o movimento conseguiu articular um público bastante diverso, desde liberais até os que pediam por intervenção militar, manifestando uma equivalência que só pode ser significada provisoriamente, haja vista, que essas articulações podem ser desfeitas pelos mesmos sujeitos que em um dado momento estavam de acordo. Ao longo desse processo de articulação o MBL investiu na construção de uma rede de sentidos voltada para a promoção do neoliberalismo, para a defesa do conservadorismo moral e combate à corrupção como forma de justificar a necessidade de cassação da presidenta.

Percebemos que nessa empreitada o movimento tinha como importante elemento de coesão discursiva os afetos. Não desconsideramos o peso da racionalidade nesse processo, ou mesmo, o fato de que ela também possui uma dimensão afetiva. Mas, nesse caso a ênfase não recaía, necessariamente, sobre um discurso racional com intenção de convencer os seguidores do movimento porque eles já estavam propensos a compartilhar o conteúdo postado,

independente disso. O que assumiu primazia nas disputas discursivas foram as afinidades, as crenças compartilhadas, a identificação dos seguidores do movimento com as suas ideias.

Embora as disputas por hegemonia continuassem no plano semântico, o que estava em jogo nesse contexto era o controle do debate, independente de ser ter, ou não, razão para isso. A forma que o MBL encontrou de deter esse controle foi através do ataque incessante aos seus opositores, uma estratégia que buscava: (i) a unificação/articulação emocional e discursiva dos simpatizantes e (ii) a “imobilização” dos antagonistas que ficavam impedidos de fazer proposições e/ou mesmos pensar em tomar a iniciativa do ataque, visto que precisavam se defender a todo momento e não conseguiam desarticular completamente as narrativas que se voltavam contra eles.

Em face disso, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015) nos conduziu só até certo ponto tendo em vista que a luta por hegemonia assumiu contornos bem específicos nesse contexto. Para entender essas especificidades nós recorremos às teorias sobre pós-verdade considerando que, apesar da luta por hegemonia se tratar de uma disputa por apropriação de significados, no caso do MBL ela foi buscada paralelamente à corrosão constante desses significados. Olhar para essas questões a partir dessa lente teórica nos forneceu elementos para situar melhor a atuação do movimento nesse contexto, especialmente, porque a pós-verdade é um fenômeno complexo que explora crenças e preconceitos que o destinatário cultiva a partir de uma combinação calculada de informações verdadeiras, interpretações possíveis e fontes críveis, mas que em conjunto se torna completamente falsa e interesseira (DUNKER, 2019).

Além disso, essa abordagem se mostrou especialmente relevante para a nossa análise porque a discussão sobre pós-verdade está intrinsecamente associada à ascensão das mídias sociais nos últimos anos. O surgimento de plataformas como o Facebook como um importante espaço de produção e circulação de informação ampliou significativamente o potencial de compartilhamento de conteúdo pautado por essa lógica. O uso cada vez mais ampliado dessa plataforma se beneficia de um padrão de comportamento que valoriza e aceita com mais facilidade aquilo que é próximo e que chega por meio de pessoas conhecidas.

Isso contribuiu para tornar ainda mais ambígua as fronteiras entre fatos e opiniões, dependendo das relações de forças empenhadas e do nível de identificação que elas promovem algumas narrativas tendem a ser muito mais aceitas do que outras, o que favorece o engajamento emocional nesse espaço. Soma-se a isso, o fato de que o Facebook é, praticamente, indiferente ao tipo de conteúdo que circula na rede, o que pode ser explicado através do próprio modelo de negócios no qual ele se apoia, visto que parte tanto da captura

quanto da valorização dos dados como recurso econômico. Qualquer conteúdo capaz de engajar um público considerável fornece um volume maior de informações para o banco de dados do Facebook justificando, dessa forma, a falta de um controle mais efetivo sobre o conteúdo que circula nesse espaço.

O que corrobora nosso argumento de que a estrutura dessa plataforma favorece práticas relativas à pós-verdade, visto que conteúdos capazes de mobilizar afetos tendem a promover o engajamento. Nesse sentido, o MBL conseguiu engajar emocionalmente seus seguidores à luta em defesa do impeachment por meio de um discurso que mobilizava: a indignação em relação à incompetência técnica de Dilma Rousseff e seu governo; a luta anticorrupção; a aversão a esquerda e ao comunismo; o medo da violência; a incerteza político-econômica; e, o salvacionismo da economia por meio da cassação da presidenta.

Essas ideias se traduziam em postagens que geravam estardalhaço, zombaria, desqualificação moral e técnica dos seus opositores fornecendo elementos que promoviam, não só a coesão do grupo, como também justificavam a necessidade do impeachment. Foram recorrentes nas postagens do movimento os seguintes temas: a esquerda, o PT, Dilma Rousseff, o confronto com a mídia, os indiciadores econômicos, a corrupção na política e a descaracterização da ideia de golpe. Essas referências compunham uma espécie de quadro de “justificativas para o impeachment” que permitiu ao MBL integrar diferentes demandas ao seu discurso.

A partir delas foi possível observar os processos de desqualificação e os ataques que o movimento direcionava aos seus opositores, bem como as estratégias voltadas para a mobilização de afetos. Inicialmente, detivemo-nos em analisar os discursos relativos à esquerda e percebemos que, apesar da fragmentação desse campo político, na narrativa do movimento ela aparece como um todo coerente e unificado através de postagens que traziam referências como: “socialistas”, “comunistas”, “bolivarianos”, “violentos”, “opressores”, “totalitários” (MBL, 2015). O discurso do movimento associava o modo de atuação desse campo político ao medo e ao ódio, vez que suas ações eram caracterizadas como violentas e totalitárias.

O antipetismo foi outro importante elemento articulado ao discurso do MBL para justificar a necessidade de impeachment. O PT era representado como símbolo da corrupção no país, caracterizado como o que havia de pior na política brasileira. Palavras como “quadrilha”, “bandidos” e “criminosos” eram constantemente mobilizadas para desqualificar o PT e seus integrantes. As políticas adotadas por esse partido eram vistas como “um projeto criminoso de poder” que na narrativa do MBL demonstrava o desrespeito do PT pelas

instituições e pela democracia. Por se tratar de um partido de esquerda os sentidos que o movimento acionava para representá-lo partia de uma homologia com esse campo político e, por esse motivo, ele era caracterizado como “comunista”, “socialista”, “totalitário” e todos os atributos associados à esquerda.

Quanto a Dilma Rousseff, ela era apresentada como a própria expressão dos problemas que o país enfrentava. Palavras como “incompetente”, “irresponsável”, “comunista”, “totalitária”, “corrupta” eram usadas para descrevê-la. Ela também era representada como uma pessoa despreparada e desarticulada para ocupar a presidência da república. As postagens do movimento insistiam em afirmar que a gestão de Rousseff era marcada por uma prática “totalitária”, responsável pelo cenário de crise econômica que teria provocado o aumento do desemprego, queda do PIB, alta da inflação, aumento da dívida pública e a extrema pobreza no país (MBL, 2016).

A defesa do impeachment também fez com que o MBL disputasse a sua narrativa com o modelo jornalístico tradicional. O movimento ia de encontro a tudo que negasse às suas próprias ideias e, por esse motivo, entrou em choque diversas vezes com a imprensa. Nessa disputa, ele desqualificava veículos e órgãos de imprensa que não corroborassem o seu discurso reduzindo o trabalho jornalístico deles a uma “ideologia de esquerda” que, por essa razão, não era confiável. Além de desqualificar, o movimento também perseguia esses agentes, em alguns casos citando diretamente nomes de jornalistas e em outros pedindo que seus seguidores deixassem de assinar, por exemplo, a Folha de São Paulo porque a consideravam governista.

A crise econômica foi outro elemento frequentemente mobilizado pelo MBL para justificar a cassação da presidenta. Ele acionava indicadores econômicos como a inflação, desemprego, impostos altos, juros para atestar a incompetência do governo. Enfatizava em sua narrativa que a crise na economia era o “pior fracasso econômico em décadas” afirmando, ainda, que isso era resultado das “políticas socialistas” adotadas pelo PT. Desse modo, convertiam o neodesenvolvimentismo do governo Dilma Rousseff em comunismo através de uma narrativa distorcida, empenhada em seguir o modelo neoliberal de Estado mínimo.

Associado a essas questões havia o discurso anticorrupção direcionado à Dilma Rousseff e ao PT, tidos pelo movimento como símbolo da corrupção no país. O MBL se empenhou em caracterizar as práticas do governo como corruptas e fraudulentas afirmando que não era interessante para essa instância combater a corrupção porque ela sustentava a política partidária da qual o PT se beneficiava. A narrativa de combate à corrupção tinha como fio condutor as investigações que ocorriam no âmbito da Operação Lava Jato, signo

dessa luta. A defesa das investigações e o discurso construído em torno delas justificavam a necessidade de cassação de Dilma Rousseff na narrativa do movimento.

Outro recurso muito acionado pelo MBL foi a necessidade de validar uma narrativa legítima em favor do impeachment, pois durante o processo apoiadores da presidenta defendiam a tese de golpe alegando que Dilma Rousseff teria sido vítima de uma violência jurídico-política perpetrada pelos legisladores, o poder judiciário e a imprensa (BORGES, 2016). Como forma de invalidar essa tese o movimento se empenhou em reforçar nas suas publicações a legitimidade do impeachment como um mecanismo constitucional e a validade dos instrumentos legais que compunham o pedido, tais como o crime de responsabilidade por “pedaladas fiscais” e a autorização de créditos suplementares sem autorização legislativa.

O MBL também tentou reverter uma narrativa, bastante disseminada entre os apoiadores da presidenta, de que Eduardo Cunha teria aceitado o pedido de impeachment em retaliação ao governo após uma tentativa fracassada de barganha para tentar se preservar no cargo acusando a própria presidenta de ter feito isso. O movimento ainda questionou a eleição de Dilma Rousseff, em 2014, afirmando que se tratou de um golpe, visto que a campanha dela teria sido financiada com irregularidades, alegação que se baseava em delações da Operação Lava Jato que nunca se confirmaram. Além disso, a tentativa de invalidar a ideia de golpe fez com que o MBL atribísse aos seus adversários o estigma de “golpista”, a exemplo de Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula.

Em face disso, observamos que a atuação do MBL no Facebook foi marcada pela mobilização de afetos e por estratégias que recorriam a adjetivação, ao xingamento e ao ultraje como uma forma de argumentação política. Esse modo de atuação não seguia uma troca racional de ideias levando em conta que ações desse tipo paralisam essa troca e remetem a política aos sentimentos primários de sobrevivência. Nesse sentido, observamos que o MBL via os seus opositores, especialmente Dilma e o PT, como inimigos a serem eliminados, excluídos da cena política brasileira, e por isso, os atacava incessantemente usando desse tipo de estratégia. Tais práticas, caracterizadas como uma forma de guerra cultural, pressupõe uma visão fundamentalista do mundo que leva à eliminação de tudo que é diverso (ROCHA, 2021).

O emprego desses meios pelo MBL ao longo da defesa do impeachment de Dilma Rousseff dizia muito sobre o próprio movimento que embora se apresentasse como defensor da democracia e das liberdades individuais, em diversas ocasiões suas práticas se mostravam contrárias. A ambiguidade presente em seu discurso foi fundamental para a forma como ele se construiu durante esse processo, pois ela permitiu ao movimento dizer muitas coisas enquanto

fazia outras. O MBL pregava a moralidade, ao mesmo tempo, construía alianças com agentes envolvidos em esquemas de corrupção; apresentava-se como democrático e republicano enquanto se articulava a autoritários; além disso, destruía trajetórias com base em informações questionáveis, parciais, quando não mentirosas. Apesar disso, construiu, de modo eficiente, um discurso que o caracterizava como democrata.

À vista disso, a lógica comunicativa que o MBL desenvolveu no Facebook em prol da defesa do impeachment de Dilma Rousseff envolveu: o insulto quando o movimento não conseguia argumentar; a isenção de responsabilidade pelo que postavam usando a prerrogativa da liberdade de expressão enquanto promoviam um discurso de ódio; a corrosão das condições de um discurso republicano racional levando em conta a mobilização de afetos como mecanismo de coesão do grupo a partir da confirmação de crenças e afinidades compartilhadas entre o movimento e os seus seguidores.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. In: *Aurora* 23 v. 8 n. 23 (2015). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474> Acesso: 20/04/2018 às 09:42h.
- ANDERSON, Perry. *A crise no Brasil*. Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2016/abril/16.04-Crise-no-Brasil.pdf> Acesso: 15/04/2022.
- BARON, Letícia. Tão próximos e tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos pró-impeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau. *Dissertação de Mestrado*. Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4145> Acesso: 15/04/2022.
- BASTOS, Pedro P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, 2017, Número Especial: p.1-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRRYS4mD/abstract/?lang=pt> Acesso: 15/04/2022.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Relógio d'Água, 1991.
- BAUDRILLARD, Jean. *The Transparency of evil: essays on extreme phenomena*. Translation: James Benedict. Verso: 1993.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras: 2007
- BORGES, Arleth. *Crise, impeachment e (des)construção democrática no Brasil* [s.n], 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo. In: *Em busca do desenvolvimentismo perdido*, RJ: Editora da FGV, 2018. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2021/Novodesenvolvimentismo.pdf> Acesso 17/07/2022.
- BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. *Um estranho casamento: neoliberalismo e nacionalismo de direita* (2019). Disponível: <https://www.bresserpereira.org.br/index.php/new-developmental-theory-ndt/nde-applied-texts/11391-7884> Acesso: 26/09/2022.
- BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 192 p.
- BYUNG-CHUL HAN. *No enxame: Perspectivas do digital*. Tradução Lucas Machado. Editora Vozes, Petrópolis, 2018.

CAMARGO, Gustavo A. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. In: *Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*. 2º semestre de 2008, vol. 1, nº2, pp. 93-112.

CASARA, RUBENS R.R. Neoliberalismo e autoritarismo, uma história de amor. In: *Revista Cult (Uol)* 2019. Disponível: <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-e-autoritarismo-historia-de-amor/> Acesso: 26/09/2022.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como Política. A Reinvenção das direitas no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASTRO, Júlio Cesar Lemes de. Redes sociais como modelo de governança algorítmica. In: *Matrizes* v. 12- nº 2 maio/ago. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p165-191> São Paulo, 2018.

ROCHA, João César de Castro. *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. 1ª ed, 2021, Caminhos Editora e Livraria. 464 p.

CAVALCANTI, Davi Barboza. *Quem são os grupos de direita que ganharam as ruas do País?* Uma análise de redes com ênfase nos atores e nas pautas do Movimento Brasil Livre e do Vem pra Rua. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 100, 2019.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, SP, 2000.

CONSTANTIOU, Ioanna; KALLINIKOS, Jannis. New games, new rules: big data and the changing context of strategy. In: *Journal of Information Technology*, 30 (1). Pp. 44-57, 2015. DOI:10.1057/jit.2014.17 Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1057/jit.2014.17> Acesso: 14/07/2022.

COUTINHO, Lorena Giuberti. Economia do Compartilhamento e Plataformas Digitais: Riscos da Competição em Indústrias de Alta Tecnologia e Mercados de Dois lados. *Dissertação de Mestrado*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31330> Acesso: 15/07/2022.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News*. Tradução: Carlos Szlak- 1.ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DELEUZE, Gilles. *POURPARLERS: 1972-1990*. Les Éditions De Minuit. Paris, 1990.

DIAS, Tayrine. É uma batalha de narrativas: os enquadramentos da ação coletiva em torno do impeachment de Dilma Rousseff no Facebook. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Nacional de Brasília. Junho de 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24344> Acesso: 15/04/2022.

DONEDA, Danilo; ALMEIDA, Virgílio A. F. O que é governança de algoritmos? In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Organização Fernanda Bruno ... [et al.]; [tradução Heloísa Cardoso Mourão... [et al.]]. – 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

FERNANDES, Lorena; FERREIRA, Camila. O movimento Escola Sem Partido: ascensão e discurso. In: *Humanidades em diálogo*, v. 10 (2021). Disponível em: <file:///C:/Users/Luiz/Desktop/159234-Texto%20do%20artigo-480168-1-10-20210407.pdf> Acesso: 15/04/2022.

FERREIRA, Jonatas. Humanismo, biopoder e soberania: elementos para uma discussão das biotecnologias contemporâneas. In: *Ciência e Cultura*, vol.60, nº.1, São Paulo: 2008

FERREIRA, Fábio Alves. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 127, dezembro de 2011.

FERREIRA, Jonatas; FONTES, Breno. *ÁGORA ELETRÔNICA*: algumas reflexões teórico-metodológicas. *Est. Soc.* [online]. 2013, vol. 2, n. 19. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235570/28528> Acesso: 14/07/2022.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. *Redes Sociais e poder local*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 256 p.

FRAGOSO et al. *Métodos de pesquisa para internet*. pp 27-82;115-166, 2011.

FULLER, Steve. *Post-truth: knowledge as a Power Game*. Anthem Press, 2018.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira. Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra hegemônica. In: *CADERNO CRH*, Salvador, v. 27, n.72, p. 577-592. Set. / Dez., 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300009> acesso: 14/07/2022.

GOBBI, D. Identidade em ambiente virtual. Uma análise da Rede de Estudantes pela Liberdade, Dissertação de mestrado, Instituto de Política, Universidade de Brasília., 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanielGobbiFragadaSilva.pdf Acesso: 15/04/2022.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória . *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

HARVEY, DAVID. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HINE, Christine. *Etnografia Virtual*. Coléccion Nuevas Tecnologías y Sociedad. Editorial UOC, 2004.

HOWARTH, David; GLYNOS, Jason; GRIGGS, Steven. Discourse, explanation and critique. In: *Critical Policy Studies*, 2016.

KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. *Como um grupo de desajustados derrubou a presidente. MBL: a origem*. 1ª ed. Editora Record, RJ- SP, 2019.

LACLAU, Ernesto. *New reflections on the revolution of our time*. Verso, London- New York, 1990.

LACLAU, Ernesto. Identidad y hegemonia: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonia, universalidade: Diálogos contemporâneos em la izquierda*. FONDO DE CULTURA ECONÔMICA DE ARGENTINA, S.A, 2004.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Fondo de Cultura Económica, 2005.

LACLAU, Ernesto. Discourse. In: *A Companion to Contemporary Political Philosophy*. Blackwell Publishing Ltd, 2007.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Por uma política democrática radical. Intermeios, 2015.

LIMONGI, Fernando. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. *Novos Estudos* 103, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/QJBHTWsgZwqPrvv6SZTYsgc/?lang=pt> Acesso: 15/04/2022.

LYNCH, Christian E. C. Ascensão, fastígio e declínio da revolução judiciarista. *Insight Inteligência*, 2018. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/ascensao-fastigio-e-declinio-da-revolucao-judiciarista/> Acesso: 14/04/2022.

Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil livre. Direção: Alexandre Santos e Fred Rauh. Produção: Gabriel Calamari. Brasil, 05 de setembro de 2019 (134 min).

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. In: *Sociol. Antropol.* Rio de Janeiro, v.09.03: 945-970. Set.- dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310> Acesso: 14/07/2022.

MCINTYRE, Lee. *Post-truth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.

MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. In: *Ciências Sociais Unisinos*, setembro-dezembro, 2007, pp. 249-258.

MENDONÇA, Daniel. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.

MENDONÇA, Daniel. Antagonismo como identificação política. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 09. Brasília, setembro-dezembro de 2012, pp. 205-228.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs.). *Pós- Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. EdIPUCRS, 2008. P.192.

MOROZOV, Evgeny. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo: Editora Ubu, 2018. 192 pp. Coleção Exit.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. *A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. Prefácio. Rafael A. Zanatta. Tradução: Humberto do Amaral. Editora: Ubu, 2019. Fundação Rosa Luxemburgo.

MOUFFE, Chantal. Por um Modelo Agonístico de Democracia. In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 25: 11-23, nov. 2005.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Ed. 12. Pontes Editores, Campinas, 2015.

PARISER, Eli. *El Filtro Burbuja: cómo la red decide lo que leemos y lo que pensamos*. Ed. Taurus, Barcelona, 2017.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o “o gigante acordou”(?). In: *Revista Matrizes*, São Paulo, ano 7, nº 02, Jul./Dez. 2013, p.73-93.

PESSANHA, Roberto Moraes. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. In: *COMCIÊNCIA*. Setembro de 2020. Disponível: <https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/> Acesso: 14/07/2022.

PIMENTA, Ricardo M. Big data e controle da informação na era digital: tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do Estado. In: *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.6, n.2, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/152159> Acesso: 14/07/2022.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. In: *Esferas*, ano 2, nº 3, julho a dezembro de 2013. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i3.4621>.

PREGO, Victoria. Bolhas informativas. In: *A era da pós-verdade: realidade versus percepção*. In: *UNO*, Nº 27, DESENVOLVENDO IDEIAS. LLORENTE e CUENCA, São Paulo: 2017.

RATTON, José L; ZAMBONI-RATTON, Marcela. Confiança, Normalidade e Interação: aproximações entre Simmel e Goffman. In: *XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)* Caxambu (MG) 2006.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco e ZAGO, Gabriela. *Análise de Redes para Mídia Social*. Porto Alegre: Sulina, 2015. 182p. (coleção cibercultura).

ROCHA, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como Política*. A Reinvenção das direitas no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

RODRÍGUEZ, Pablo Esteban. Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Organização Fernanda Bruno ... [et al.]; [tradução Heloísa Cardoso Mourão... [et a.]]. – 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.

ROSSI, Pedro Rossi; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP. *Nota do Cecon*, n.1, Abril de 2017.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individualização pela relação? In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Organização Fernanda Bruno ... [et al.]; [tradução Heloísa Cardoso Mourão... [et a.]]. – 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.

SAAD, Elizabeth. Sociedade digitalizada: “plataformização” das relações e uma privacidade “zerada”. In: *Jornal da USP*, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/sociedade-digitalizada-plataformizacao-das-relacoes-e-uma-privacidade-zerada/> Acesso: 15/07/2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os perigos da desordem jurídica no Brasil. PRONER et al. *A resistência ao golpe de 2016*. Bauru, Canal 6, 2016. 425p. (Projeto Editora Praxis). 61-68p.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*: em 38 estratégias (Dialética Erística). Introdução, notas e comentários: Olavo de Carvalho. Topbooks: 1997. 258p.

SIMMEL, Georg. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. Tradução de Simone Carneiro Maldonado. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, vol 43, nº I, p. 219-242, abr. 2009

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*. N.102, jul. 2015.

SOUTHWELL, Myriam. Em torno da construção de hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (orgs). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 192 p.

SOUZA, Jessé. O patrimonialismo mostra a que veio. In: *A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia C. Protestos à direita no Brasil (2007- 20015). In: VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). *Direita, volver!/: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 197-212.

TATAGIBA, Luciana. *Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff*. Lusotopie 17, 2018, (112-135). Disponível em:

https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMb2Ta0wNQ_MDA_c2b2c_/Entre%20as%20ruas%20e%20as%20institui%C3%A7%C3%B5es%20os%20protestos%20e%20o%20impeachment%20de%20Dilma%20Rousseff.pdf Acesso: 15/04/2022.

TARDÁGUILA et al. Dos 513 deputados, 299 têm ocorrências judiciais; 76 já foram condenados. In: Lupa, 2016. Disponível: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2016/04/17/votacao-do-impeachment-no-plenario-da-camara/> Acesso: 27/04/2022 às 16:46h.

TIBURI, Marcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2019.

XAVIER, Roseane Silva. *A Corrupção Como Elemento Do Discurso: Grupos De Protesto Contra a Corrupção Em Redes Sociais Virtuais No Brasil Recente*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 254, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem*. Organização Fernanda Bruno ... [et al.]; [tradução Heloísa Cardoso Mourão... [et a.]]. – 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.